MINISTÉRIO DO TURISMO

SECRETARIA-EXECUTIVA

UJ/SE/MTur

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Brasília-DF, março de 2014

MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA-EXECUTIVA
UJ/SE/MTur

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como tomada de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013, 132/2013, Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU-PR nº 133/2013.

UNIDADES CONSOLIDADA: Gabinete do Ministro

Brasília-DF, março de 2014

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS:

AECI	Assessoria Especial de Controle Interno
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CCONT	Setorial de Contabilidade
CEAPC	Coordenação Extraordinária de Análise de Prestação de Contas
CGCV	Coordenação-Geral de Convênios
CONJUR	Consultoria Jurídica
CGMC	Coordenação-Geral de Monitoramento, Fiscalização e Avaliação de Convênios
CGPOF	Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
CGSE	Gabinete da Secretaria-Executiva
CGU-PR	Controladoria Geral da União, Presidência da República
COGEP	Coordenação-Geral de Gestão Pessoas
CGTI	Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CPC	Coordenação de Prestação de Contas
CPGTI	Coordenação de Planejamento e Gestão de Tecnologia da Informação
CTCE	Comissão de Tomada de Contas Especial
DGE	Diretoria de Gestão Estratégica
DGI	Diretoria de Gestão Interna
DN	Decisão Normativa
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
EPLAN	Equipe de Planejamento Estratégico
IN	Instrução Normativa
MF	Ministério da Fazenda
MP	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTur	Ministério do Turismo
PRI	Portaria Interministerial
RG	Relatório de Gestão
RP	Restos a pagar
SE	Secretaria-Executiva
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais.
SICONV	Sistema de Gerenciam.de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGPLAN	Sistema de Informações Gerencias e de Planejamento do Governo Federal
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SNPDTur	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo.
SNPTur	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
UJ	Unidade Jurisdicionada

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado de acordo com as instruções do Tribunal de Contas da União –TCU por meio da IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 127/2013, DN TCU nº 132/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013. E pelas instruções da Corregedoria-Geral da União-CGU/PR por meio da Portaria nº 133/2013.

Neste presente Relatório de Gestão descrevem-se as metas estabelecidas, as ações realizadas, os resultados alcançados, os meios orçamentários, financeiros, patrimoniais e logísticos utilizados para o cumprimento dos objetivos institucionais, ao longo do exercício de 2013.

Traz, ainda, um relato acerca das ações, iniciativas e dos indicadores do plano de ação, das recomendações emanadas pelos órgãos de controle no decorrer do exercício e as medidas adotadas, sendo assinalados os avanços obtidos e os obstáculos que dificultaram a consecução de algumas ações.

A UJ Secretaria-Executiva – SE do Ministério do Turismo apresenta Relatório consolidando o Gabinete do Ministro. A título de esclarecimento cabe ressaltar, que a partir desse ano, a CGCV - Coordenação-Geral de Convênios, que faz parte da composição da estrutura da SE, apresentará seus resultados neste Relatório de Gestão.

Neste Relatório optou-se por manter, integral e literal - para os Itens, Subitens e Quadros - a numeração do Anexo Único da Portaria da Portaria-TCU Nº 175/2013. Esclarecendo e explicitando, nos parágrafos subsequentes, quais são os Itens, Subitens (quando necessários) e Quadros que "não se aplica" à natureza jurídica ou às competências da UJ Secretaria-Executiva e quais são os que "não houve ocorrências".

Não se aplicam os seguintes Itens da Portaria TCU nº 175/2013: 1.1.1; 1.1.3; 1.1.4; 3.3; 4.2; 4.7; 5.2.1; 5.2.2; 9.3; Parte A, Item 10; 11.3; 11.4; 11.5; 11.6; 12 parte A e todo a parte B do anexo II, exceto 59, parte B, item 47.

Não se aplicam os seguintes Quadros da Portaria TCU nº 175/2013: A.1.1.1; A.1.1.3; A.1.1.4; A.3.3.2; A.3.3.3; A.3.3.4; A.4.4.3; A.4.7.1; A.4.7.2, A.5.2.1; A.5.2.2; A.11.2.1; A.11.5.1 e A.11.5.2.

E não houve ocorrências, em 2013, para os seguintes Itens da Portaria TCU º 175/2013: 2.2.2; 2.2.3.2; 2.2.3.4; 4.1.3.2; 4.1.3.4; 4.5; 4.5.5; 4.6; 5.1.4; 5.1.5.4; 5.1.7; 5.2.1; 5.2.2; 9.2.2 e 11.2.1.

E não houve ocorrências, em 2013, para os seguintes Quadros da Portaria TCU nº 175/2013: A.2.2.2; A.2.2.3.2; A.2.2.3.4; A.4.1.3.2; A.4.1.3.4; A.4.5.1; A.4.5.2; A.4.5.3; A.4.5.4; A.4.6.1.1; A.4.6.2.1; A.4.6.2.2; A.4.6.2.3; A.4.6.2.4.1; A.4.6.2.4.2; A.4.6.2.5.1; A.4.6.2.5.2; A.4.6.2.6; A.4.6.2.7; A.4.6.2.8; A.4.6.2.9; A.4.6.2.11; A.5.1.4.1; A.5.1.4.2; A.5.1.5.4; A.9.2.2 e A.11.2.1.

O relatório foi estruturado a partir das informações extraídas dos relatórios de atividades das unidades/subunidades que compõem a estrutura funcional da UJ Secretaria-Executiva.

Sumário

Introdução _____ *4*

1 Parte A, item 1 _____ *13*

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada _____ **13**

1.1.1 Relatório de Gestão Individual (Não se Aplica) _____ 13

1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado _____ 13

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade _____ **14**

1.3 Organograma Funcional _____ **15**

1.4 Macroprocessos finalístico _____ **24**

1.5 Macroprocessos de Apoio _____ **26**

1.6 Principais Parceiros _____ **27**

2 Parte A, item 2 _____ *27*

2.1 Planejamento da unidade _____ **27**

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados _____ **31**

2.2.1 Programa Temático _____ 31

2.2.1.1 Análise Situacional _____ 33

2.2.2 Objetivo – (Não houve ocorrência) _____ 33

2.2.3 Ações _____ 33

2.2.3.1 Ações - OFSS _____ 33

2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS - (Não houve Ocorrência) _____ 36

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS _____ 36

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI - (Não houve Ocorrência) _____ 37

2.2.3.5 Análise Situacional _____ 37

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão _____ **37**

2.3.1 PLANO DE AÇÃO - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2013 – INDICADORES _____ 37

2.3.1.1 Apresentação dos resultados _____ 38

2.3.1.1.1 Executar o plano anual de capacitação _____ 38

2.3.1.1.2 Realizar exame médico periódico dos servidores _____ 39

2.3.1.1.3 Executar o Projeto Esplanada Sustentável _____ 39

2.3.1.1.4 Executar ações para desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à qualidade de vida _____ 40

2.3.1.1.5 Executar ações para aperfeiçoar o modelo de gestão da programação orçamentária e financeira _____ 40

2.3.1.1.6 Aperfeiçoar o modelo de gestão de convênios _____ 41

2.3.1.1.7 Implantar o Programa de Governança de TI _____ 41

2.3.1.1.8 Atender as informações solicitadas nos termos da Lei de Acesso à Informação _____ 41

2.3.1.1.9 Executar as ações do plano de comunicação integrada _____ 42

2.3.1.1.10 Mapear os processos do Ministério _____ 42

2.3.1.1.11 Implementar manual de procedimentos em convênios _____ 43

2.3.1.1.12 Atualizar o banco de dados dos normativos que regulam os atos internos _____ 44

2.3.1.1.13 Atender as demandas dos órgãos de controle interno e externo _____ 44

2.3.1.1.14 Implantar um sistema de acompanhamento permanente das determinações e recomendações dos órgãos de controle _____ 44

2.3.1.1.15 Aperfeiçoar a gestão da segurança da informação e comunicações _____ 45

2.3.1.1.16 Analisar conclusivamente os processos de prestação de contas em estoque _____ 45

2.3.1.1.17 Ampliar a cooperação técnica internacional em turismo _____ 45

2.3.2 CGCV: Atividades e Resultados de 2013 46
2.3.2.1 Dos resultados operacionais e indicadores 47
2.3.3 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI 54
2.3.3.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO DE TI 54
2.3.3.1.1 Escritório de Projetos 54
2.3.3.1.2 Núcleo de Processos 56
2.3.3.2 Gestão da Central de Atendimento 56
2.3.3.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES 57
2.3.3.4 INFRAESTRUTURA de TI 59
2.3.3.5 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS 60
2.3.3.5.1 Manutenção de Sistemas 60
2.3.3.5.2 Sites e Portais 61
2.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANCAS - CGPOF 61
2.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - CGRL 65
2.3.5.1 Coordenação de Recursos Logísticos - CRL 65
2.3.5.1.1 Controle de Contratos 65
2.3.5.1.2 Contratos celebrados em 2013 66
2.3.5.2 Aquisições formalizadas que não geraram contrato 66
2.3.5.4 Contratos e Ata de Registro de Preços Vigentes no exercício 66
2.3.5.5 Controle de Compras 66
2.3.5.6 Coordenação de Serviços Gerais 66
2.3.5.6.1 Almoxarifado 66
2.3.5.7 Patrimônio 68
2.3.5.7.1 Metas e Necessidades para 2014 69
2.3.5.8 Arquivo Central 69
2.3.5.9 Protocolo 70
2.3.5.9.1 Objetivos e atribuições 70
2.3.5.9.2 Demonstrativo de atividades realizadas 70
2.3.5.9.3 Projetos desenvolvidos em 2013 71
2.3.5.9.4 Metas para 2014 71
2.3.5.10 Serviços Gerais 72
2.3.5.11 Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira 72
2.3.5.11.1 A interação da CEOF com as demais UA's do MTur: 72
2.3.5.11.2 Execução Orçamentária e Financeira 73
2.3.5.11.3 Execução de Diárias e Passagens 73
2.3.5.12 Estratégia de Atuação 74
2.3.5.13 Desempenho Operacional 74
2.3.5.14 Comissão Permanente de Licitação - CPL 75
2.3.5.14.1 Economia percebida pela realização de Licitação na modalidade de Pregão 77
2.3.5.14.2 Desempenho Operacional 77
2.3.5.14.3 Licitações programadas para serem realizadas/finalizadas em 2014 (Objeto Simplificado/Modalidade): 77
2.3.6 COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS – COGEP 78
2.3.6.1 INTRODUÇÃO 78
2.3.6.2 CADASTRO DE PESSOAL 79
2.3.6.2.1 Levantamento da Força de Trabalho 79
2.3.6.2.2 Informações sobre concursos realizados e/ou em andamento 81
2.3.6.2.3 Outros controles 82
2.3.6.2.4 Nada Consta 85
2.3.6.2.5 Carteiras funcionais 85
2.3.6.2.6 Sistema SISAC 85
2.3.6.2.7 Consultas para provimento de função no SIORG 85
2.3.6.3 PAGAMENTO DE PESSOAL 87
2.3.6.4 BENEFÍCIOS 89
2.3.6.4.1 Plano de Saúde – GEAP e ASSEFAZ 90
2.3.6.5 DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAS 91
2.3.6.6 PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM 2013 93

2.3.6.6.1 Ações de Qualidade de Vida 93
2.3.6.7 PROGRAMA DE ESTÁGIO EM 2013 94
2.3.6.8 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO 95
2.3.6.8.1 Contrato Temporário 95
2.3.6.8.2 Estágio Probatório 95
2.3.6.8.3 Progressão Funcional 96
2.3.6.8.4 Avaliação da GDPGPE 96
2.3.6.8.5 Avaliação da GDACE 96
2.3.6.9 CONSIDERAÇÕES 97
2.3.7 ATIVIDADES DO GABINETE DO MINISTRO 97
2.3.7.1 Assessoria Especial de Controle Interno 97
2.3.7.2 Assessoria Parlamentar 98
2.3.7.3 Assessoria de Comunicação Social 98
2.3.7.4 Assessoria Especial de Relações Internacionais 99
2.3.7.5 Consultoria Jurídica 100
2.3.7.6 Ouvidoria 101
2.3.8 Comissão de Tomada de Contas Especial 105

3 Parte A, item 3 106

3.1 Estrutura de Governança 106

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos 106

3.3 Remuneração Paga a Administradores – (Não se Aplica) 109

3.4 Sistema de Correição 109

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU 110

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos 110

4 Parte A, item 4 110

4.1 Execução das despesas 110
4.1.1 Programação 110
4.1.1.1 Análise Crítica 111
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa 111
4.1.3 Realização da Despesa 113
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total 113
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ - Não houve Ocorrência 113
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total 113
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ – Não houve Ocorrência 116
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação 116
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação 116
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa 119

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos – (Não se Aplica) 119

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores 119
4.3.1 Análise Crítica 120

4.4 Transferências de Recursos 121
4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício 121
4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios 122

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse 122
4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse 123
4.4.5 Análise Crítica 124

4.5 Suprimento de Fundos – (Não houve Ocorrência) 125

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ - (Não houve Ocorrência) 125

4.7 Gestão de Precatórios - (Não se Aplica) 125

5 Parte A, item 5 125

5.1 Estrutura de pessoal da unidade 125
5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada 125
5.1.1.1 Lotação 125
5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada 126
5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho 127
5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções 127
5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade 128
5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade 128
5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada 128
5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas - (Não houve Ocorrência) 129
5.1.5 Cadastramento no Sisac 129
5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC 129
5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU 130
5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac 130
5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico - (Não houve Ocorrência) 130
5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos 130
5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos – (Não houve Ocorrência) 132
5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos 132

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários 139
5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão – (Não se Aplica) 139
5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados – (Não se Aplica) 139
5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada 139
5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão 140
5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4 140
5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários 140

6 Parte A, item 6 141

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros 141

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário 145
6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial 145
6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional 145
6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ 146

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros 146

7 Parte A, Item 7 146

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) 146
7.1.1 Análise Crítica 148

8 Parte A, item 8 149

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 149

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 150

9 Parte A, item 9 151

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU 151
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício 151
9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício 171

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI 175
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício 175
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício – (Não houve Ocorrência) 185

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna – (Não se Aplica) 185

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93 185
9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93 185
9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações 186

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário 186

9.6 Alimentação SIASG E SICONV 188

10 Parte A, item 10 – (Não se Aplica) 190

11. Parte A, Item 11 190

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público 190

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis 191
11.2.1 Declaração Plena – (Não houve Ocorrência) 191
11.2.2 Declaração com Ressalva 191

parte B do anexo ii da dn 127/2013– CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS. 193

59 Parte B, item 47 194

Ação 14KP - Grandes Eventos Esportivos. 194

QUADROS

Quadro A.1.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado 13

Quadro A.2.2.1 – Programa TEMÁTICO - PROGRAMA: 2076 – Turismo - 32

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS 33

Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS 36

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 106

Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas 110
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa 111
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa 112
Quadro A.4.1.3.1. – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total 113
Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total 114
Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação 116
Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação 117
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores 119
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 121
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 122
Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios 123
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores 129
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 129
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007) 130
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac 130
Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva 139
Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra 140
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários 140
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União 145
Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional 145
Quadro A.6.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ 146
Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial LOCADOS DE TERCEIROS 146
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 149
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 150
Quadro A.9.1.1.1- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 151
Quadro A.9.1.1.2 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 151
Quadro A.9.1.1.3 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 152
Quadro A.9.1.1.4- Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 153
Quadro A.9.1.1.5 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 153
Quadro A.9.1.1.6 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 154
Quadro A.9.1.1.7 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 154
Quadro A.9.1.1.8 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 155
Quadro A.9.1.1.9 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 156
Quadro A.9.1.1.10 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 156
Quadro A.9.1.1.11 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 157
Quadro A.9.1.1.12 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 157
Quadro A.9.1.1.13 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 158
Quadro A.9.1.1.14 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 159
Quadro A.9.1.1.15 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 159
Quadro A.9.1.1.16 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 160

Quadro A.9.1.1.17 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 161
Quadro A.9.1.1.18 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 161
quadro A.9.1.1.19 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 162
Quadro A.9.1.1.20 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 162
Quadro A.9.1.1.21 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 163
Quadro A.9.1.1.22 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 163
Quadro A.9.1.1.23 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 164
Quadro A.9.1.1.24 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 165
Quadro A.9.1.1.25 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 165
Quadro A.9.1.1.26 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 166
Quadro A.9.1.1.27 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 167
Quadro A.9.1.1.28 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 167
Quadro A.9.1.1.29 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 168
Quadro A.9.1.1.30 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 168
Quadro A.9.1.1.31 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 169
Quadro A.9.1.1.32 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 169
Quadro A.9.1.1.33 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 170
Quadro A.9.1.2.1 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 171
Quadro A.9.1.2.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 171
Quadro A.9.1.2.3 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 172
Quadro A.9.1.2.4A - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 173
Quadro A.9.1.2.4B - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 173
Quadro A.9.1.2.4C - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 174
Quadro A.9.1.2.4D - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício 175
Quadro A.9.2.1.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 175
Quadro A.9.2.1.2 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 176
Quadro A.9.2.1.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 177
Quadro A.9.2.1.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 177
Quadro A.9.2.1.5 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 178
Quadro A.9.2.1.6 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 178
Quadro A.9.2.1.7 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 179
Quadro A.9.2.1.8 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 180
Quadro A.9.2.1.9 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 181
Quadro A.9.2.1.10 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 181
Quadro A.9.2.1.11 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 182
Quadro A.9.2.1.12 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 182
Quadro A.9.2.1.13 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 183
Quadro A.9.2.1.14 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 184
Quadro A.9.2.1.15 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 184
Quadro A.9.5 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013 186
Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV 188

QUADRO 11.1 - SITUAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS E DESPESA DE DEPRECIAÇÃO DE 2013 _____ *191*

Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. _____ *191*

1 PARTE A, ITEM 1

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual (Não se Aplica)

1.1.2 Relatório de Gestão Consolidado

QUADRO A.1.1.2 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério do Turismo			**Código SIORG**: 72084
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: Secretaria-Executiva			
Denominação Abreviada: SE/MTur			
Código SIORG: 72567	**Código na LOA:** 54101		**Código SIAFI:** 540003
Natureza Jurídica: Órgão Público		**CNPJ:** 05.457.283/0001-19	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			**Código CNAE:** 84.11-6-00
Telefones/Fax de Contato:	(061) 2023.7111	(061) 2023.7123	(061) 2023.7303
Endereço Eletrônico: secretaria.executiva@turismo.gov.br			
Página na Internet: http://www.turismo.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 2º andar, sala 204, CEP 70065-900, Brasília, DF.			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas

Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação	Código SIORG
DGI/SPOA DGE Gabinete Ministro	540011 540001 540002	05.457.283/0001-19 05.457.283/0001-19 05.457.283/0001-19	Ativa Ativa Ativa	96998 96997 72568

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Medida Provisória n° 103, de 01.01.2003, publicada no DOU da mesma data, convertida na lei 10.683, de 28.05.2003, publicada no DOU de 29.05.2003; e alterações da Lei n° 11.958, de 26.06. 2009 publicada no DOU de 29.06.2009.
Decreto n°. 5.203, de 03.09.2004, publicado no DOU de 06.09.2004;
Decreto n°. 6.546, de 25.08.2008, publicado no DOU de 26.08.2008.
Decreto nº. 8.102, de 06.09.2013, publicado no DOU de 09.09.2013.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

Manual Técnico de Programação Financeira – 2012
Manual Técnico de Programação Orçamentária – 2012
Manual Setorial Contábil – 2012
Manual da Comissão de Tomada de Conta Especial

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
540001	Coordenação – Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
540002	Gabinete do Ministro
540003	Secretaria-Executiva

540004 540009 540010 540011 540012 540014 540015	CGRL e CGTI Setorial Contábil Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas Diretoria de Gestão Interna/Subsecretaria de Planejamento, Orçam. Administração Coordenação-Geral de Convênios Coordenação da UCP – Prodetur Nacional Projeto BID

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
540001	00001
540003	00001
540004	00001
540009	00001
540010	00001
540011	00001
540012	00001
540014	00001
540015	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Unidade Jurisdicionada Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo – UJ SE/MTur é um órgão de apoio para auxiliar o ministro e as secretarias nacionais do turismo nas suas atividades por meio da administração e do planejamento. Assim compete à UJ SE/MTur auxiliar o Ministro de Estado do Turismo na definição de diretrizes e na implementação de políticas e ações da área de competência do Ministro, cabe ainda à esta UJ promover a articulação intergovernamental, visando à identificação de mecanismos de articulação específicos das políticas públicas do turismo. Em 6 de setembro de 2013 foi publicado o Decreto nº 8.102, com a nova estrutura regimental para o Ministério do Turismo. O Artigo 6º traz as competências da Secretaria-Executiva:

I - assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias que integram a estrutura do Ministério e da autarquia a este vinculada;

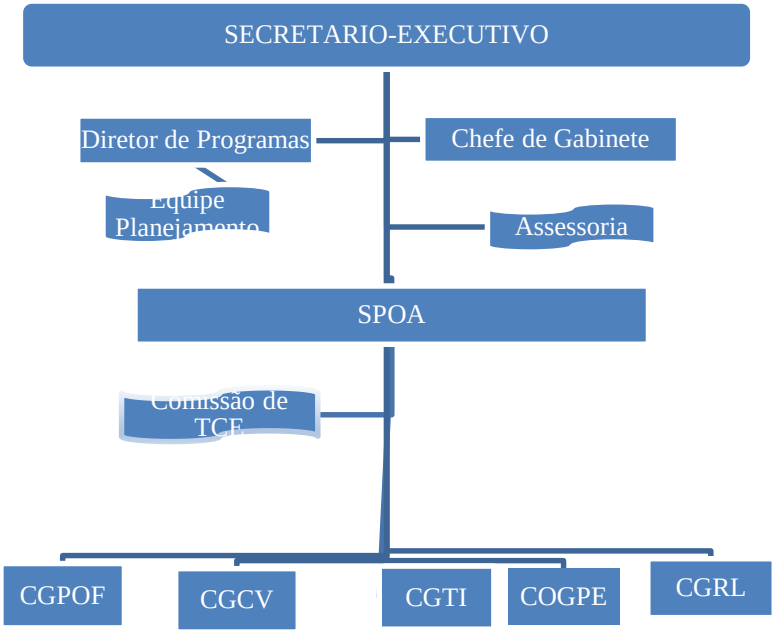
II - supervisionar e coordenar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de organização e inovação institucional, de pessoal civil e de serviços gerais, no âmbito do Ministério; e

III - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das políticas e ações da área de competência do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, a ela subordinada, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, de Administração de Recursos de Informação e Informática - Sisp, de Serviços Gerais - Sisg, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional - Siorg e do Sistema Nacional de Arquivos - Sinar.

1.3 Organograma Funcional

O organograma funcional da UJ SE/MTur, abaixo, traz nos retângulos a estrutura formal definida no Decreto Regimental nº 8.102/2013 e nas "flamulas" as equipes especializadas com tarefas definidas, mas não contempladas no Decreto.



Segundo o Art. 18. do Decreto nº 8.102/13 ao Secretário-Executivo compete:
I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o planejamento da ação global do Ministério, em consonância com as diretrizes do Governo federal;
II - supervisionar e avaliar a execução dos projetos e das atividades do Ministério;
III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas da área de competência da Secretaria-Executiva;
IV - supervisionar e coordenar as Secretarias integrantes da estrutura do Ministério; e
V - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.

1.3.1. São atribuições do Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo:

Assistir ao Secretário-Executivo na execução de suas atribuições; coordenar a pauta de trabalho do Secretário-Executivo e solicitar o preparo de expediente para seu despacho; orientar e controlar as atividades administrativas no âmbito da Secretária Executiva; e assistir ao Secretário-Executivo na supervisão e coordenação da ação institucional.

1.3.2 São atribuições do Diretor de Programas:

Supervisionar, coordenar e promover as atividades relacionadas ao planejamento estratégico, de organização, de melhoria da gestão e desburocratização, no âmbito do Ministério e da entidade vinculada e, especificamente, conforme art. 5º do Decreto Regimental, cabe:

I - coordenar, orientar e supervisionar o processo de planejamento estratégico;
II - formular, propor, coordenar e apoiar a implementação de programas, projetos e ações sistêmicas de transformação da gestão, voltados ao fortalecimento institucional do Ministério e da entidade vinculada;
III - coordenar, integrar e avaliar a atuação dos órgãos do Ministério e da entidade vinculada, com vistas ao cumprimento das políticas, metas e projetos estabelecidos;
IV - estabelecer e implementar sistemáticas de elaboração, acompanhamento, avaliação e revisão do plano plurianual, da proposta orçamentária e da programação orçamentária e financeira, propondo medidas para correção de distorções e aperfeiçoamento;
V - orientar e executar as atividades relativas à contabilidade analítica e ao processo de concepção e alinhamento de estruturas organizacionais e de melhoria de gestão e desburocratização;
VI - coordenar a coleta de informações e elaborar os relatórios anuais de gestão, propiciando maior transparência junto à sociedade em geral;
VII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em danos ao erário; e
VIII - propor a instauração de tomada de contas especial e demais medidas de sua competência quando a prestação de contas não for aprovada, depois de exauridas as providências cabíveis.
Para cumprimento das atribuições regimentais a Diretoria conta com as seguintes estruturas:

1.3.2.1 São atribuições da Equipe de Assessoria:

I – assistir o Secretário-Executivo na execução de suas atribuições internas;
II – assistir o Secretário-Executivo na representação institucional junto a outros órgãos governamentais nos âmbitos federal, estadual e municipal, parlamentares e entidades representativas do setor.

1.3.2.2 São atribuições da Equipe de Planejamento:

A Equipe de Planejamento está vinculada ao Diretor de Programa, é responsável pela elaboração do Relatório de Gestão da Secretaria Executiva, Mensagem Presidencial, Prestação de Contas da Presidência da República. É responsável pela elaboração, acompanhamento e monitoramento dos Planos de Ação e do Planejamento Estratégico. Compete também à Equipe a coordenação da avaliação de desempenho institucional para Gratificação de Desempenho do Plano de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE. Cabe

também a esta equipe a coordenação da elaboração, o acompanhamento e o monitoramento do Plano Plurianual - PPA.

1.3.3 São competências da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA:

Supervisionar, coordenar e promover as atividades relacionadas com a gestão de pessoas, logística, tecnologia da informação, administração financeira e de documentação e arquivo no âmbito do Ministério e, ainda, especificamente, elaborar e consolidar os planos e programas relativos às atividades de sua área de competência; desenvolver as atividades de execução orçamentária e financeira; realizar ações de desenvolvimento e administração de pessoas; executar as atividades relativas à celebração e à prestação de contas de convênios, acordos e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos do Orçamento Geral da União; desenvolver as atividades de administração de serviços gerais e de gestão documental; e estabelecer e formular estratégias e padrões relacionados com a administração dos recursos de informação e informática para a sistematização e disponibilização de informações gerenciais, visando dar suporte ao processo decisório e à supervisão ministerial. E ainda, de acordo com o Art. 7º do Decreto 8.102/2013:

I - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de administração dos recursos de informação e informática, de organização e inovação institucional, de pessoal civil, de serviços gerais e de arquivo;
II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais a que se refere o inciso I do caput, informar e orientar os órgãos do Ministério e a entidade a ele vinculada quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;
III - promover e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades de sua competência, submetendo-os à decisão superior;
IV - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério, atuar na elaboração, acompanhamento, avaliação e revisão do plano plurianual, da proposta e da programação orçamentárias, e propor medidas para correção de distorções;
V - analisar e avaliar as prestações de contas do Ministério, parciais ou finais, quanto aos seus aspectos técnicos e financeiros, e propor a instauração de tomada de contas especial e demais medidas de sua competência quando não forem elas aprovadas, após exauridas as providências cabíveis; e
VI - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e de responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa à perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em danos ao erário.

1.3.3.1 São atribuições da Comissão de Tomada de Conta Especial – CTCE:

Receber o processo da Coordenação Geral de Convênios; verificar se este atende aos requisitos para instauração de Tomada de Contas Especial ou para inscrição no CADIN; verificar se a Convenente encontra-se inadimplente no SIAFI; fazer o registro em apuração no SIAFI; montar o processo de Tomada de Contas Especial, copiando as peças necessárias dos processos de formalização e de prestação de contas; elaborar o Relatório do Tomador de Contas; atualizar o valor do débito, utilizando o programa Débito do TCU; fazer a baixa do registro em apuração no SIAFI; encaminhar o processo à Setorial

Contábil para que esta faça a NL de responsabilidade, com o valor atualizado do débito; enviar o processo de Tomada de Contas Especial à CGU.

1.3.3.1 São competências da Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF:

A Coordenação-Geral de Planejamento Orçamento e Finanças, como Órgão Setorial de Planejamento e Orçamento, Administração Financeira e Contabilidade tem por finalidade estabelecer ligação e descentralização entre as Unidades da Administração Direta e Indireta deste Ministério, com a Secretaria de Orçamento Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos e Secretaria Federal de Controle, tendo sob a sua gestão a transferência de créditos orçamentários e recursos financeiros às diversas Unidades Gestoras.

Cabe ainda a esta Coordenação-Geral, entre outros: revisão do Plano Plurianual - PPA; acompanhamento e monitoramento do Cadastro de Ações; elaboração e consolidação do PLDO e PLOA; Balanço de Governo; acompanhamento e controle das dotações consignadas na Lei de Orçamento e dos créditos concedidos. Atua, ainda, no planejamento para orientar, analisar, coordenar e acompanhar a elaboração e consolidação das propostas orçamentárias das Unidades Administrativas do Ministério do Turismo e entidade vinculada, em conformidade com as políticas, diretrizes e metas estabelecidas. Efetua o acompanhamento e análise de crédito orçamentário e de outros adicionais, bem como apresentar relatórios sobre a disponibilidade de recursos orçamentários; coordena a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Planejamento e Orçamento, observando as diretrizes do Órgão Central.

1.3.3.1.1 São atribuições da Setorial de Contabilidade – CCONT:

Compete a esta setorial prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda; verificar a conformidade de registro de gestão efetuada pela unidade gestora; efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados.

1.3.3.2 As competências da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP são:

Planejar, coordenar, controlar, monitorar e avaliar as atividades relacionadas às políticas de administração de pessoal, de assistência e medicina social, seguindo as diretrizes oriundas do órgão central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC; controlar, implementar e atualizar os atos pertinentes à vida funcional dos servidores, ao preparo da folha de pagamento de pessoal, à aplicação da legislação de pessoal, tanto em procedimentos administrativos quanto judiciais no âmbito do Ministério; controlar e avaliar a prestação de serviços que envolvam os sistemas de administração de recursos humanos, no âmbito do Ministério; fornecer ao órgão central do SIPEC elementos necessários à sua gestão; assistir as unidades descentralizadas nos assuntos de sua área de atuação. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL compete:

1.3.3.3 São competências da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL:

Supervisionar, registrar e acompanhar a execução de contratos de prestação de serviços, execução de obras e entrega futura de materiais; Elaborar minutas de instrumentos administrativos tais como: acordos, contratos, cartas contrato extratos, termos aditivos e outros congêneres, mormente submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica; Providenciar as atividades pertinentes às assinaturas dos instrumentos contratuais; Gerir o sistema de administração patrimonial; - Instruir os processos relativos ao desfazimento e desaparecimento) de bens móveis; orientar e acompanhar a legislação quanto ao controle de bens imóveis observando as normas e procedimentos estabelecidos pela Secretaria Patrimônio da União; apropriar ao sistema integrado de administração financeira - SIAFI as despesas relativas à aquisição de material de consumo; atestar o recebimento de materiais disponibilizados para o MTur, em sua respectiva nota fiscal, fatura ou documento equivalente; e receber, conferir e encaminhar as matérias administrativas enviadas pelas Unidades do Ministério para publicação no DOU.

1.3.3.4 São competências da Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação - CGTI:

Planejar, coordenar e controlar as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação (TI) nas áreas de contratações; processos; gerenciamento de projetos; segurança da informação e comunicações; desenvolvimento de sistemas de informação e sustentação de produtos e serviços de TI; apoiar a elaboração e gerir a execução do Planejamento Estratégico de TI e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação; atender às deliberações do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo, alinhando-se aos objetivos estratégicos estabelecidos, apoiando o desenvolvimento organizacional e a modernização administrativa do órgão; definir o processo de planejamento e gestão de Tecnologia da Informação; propor, monitorar e controlar a execução de serviços contratados a terceiros na sua área de atuação; participar da elaboração e das propostas dos orçamentos anuais de informática, visando à garantia dos recursos computacionais adequados às atividades do Ministério; estabelecer as diretrizes para as aquisições de equipamentos de informática, de softwares e de novas tecnologias; bem como emitir parecer técnico em processos de contratação de serviços ou aquisição de produtos de TI; aprovar tecnicamente os processos de contratação de serviços ou aquisição de produtos de TI no âmbito do Ministério; elaborar e propor normas, procedimentos e padrões para utilização dos recursos tecnológicos de informática no Ministério do Turismo; coordenar e supervisionar a implementação das políticas e diretrizes de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações; estar alinhado às políticas e diretrizes do Governo Federal quanto à Tecnologia da Informação; responsabilizar-se pela prospecção de necessidades, mapeamento, recebimento, encaminhamento e acompanhamento das demandas de TI oriundas das diversas áreas gestoras do Ministério; garantir a continuidade dos serviços de TI no âmbito do Ministério.

1.3.3.4 São competências da Coordenação-Geral de Convênios - CGCV:

A Coordenação-Geral de Convênios — CGCV, que a partir deste Relatório de Gestão não se constitui como UJ para apresentar relatório, tem como competências:
I – desenvolver e aperfeiçoar os processos relativos à descentralização das ações do Ministério que se derem por meio de convênios e instrumentos congêneres, verificando a especial observância às disposições contidas na legislação vigente;

II – auxiliar, quando solicitada, na elaboração de minutas dos instrumentos de convênios, acordos e ajustes;
III – elaborar extratos dos instrumentos de convênios, acordos e ajustes e providenciar a sua publicação;
IV – acompanhar a execução do cronograma de desembolso dos convênios e monitorar a execução das ações dos acordos e ajustes, sob aspectos administrativos, financeiros e contábeis;
V – propor à Diretoria de Gestão Interna a aprovação de prestação de contas dos convênios analisados, quando for o caso; e
VI – submeter à SPOA o registro de inclusão ou exclusão de inadimplência no SIAFI e a proposição de instauração de Tomada de Contas Especial no processo de prestação de contas que gerou a inadimplência, quando for o caso.

Dessas atribuições, vale ressaltar que, por necessidade de segregação das atividades, o acompanhamento da execução do cronograma de desembolso dos convênios (item IV) é realizado pela unidade celebrante do termo, a quem compete acompanhar a e instrumentos congêneres execução física e decidir pelas liberações financeiras, cabendo à CGCV, nesse quesito, apenas avaliar os atos da execução, nos aspectos administrativo, financeiro e contábil, e, quando autorizada pela unidade responsável pela gestão do convênio, realizar os atos de efetivação de empenho, pagamento e registros no SIAFI e no SICONV.

Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Gabinete do Ministro-GM tem como finalidade assistir ao Ministro em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de expedientes; acompanhar o andamento dos projetos de interesse ou iniciativa do MTur, em tramitação no Congresso Nacional, e assessorar o Ministro no atendimento às consultas e requerimentos formulados por parlamentares e órgãos de controle; exercer as atividades de comunicação social relativas às realizações do MTur; coordenar, no âmbito do MTur, as atividades relacionadas à ouvidoria; coordenar e desenvolver atividades, no âmbito internacional, que auxiliem a atuação institucional do MTur, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos da Administração Pública.

O GM/MTur é composto pela Coordenação Técnica Administrativa, Coordenação do Cerimonial, Ouvidoria, Assessoria Parlamentar, Assessoria Especial de Relações Internacionais, Assessoria de Comunicação Social. Além disso, o assessoramento ao Ministro conta com a participação da Consultoria Jurídica, que é um órgão de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado e setorial da Advocacia-Geral da União e da Assessoria Especial de Controle Interno, que tem por objetivo assistir ao Ministro nos assuntos relacionados aos órgãos de controle.

1.3.4 Organograma Funcional do Gabinete do Ministro

O organograma funcional da UJ GM/MTur, abaixo, traz a estrutura formal definida no Decreto nº 8.102/2013:

Figura – Organograma da UJ GM/MTur

Segundo o Art. 3º do Decreto nº 8.102/13, ao Gabinete compete:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho do seu expediente pessoal;
II - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, e acompanhar o andamento dos projetos de interesse do Ministério;
III - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação do Ministério;
IV - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social do Ministério;
V - assistir o Ministro de Estado em seus deslocamentos no território nacional e no exterior;
VI - coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de ouvidoria;
VII - receber, registrar, responder e solucionar reclamações, sugestões, elogios e denúncias na defesa dos direitos e dos interesses dos usuários dos serviços turísticos; e
VIII - exercer outras competências que lhe forem atribuídas pelo Ministro de Estado.

1.3.4.1 São atribuições do Chefe de Gabinete do Ministro de Estado do Turismo:

Assistir ao Ministro na execução de suas atribuições; coordenar a pauta de trabalho e solicitar o preparo de expedientes para despacho; orientar e controlar as atividades administrativas no âmbito do Gabinete; assistir ao Ministro na supervisão e coordenação da ação institucional.

1.3.4.2 São atribuições da Assessoria Especial do Ministro de Estado do Turismo:

Assistir ao Ministro na execução de suas atribuições internas, bem como na representação institucional junto a outros órgãos governamentais nos âmbitos federal, estadual e municipal, parlamentares e entidades representativas do setor.

1.3.4.3 São atribuições da Assessoria Especial de Controle Interno:

Assessorar o Ministro nos assuntos de competência do controle interno, orientar os administradores de bens e recursos públicos nos assuntos pertinentes à área de competência do controle interno, inclusive na forma de prestar contas, submeter à apreciação do Ministro de Estado os processos de tomadas e prestação de contas, para o fim previsto no art. 52, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, auxiliar os trabalhos de elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República, acompanhar a implementação, pelos órgãos e pelas unidades, das recomendações do Sistema de Controle Interno e do Tribunal de Contas da União e coletar informações dos órgãos de jurisdição, para inclusão de ações de controle nos planos e programas do órgão central do Sistema, com vistas a atender às necessidades dos ministérios.

1.3.4.4 São atribuições da Assessoria Especial de Relações Internacionais, conforme disposto no art. 4º do Decreto nº 8.102/13:

I - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a celebração de acordos e instrumentos de cooperação técnica internacional;
II - apoiar, planejar, coordenar, desenvolver atividades e acompanhar a atuação e a participação do Ministério em fóruns e organismos internacionais de interesse do turismo nacional, de acordo com a política externa do País;
III - apoiar, planejar, coordenar, acompanhar e promover estudos e iniciativas para subsidiar a atuação do Ministério e do governo brasileiro nas negociações de acordos comerciais que tratem de produtos e serviços turísticos;
IV - apoiar, planejar, coordenar e acompanhar a articulação do Ministério com órgãos e instituições governamentais com atuação no cenário internacional; e
V - pesquisar, identificar, analisar e divulgar novas práticas de desenvolvimento e gestão do turismo, realizadas no âmbito internacional, visando aprimorar a qualidade e a competitividade do turismo brasileiro.

1.3.4.5 São atribuições da Consultoria Jurídica, conforme disposto no art. 5º do Decreto nº 8.102/13:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica no âmbito do Ministério;
II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;
III - atuar, em conjunto com os órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos submetidas ao Ministro de Estado;
IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;
V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas; e
VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de edital de licitação, e os contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e
b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida a dispensa de licitação.

1.3.4.6 São atribuições da Coordenação do Cerimonial:

Planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de cerimonial do Gabinete, assistir ao Ministro de Estado em sua representação social, mediante a organização de sua agenda de compromissos e preparação de sua participação em eventos nacionais, participar do planejamento, organização e acompanhamento de viagens do Ministro de Estado, bem como assessorá-lo em seus deslocamentos no Brasil, em eventos promovidos por este Ministério, e elaborar e encaminhar respostas relativas a convites e manifestações dirigidas ao Ministro de Estado.

1.3.4.7 São atribuições da Ouvidoria:

Estimular e apoiar a criação de estruturas descentralizadas do turismo, implementar políticas de estímulo à participação de usuários e entidades da sociedade no processo de avaliação dos serviços prestados pelos organismos promotores do turismo, analisar sugestões emanadas da sociedade civil por intermédio de suas organizações, com vistas à ampliação do acesso e à melhoria dos serviços de turismo e promover a discussão com os outros órgãos do Ministério, promover ações para assegurar a preservação dos aspectos éticos, de privacidade confidencialidade em todas as etapas do processamento das reclamações apresentadas ou informações solicitadas, propor medidas visando assegurar o acesso do cidadão às informações individuais existentes nos órgãos de turismo, e recomendar a correção de problemas identificados mediante reclamações enviadas diretamente ao Ministério contra atos e omissões ilegais ou indevidas no âmbito do turismo.

1.3.4.8 São atribuições da Assessoria de Comunicação Social:

Planejar, orientar, controlar e supervisionar a execução das atividades de comunicação social do Ministério, unidades descentralizadas e entidade a ele vinculada, observadas as diretrizes do órgão responsável pela Comunicação Social da Presidência da República, subsidiar a definição de estratégias de divulgação das ações e serviços do Ministério, coordenar a execução das ações de publicidade institucional e legal do Ministério, bem como a editoração e a publicação técnica e institucional, promover e acompanhar, junto à mídia, a formação de opinião pública relativa ao Ministério, analisar e acompanhar a contratação de agências de publicidade e a realização de campanhas publicitárias institucionais e de serviços, receber, avaliar e acompanhar a demanda de serviços de edição das publicações técnicas e institucionais do Ministério, pesquisar, selecionar e analisar matérias e notícias divulgadas na mídia relativas ao Ministério, ou de seu interesse, com vistas ao acompanhamento da opinião pública, organizar e manter arquivo de assuntos de interesse do Ministério captados na imprensa, e reproduzir textos jornalísticos e técnicos destinados a informar e orientar a mídia e o público com relação às atividades do Ministério.

1.3.4.9 São atribuições da Assessoria Parlamentar:

Supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério junto ao Poder Legislativo, dentre elas, providenciar o atendimento aos Requerimentos de Informações do Poder Legislativo em articulação com os demais setores do Ministério, respeitando os prazos legais, acompanhar e manter atualizado os pronunciamentos parlamentares sobre assuntos da área de competência do Ministério, encaminhar solicitações de Deputados e de Senadores e prestar-lhes esclarecimentos e informações sobre matérias de competência do Ministério.

1.4 Macroprocessos finalístico

A UJ Secretaria-Executiva no âmbito do Órgão Ministério do Turismo é essencialmente uma secretaria de macroprocessos meio e de apoio. Contudo tomando o conceito definido para este capítulo, pelo TCU, "*os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização, estão diretamente relacionados aos objetivos estratégicos desta e recebem apoio de outros processos internos, gerando produto/serviço para o cliente interno ou externo",* faz-se necessário entender o "finalístico", aqui, como *à essência* da UJ SE/MTur. A atividade de mapeamento de processo tanto da UJ SE/MTur, quanto de todo MTur encontra-se em pleno andamento, até agora estão mapeados cerca de 50% dos processos da UJ/MTur.

Planejamento Estratégico

- ✓ **Planejamento Estratégico**
  (Processos identificados e não homologados com o gestor da área)
  Formular Políticas e Diretrizes Estratégicas
  - Sincronizar Plano Nacional de Turismo – PNT
  - Formular o Planejamento Estratégico – PE
  - Desenvolver o Plano de Ação
  - Formular o Plano Plurianual – PPA

  Orientar na Definição de Metas e Indicadores de Desempenho
  Planejar a Gestão Orçamentária e Financeira
  - Planejar e Elabor*ar Projeto de Lei Orçamentária*

- ✓ **Monitoramento e Avaliação**
  (Processos identificados e não homologados com o gestor da área)
  - Acompanhar e Monitorar o Plano de Ação
  - Acompanhar Avaliação de Desempenho Institucional para GDPGPE
  - Promover Melhorias nos Sistemas de Monitoramento
  - Estruturar e Consolidar Relatórios Anuais

Tecnologia da Informação
(Processos mapeados e homologados)

- ✓ Gerenciamento de Projetos
- ✓ Operação do EGP-TI
- ✓ Manutenção de Sistemas - Gestão de Sistemas
- ✓ Gestão de Banco de Dados - Gestão de Sistemas
- ✓ Escritório de Processos
- ✓ Gestão de Infraestrutura
- ✓ Administração CGTI
- ✓ Gerenciamento do Contrato de Soluções de TI
- ✓ Gestão do Help Desk
- ✓ Relacionamento com o cliente

- ✓ Escritório de Governança
  - Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI
  - Plano de Metas e Ações (em desenvolvimento)
  - Estrutura, Processos, Operação e Gestão
  - Medição de Desempenho
- ✓ Gestão da Segurança da Informação

Gestão de Pessoas

(Processos identificados e não homologados com o gestor da área)

- ✓ Recrutar, Selecionar e Alocar Pessoas
- ✓ Desenvolver Saúde Ocupacional e da Qualidade e Vida dos Servidores
- ✓ Desenvolver Competências Técnicas e Gerenciais
- ✓ Administrar e Avaliar Pessoas
- ✓ Gerir Folha de Pagamento

Recursos Logísticos

(Processos identificados e não homologados com o gestor da área)

- ✓ Arquivo
- ✓ Almoxarifado
- ✓ Aquisição e contratação de produtos e serviços
- ✓ Patrimônio
- ✓ Protocolo
- ✓ Reprografia
- ✓ Serviços Gerais
- ✓ Transporte

Orçamento e Finanças

(Processos identificados e não homologados com o gestor da área)

- ✓ Acompanhamento Orçamentário e Financeiro
  - Descentralizar Recurso Orçamentário e Financeiro
  - Controlar Execução Orçamentária e Financeira
  - Acompanhar a Execução das Emendas Parlamentares
  - Orientar as Unidades Gestoras sobre Execução Orçamentária e Financeira
  - Realizar Alterações e Ajustes pertinentes ao Orçamento Anual
- ✓ Contabilidade
  - Realizar Conformidade Contábil
  - Orientar as Unidades Gestoras quanto as Rotinas Contábeis
  - Elaborar Informativo Orçamentário e Financeiro
  - Realizar Registro de Responsabilidade referente à Tomada de Contas Especial - TCE

Gestão de Convênios

(Mapeados, porém, ainda não homologados pelo GT)

- ✓ Proposição
- ✓ Celebração
- ✓ Acompanhamento
- ✓ Prestação de Contas
- ✓ Tomada de Contas Especial - TCE

Ouvidoria

- ✓ Implementar políticas de estímulo à participação da sociedade no processo de avaliação dos serviços prestados pelos organismos promotores do turismo
- ✓ Propor medidas visando assegurar o cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)

- ✓ Recomendar a correção de problemas identificados mediante reclamações enviadas diretamente ao Ministério contra atos e omissões ilegais ou indevidas no âmbito do turismo de turismo

Comunicação Social
(Processos não mapeados)

- ✓ Planejar, orientar, controlar e supervisionar a execução das atividades de comunicação social do Ministério, observadas as diretrizes do órgão responsável pela Comunicação Social da Presidência da República
- ✓ Definir estratégias de divulgação das ações e serviços do Ministério
- ✓ Coordenar a execução das ações de comunicação institucional e legal, bem como a editoração e publicação técnica
- ✓ Produzir conteúdo Jornalístico
- ✓ Atender solicitações da imprensa
- ✓ Monitorar notícias referentes ao Ministério do Turismo e seus porta-vozes na mídia, utilização de mídias digitais para divulgação de informações do MTur e interação com usuários

Assessoramento Parlamentar
(Processos não mapeados)

- ✓ Supervisionar, orientar e controlar as atividades relacionadas ao acompanhamento de matérias legislativas e outros assuntos de interesse do Ministério junto ao Poder Legislativo;
- ✓ Encaminhar e responder todas as demandas solicitadas pelo Congresso Nacional

Assessoramento Internacional
(Processos não mapeados)

- ✓ Coordenar e supervisionar as atividades de caráter internacional
- ✓ Articular com os demais órgãos do Ministério, quanto às ações internacionais, em estrita observância aos ditames da política externa brasileira

Assessoramento Jurídico
(Processos não mapeados)

- ✓ Assessorar o Ministro de Estado em assuntos de natureza jurídica
- ✓ Assessorar o Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos por ele praticados e daqueles oriundos de órgãos ou entidade sob sua coordenação jurídica

Controle Interno
(Processos não mapeados)

- ✓ Assessorar o Ministro nos assuntos de competência de controle interno
- ✓ Auxiliar nos trabalhos de elaboração na prestação de contas anual do Presidente da República
- ✓ Acompanhar a implementação, pelas unidades do Ministério do Turismo, das recomendações do Controle Interno e do Tribunal de Contas da União (TCU)

1.5 Macroprocessos de Apoio

A especificidade de relacionar os Macroprocessos de Apoio para a UJ SE/MTur, já referida no item anterior, tem neste, a mesma conformidade, ou seja, dada que a função institucional da Secretaria-Executiva é a de ser unidade de apoio ao Ministério do Turismo, quando considerada de *per si*, para cumprir seus objetivos, a UJ/SE tem como cliente seus próprios quadros internos. Neste item são Macroprocessos de Apoio que suportam os Macroprocessos Finalísticos da UJ SE/MTur: Prover equipamentos e serviços de informática de apoio ao trabalho das equipes; desenvolver programas e

sistemas informatizados; contratação, treinamento e controle dos recursos humanos; e prestar serviços gerais diversos, tais como, material de expediente, limpeza, telecomunicações, viagens e passagens.

1.6 Principais Parceiros

1.6.1 . Principais Parceiros Internos

Os parceiros internos ao órgão, Ministério do Turismo, desta UJ SE/MTur são a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Programas do Turismo – SNPDTur, a Secretaria Nacional de Políticas do Turismo – SNPTur e o Gabinete do Ministro.

1.6.2. Principais Parceiros Externos

Os principais parceiros externos desta UJ SE/MTur são a EMBRATUR Instituto Brasileiro do Turismo, Conselho Nacional de Turismo – CNT, e o Fórum de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo – FORNATUR.

2 PARTE A, ITEM 2

2.1 Planejamento da unidade

O Planejamento Estratégico e o Plano de Ação 2013 do Ministério do Turismo são coordenados pela Equipe de Planejamento vinculada ao Diretor de Programas da Secretaria-Executiva.

O Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo - publicado na Portaria MTur nº 179, de 26 de Abril de 2012 - seguiu a metodologia do BSC – *Balanced Scored Card*. A gestão estratégica do Ministério do Turismo está representada graficamente pelo seu Mapa Estratégico (Figura 1). Ele sintetiza o conjunto de objetivos que terão de ser alcançados para a consecução da Visão e cumprimento da Missão. Os objetivos são agrupados em perspectivas, conforme a seguir: Perspectiva Resultados - contempla objetivos para atendimento à sociedade e parceiros do turismo; Perspectiva Processos - contém objetivos de estruturação, excelência administrativa e fomento e promoção do turismo; Perspectiva Aprendizado e Inovação - congrega objetivos de gestão estratégica de pessoas e de efetividade na aplicação de recursos.

Figura 1 - Mapa Estratégico

Os seguintes focos estratégicos orientam o Mapa do Ministério do Turismo: Cuidando do turismo no Brasil: crescimento econômico e social por meio do turismo; Estruturação, Fomento e Promoção: qualificação, promoção da atividade turística e estruturação dos destinos; Excelência Administrativa: profissionalização e modernização da gestão do MTur; Gestão Estratégica de Pessoas: motivação, desenvolvimento e retenção de talentos; Efetividade na Aplicação de Recursos: otimizar uso dos recursos orçamentários, financeiros, logísticos e tecnológicos. A Secretaria-Executiva possui iniciativas nos três últimos focos: Excelência Administrativa, Gestão Estratégica de Pessoas e Efetividade na Aplicação de Recursos.

Na Excelência Administrativa tem-se os objetivos: 1. Implantar gestão estratégica e comunicação integrada: desenvolver e implantar um conjunto de técnicas e práticas que permitam ao Ministério do Turismo potencializar oportunidades e mitigar as ameaças, contribuindo para o cumprimento de sua missão institucional. Articular esforços, ações, estratégias e produtos de comunicação com o objetivo de consolidar a imagem do ministério junto aos públicos interno e externo; 2. Simplificar e uniformizar normas, processos e procedimentos: prover o Ministério do Turismo de normas, processos e procedimentos que uniformizem, simplifiquem, organizem e proporcionem segurança e confiança aos servidores no desempenho de suas funções; e 3. Aperfeiçoar o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional: consolidar medidas e métodos que, de uma maneira coordenada, possa oferecer segurança aos seus ativos, exercer controle sobre a exatidão e confiabilidade das informações de natureza contábeis, estimular a eficácia operacional e motivar a adesão às políticas estabelecidas.

Na Gestão Estratégica de Pessoas tem-se os objetivos**:** 1. Desenvolver competências técnicas e gerenciais: desenvolver competências técnicas e gerenciais de forma contínua

e alinhada com os objetivos estratégicos do Ministério Turismo; 2. Cuidar da qualidade de vida dos servidores: desenvolver ações voltadas ao incremento da qualidade de vida e da saúde ocupacional dos servidores do Ministério do Turismo; e 3. Instituir cultura voltada aos valores, resultados e à responsabilidade socioambiental: desenvolver ações de educação e sensibilização, capazes de influenciar o comportamento do servidor, dotando o Ministério do Turismo de um corpo funcional comprometido com os valores institucionais, engajado na busca pelos resultados e socialmente responsável.

Na Efetividade na Aplicação de Recursos têm-se os objetivos: 1. Garantir a eficiência, efetividade e transparência na aplicação dos recursos: aprimorar o nível de execução dos recursos orçamentários do Ministério do Turismo, melhorar a qualidade da aplicação dos recursos e definir procedimentos que permitam maior transparência e controle dos gastos públicos; 2. Prover soluções integradas, seguras e de alto desempenho em tecnologia e comunicação: dotar o Ministério do Turismo de ferramentas de tecnologia e comunicação seguras e de alto desempenho, capazes de apoiar a consecução dos objetivos definidos pela pasta.

Os indicadores do Planejamento Estratégico são monitorados por meio de sistema de monitoramento, acessível a todos os servidores, na intranet do MTur. No capítulo Indicadores, deste relatório, serão pormenorizados.

O Plano de Ação 2013 é composto por 23 iniciativas para fomentar, estruturar e promover o turismo brasileiro e 18 ações para modernizar a gestão do Ministério do Turismo. Cada iniciativa/ação possui indicador, meta e responsável, além do vínculo das mesmas com o PPA e a LOA. Para o acompanhamento e avaliação das iniciativas/ações estratégicas foi desenvolvido o Sistema de Monitoramento de Desempenho, um sistema de informações gerenciais.

A avaliação dos resultados do Plano de Ação 2013 foi realizada mensalmente. Nessa avaliação o responsável pela atividade/ação preencheu um formulário eletrônico do Sistema de Monitoramento de Desempenho, utilizando um campo específico, com base no resultado obtido confrontado com o esperado. Em junho e agosto de 2013 foram realizadas reuniões de avaliação estratégica, na qual cada responsável teve oportunidade de explanar sobre as suas iniciativas/ações, apresentado os resultados, os óbices e as boas práticas de seus processos.

A Figura 2 – Síntese do Desempenho, relaciona as Ações/Iniciativas segundo o desempenho alcançado pelas diversas Unidades do MTur refletindo a distribuição interna do Plano de Ação do Programa Turismo. No resumo 78% das ações tiveram desempenho satisfatório e 22% tiveram desempenho insatisfatório. Houve um avanço em relação a 2012 quando 62% das ações tiveram desempenho satisfatório e 38% tiveram desempenho insatisfatório.

Figura 2 – Síntese do Desempenho

Unidade		Acima de 90%	De 65% a 90%	Abaixo de 65%
SE	**11**	8	-	3
GM	**6**	4	2	-
SNPTur	**11**	9	-	2
SNPDTur	**12**	7	1	4
EMBRATUR	**1**	-	1	-
Total	**41**	**28**	**4**	**9**
(%)	-	68%	10%	22%

Das 17 ações de responsabilidade da Secretaria Executiva e do Gabinete do Ministro 14 delas - 82,35% - foram satisfatórias e 3 delas - 17,65% - com resultado insatisfatório. Cada iniciativa da Secretaria-Executiva e do Gabinete do Ministro será detalhada no item Indicadores desse relatório.

O Planejamento Estratégico do Ministério do Turismo assim como o Plano de Ação foi elaborado em estrita consonância com o PNT - Plano Nacional do Turismo e o PPA - Plano Plurianual, possuindo objetivos convergentes.

O Plano Nacional de Turismo 2012-2015 (PNT) é um documento-chave. Consolida a Política Nacional de Turismo e apresenta as orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade, no Brasil, durante os próximos anos. Resulta do esforço integrado do governo federal para a consecução das metas do Turismo no país – envolvendo a iniciativa privada e o terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do Ministério do Turismo.

O PNT também define as contribuições do setor para seu desenvolvimento socioeconômico e a erradicação da pobreza. Determina as diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro e, considerando o comportamento da atividade no mercado nacional e internacional e os desafios impostos, estabelece objetivos a serem alcançados.

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento de governo que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública. O PPA declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos fundamentais da República. Além disso, organiza a ação de governo na busca de um melhor desempenho da Administração Pública.

O PPA 2012/2015 está constituído por Programas Temáticos e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O Programa Temático – que retrata a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas Públicas e orienta a ação governamental – se desdobra em Objetivos e Iniciativas. Os objetivos do Turismo Nacional estão contemplados no Programa 2076 – Turismo.

Destaque da Gestão Estratégica implementada no Ministério do Turismo foram as premiações recebidas da CGU/PR, no 1º Concurso de Boas Práticas. Foi o coroamento dos esforços sobre os procedimentos de melhoria dos controles internos adotados pelo Ministério do Turismo. As premiações foram para o SIACOR – Sistema de

Acompanhamento de Contratos de Repasse, destinado à supervisão dos contratos de repasse e, para o CDE, sistema de ordenação das demandas dos órgão de controle (TCU, CGU, MP, PF, outros).

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Programa Temático

QUADRO A.2.2.1 – PROGRAMA TEMÁTICO - PROGRAMA: 2076 – TURISMO -

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2012-2015	Dotação Posição Final - 2012	Dotação Posição Final - 2013	Remanescente
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	12.462.569.059	3.366.467.072	3.520.245.323	5.575.856.664
Orçamento de Investimentos - OI	0	0	0	0
Outras Fontes	9.692.940.675	1.786.056.633	2.349.109.960	5.557.774.082
Total	22.155.509.734	5.152.523.705	5.869.355.283	11.133.630.746

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013 (em R$ 1,00)

Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2013)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
2.070.009.939,17	161.653.528,08	160.771.324,66	882.203,42	1.908.356.411,09	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	Posição em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	933.976.421,12	95.528.894,85	94.878.944,85	-17.427.124,99	821.687.181,01
Processados	1.434.449,74		0,00	-1.258.082,71	176.366,99

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013 (em R$ 1,00)

54000 - Ministério do Turismo					
Dotação OFSS	3.520.245.323,00	Dotação OI		Outras Fontes	2.740.428.713,00

2.2.1.1 Análise Situacional

A análise deste quadro, ao final de abril de 2014, estará completa na página respectiva do Programa 2076 – Turismo no SIOP/MPOG.

2.2.2 Objetivo – (Não houve ocorrência)

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações - OFSS

QUADRO A.2.2.3.1 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	09HB			**Tipo:**		
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.					
Iniciativa						
Objetivo				**Código:**		
Programa				**Código:**		**Tipo:**
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.999.995,00	2.099.995,00	1.897.887,43	1.897.887,43	1.897.887,43	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Identificação da Ação						
Código	2000			**Tipo:**		
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa						
Objetivo				**Código:**		
Programa				**Código:**		**Tipo:**
Unidade Orçamentária	54101					
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
58.321.651,00	58.321.651,00	45.532.351,82	33.228.110,74	33.228.110,74	0,00	12.304.241,08

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
8.023.273,36	5.596.332,22	- 2.126.710,09			

Identificação da Ação		
Código	2004	**Tipo:**
Título	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	
Iniciativa		
Objetivo	**Código:**	
Programa	**Código:**	**Tipo:**
Unidade Orçamentária	54101	
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
382.421,00	511.521,00	410.960,04	410.960,04	410.960,04	0,00	0,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa Beneficiada	Unidade	279		214

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			

Identificação da Ação		
Código	2010	**Tipo:**
Título	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares	
Iniciativa		
Objetivo	**Código:**	
Programa	**Código:**	**Tipo:**
Unidade Orçamentária	54101	
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
66.000,00	66.000,00	57.839,80	57.839,80	57.839,80	0,00	0,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança Atendida	Unidade	58		43

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			

Identificação da Ação	
Código	2011 **Tipo:**
Título	Auxílio-Transporte aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares
Iniciativa	
Objetivo	**Código:**
Programa	**Código:** **Tipo:**
Unidade Orçamentária	54101
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
267.204,00	267.204,00	188.426,53	188.426,53	188.426,53	0,00	0,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa Beneficiada	Unidade	124		206

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			**Execução Física - Metas**		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			

Identificação da Ação	
Código	2012 **Tipo:**
Título	Auxílio-Alimentação aos dependentes dos servidores civis, empregados e militares
Iniciativa	
Objetivo	**Código:**
Programa	**Código:** **Tipo:**
Unidade Orçamentária	54101
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.632.000,00	1.632.000,00	1.490.434,41	1.490.434,41	1.490.434,41	0,00	0,00

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa Beneficiada	Unidade	447		365

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00			

Identificação da Ação		
Código	20TP	**Tipo:**
Título	Pagamento de pessoal ativo da união	
Iniciativa		
Objetivo	**Código:**	
Programa	**Código:**	**Tipo:**
Unidade Orçamentária	54101	
Ação Prioritária	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria	

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
27.111.160,00	27.811.160,00	25.835.419,71	25.580.561,99	25.387.386,19	0,00	254.857,72

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
135.000,00	98.462,45	-36.537,55			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS - (Não houve Ocorrência)

2.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

QUADRO A.2.2.3.3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2013 - RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação		
Código	4572	**Tipo:**
Título	Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação	
Iniciativa		
Objetivo	**Código:**	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo **Código: 2128 Tipo:**	
Unidade Orçamentária	54101	
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores	
Execução Orçamentária e Financeira	Execução Física - Meta

Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
19.344,00	2.880,00	0,00			

Identificação da Ação					
Código	2272		**Tipo:**		
Título	Gestão e administração do programa				
Iniciativa					
Objetivo			**Código:**		
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo **Código: 2128 Tipo:**				
Unidade Orçamentária	54101				
Ação Prioritária	( ) Sim (X)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
244.140,35	136.732,05	106.008,40			

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI - (Não houve Ocorrência)

2.2.3.5 Análise Situacional

Por se tratar de um Programa de Gestão, as metas elencadas não impactam diretamente na consecução dos objetivos de médio e longo prazo do Programa 2076 – Turismo. Não existiram ações que apresentaram problemas de execução. Existiu ação que superou a meta estabelecida, caso da Assistência Médica, justificada pelo aumento de dependentes e desembolsos. O programa apresenta apenas ações de funcionamento do órgão. Os restos a pagar são bastante baixos, visto que o montante inscrito em dezembro/ 2013 se refere à empenho de despesas que serão pagas no mês de Janeiro do exercício seguinte.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

2.3.1 PLANO DE AÇÃO - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2013 – INDICADORES

A avaliação dos resultados do Plano de Ação 2013 foi realizada mensalmente. Nessa avaliação o responsável pela atividade/ação preencheu um formulário eletrônico do Sistema de Monitoramento de Desempenho, utilizando um campo específico, com base no resultado obtido confrontado com o esperado.

O Sistema de Monitoramento de Desempenho tem manutenção, gestão, acompanhamento e monitoramento das informações inseridas no sistema, que são realizados pela Equipe de Planejamento. O Sistema foi instituído pela Portaria MTur nº 179 de 26 de abril de 2012.

O Sistema de Monitoramento de Desempenho do Ministério do Turismo é um software livre desenvolvido por servidores, sem consultoria contratada, elaborado para ser um sistema de informações gerenciais, concebido para o acompanhamento da execução do Plano de Ação, o Planejamento Estratégico e o PNT – Plano Nacional do Turismo.

No caso da inciativa/ação com desempenho não satisfatório, no mês, baseado em grau de satisfação pré-definido e exposto no sistema (Figura abaixo), o responsável expõe os motivos e as ações corretivas a serem executadas, dentro das responsabilidades do órgão.

Grau de satisfação	Avaliação do resultado	Cor de identificação
Abaixo de 65%	Insatisfatório	Vermelho
De 65% a 90%	Merece atenção	Amarelo
Acima de 91%	Satisfatório	Verde
-	Sem meta prevista para o período	Cinza

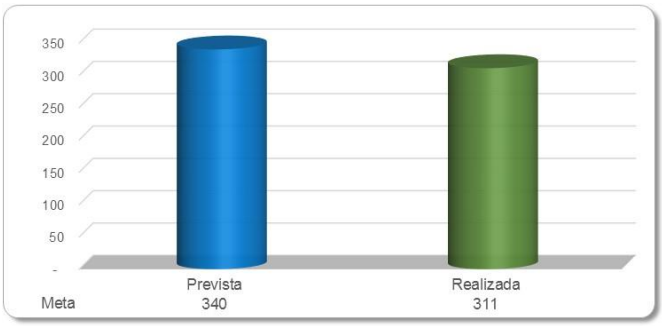
Em junho e agosto de 2013 foram realizadas reuniões de avaliação estratégica, na qual cada responsável teve oportunidade de explanar sobre as suas iniciativas/ações, apresentado os resultados, os óbices e as boas práticas de seus processos.

2.3.1.1 Apresentação dos resultados

Esta seção apresentará os resultados do Plano de Ação 2013 da seguinte forma: balanço de todas as iniciativas/ações, responsável, indicador e exposição individualizada dos motivos dos resultados alcançados.
Os gráficos de avaliação foram padronizados para todas as Ações/Iniciativas. É necessário chamar a atenção para a configuração: i) colunas: a primeira coluna explicita ou em percentual ou em valores absolutos a Meta Prevista e, sempre, na cor azul; a segunda coluna, nos mesmos parâmetros da primeira, expressa o valor Realizado em cores variáveis; ii) A segunda coluna, a do realizado, em diferentes cores: **vermelha** = Meta Alcançada Insatisfatória; **amarela** = Merece Atenção; **verde**= Meta Alcançada ou Satisfatória, ou Atingida ou Superada. Portanto as cores dos gráficos são, visualmente, significativas para expressar os resultados das Ações/Iniciativas.

2.3.1.1.1 EXECUTAR O PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO

Responsável: Rubens Portugal Bacellar
Indicador: Número de servidores capacitados



Avaliação final: No âmbito da ***Ação Executar o plano anual de capacitação dos servidores***, *o* não atingimento da iniciativa se deu pela baixa demanda por cursos, segundo a Coordenação de Gestão de Pessoas. Mas é necessário ressaltar a criação do Comitê Gestor de Capacitação, instituído em 03/05/2013, por meio da Portaria nº 28, para atender ao disposto nos itens 14 e 15.3 da Instrução Normativa nº 01/2012. Em 2013, duzentos e sessenta e cinco servidores foram capacitados, representando 77,9% da meta prevista.

2.3.1.1.2 REALIZAR EXAME MÉDICO PERIÓDICO DOS SERVIDORES

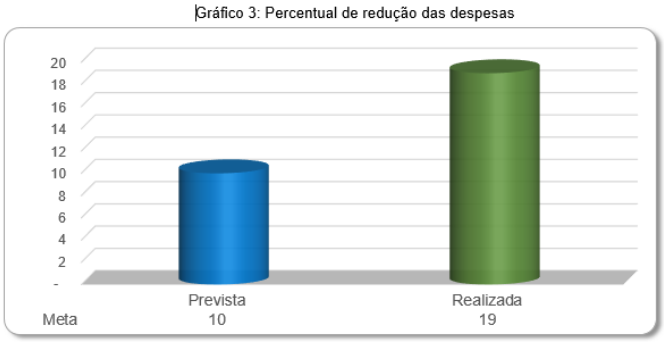
Responsável: Rubens Portugal Bacellar
Indicador: Número de atestados emitidos

Avaliação final: No âmbito da ***Ação Realizar exame médico periódico dos servidores,*** houve dificuldades em conseguir proposta de micro e pequenas empresas para concluir pesquisa de preços, a fim de atender a parecer da CONJUR referente à licitação para contratar empresa na área de saúde. Outro impeditivo foi a falta de tempo hábil para proceder a licitação, não sendo possível realizar a meta estipulada em 2013.

2.3.1.1.3 EXECUTAR O PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL

Responsável: Rubens Portugal Bacellar
Indicador: Percentual de redução das despesas

Avaliação final: No âmbito da ***Ação Executar o Projeto Esplanada Sustentável***, após os pagamentos efetuados em janeiro de 2014, referentes a dezembro de 2013, verificou-se que houve uma redução de 19,86% das despesas do Ministério. Houve redução nos Itens - Água e Esgoto, Apoio Administrativo, Técnico Operacional, Energia Elétrica, Limpeza e Conservação, Locação de Imóveis, Locação de Veículos, Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, Material de Consumo, Serviço de Processamento de Dados,



Serviços de Telecomunicações e Vigilância – se comparados com 2012.

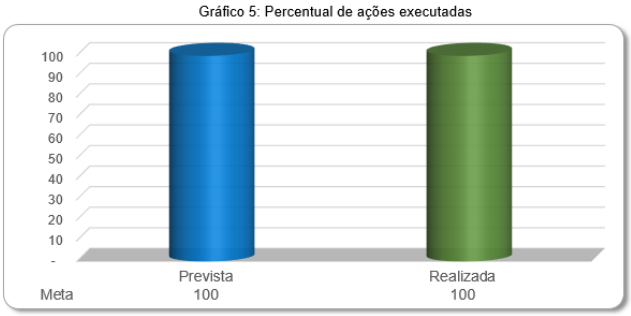
2.3.1.1.4 EXECUTAR AÇÕES PARA DESENVOLVER CULTURA VOLTADA AOS VALORES, AOS RESULTADOS E À QUALIDADE DE VIDA

Responsável: Rubens Portugal Bacellar
Indicador: Número de servidores sensibilizados

Avaliação final: No âmbito da ***Ação Executar ações para desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à qualidade de vida*** foram 780 sensibilizações de servidores. Dentre as ações podem ser citadas: Campanha de Carnaval; Evento do Dia Internacional da Mulher; Palestra autoestima e cuidados pessoais das servidoras, evento comemorativo do Dia das Mães; Palestra "Coaching como ferramenta para qualidade de vida"; Palestras para os pais: O homem de sucesso; etiqueta para todos os momentos; a roupa certa para a ocasião certa, Palestra para as Secretárias sobre o tema Motivação e Sucesso. Evento de Comemoração ao Dia do Servidor - Espetáculo Crônico e Cômico - *Show Stand Up Comedy* com ator Cláudio Falcão; Evento em alusão ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres; Palestra sobre Segurança da Informação e Comunicações; e a Confraternização de fim de ano do Ministério do Turismo.

2.3.1.1.5 EXECUTAR AÇÕES PARA APERFEIÇOAR O MODELO DE GESTÃO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Responsável: Luiz Otávio Tavares Pereira
Indicador: Percentual de ações executadas

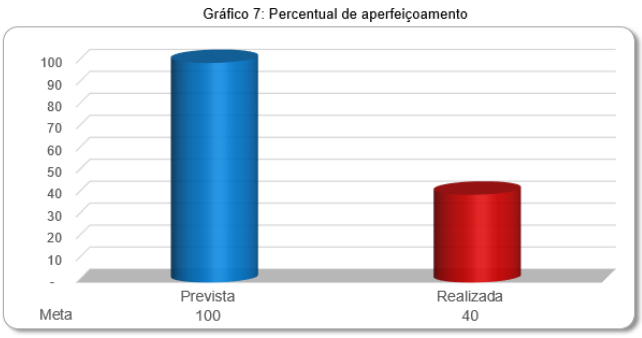


Avaliação final: Por meio da ***Ação Executar ações para aperfeiçoar o modelo de gestão da programação orçamentária e financeira*** foi implantado um modelo de gestão da programação orçamentária e financeira por meio de acompanhamento mensal e sistemático junto as áreas técnicas. Essa ação resultou em um nível de execução orçamentária e financeira relevante, quando comparado aos exercícios anteriores. Como resultado, também, obteve-se uma maior qualidade dos gastos. A execução orçamentária em 2013 atingiu 98,0% (R$2,13 bilhões) do total dos limites disponibilizados (R$2,17 bilhões). Na execução financeira, o montante foi de R$707 milhões, dos quais 30% foram destinados à Programação, e 70%, para Restos a Pagar. Destes recursos o Ministério do

Turismo empregou 82%, e a Embratur, 18%. Essa execução financeira teve 71% dos recursos destinados aos investimentos, e 29%, ao custeio.

2.3.1.1.6 APERFEIÇOAR O MODELO DE GESTÃO DE CONVÊNIOS

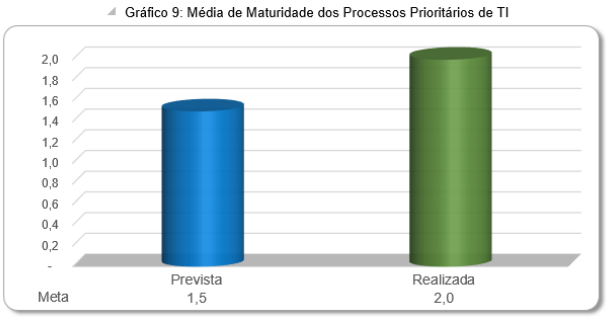
Responsável: Rubens Portugal Bacellar
Indicador: Percentual de aperfeiçoamento



Avaliação final: A ***Ação Aperfeiçoar o modelo de gestão de convênios*** convergiu para o atingimento da meta da Ação 3.2.2 – Implementar manual de procedimentos em convênios. Dessa forma, espera-se o aperfeiçoamento do modelo de gestão de convênios com a implementação do manual de convênios que está sendo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho instituído pela portaria SE 05 de 22 de agosto de 2012.

2.3.1.1.7 IMPLANTAR O PROGRAMA DE GOVERNANÇA DE TI

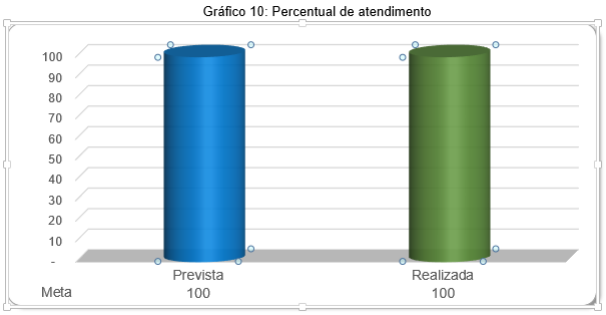
Responsável: Rubens Portugal Bacellar
Indicador: Média de Maturidade dos Processos Prioritários de TI



Avaliação final: A implantação do Programa de Governança de TI do MTur é avaliada anualmente pela Equipe de Governança de TI do SISP (Sistema de Administração dos Recursos de TI), coordenada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). A meta do MTur era alcançar o nível 2, em 2013, de maturidade em governança de TI em 10 processos prioritários estabelecidos pelo Órgão. Desta forma, a avaliação da ***Ação Implantar o Programa de Governança*** ocorreu conforme prazo acordado com o Ministério do Planejamento. Nessa última avaliação o nível de maturidade foi avaliado em 1,97, muito próximo a meta estipulada.

2.3.1.1.8 ATENDER AS INFORMAÇÕES SOLICITADAS NOS TERMOS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Responsável: José Raimundo Machado dos Santos
Indicador: Percentual de atendimento



Avaliação final: A ***Ação 3.1.1. Atender as informações solicitadas nos termos da Lei de Acesso à Informação*** foi plenamente atingida. A Ouvidoria/SIC deu tratamento a 100% das demandas recebidas. A Ouvidoria respondeu diretamente a maior parte das demandas e, para os assuntos específicos, foram encaminhados às áreas técnica responsáveis. A principal dificuldade foi a ausência de respostas a algumas demandas encaminhadas às áreas técnicas do MTur. Assim, apesar de a Ouvidoria tratar 100% das demandas recebidas, respondendo diretamente ou encaminhando aos setores responsáveis, nem todos os pedidos encaminhados receberam o retorno. Outro problema foi com o tempo de retorno das áreas, que deveria ser de 5 dias úteis. Foram recebidos 8 pedidos pelo sistema E-SIC, dos quais 7 foram respondidos e 1 está tramitando dentro do prazo. Foram recebidos 6 pedidos pelo e-mail sic@turismo, todos respondidos dentro do prazo. Foi recebido 1 recurso, o qual foi respondido dentro do prazo. Os técnicos que respondem os e-mails estão enviando as respostas dentro do prazo legal e isso é um ponto forte no SIC. Melhorias podem vir a ser implementadas, no futuro com a implantação de um sistema eletrônico de tramitação dos pedidos, contagem de pedidos e elaboração de relatórios. Ainda outra dificuldade importante é de quantitativo de pessoal, em identificar os substitutos de técnicos, quando os respondentes saem de férias ou de licença.

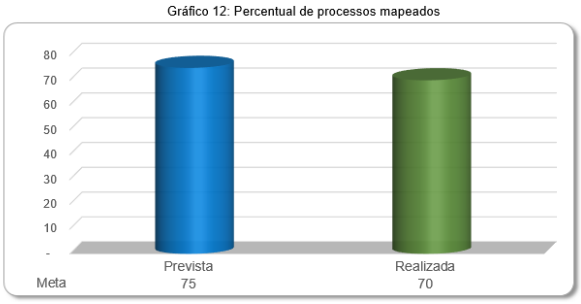
2.3.1.1.9 EXECUTAR AS AÇÕES DO PLANO DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA

Responsável: Carlos Guterres Parada Júnior
Indicador: Percentual de ações executadas

Avaliação final: Na ***Ação Executar as ações do plano de comunicação integrada***, a produção mensal, de conteúdo, foi em média de 70 notícias, além de artigos, entrevistas e discursos. Monitoramento de citações na imprensa, média de 600 citações positivas e neutras na mídia por mês. Demanda de imprensa, média de 250 solicitações atendidas por mês. *Facebook*, média de 750 novos seguidores por semana, com 13 publicações diárias. *Twitter*: média de 35 publicações regulares por dia, com cerca de 750 novos seguidores por semana.

2.3.1.1.10 MAPEAR OS PROCESSOS DO MINISTÉRIO

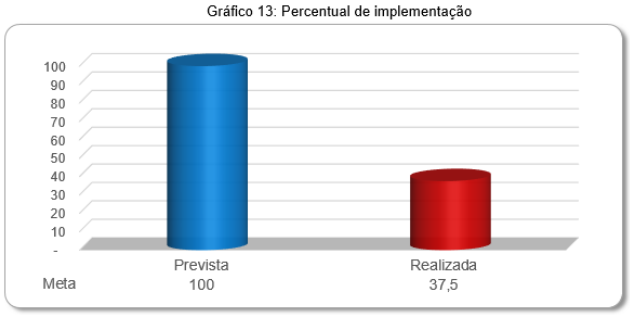
Responsável: Italo Oliveira Mendes
Indicador: Percentual de processos mapeados



Avaliação final: No âmbito da ***Ação Mapear os processos do Ministério***, são resultados: Refinamento e homologação dos processos que alicerçam o objetivo estratégico "Conhecer o Turista, o Mercado e o Território – DEPES"; identificação, mapeamento e homologação dos processos "Gestão de Projetos de Infraestrutura Turística de Estados e Municípios" que alicerçam o objetivo estratégico "Estruturar os Destinos Turísticos – PRODETUR"; identificação, mapeamento e homologação dos processos "Desenvolvimento da Infraestrutura Turística" que alicerçam o objetivo estratégico "Estruturar os Destinos Turísticos - DIETU"; identificação, mapeamento e homologação dos processos "Gestão do FUNGETUR" que alicerçam o objetivo estratégico "Fomentar, Regular e Qualificar os Serviços Turísticos – FUNGETUR"; refinamento e homologação dos processos referente a "Promover Investimentos Privados" que alicerçam o objetivo estratégico "Fomentar, Regular e Qualificar os Serviços Turísticos - Promoção de Investimentos"; identificação e mapeamento dos processos "Incrementar as Linhas de Financiamento à Iniciativa Privada" que alicerçam o objetivo estratégico "Fomentar, Regular e Qualificar os Serviços Turísticos – Financiamento"; identificação dos processos que alicerçam objetivo estratégico "Fomentar, Regular e Qualificar os Serviços Turísticos – Regionalização"; identificação, mapeamento e homologação dos processos que alicerçam o objetivo estratégico "Fomentar, Regular e Qualificar os Serviços Turísticos - Segmentação; identificação dos processos que alicerçam o objetivo estratégico Estimular o Desenvolvimento Sustentável da Atividade Turística – DCPAT"; elaboração de nota técnica referente à renovação dos serviços de suporte técnico remoto, manutenção e atualização técnica do software para modelagem e análise de processos de apoio no projeto referente às melhorias dos processos mapeados; identificação e mapeamento dos processos "Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações"; identificação dos ativos (sistemas de informações/servidores); mapeamentos do processo Gestão de Demandas do Turismo – CGTI; Refinamento da Planilha de Pontos de Alerta – PPA; elaboração do *template* Plano de Ação; elaboração do manual "Como Navegar no Ambiente WEB para Consultar os Processos Mapeados"; Revisão dos papéis e responsabilidades do Escritório de Processos – Escritório de Processos.

2.3.1.1.11 IMPLEMENTAR MANUAL DE PROCEDIMENTOS EM CONVÊNIOS

Responsável: Yuli de Lima Hostensky
Indicador: Percentual de implementação



Avaliação final: No âmbito da ***Ação Implementar manual de procedimentos em convênios*** foram mapeados 14 processos que compõem as etapas de proposição, celebração, execução, prestação de contas de tomada de contas especial de convênios. Foi feita a compilação de documentação utilizada pelos setores do Ministério do Turismo em diferentes etapas do convênio e

estruturada a redação da versão preliminar do Manual de Convênios, que já está com 412 páginas.

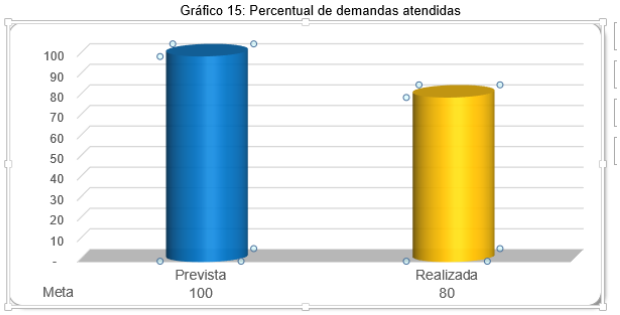
2.3.1.1.12 ATUALIZAR O BANCO DE DADOS DOS NORMATIVOS QUE REGULAM OS ATOS INTERNOS

Responsável: Mauro Borges Ribeiro Formiga
Indicador: Percentual de atualização mensal

Avaliação final: A ***Ação Atualizar o banco de dados dos normativos que regulam os atos internos*** foi plenamente atingida. As normas vêm sendo inseridas no Portal, na medida em que são publicadas no Diário Oficial. Após a formação inicial do banco de dados, a gestão das informações se tronou bastante prática. O trabalho de detecção de erros é constante e sistemático, para que eventuais correções sejam feitas. No início dos trabalhos surgiram muitos problemas de ordem técnica para a inserção dos textos no sistema, mas que vêm sendo solucionados. O trabalho possibilitou o desenvolvimento de uma ferramenta importante de armazenamento e consulta das normas editadas no âmbito do MTur.

2.3.1.1.13 ATENDER AS DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

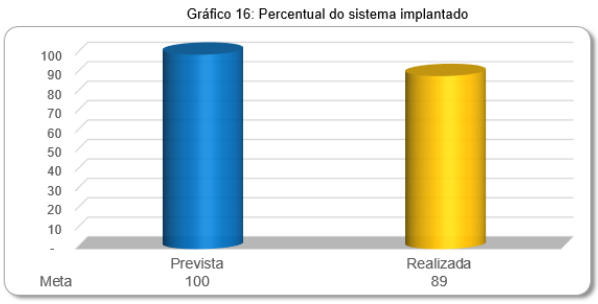
Responsável: Ricardo Cardoso dos Santos
Indicador: Percentual de demandas atendidas



Avaliação final: No âmbito da ***Ação Atender as demandas dos órgãos de controle interno e externo*** destaca-se como pontos positivos a implantação do Sistema de Controle de Demandas Externas – CDE, premiado pela Concurso de Boas Práticas da CGU, e a edição da Portaria nº 211/2013. Essas iniciativas aumentaram o alcance da meta, evoluindo de 40 a 50 por cento antes da implantação do CDE para quase 100% em Dezembro.

2.3.1.1.14 IMPLANTAR UM SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Responsável: Ricardo Cardoso dos Santos
Indicador: Percentual do sistema implantado



Avaliação final: Destaca-se novamente a premiação no Concurso de Boas Práticas da CGU. O sistema está em funcionamento e melhorias estão sendo executadas. No entanto, a ***Ação Implantar um sistema de acompanhamento permanente das determinações e recomendações dos órgãos de controle*** não foi plenamente concluída em função da priorização de atividades da Assessoria Especial de Controle Interno relacionadas à auditorias, denúncias e atuação no TCU, impactando diretamente no cronograma de implantação do Sistema. A iniciativa será concluída no exercício de 2014.

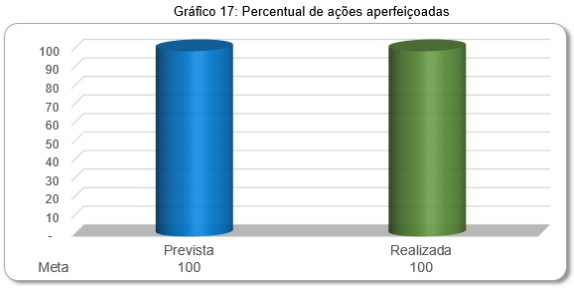
2.3.1.1.15 APERFEIÇOAR A GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Responsável: Rubens Portugal Bacellar
Indicador: Percentual de ações aperfeiçoadas

Avaliação final: Minutas foram concluídas e encaminhadas ao Gestor de SIC no âmbito da ***Ação Aperfeiçoar a gestão da segurança da informação e comunicações***. No aguardo da deliberação pelo Comitê de SIC e respectiva publicação. São pontos fracos: falta de ferramenta específica para desempenho das atividades, comprometimento de colaborados de outras áreas envolvidos com o tema, demora na análise para publicação de documentos aprovados. São pontos fortes: sensibilização dos usuários do Mtur quanto a importância de Segurança da Informação e Comunicação, interação com outras áreas internas e outros órgão da APF, aprendizado interno e trabalho em equipe.

2.3.1.1.16 ANALISAR CONCLUSIVAMENTE OS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS EM ESTOQUE

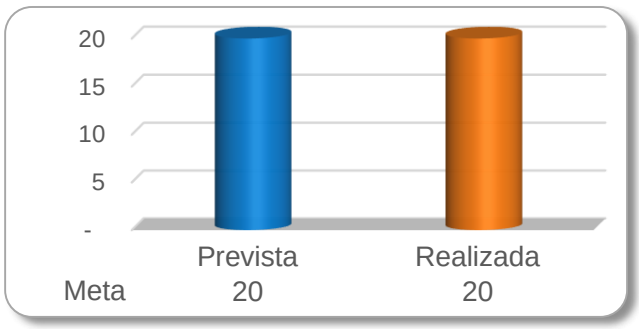
Responsável: Rubens Portugal Bacellar
Indicador: Número de processos analisados



Avaliação final: A ***Ação Analisar conclusivamente os processos de prestação de contas em estoque*** superou a meta, chegando quase ao dobro do inicialmente estipulado. Credita-se as mudanças implementadas no âmbito da Secretaria Executiva que priorizou o processo com o fortalecimento do quadro de pessoal, treinamento e avaliação dos processos.

2.3.1.1.17 AMPLIAR A COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL EM TURISMO

Responsável: Acir Pimenta Madeira Filho
Indicador: Número de missões realizadas



Avaliação final: No âmbito da ***Iniciativa 4.6.2. Ampliar a cooperação técnica internacional em turismo*** destaca-se como pontos positivos: o cumprimento do número de missões previstas no início do ano com êxito; a participação em todas as reuniões interministeriais em que o MTur foi chamado a participar; a execução de projetos importantes como o Programa de Bolsistas para qualificação em Portugal. Como melhorias: maior regularidade de atividades durante o ano, a não execução de missões previstas no calendário principal da Assessoria, em virtude de mudanças de planos no decorrer do ano.

2.3.2 CGCV: Atividades e Resultados de 2013

O planejamento da CGCV para o exercício de 2013 contemplou as seguintes metas

i) Disponibilizar, no Portal MTur, com base na plataforma PGTur, as informações de convênios celebrados, no que tange às competências desta CGCV;
ii) Implantação do Manual de Gestão de Convênios;
iii) Reestruturação da CGCV com a finalidade de elevar e melhorar a produtividade; e
iv) Utilização do SICONV em todas as etapas da gestão de convênios.

Das metas previstas para 2013, foi atingida a meta 3 que, embora ainda não satisfatório no quantitativo de força de trabalho, obteve resultados excelentes, em termos quantitativos e qualitativos, de produtividade nas análises de prestação de contas, na gestação de documentos e processos, no volume de convênios encaminhados para instauração de TCE e no volume de valores arrecadados em razão das contas reprovadas.

As demais metas que não foram atingidas se devem: i) a CGCV é usuária e não tem gestão direta na entrega dos produtos da Plataforma PGTur, o que compete à CGTI/SPOA/SE, contudo, continuará a contribuir para a plena implantação da meta; ii) a elaboração do Manual de Convênios está sob a coordenação da Secretaria-Executiva, a CGCV é parte integrante da Comissão designada para tal; iii) embora patente a elevação da produtividade da CGCV, observa-se ainda insatisfatório o quantitativo da força de trabalho, pois, a atual, especialmente no que diz respeito à análise de prestação de contas, ainda não consegue atuar de forma desejada no planejamento estabelecido, da mesma forma, a insuficiência de recursos humanos inviabiliza a utilização do SICONV em todas as etapas do convênio (meta iv/2013).

Para o exercício de 2014, as metas propostas são as seguintes:

i) Analisar 1.440 prestações de contas, destas, conclusivamente, 960;
ii) Atender 100% das diligências dos órgãos de controle;

iii) Zerar o estoque, apurado em 30/09/2013(434 convênios), até setembro de 2014, das prestações de contas pendentes de envio para instauração de Tomada de Contas Especial;
iv) Acompanhar e manter atualizado o controle dos parcelamentos concedidos, dos haveres e obrigações a eles vinculados;
v) Utilizar a plataforma PGTur na totalidade das funcionalidade disponibilizadas para esta Coordenação-Geral;
vi) Utilização do SICONV em todas as etapas da gestão de convênios, no que compete à CGCV.

É importante ressaltar que as metas de i a iv estão publicadas no D.O.U. do dia 02/10/2013, seção I, pág. 75 (Portaria MTur nº 267/2013).

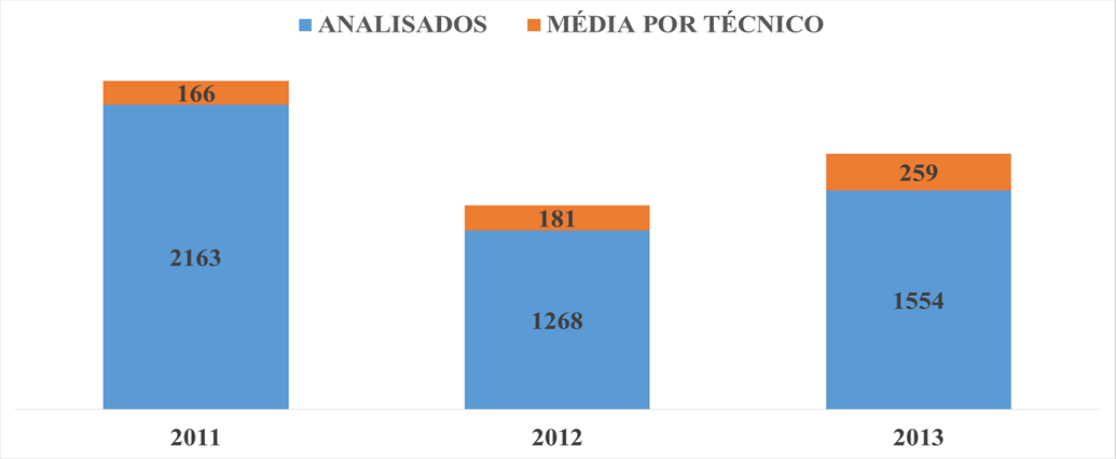
2.3.2.1 Dos resultados operacionais e indicadores

Com a reestruturação da CGCV, especialmente no tocante à gestão documental, que teve impacto direto na redução dos erros de juntada e encaminhamento de documento no processos e na emissão de notificação dos responsáveis por convênios, possibilitou maior efetividade de suas ações, implicando diretamente na melhoria dos resultados, mesmo com significada redução do quantitativo da força de trabalho. Os avanços dos resultados serão demonstrados a seguir e nos quadros e figuras mais abaixo:

i. Análise/Reanálise de 1.554 prestações de contas;
ii. Emissão de 5.086 Ofícios de notificação de convenentes emitidas, para solicitando complementação às prestações de contas ou devolução de valores glosados ou para comunicar a aprovação das contas;
iii. 194 negociações de parcelamento de débitos processadas, relativos a valores glosados nas prestações de contas;
iv. Recuperação do montante de R$ 68,7 milhões, relativos aos valores glosados nas prestações de contas, destes, R$ 42,8 milhões se referem a devoluções integrais e R$ 25,9 milhões a débitos parcelados;
v. 1.522 registros de lançamento e suspensão de inadimplências;
vi. 512 convênios enviados para instauração de tomada de contas especial;
vii. 7 registros efetuados no CADIN de responsáveis por convênios com valores glosados nas prestações de contas, com débito de até R$ 75.000,00 (ver anexo – CGCV – Relação (telas) de Convênios no CADIN);
viii. Existe um passivo de cerca de 200 convênios a serem lançados no CADIN, no decorrer de 2014.

No exercício foram celebrados 37 convênios, representando uma supressão de 67% em relação ao exercício de 2012, conforme Figura 3. Essa redução deveu-se, em especial, pela reformulação dos procedimentos para aprovação de propostas de convênios com objetos voltados à realização de eventos, segmento historicamente problemático na comprovação dos gastos.

Figura 1: Produtividade de análise de prestação de contas



Fonte: Controle interno/CGCV

Tabela 1 – Indicadores relativos à produtividade das análises prestação de contas

Indicador	Evolução do desempenho em análise de prestações de contas.	Desempenho dos técnicos	Evolução das análises de prestações de contas conclusivas.
Utilidade	Mensurar a variação do desempenho da equipe responsável por análises de prestação de contas.	Mensurar a produtividade dos analistas de prestações de contas.	Mensurar a variação do percentual de análises conclusivas
Tipo de Indicador	Indicador de Eficiência	Indicador de Eficiência	Indicador de Eficácia
Fórmula de cálculo	[(1554 Convênios analisados em 2013 / 1268 Convênios analisados em 2012 / 2163 convênios analisados em 2011) – 1] X 100%	1190 processos analisados / 6 analistas financeiros empenhados em análise de prestação de contas	[(70% de análises conclusivas em 2013 53% de análises conclusivas em 2012 - 39% de análises conclusivas em 2011)]
Mensurabilidade	Planilhas internas de controle de distribuição de processos	Planilhas internas de controle de distribuição de processos	Planilha interna de controle de produção.
Resultado do indicador	21%	198,33 processos por analista	Incremento de 17 pontos percentuais
Média por técnico	259	198	182

Tabela 2: Demonstrativo da produção da gestão de documentos e dos procedimentos de recuperação dos valores glosados

Ato da Gestão	Produção	Incremento

	2011	2012	2013	2012/2011	2013/2012
Análise/Reanálise (qtde)	2.163	1.268	1.554	-41%	23%
Notificação de responsável por convênio (qtde)	-	2.211	5.086	-	130%
Negociação de parcelamento (qtde)	-	86	194	-	126%
Valor negociado em parcelamento (R$ Milhões)	-	7,6	25,9	-	241%
Recuperação de valores glosados (R$ Milhões)	36,6	29,4	68,7	-20%	134%
Registro de lançamento e suspensão de inadimplências (qtde)	1.030	709	1.522	-31%	115%
Prestação de conta enviada para TCE (qtde)	584	270	512	-54%	90%
Registro no CADIN	0	0	5	-	-

Essas demonstrações além de revelar constante elevação da produtividade individual, evidenciam também que, mesmo com redução do quantitativo de servidores (conforme Tabela 2), em todas as atividades realizadas pela CGCV em 2013 houve expressivo aumento na produção total.

Tabela 3 – Quantitativos de empenhos emitidos

Mês de lançamento	Tipo de Empenho				Totais
	Ordinário	Reforço	Anulação	Estorno Anulação	
Janeiro	-	-	0	-	**-**
Fevereiro	-	-	19	-	**19**
Março	-	-	47	-	**47**
Abril	-	-	20	-	**20**
Maio	11	-	11	-	**22**
Junho	12	-	8	-	**20**
Julho	16	-	20	-	**36**
Agosto	43	-	21	-	**64**
Setembro	17	-	29	-	**46**
Outubro	6	-	18	-	**24**
Novembro	4	-	4	-	**8**
Dezembro	49	-	19	-	**68**
Totais	**158**	**-**	**216**	**-**	**374**

Fonte: SIAFI Gerencial

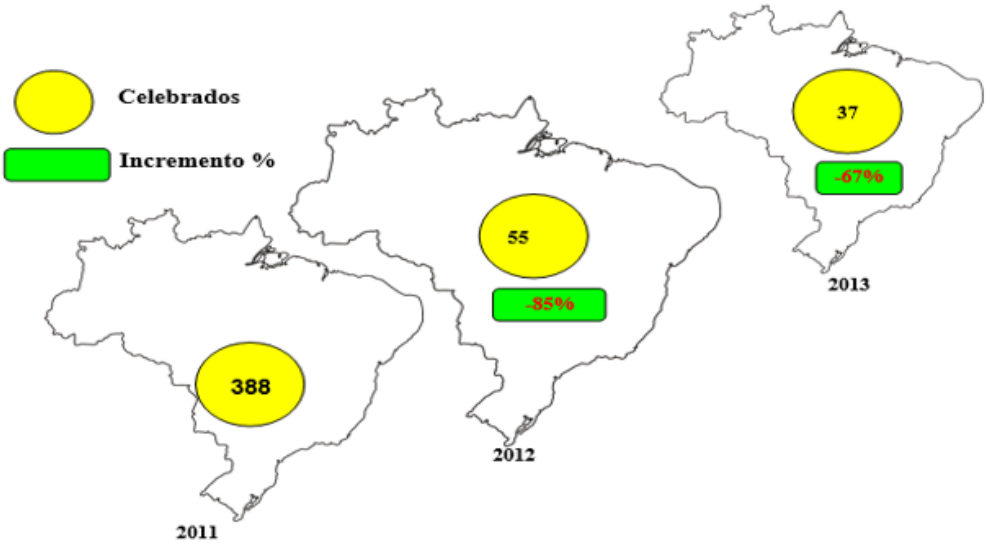
Tabela 4 – Valores empenhados

Mês de Lançamento	Tipo de Empenho (Em R$ 1,00)			Estorno Anulação	Totais
	Ordinário	Reforço	Anulação		
Janeiro		-	-		-
Fevereiro		-	2.022.303,60		**(2.022.303,60)**
Março		-	7.353.734,80		**(7.353.734,80)**
Abril		-	4.525.185,20		**(4.525.185,20)**
Maio	130.813,80	-	5.214.900,00		**(5.084.086,20)**

Junho	1.237.552,86	-	553.537,80		**(684.105,06)**
Julho	1.247.797,12	-	2.897.701,27		**(1.649.904,15)**
Agosto	2.979.348,19	-	11.042.359,47		**(8.063.011,28)**
Setembro	2.166.214,00	-	6.619.909,86		**(4.453.695,86)**
Outubro	689.950,00	-	5.874.809,69		**(5.184.859.69)**
Novembro	948.104,00	-	2.560.179,08		**(1.612.075,08)**
Dezembro	18.069.490,00	-	8.469.258,20		**(9.600.231,80)**
Totais	**27.469.269.97**	**-**	**57.133.878,97**	**-**	**(29.664.609,00)**

Fonte: SIAFI Gerencial

Figura 2 – Evolução do quantitativo de convênios celebrados



Fonte: SIAFI Gerencial

Tabela 5 – Taxas de Incremento dos resultados Operacionais – SIAFI

Conta Contábil	Saldo em 31/12/2012	%	Saldo em 31/12/2013	%	Tx 2012/2013
A liberar	102.809.869,06	9,12	77.684.955,37	7,02	-24,44
A comprovar	110.653.819,75	9,81	60.182.539,58	5,44	-45,61
A aprovar	415.106.559,99	36,81	453.202.732,26	40,98	9,18
Aprovado	33.672.586,83	2,99	31.811.689,59	2,88	-5,53
Inadimplente suspenso	32.684.987,03	2,90	51.470.285,15	4,65	57,47
Inadimplente efetivo	432.856.120,53	38,38	431.626.166,73	39,03	-0,28
Total	**1.127.783.943,19**	**100,00**	**1.105.978.368,68**	**100,00**	

Fonte: SIAFI Operacional

Tabela 6 – Taxas de incremento dos resultados operacionais – SICONV

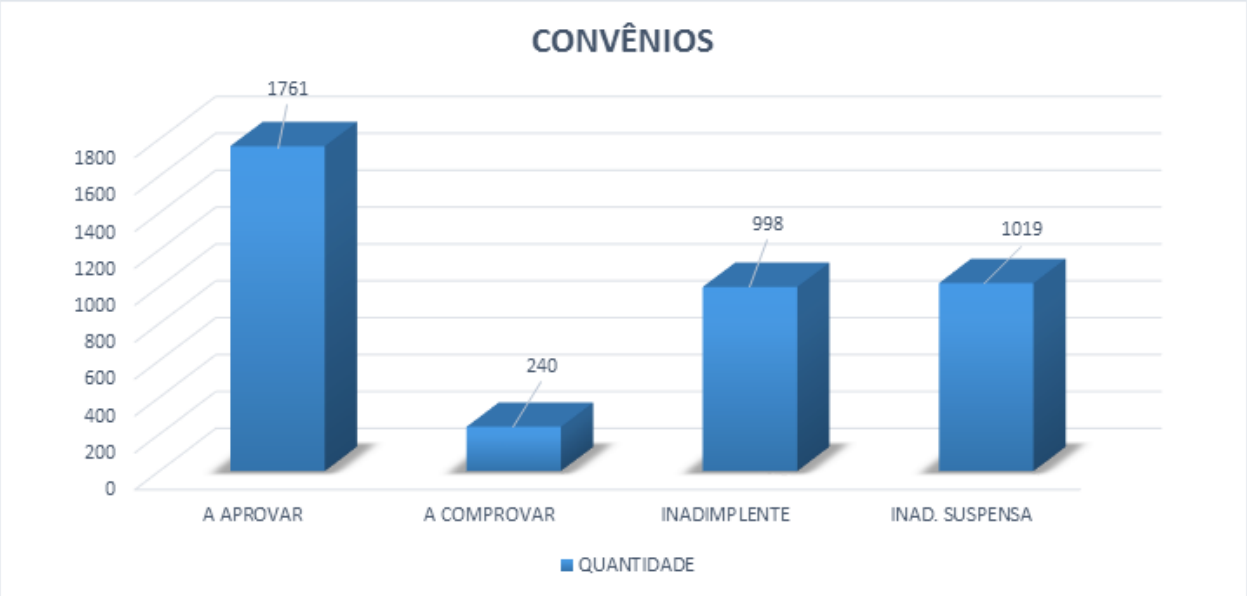
Conta Contábil	Saldo em 31/12/2012	%	Saldo em 31/12/2013	%	Tx 2012/2013

A liberar portal de convênios	12.724.196,97	1,11	10.335.511,87	0,92	-18,77
A comprovar portal	462.868.958,32	40,26	317.003.505,21	28,12	-31,51
A aprovar	543.100.385,19	39,41	457.201.972,16	40,56	0,91
Aprovado	5.731.953,71	0,50	17.017.997,63	1,51	196,90
Inadimplente efetivo	192.701.086,95	16,76	200.626.763,27	17,80	4,11
Inadimplente suspenso	22.521.072,44	1,96	125.171.412,96	11,10	455,80
Total	**1.149.647.653,58**	**100,00**	**1.127.357.163,10**	**100,00**	

Fonte: SIAFI Operacional

A Coordenação Geral de Convênios encerrou o exercício de 2013, com um total de 1761 convênios na conta a aprovar (comparados com 1592 em 2012), 240 convênios na conta "a comprovar", 998 convênios "inadimplentes" e 1019 convênios na conta "inadimplência suspensa", conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Figura 3 – Situação processos MTur – SIAFI/SICONV em 31.12.2013



Fonte: SIAFI Gerencial

Tabela 7: Demonstrativo dos convênios aprovados com ressalvas

Nº CV	Nº SIAFI	CONVENENTE	RESSALVA
CV00432010	732013	Prefeitura Municipal de Choró	Aviso de licitação Pregão não foi na imprensa oficial. Nota fiscal sem discriminação dos serviços, entretanto, há o detalhamento no contrato. Ausência da declaração notificação aos partidos.

CV16302009	723471	Goiás Turismo - Agência Estadual de Turismo	Devolução integral dos recursos
CV04092011	762093	Prefeitura Municipal de Blumenau	Os orçamentos apresentados para justificar a estimativa dos preços do Pregão Eletrônico não estão de acordo com os valores descritos no Termo de Referência. Ademais, cabe destacar que alguns itens previstos no Edital sequer foram cotados, esse item será a
CV01222010	732272	Prefeitura Municipal de Atalanta	Impropriedades no procedimento licitatório.
CV15442008	702568	Prefeitura Municipal de José Boiteux	Nota Fiscal sem o atesto de recebimento.
CV00242010	731975	Prefeitura Municipal de Biritiba Mirim	Publicação do extrato do contrato em intempestivamente; nota fiscal sem detalhamento e sem atesto de recebimento.
CV15352009	720477	Prefeitura Municipal de Jatai	Nota fiscal sem descrição detalhada dos serviços, entretanto, é possível ver os itens na proposta da empresa e no contrato.
CV02242009	703351	Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura	Devolução de valor glosado.
CV10052010	740091	Prefeitura Municipal de Ouroeste	Falhas no procedimento licitatório; assinatura de contrato antes da vigência.
CV01222010	732272	Prefeitura Municipal de Atalanta	Falhas no procedimento licitatório.
CV11522010	741549	Prefeitura Municipal de Itapuranga	Falhas no procedimento licitatório; assinatura de contrato antes da vigência; nota fiscal sem atesto de recebimento.
CV05222005	537528	Prefeitura Municipal de São Luiz Do Curu	Impropriedade na comprovação da movimentação financeira; Impropriedade no procedimento licitatório; Impropriedade na execução do plano de trabalho.
CV06642009	704062	Prefeitura Municipal de Itabirinha Do Mantena	Ausência da Declaração de Notificação dos Partidos Políticos.
CV13882009	717758	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	Impropriedades do procedimento licitatório, devolução feita no CNPJ, imposto do IRRF não pago e devolvido por GRU.
CV05742010	736457	Prefeitura Municipal de Buriti do Tocantins	Impropriedades no procedimento licitatório.
CV10072009	704872	Prefeitura Municipal de Urania	Pregão presencial em detrimento do eletrônico.

CV12132010	742104	Prefeitura Municipal de Nova Belém	Impropriedades na licitação.
CV09052010	738817	Prefeitura Municipal de Nacip Raydan	Impropriedades no procedimento licitatório.
CV00222000	403301	Instituto Brasileiro de Pesquisa e Desenvol-vimento – IDAP	Nota fiscal sem o atesto de recebimento.
CV03492011	756504	Prefeitura Municipal de Iguatu	Contrato extemporâneo; Ausência de publicações e dos comprovantes de retenções substituídos por processos de pagamentos e extratos.
CV08502008	629217	Prefeitura Municipal de Guaraciaba do Norte	Devolução de saldo realizada na UG 540007
TP00032008	629439	Instituto de assessoria para o Desenvolvimento Humano - Iadh/Gespar	Parecer de auditoria independente não está registrado na Secretaria do Tesouro Nacional.
TP00042008	632938	Associação do Núcleo da Mulher	Parecer de auditoria independente não está registrado na Secretaria do Tesouro Nacional.
CV00332008	625523	Fundação Getúlio Vargas	Devolução de valor glosado.
CV11832009	707041	Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR	Contrapartida depositada em conta diversa.
CV15242008	702663	União Municipal Dos Estudantes Secundaristas – UMES	Mantida a aprovação com ressalvas da nota técnica anterior (nº0235/2013), a saber: não foi enviada justificativa para a aquisição de 6.050 camisetas e 15.000 fichas de inscrição, tendo em vista que o curso foi oferecido a 3.000 estudantes.
CV00782011	755557	Prefeitura Municipal de Patos	A aprovação com ressalvas foi na nota anterior (nº0813/2013), a saber: 1) O convenente apresentou proposta de preços de outras empresas que não tinha poderes para representar os artistas, entretanto, essas empresas, em tese, poderiam fornecer os serviços.

RESULTADOS

A Coordenação-Geral de Convênios do Ministério do Turismo encerra o ano de 2013 com resultados de excelência em todas as suas atividades. Alcançou números de análise de prestação de contas significativos diante das dificuldades enfrentadas, participou ativamente da implantação do sistema interno de gestão e acompanhamento de convênios (PGTUR) e está atuando de forma significativa no processo de implantação do manual de

gestão de convênios, além de atender inúmeras diligências e recomendações demandadas pelos órgãos de controle nesse período.

Destacamos também a participação da CGCV juntamente com o Ministério do Planejamento para disponibilização de funcionalidades que possibilitem a anulação do convênio no portal e o registro de autorização de utilização de contrapartida de forma que a informação obtida naquele sistema reflita a realidade nesses casos.

A CGCV tem inúmeras vezes questionado o Ministério do Planejamento quanto algumas inconsistências encontradas no Portal de Convênios, como exemplo a "classificação de ingressos de recursos", "sub-rogação de convênios" e situações divergentes entre o SIAF/SICONV, possibilitando desta forma encontrar soluções para tais pendências.

2.3.3 COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CGTI

A área de Tecnologia da Informação deve ser entendida como o elemento organizacional responsável pela estruturação, utilização e disponibilização do ferramental tecnológico de suporte aos programas, atividades e ações de todos os departamentos do Ministério do Turismo.

A estratégia é elevar o grau de maturidade dos processos de TI, especialmente os considerados prioritários, a fim de entregar cada vez mais e melhores produtos e serviços de TI mitigando riscos e agregando valor.

2.3.3.1 PLANEJAMENTO E GESTÃO DE TI

2.3.3.1.1 ESCRITÓRIO DE PROJETOS

Com a finalidade de dar apoio institucional e metodológico ao desenvolvimento de seus projetos, a CGTI possui em sua estrutura o Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP-TI), que consiste em um escritório setorial e informal da Coordenação-Geral de TI. Está ligado diretamente ao Coordenador e desempenha, junto a outras áreas, tarefas de Gestão e Governança, sendo ainda responsável pela integração das áreas de serviço da CGTI por meio da elaboração e implantação da Metodologia de Gerenciamento de Projetos (MGP).

Em 2013, o EGP-TI iniciou o monitoramento do portfólio de projetos, programas e outros trabalhos desenvolvidos na CGTI como busca do aprimoramento da gestão de TI. Esses outros trabalhos consistiram principalmente no planejamento das contrações de TI. Dessa forma, foram acompanhados 41 projetos, programas e outros trabalhos executados nas diversas áreas da CGTI. Desses 41 monitorados, 18 foram concluídos em 2013, 6 permaneceram em *backlog*, 4 foram suspensos e 3 cancelados.

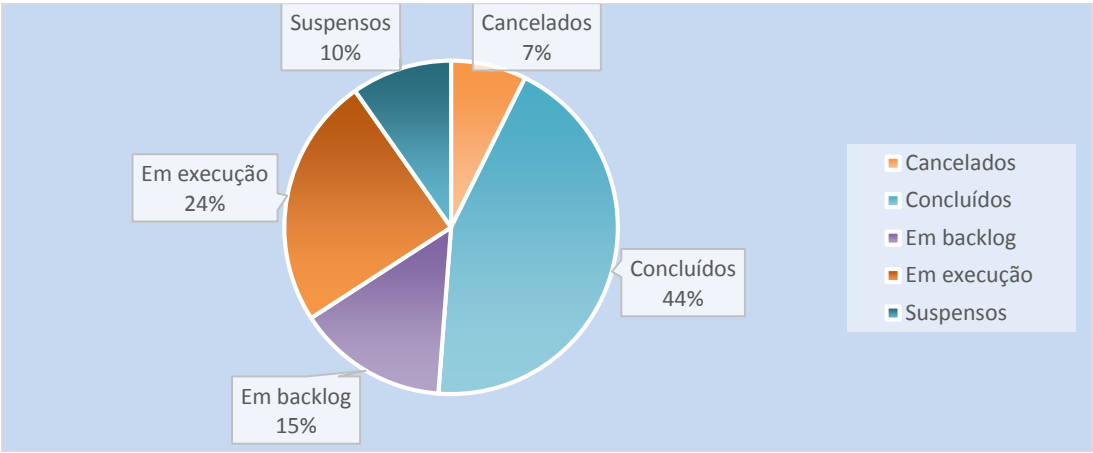
QUADRO 1: STATUS DOS PROJETOS, PROGRAMAS E OUTROS TRABALHOS MONITORADOS PELO EGP-TI EM 2013

Status dos projetos, programas e outros trabalhos monitorados pelo EGP-TI em 2013	Quantidade
Cancelados	3
Concluídos	18
Em *backlog*	6
Em execução	10

Suspensos	4
Total	**41**

Fonte: CGTI/SPOA

GRÁFICO 1: STATUS DOS PROJETOS, PROGRAMAS E OUTROS TRABALHOS MONITORADOS PELO EGP-TI EM 2013



Fonte: CGTI/SPOA

Foram abertos formalmente dentro do Escritório de Gerenciamento de Projetos da CGTI 6 projetos com a utilização da Metodologia de Gerenciamento de Projetos da CGTI. Sendo que 5 foram encerrados no corrente ano: Mapeamento de Competências e Proposição do Cargo de ATI; Elaboração da Minuta da Resolução para Criação da – ETIR; Elaboração do Plano de Gestão da ETIR; Elaboração do Documento para Credenciamento de Segurança e Minuta da Política de Classificação da Informação; Elaboração do Plano Diretor de SIC – PDSIC.

QUADRO 2: PROJETOS ABERTOS NO EGP-TI AO LONGO DE 2013

NOME DO PROJETO	DATA DE ABERTURA	STATUS
Plano de Conformidade Legal - Fase I	22/11/2013	Em execução
Mapeamento de Competências e Proposição do Cargo de ATI	02/02/2013	Concluído
Elaboração do Plano de Gestão da ETIR	01/07/2013	Concluído
Elaboração do Documento p/ Credenciamento de Segurança e Minuta da Política de Classificação da Informação	01/07/2013	Concluído
Elaboração da Minuta da Resolução para Criação da - ETIR	01/02/2013	Concluído
Elaboração do Plano Diretor de SIC – PDSIC	01/02/2013	Concluído

Fonte: CGTI/SPOA

Cabe destacar que o projeto de Mapeamento de Competências e Proposição do Cargo de ATI, ao mapear as competências desejadas e as existentes, constatou a necessidade de criação do cargo de Analista de Tecnologia da Informação no âmbito do MTur nas suas diversas especialidades detalhadas no projeto. É importante ressaltar, ainda, a significante redução do número de servidores na Coordenação-Geral de TI no decorrer dos anos em função de nomeações em outros concursos no serviço público, prejudicando, em parte, execuções de projetos.

Ainda, é válido mencionar a avaliação do nível de maturidade em governança de TI realizada pelo SISP, em outubro de 2013, na Coordenação-Geral de TI. No que se refere ao gerenciamento de projetos, relacionado primariamente ao Processo PO10 – Gerenciar Projetos, do Cobit, o Escritório de Projetos foi avaliado como estando no nível de maturidade Repetível, porém intuitivo (02). Como orientações para o aumento desse nível de maturidade, indicou-se estabelecer critérios de priorização do portfólio de projetos e emitir relatórios de desempenho dos projetos.

2.3.3.1.2 NÚCLEO DE PROCESSOS

O Escritório de Processos é responsável pela estrutura necessária para que as ações em gerenciamento e automação de processos da organização sejam executadas, de forma alinhada, aperfeiçoadas e com foco no cliente. Entre suas principais atribuições estão a modelagem e elaboração do processo atual (AS IS) e proposta de processo futuro (TO BE), já melhorado, implementação de melhorias, gerenciamento e controle de processos, inovação, criação e manutenção da biblioteca de processos, acompanhamento de indicadores de desempenho de processos. Foram desempenhadas as seguintes atividades em 2013:

- Identificação, mapeamento e homologação dos processos que alicerçam os seguintes objetivos estratégicos: Conhecer o turista, o mercado e o território, Estruturar os destinos turísticos e Fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos;
- Identificação dos processos que alicerçam o objetivo estratégico Estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística;
- Identificação e mapeamento dos processos Gestão de Riscos de Segurança da Informação e Comunicações;
- Identificação dos ativos de informação (sistemas de informações/servidores);
- Mapeamentos do processo Gestão de Demandas do Turismo;
- Atividades internas do Escritório de Processos:
    - Refinamento da Planilha de Pontos de Alerta – PPA;
    - Elaboração do *template* Plano de Ação;
    - Elaboração do manual “Como navegar no ambiente WEB para consultar os processos mapeados”;
    - Revisão dos papéis e responsabilidades do Escritório de Processos;
- Mapeamento dos processos de Gestão de Convênio;
- Mapeamento dos processos “Tomada de Contas Especial - TCE”;
- Auxílio na elaboração do Manual de Convênios.

No final do ano de 2013, o Escritório de Processos foi remanejado, de forma estratégica, para a Secretaria Executiva do MTur onde irá planejar, desenhar, implementar, monitorar e otimizar os processos organizacionais e a CGTI passou a ter como responsabilidade os processos restritos à TI.

2.3.3.2 Gestão da Central de Atendimento

A Gestão da Central de Atendimento (0800) do MTur é oferecida ao cidadão, a qual presta atendimento às dúvidas da sociedade concernentes aos seguintes programas e ações do Ministério: Cadastur, SBClass, SNRHos, INVTur, Segmentação do Turismo, Pronatec Copa, Viaja Mais Melhor Idade – VMMI, Ouvidoria, Certificado Digital e TOKEN:

- *Gestão do Atendimento Receptivo prestado pela Central aos temas:*

- *Sistema CADASTUR;*
- *Sistema SBCLASS;*
- *Sistema SNRHos;*
- *Sistema INVTur;*
- *Segmentação Turística;*
- *Programa Pronatec Copa;*
- *VMMI;*
- *Ouvidoria e*
- *Certificado Digital e TOKEN.*

- *Gestão do Atendimento Ativo prestado pela Central aos temas:*
  - *Sistema SNRHos;*
  - *Programa Pronatec Copa.*

Além disso, também foi realizada a solicitação, a análise e o envio de relatórios de desempenho da Central acerca do atendimento efetuado por meio do 0800 e envio de e-mails (tempo médio de atendimento, chamadas perdidas e etc.); solicitação e gerenciamento das retificações da Central junto aos usuários e as áreas do MTur que são atendidas (resposta errada enviada a usuário, fora do prazo e etc.); gerenciamento das caixas de e-mail com domínio do MTur que a Central possui acesso ou existe um redirecionamento de e-mails para a caixa do atendimento.

Destaca-se ainda que os seguintes trabalhos foram desenvolvidos no âmbito Gestão da Central de Atendimento:

- Realização de reuniões com áreas do MTur para levantamento de informações, esclarecimentos, definição do conteúdo das Bases de Conhecimento que alimentam as informações prestadas pelo atendimento, elaboração, análise e aprovação de roteiros de atendimento e Bases de Conhecimento, e solicitação de Divulgação do 0800 pelos canais de comunicação específicos de cada área;
- Acompanhamento das atividades relacionadas aos Ativos desenvolvidos pela Central: Encaminhamento de relatórios do andamento do Ativo para as áreas envolvidas, validação de roteiros de atendimento, envio de *mailing* para importação da lista de contatos para o sistema da Central e etc;
- Gestão do Suporte Técnico (Help Desk) disponibilizado pela Central de Atendimento do MTur oferecido aos servidores, técnicos e gestores que trabalham no MTur;
- Solicitação e Acompanhamento de customizações no sistema STELLA, sistema de gerenciamento dos atendimentos efetuados pela Central, de forma que atendam às necessidades da CGTI e do Ministério do Turismo.

2.3.3.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

A implantação de um sistema de Gerenciamento de Segurança da Informação e Comunicações – GSIC é um dos objetivos estratégicos de TI no MTur, tendo como finalidade garantir a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações dos ativos que agregam valor, sejam eles estratégicos, táticos ou operacionais, internos ou externos.

Em 2012 foi instituído o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações – CSIC do Ministério do Turismo através da Portaria n° 344 publicada em 26/10/2012, o CSIC concretiza-se como um marco fundamental na busca da implantação de ações de Segurança da Informação e principalmente na busca da organização dos processos de segurança que irão suportar o órgão no conhecimento, definição, implementação,

monitoração e manutenção dos níveis adequados de Segurança da Informação e Comunicações. O Comitê de Segurança da Informação e Comunicações é a instância estratégica responsável por tratar e deliberar a respeito de temas na área de Segurança da Informação e Comunicações no âmbito do Ministério do Turismo, observadas as diretrizes de Política de Segurança da Informação estabelecidas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR. Ainda em 2012, foi realizada a 1ª Reunião Ordinária do CSIC em 13 de novembro de 2012 com as seguintes deliberações:

- **Aprovação do Regimento Interno do CSIC** para posterior publicação no Boletim de Pessoal e Serviço – Resolução Nº 02 de 13 de novembro de 2012;
- Proposta de indicação do Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação como **Gestor de Segurança da Informação e Comunicações** – Resolução Nº 02 de 13 de novembro de 2012;
- Aprovação do envio da minuta de Proposta de **Política de Segurança da Informação e Comunicações - POSIC** para aprovação e publicação do Sr. Ministro de Estado do Turismo – Portaria Nº 108 de 22 de maio de 2013;
- Aprovação da criação do **Grupo de Trabalho de Segurança da Informação e Comunicações — GT-SIC** do MTur – Resolução Nº 03 de 29 de abril de 2013;

As ações de SIC foram realizadas e monitoradas através da iniciativa do Plano de Ação 3.3.3. Aperfeiçoar o controle interno a gestão de riscos e a segurança institucional do Portal de Monitoramento de Desempenho do MTur.

Em continuidade a gestão de SIC através da iniciativa do Plano de Ação 3.3.3. Aperfeiçoar o controle interno a gestão de riscos e a segurança institucional do Portal de Monitoramento de Desempenho do MTur, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do CSIC em 21 de agosto de 2013 com as seguintes deliberações:

- Elaboração e aprovação, pelo CSIC, do **Plano Diretor de Segurança da Informação e Comunicações – PDSIC** - Resolução Nº 04 de 27 de novembro de 2013. O PDSIC 2013/2015, fornece as diretrizes de Segurança da Informação aplicáveis às informações custodiadas ou de propriedade do Ministério do Turismo – MTur disponibilizadas no ambiente de Tecnologia da Informação, visando estabelecer as ações e medidas que o MTur deve realizar para implementar processos recorrentes da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações - GSIC.
- Elaboração e aprovação, pelo CSIC, da criação da **Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – ETIR**. A ETIR tem por missão coordenar as atividades de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais, tais como receber, analisar e responder a notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança da informação e comunicações em sistemas computacionais, interrupção do funcionamento de aplicações e serviços disponíveis na rede, atuando também de forma proativa com o objetivo de minimizar vulnerabilidades e ameaças que possam comprometer as atividades da Instituição. A criação da ETIR será formalizada através da publicação no Boletim de Pessoal e Serviço do MTur prevista para o primeiro semestre de 2014.

Ainda em 2013 foram realizadas as seguintes ações de SIC:

- Elaboração do P**lano de Gestão da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais – PG-ETIR**. O Plano de Gestão da ETIR visa definir dentre os serviços de TI que o MTur oferece aos usuários, quais terão suas atividades de tratamento e resposta a incidentes em redes computacionais coordenadas pela ETIR e, na medida em que forem tratados que o sejam de forma gradativa e de acordo com a maturidade da ETIR, baseando-se nas recomendações

do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR e melhores práticas de Segurança da Informação. A minuta do PG-ETIR será analisada e aprovada pelo CSIC para posterior publicação no Boletim de Pessoal e Serviço do MTur em 2014.

- Elaboração da **Política de Classificação da Informação – PCI**. A PCI define as diretrizes para o tratamento de informação classificada no âmbito do MTur. A minuta do PCI será analisada e aprovada pelo CSIC para posterior publicação no Boletim de Pessoal e Serviço do MTur em 2014.
- Elaboração do documento de **Credenciamento de Segurança**. Esse documento regula procedimentos relacionados ao Credenciamento de Segurança e tratamento de informação classificada no âmbito do MTur. A minuta do documento de Credenciamento de Segurança será analisada e aprovada pelo CSIC para posterior publicação da Portaria no D.O.U em 2014.

Durante todo o ano de 2013 foram realizadas reuniões estratégicas, táticas e operacionais com representantes de diversas áreas do MTur, também foram realizadas palestras de sensibilização e conscientização de SIC pela equipe do Núcleo de SIC do MTur e também por membros do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR. Além de divulgações eletrônicas sobre diversos assuntos relacionados ao tema através da Intranet e divulgação de e-mails (Fica a Dica).
Os envolvidos na implantação de Gestão de SIC do MTur são servidores efetivos do órgão, responsáveis por planejar e coordenar a execução das atividades de Segurança da Informação e Comunicação no Ministério. Através do PDSIC 2013-2015 foram definidas metas e ações prioritárias relacionadas à SIC, imprescindíveis para implementar processos recorrentes da Gestão de Segurança da Informação e Comunicações – GSIC na quais serão executadas no decorrer dos anos de 2014/2015.

2.3.3.4 INFRAESTRUTURA de TI

Atividades desenvolvidas no ano de 2013 pela equipe de rede/infra:

- Sistemas:
    - Migração de servidores versão Windows 2008 para Windows 2012
    - Implementação de Windows 8 nas estações de trabalho
    - Implementação de camada de segurança de controle de contas de usuários do domínio
    - Substituição da ferramenta de antivírus corporativo
    - Instalação do portal colaborativo
    - Criação de cluster do Hyper-V afim de substituir serviços de virtualização VMWare
    - Integração do portal colaborativo com o Project
    - Implementação do serviço SCCM para monitoração, auditoria e inventário de hardware e software
    - Substituição da distribuição Red Hat para Debian, no Datacenter Algar

- Infra:
    - Conclusão de migrações de aplicações para o Datacenter Algar
    - Migração do serviço de e-mail para o Datacenter Algar
    - Instalação de certificado SSL para correio eletrônico
    - Instalação de nova solução antispam do Mtur
    - Instalação de ferramenta de e-mails em massa

- Instalação da solução Lync Server
- Aquisição e instalação de fitoteca de backup
- Organização de vlan nos switches core

2.3.3.5 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Acompanhamento e gestão dos trabalhos de manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva) de sistemas do MTur, realizando a guarda da documentação de sistemas próprios ou desenvolvidos por terceiros utilizados no Ministério. Agendamento, acompanhamento e gerenciamento de reuniões entre a equipe da CGTI e áreas requisitantes para definição de documento de escopo e requisitos.
Acompanhamento e gestão das demandas de alterações em sites e portais do Ministério do Turismo.
Atividades desenvolvidas no ano de 2013 pela equipe de manutenção de sistemas e portais:

2.3.3.5.1 MANUTENÇÃO DE SISTEMAS

- SADP – Sistema de Apoio de Diárias e Passagens – Módulo de Diárias; http://sadp.mtur.gov.br
- SADP – Sistema de Apoio de Diárias e Passagens – Módulo de Passagens; http://sadp.mtur.gov.br
- SISEM 2.0 – Sistema de controle de Emendas vinculadas a Convênios; http://sisem.mtur.gov.br
- Pronatec Copa e Pronatec Copa na Empresa - http://www.pronateccopa.turismo.gov.br/
- INVTUR 2.0 - Sistema de Inventário da Oferta Turística (fase de elaboração)
- PGTUR – Plataforma de Gestão do Turismo; http://www.pgtur.turismo.gov.br/
    - Gestão do SNRHos (Ficha Nacional de Registro de Hóspedes, Meios de Hospedagem, Cadastro de Operadores, Boletim de Ocupação Hoteleira)
    - Contratos (Compras, Leasing/Aluguel, Garantia, Software)
    - Gestão de Agendas (Controle de Agendas e Visitantes)
    - Gestão de Convênios (Propostas e Convênios, Prestação de Contas e Tomada de Contas Especial, Fiscalização de Eventos e Infraestrutura, Contratos de Repasse)
    - Gestão de Correspondências (Entrega de Postagens)
    - Gestão de Recursos Logísticos (Patrimônio, Almoxarifado, Serviços Gerais, Reprografia e Transportes)
    - Gestão de Recursos Humanos (Cadastro de Servidores, Capacitação, Avaliação, Afastamento)
    - Gestão Orçamentária (Fluxo Orçamentários e Base de Dados Única)
- SIPROTUR – Sistema de Acompanhamento Pronatec; http://www.siprotur.turismo.gov.br/siprotur/
- SIPROTUR 2.0 - Sistema de Acompanhamento Pronatec; http://www.siprotur.turismo.gov.br/siprotur/
- SBClass - Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem; www.cadastur.turismo.gov.br
- CADASTUR 2.5 - Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas; www.cadastur.turismo.gov.br

- Cadastur 3.0 - Sistema de Cadastro de pessoas físicas e jurídicas (Fase de elaboração)
- SIGTUR - Sistema de Informações Gerenciais do Turismo; http://www.sigtur.turismo.gov.br
- PRTur - Módulo de Consulta Pública - http://www.prtur.turismo.gov.br/prtur/
- SGDTur - Sistema de Gestão de Demandas do Turismo (requisitos)
- Nova Arquitetura Sistemas do MTur
- SNRHos - Sistema de Hospedagem; http://www.pgtur.turismo.gov.br/
- VMMI - Sistema Viaja Mais Melhor Idade; http://www.viajamais.gov.br/vm
- SCDC - Sistema de Controle de Deliberações e Constatações (Fase de elaboração)
- Aplicação de Consulta RFB - http://consultarfb.mtur.gov.br
- SICA 2.0 – Sistema de Controle de Acesso
- Turismo Acessível – fase de elaboração
- Sistema de Repasse - repasse.mtur.gov.br
- SCDE - Sistema de Controle de Demandas Externas - cde.mtur.gov.br
- Sistema Radar Executivo - http://se.mtur.gov.br/radar/
- Sistema Monitoramento de Desempenho MTur - monitoramentodedesempenho.mtur.gov.br
- Sistema Copa 2014 - se.mtur.gov.br/copa
- SIACOR - Sistema de Contratos de Repasse - siacor.turismo.gov.br
- Sistema de Monitoramento de Desempenho das Ações Estratégicas da CGTI - http://se.mtur.gov.br/cgti/
- GDPGPE - Sistema de Avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - http://se.mtur.gov.br/prod/login

2.3.3.5.2 SITES E PORTAIS

- Portal do Turismo - http://www.turismo.gov.br/turismo/home.html
- Blog Turismo brasil - http://blog.turismo.gov.br/
- Intranet do MTur - http://intranet.mtur.gov.br/
- Portal do BOH - http://boh.turismo.gov.br/authUser/index.php
- Portal Dados e Fatos - http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html
- Portal da Regionalização – http://hlog.regionalizacao.turismo.gov.br/
- Portal Onde Hospedar – http://hospitalidade.turismo.gov.br/
- Portal Destinos – http://www.turismobrasil.gov.br/mtur.destino/index.do?active=1&level=1
- Portal Brasil Compartilhado - http://hlog.brasilcompartilhado.turismo.gov.br/
- Site Encontro Nacional de Turismo - http://www.encontronacional.turismo.gov.br/ent/
- Portal VMMI - http://www.viajamais.gov.br/vm

2.3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANCAS - CGPOF

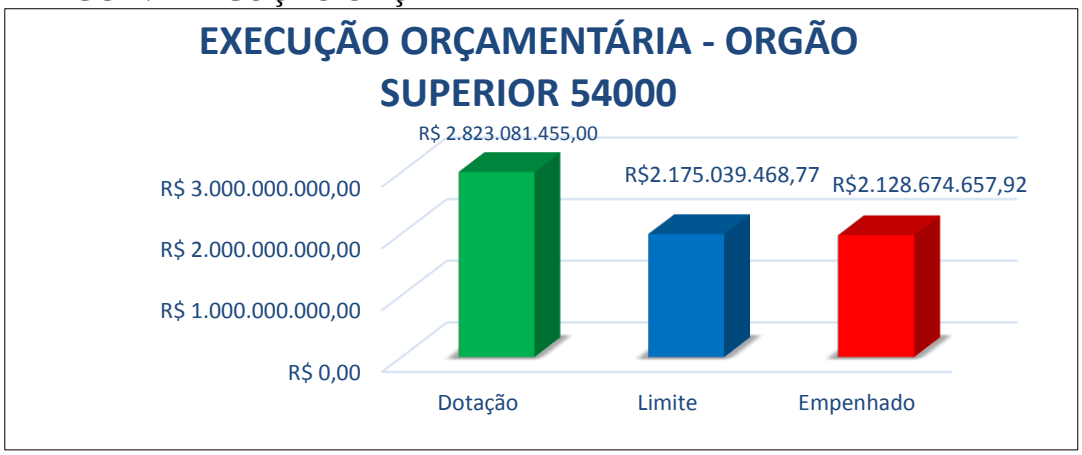
A dotação autorizada para o Ministério do Turismo no decorrer do ano de 2013, incluindo as emendas parlamentares, foi de R$ 2.823.081.455,00. Este valor inclui somente os dados relativos aos grupos de natureza de despesa (GND) 3 e 4 – outras despesas correntes e investimentos classificadas como discricionárias e como integrante do Programa de

Aceleração do Crescimento. Exclui-se, portanto, as despesas obrigatórias e de pessoal (GND 1), os juros e encargos da dívida (GND 2), os valores do FUNGETUR.

Os créditos extraordinários que foram abertos no final de 2012 e incorporados ao Orçamento de 2013 representam um valor de R$ 697.000.000,00 para a efetivação de investimentos (GND 4).

A Secretaria de Orçamento Federal – SOF autorizou para o Ministério do Turismo em 2013, limite para movimentação e empenho de R$ 2.175.039.468,77. A execução no exercício de 2013 foi de R$ 2.128.674.657,92 o que corresponde a 98% do limite disponível para o Ministério do Turismo.

GRÁFICO 2: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Fonte: CGPOF

Emendas Parlamentares

O Ministério do Turismo recebeu em 2013 um montante de R$ 1.927.543.555,00 referente às emendas parlamentares, conforme identificado abaixo:

GRÁFICO 3: VALORES ALOCADOS AO ORÇAMENTO EM EMENDAS PARLAMENTARES

	Custeio R$	Investimento R$	Total R$
Emendas em comissão	1.000.000,00	211.000.000,00	212.000.000,00
Outras Emendas (Individual/Bancada)	63.654.000,00	1.651.889.555,00	1.715.543.555,00
Total	**64.654.000,00**	**1.862.889.555,00**	**1.927.543.555,00**

Fonte: CGPOF/SPOA

GRÁFICO 4: DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA SÉRIE HISTÓRICA

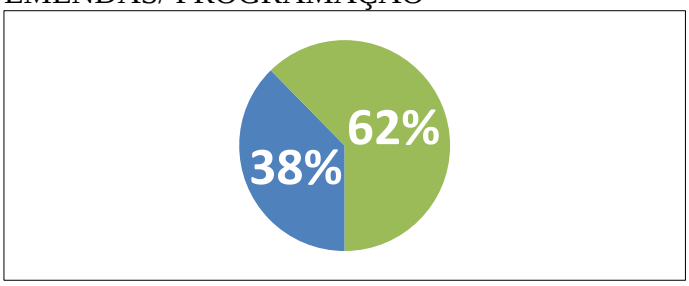
Série Histórica 2003 – 2013: Programação + Emendas (Exceto Pessoal e FUNGETUR)						
Ano	**Dotação**	**Limite**	**Empenhado**	**% Emp.**	**Empenho Custeio**	**Empenho Investimento**
2003	377.764.313	134.9000.000	126.858.293	94,04	73.570.467	53.287.826
2004	531.680.514	360.300.000	357.951.693	99,35	182.359.468	175.592.226
2005	1.071.582.160	717.600.000	713.500.000	99,43	267.087.935	446.412.065
2006	1.730.650.451	1.410.400.000	1.406.600.000	99,73	301.285.174	1.105.314.826
2007	2.127.272.721	1.757.500.000	1.736.200.000	98,79	468.302.483	1.267.897.517
2008	3.048.643.086	2.312.400.000	2.311.100.000	99,94	593.742.655	1.717.357.345

Série Histórica 2003 – 2013: Programação + Emendas (Exceto Pessoal e FUNGETUR)						
Ano	**Dotação**	**Limite**	**Empenhado**	**% Emp.**	**Empenho Custeio**	**Empenho Investimento**
2009	2.971.700.922	2.480.090.000	2.441.400.000	98,44	706.905.887	1.734.494.113
2010	4.352.070.726	2.282.085.230	2.115.184.529	92,69	683.952.179	1.431.232.351
2011	3.391.476.215	1.290.802.222	1.251.257.232	96,94	375.377.170	875.800.063
2012	2.609.628.177	1.203.621.803	1.181.292.126	98,14	295.593.281	885.698.845
2013	**2.823.081.455**	**2.175.039.469**	**2.128.674.658**	**97,87**	**297.137.737**	**1.831.536.921**

Fonte: CGPOD/SPOA

Do total empenhado pelo Ministério do Turismo no exercício de 2013, 62% correspondem às emendas parlamentares, totalizando R$ 1.327.181.706,00. A execução referente à programação representa 38% da execução do Ministério resultando no montante de R$ 801.492.952,00.

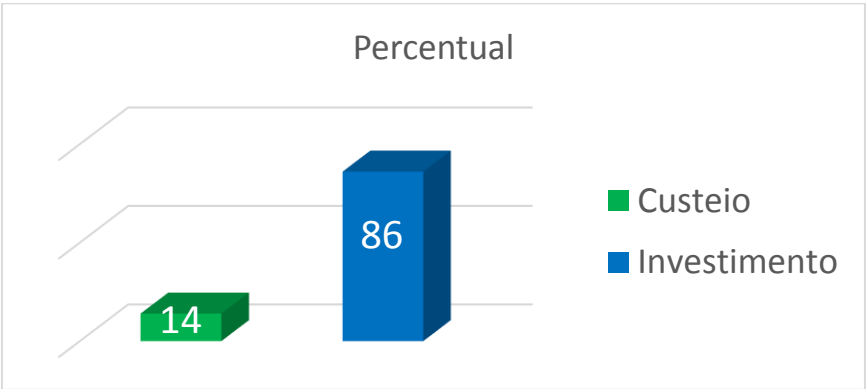
GRÁFICO 5: DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA EMENDAS/ PROGRAMAÇÃO



Fonte: CGPOF/SPOA

As despesas com investimento (GND 4) correspondem a 86% do total dos empenhos e as despesas com custeio (GND 3) a 14% do total.

GRÁFICO 6: DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CUSTEIO/ INVESTIMENTO



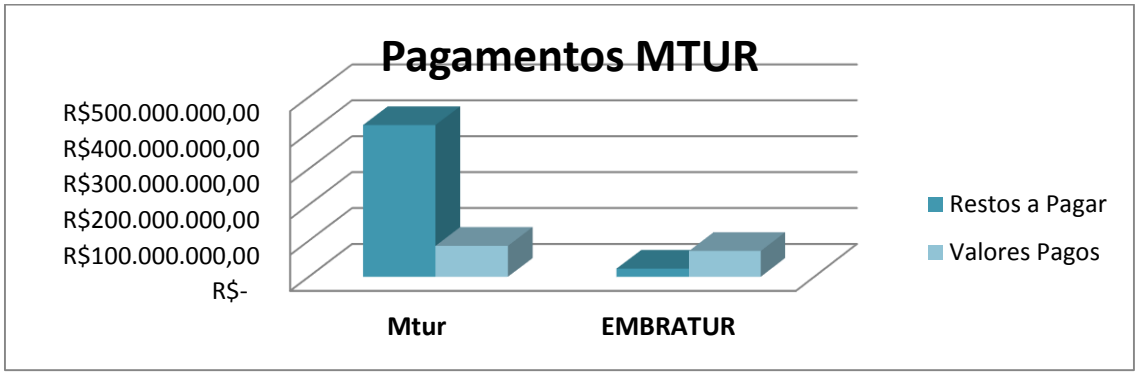
Fonte: CGPOF

Execução Financeira do Ministério do Turismo

O Ministério como órgão superior efetuou pagamentos no exercício de 2013 na ordem de R$ 707.062.363,20, sendo que R$ 577.374.495,20 refere-se aos pagamentos efetivados pela Administração Direta e R$ 129.687.868,00 trata-se dos pagamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Turismo.

No decorrer do exercício foi pago o montante de R$ 498.154.364,50, correspondente aos restos a pagar e o valor de R$ 208.907.998,70 são pagamentos de despesas do exercício. Destaca-se que esses valores incluem apenas os grupos de natureza de despesas 3 e 4 despesas de custeio e investimento.

GRÁFICO 7: DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CUSTEIO/ INVESTIMENTO



Fonte: CGPOF

Setorial Contábil do Ministério do Turismo

A Setorial Contábil do Ministério do Turismo compõem a estrutura da Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças (CGPOF) e tem por finalidade fornecer informações relevantes, atualizadas e tempestivas a respeito do patrimônio público e do orçamento público.

As atividades executadas pela Setorial Contábil são orientadas pelos Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionadas ao controle patrimonial das entidades do setor público, dentre elas citamos:

- Lei n° 4.320 de 17 de março de 1964 - Lei das Normas Gerais de Direito Financeiro.
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas do Setor Público (NBC T 16)
- Lei n° 10.180 de 6 de fevereiro de 2001 – Do Sistema de Contabilidade Federal
- Portaria n° 109 B de 11 de outubro de 2005 – Regimento Interno do MTur.
- Decreto 6.976 de 01 de outubro de 2009
- Decreto 8.102 de 06 de setembro de 2013.
- Macrofunções STN 020315, 020318, 020319, 020330, 021006 e 021003.

Dessa forma, cabe à Setorial Contábil evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial, assim como os custos dos programas e das unidades do Ministério do Turismo; registrar os atos e fatos relacionados à administração financeira, orçamentária e patrimonial do ente e suas variação.

Concerne à Contabilidade do Órgão prestar assistência, orientação e apoio técnico às Unidades Gestoras e às entidades sob sua supervisão (Caixa Econômica Federal, Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur e Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR) e também é responsável pelo registro da conformidade contábil de Órgão Superior, Órgão e Unidade Gestora.

A Setorial Contábil do MTur é composta por um contador responsável, um contador substituto e um estagiário que desempenham as atividades contábeis utilizando o Sistema Integrado da Administração Financeira – SIAFI ao realizar acompanhamento diário dos auditores contábeis a fim de evitar inconsistências contábeis no Balanço Geral da União e visando prevenir a ocorrência de impropriedades e irregularidades.

A contabilidade do órgão atua em conjunto com a Secretária do Tesouro Nacional (STN) que através de comunicações via SIAFI, treinamentos realizados ao longo do ano e central de atendimento possibilita a elucidação de questionamentos quanto a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil. A STN é responsável pela edição de Macrofunções que registram, de forma estruturada e sistemática, as normas e procedimentos operacionais do SIAFI, do ponto de vista do usuário.

2.3.5 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS - CGRL

A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos conta com 03 (três) Coordenações e 01 (uma) Comissão, conforme descrito a seguir:

- ✓ Coordenação de Recursos Logísticos;
- ✓ Coordenação de Serviços Gerais;
- ✓ Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira; e
- ✓ Comissão Permanente de Licitação.

2.3.5.1 Coordenação de Recursos Logísticos - CRL

2.3.5.1.1 CONTROLE DE CONTRATOS

A atividade de Controle de Contratos abrange a gestão de todos os processos vinculados às Contratações e Aquisições que resultem em Contrato e/ou Atas de Registros de Preços deste Ministério. Portanto, um processo torna-se de responsabilidade da área de Contratos, após concluída a Licitação, Inexigibilidade ou a Dispensa, tais como:

- ✓ Acompanhamento da vigência;
- ✓ Notificação do fiscal com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes do vencimento sobre o interesse ou não na renovação;
- ✓ Notificação ao fornecedor contratado sobre o interesse na renovação, nos casos de contratos continuados, art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93;
- ✓ Pesquisas de preços;
- ✓ Solicitação de reserva orçamentária/financeira;
- ✓ Solicitação de emissão de empenho; e
- ✓ Solicitação de pagamento.

Todos os trâmites necessários, independentes da origem do contrato tem seus registros e acompanhamentos realizados pela Plataforma de Gestão do Turismo - PGTur, o que possibilita visualização de todos os contratos conforme necessidade.

QUADRO 2: AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS FORMALIZADAS

Tipo	Quantitativo	Total Contratado
		Valores (R$)
Inexigibilidade	7	707.894.935,46
Adesão à RP	2	2.462.228,00
Dispensa de Licitação	168	23.180.628,71
Termo de Compromisso	1	250.000,00
Atas de Registro de Preços	9	302.079,70

Concorrências/Pregões	14	55.590.280,18
Concorrências BID	3	3.525.341,50
TOTAL	**204**	**793.205.493,55**

Fonte: CRL/CGRL/SPOA

2.3.5.1.2 CONTRATOS CELEBRADOS EM 2013

Das aquisições/serviços formalizadas em 2013, 33 (trinta e três) geraram Contratos Administrativos e 01 (uma) gerou Termo de Compromisso, conforme anexo I/CGRL.

2.3.5.2 Aquisições formalizadas que não geraram contrato

No exercício, além das Dispensas de Licitação com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, 10 (dez) aquisições/serviços não geraram Contrato Administrativo, conforme anexo I/CGRL.

2.3.5.4 Contratos e Ata de Registro de Preços Vigentes no exercício

Além das contratações firmadas, houve prorrogações de vigência de Contratos celebrados em exercícios anteriores e contratos/Atas de Registro de Preços que se estenderam por mais de um exercício financeiro, que totalizam 69 (sessenta e nove) contratos, conforme descrito no anexo I/CGRL.

2.3.5.5 Controle de Compras

É responsabilidade da Área de Compras, as Dispensas e as Inexigibilidades de Licitação. As Dispensas de Licitação com valor igual ou menor a R$ 8.000,00 (oito mil reais) e que não gerarem contrato, dispensam prévia manifestação jurídica conforme PARECER/CONJUR/MTUR/Nº 001/2003, segundo o qual "é dispensado prévia manifestação jurídica nas contratações diretas, de valor restrito, fundamentadas nos incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93." As demais Dispensas e as Inexigibilidades terão que ser instruídas e encaminhadas à Consultoria Jurídica, para manifestação quanto aos aspectos legais da contratação, juntamente com a minuta de contrato.

QUADRO 3: DISPENSAS E INEXIGIBILIDADES FIRMADAS EM 2013

Modalidade	Quantidade	Valor (R$)
Dispensa de Licitação	168	23.180.628,71
Inexigibilidade	7	707.894.935,46
Total	**175**	**731.075.564,17**

Fonte: CRL/CGRL/SPOA

2.3.5.6 Coordenação de Serviços Gerais

A Coordenação de Serviços Gerais para realizar suas atividades conta com os seguintes setores: Almoxarifado, Arquivo, Protocolo e Serviços Gerais.

2.3.5.6.1 ALMOXARIFADO

2.4.2.1.1 O almoxarifado no exercício de 2012, passou a utilizar a ferramenta Plataforma de Gestão do Turismo – PGTur, para requisição de material, Relatório de Almoxarifado – RMB, Relatório de material permanente – RMA, e Relatório mensal de registro de valoração de ativos.

Material de Expediente

No ano de 2012 foi realizado um grande pregão para aquisição de material de expediente. Esse pregão possui o valor de R$ 139.105,60 e tem como finalidade manter o almoxarifado suprido durante o ano de 2012 até o segundo semestre de 2013.

Ao comparar o ano de 2012 com o ano de 2013, houve um crescimento de 19 novos itens de material de consumo ao portfólio de produtos estocados em nosso almoxarifado, objetivando proporcionar um melhor atendimento e variedade aos usuários.

QUADRO 4: QUANTITATIVO DE ITENS

QUANTITATIVOS DE ITENS DISPONÍVEIS POR ANO										
Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Qtd.	108	139	172	177	251	326	456	469	524	543

Fonte: Almoxarifado/CSG/CGRL/SPOA

Fonte: Almoxarifado/CSG/CGRL/SPOA

Até o final de dezembro de 2013, o almoxarifado contava com o valor absoluto de R$ 258.239,05 em itens de material de consumo.

QUADRO 5: DISTRIBUIÇÃO FINANCEIRA POR GRUPO DE DESPESA

GRUPO		SALDO FINANCEIRO ATUAL (R$)
33.390.30.16	Material de Expediente	96.138,11
33.390.30.17	Materiais de Processamento de Dados	116.310,47
33.390.30.19	Material de Acondicionamento e Embalagem	10.933,02
33.390.30.21	Material de Copa e Cozinha	6.918,71
33.390.30.22	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	2.593,69
33.390.30.24	Material para Manutenção de Bens Imóveis	3.283,16
33.390.30.25	Material para Manutenção de Bens Móveis	3.887,75
33.390.30.26	Material Elétrico e Eletrônico	12.319,94
33.390.30.29	Material para Áudio, Vídeo e Foto	2.665,77
33.390.30.35	Material Laboratorial	411,15
33.390.30.39	Material para Manutenção de Veículos	0,00
33.390.30.42	Ferramentas	44,00
33.390.30.43	Material para Reabilitação Profissional	0,00
33.390.30.44	Material de Sinalização Visual e Outros	2.243,50
33.390.30.46	Material Bibliográfico	0,00
33.390.30.50	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	489,78

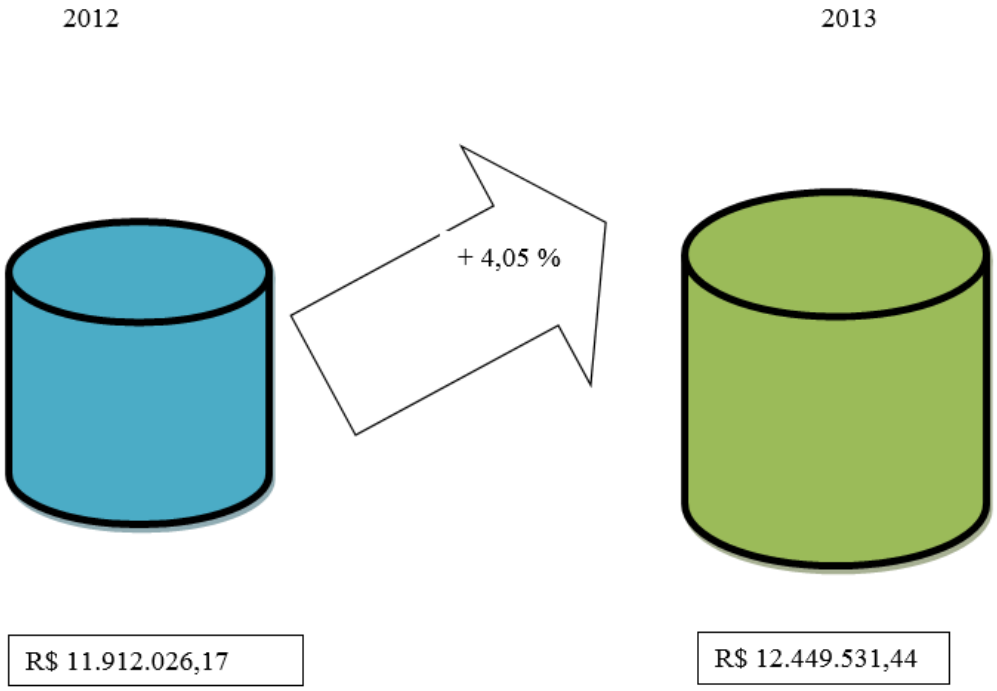
TOTAL	258.239,05

Fonte: Almoxarifado/CSG/CGRL/SPOA

No ano de 2013 foram atendidas um total de 989 requisições. Sendo assim, obtivemos média aproximada de 82 requisições por mês.

2.3.5.7 Patrimônio

De 2012 ao final 2013 o Ministério obteve significativo crescimento em seu patrimônio. O valor percebido foi de R$ 537.512,27. Os três grupos que apresentaram maior crescimento foram o 42 - mobiliário em geral; 52 - veículos de tração mecânica; e 35 - equipamentos de processamento de dados.
Ao comparar o valor total de bens patrimoniais no final de 2012 com o total encontrado no final de 2013 obtivemos um crescimento de 4,05% conforme demonstrado no gráfico:



No final de 2012 havia um total de 12.516 bens patrimoniais no Órgão. Esse número cresceu, totalizando 13.579 bens patrimoniais.

QUADRO 6: APRESENTAÇÃO DE CATEGORIAS E CUSTO DOS BENS PATRIMONIAIS ADQUIRIDOS EM 2013

CONTA		VALOR (R$)
04	Aparelho de Medição e Orientação	3.274,21
06	Aparelho e Equipamentos de Comunicação	752.369,35
10	Aparelho e Equipamentos para esportes e diversões	199,92
12	Aparelhos e Utensílios Domésticos	143.279,31
18	Coleções e Materiais Bibliográficos	9.681,61
24	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	4.903,12
30	Máquina e Equipamentos Energéticos	112.659,58
32	Máquinas e Equipamentos Gráficos	11.471,64
33	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	88.012,22

CONTA		VALOR (R$)
34	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	30.714,75
35	Equipamentos de Processamento de Dados	5.407.431,00
36	Máquinas, Instalação e Utensílios de Escritórios	16.940,58
38	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.310,19
42	Mobiliário em Geral	3.007.217,44
48	Veículos Diversos	8.887,51
52	Veículos de Tração Mecânica	904.145,81
57	Acessórios para Automóveis	3.057,00
87	Material de Uso Duradouro	421,00
90	Bens em Processo de Localização	12.536,00
92	Bens Móveis Inservíveis	-
93	Bens em Poder de Outra Unidade ou Terceiros	1.931.019,20
TOTAL		**12.449.531,44**

Fonte: Almoxarifado/CSG/CGRL/SPOA

2.3.5.7.1 METAS E NECESSIDADES PARA 2014

✓ Adquirir coletoras de dados para proporcionar mais agilidade no inventário patrimonial.

✓ Trocar as plaquetas de patrimônio que contém 4 dígitos, pois as coletoras disponíveis no mercado não conseguem ler as atuais plaquetas.

✓ Atualizar o catálogo de materiais de expediente.

✓ Atualizar e promover a manutenção do atual sistema de almoxarifado e patrimônio, pois atualmente o sistema não está atendendo as necessidades do setor.

✓ Obter mais espaço físico para material de consumo, por meio da construção do mezanino no almoxarifado, melhorando a acomodação e estocagem dos mesmos.

✓ Organizar a doação de bens patrimoniais inservíveis, armazenados.

✓ Providenciar espaço físico na Esplanada para armazenamento de bens patrimoniais em bom estado de uso.

2.3.5.8 Arquivo Central

O Arquivo Central como setor de acervo documental tem como finalidade principal a manutenção e guarda de todos os documentos acumulados desde a criação do MTur.

O Arquivo Central tem como atividades: agendamento de transferência de documentos ao arquivo; orientação aos setores para correto envio documental; recebimento e conferência da documentação; assepsia, descrição, análise e avaliação de documentos e processos para a posterior classificação de acordo com os códigos e tabelas do CONARQ; elaboração de espelhos para a correta localização posterior no acervo; preservação do material arquivístico; acondicionamento e armazenamento adequado para cada tipo documental; tramitação e consulta de processos/documentos no MTurDOC; empréstimo e desarquivamento de documentos aos setores solicitantes (inclusive através do e-mail arquivo@turismo.gov.br); devolução; separação dos documentos a serem eliminados; acesso e solicitações através do PGTur.

Continuamos com as medidas anteriormente adotadas como: agendamento para arquivamento, e-mail orientativo, visitas nos setores para orientação in loco e triagem de documentos, continuam beneficiando o andamento dos trabalhos do Arquivo Central do Ministério do Turismo.

Ao longo do ano de 2013, houveram 1.832 empréstimos de processos e documentos, destes, 1.079 foram devolvidos. Foram arquivadas 764 caixas.

Em junho de 2013 foi concluída a transferência do Arquivo Central localizado no Shopping ID, para o Bloco U da Esplanada.

2.3.5.9 Protocolo

Ao Protocolo compete executar as atividades referentes ao recebimento, registro, tramitação, expedição de documentos, zelando pela uniformização de procedimentos; bem como o envio de correspondências e encomendas.

2.3.5.9.1 OBJETIVOS E ATRIBUIÇÕES

I - executar as atividades de protocolo referentes ao recebimento, registro, tramitação, expedição de documentos, zelando pela uniformização de procedimentos; bem como, o envio de correspondências e encomendas;
II - organizar e preservar documentos e processos conforme orientação determinada pela Política Nacional de Arquivo para o Setor Público, do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ;
III - organizar e proceder a autuação e movimentação dos processos gerados e recebidos pelo Ministério;
IV - controlar a recepção e expedição de correspondências e encomendas; e
V - controlar os prazos de entrega de material e execução de serviços contratados e propor a aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor aos inadimplentes.

2.3.5.9.2 DEMONSTRATIVO DE ATIVIDADES REALIZADAS

O resultado do desempenho da unidade está expresso pela quantidade de informações documentais produzidas e acumuladas, conforme a seguir:

ATIVIDADES /ANO	Abertura de Documento	Autuação de Processos	Tramitação de Documentos	Expedição de Documentos pelos Correios	Entrega de Documentos pelos Motociclistas
2003	2.442	1.063	1.083	-	-
2004	6.385	4.134	6.813	-	-
2005	10.850	5.037	9.481	-	-
2006	11.600	4.600	12.584	15.239	3.142
2007	15.506	4.719	15.168	13.116	4.758
2008	14.234	6.271	9.062	19.631	3.396
2009	13.011	7.372	14.519	10.593	3.347
2010	10.001	7.047	18.409	12.631	2.529
2011	8.732	3.253	12.857	13.329	2.329
2012	6.454	3.473	10.402	14.475	1.748
2013	6.820	3.120	10.494	17.105	-

Fonte: Protocolo/CSG/CGRL/SPOA

O Protocolo controla o recebimento e executa a distribuição de jornais e revistas para as unidades internas do Órgão, sendo os veículos relacionados a seguir:

JORNAIS			
Estado	**Nome do veículo**	**Quantidade em 2012**	**Quantidade em 2013**
DF	Correio Braziliense	4.880	5.133
RJ	O Globo	2.123	2.227
SP	Folha de S. Paulo	3.553	4.179
SP	Estado de S. Paulo	1.354	1.581
SP	Valor Econômico	2.329	2.315
BA	A Tarde	283	258
MA	Estado do Maranhão	563	679
MG	Estado de Minas	439	351
RS	Zero Hora	121	51
	Subtotal	**15.645**	**16.774**
DF	D.O.U.	2.761	2.148
	TOTAL	**18.406**	**18.938**

Fonte: Protocolo/CSG/CGRL/SPOA

REVISTAS		
Nome do veículo	**Quantidade em 2012**	**Quantidade em 2013**
Veja	166	207
IstoÉ	153	156
Época	104	104
Carta Capital	102	102
IstoÉ Dinheiro	55	51
Caras	39	-
Quem	39	-
Revista Piauí	12	12
Backstage	-	16
Total	**670**	**648**

Fonte: Protocolo/CSG/CGRL/SPOA

2.3.5.9.3 PROJETOS DESENVOLVIDOS EM 2013

No ano de 2013, o Protocolo teve como principal execução a operacionalização do PGTur, no módulo de Correspondências e Encomendas, o que continuou a possibilitar o cadastro e tramitação de correspondências e encomendas por cada setor.

Com objetivo de obter maior eficiência e eficácia na abertura de documentos, processos e tramitações entre as unidades do Órgão criou-se as Unidades Protocolizadoras - UP's, que no exercício em questão, apresentou os seguintes resultados:

Abertura	Protocolo	UP's - Demais Áreas	Total MTur
Documento	6.820	17.267	**24.087**
Processo	3.120	366	**3.486**
Tramitações	10.494	39.658	**50.152**

Fonte: Protocolo/CSG/CGRL/SPOA

2.3.5.9.4 METAS PARA 2014

- ✓ Ampliação das Unidades Protocolizadoras com a finalidade de descentralizar as atividades de protocolo.
- ✓ Qualificar os usuários, por meio de cursos e treinamento, visando à promoção das unidades organizacionais nas atividades de protocolo como, por exemplo, a abertura de documentos e processos.

✓ Qualificar usuários, por meio de cursos e treinamentos, em relação à orientação e operacionalização do PGTur, objetivando, desta maneira, a capacitação para o cadastro e tramitação de correspondências.

✓ Continuar a descentralizar as atividades de protocolo como seja: todas as Coordenações do Ministério autuando os seus próprios processos.

✓ Adequação dos equipamentos de informática para melhor desempenho dos serviços prestados.

2.3.5.10 Serviços Gerais

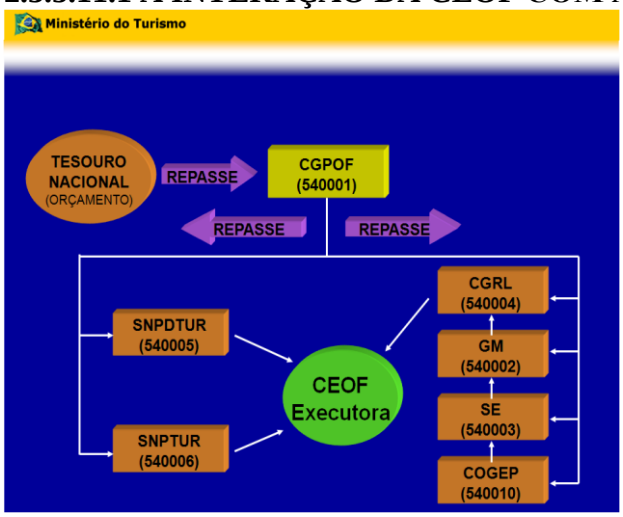
As demais ações da Coordenação de Serviços Gerais são as atividades ligadas à conservação e limpeza, apoio operacional, serviço de vigilância e segurança patrimonial, condomínio predial, prestação de serviços reprográficos e de transportes.

No Setor de Transporte há o controle geral de Veículos Oficiais do Órgão, transporte de carga leve, bem como os serviços de transporte terceirizados nos estados da Federação, atendendo aos servidores no desempenho das atividades de interesse da Administração. Na reprografia são executados serviços inerentes à cópia e impressão de documentos, sendo a mesma compartilhada com o Ministério de Minas e Energia.

Todas as ações do campo de Serviços Gerais tinham como meta a adoção da metodologia desenvolvida no sistema denominado Plataforma de Gestão do Turismo - PGTur, pelas Coordenações das Secretarias deste Ministério já que o referido sistema permite a realização da solicitação, controle e consultas dos serviços solicitados em qualquer de seus aspectos.

2.3.5.11 Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira

2.3.5.11.1 A INTERAÇÃO DA CEOF COM AS DEMAIS UA'S DO MTUR:



A organização administrativa interna da CEOF contempla três macros atividades distintas:

✓ Execução Orçamentária e Financeira;

✓ Acompanhamento e Análise da Despesa;

✓ Execução de Diárias e Passagens.

2.3.5.11.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

No exercício de 2013, os créditos orçamentários para esta Unidade Executora (540004) foram disponibilizados pela Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças – CGPOF, mês a mês. Em função disso os empenhos para cobertura das despesas com os contratos administrativos foram sendo reforçados à medida em que cada 12 avos do orçamento total para o exercício era repassado.

No que diz respeito ao aspecto financeiro, algumas dificuldades foram identificadas para execução tendo em vista a não ágil disponibilização de recursos por parte da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que, no entanto, não chegou a comprometer os compromissos com os fornecedores que tiveram seus pagamentos efetuados na devida tempestividade.

Cabe ressaltar que no exercício de 2013 o Ministério realizou pagamentos à Caixa Econômica Federal, totalizando o montante de R$ 4.764.431,18 (quatro milhões, setecentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e trinta e um reais, e dezoito centavos) relativo a dívida com aquela instituição por conta de Contrato de Prestação de Serviços de Operacionalização e Acompanhamento dos Programas e Ações consignados no Orçamento Geral da União.

2.3.5.11.3 EXECUÇÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

A organização administrativa interna da CEOF contempla o Setor de Concessão de Diárias e Passagens, cuja função é gerir as concessões de viagens a serviço do Órgão, em território nacional e internacional, acompanhando a descentralização dos recursos, a autorização das viagens, a emissão dos bilhetes aéreos e, se for o caso, do Seguro Viagem, bem como o pagamento das diárias ao usuário, emitindo as Notas de Empenho, os Pagamentos das Notas Fiscais e até a prestação de contas dessas viagens.

Cabe também ao setor de Diárias e Passagens a realização das tarefas relativas à atualização, divulgação e orientação das normas, dos procedimentos e dos sistemas de apoio e acompanhamento, cujas principais atividades são:

- ✓ Análise das solicitações de viagens;
- ✓ Acompanhamento das certificações digitais (Token);
- ✓ Acompanhamento de limite de Diárias e Passagens;
- ✓ Ressarcimento de despesas;
- ✓ Reembolso de bilhetes não utilizados;
- ✓ Conferência de faturas;

- ✓ Auditoria interna dos processos das solicitações de viagens;
- ✓ Treinamento para usuários do sistema SCDP.

Ferramentas informatizadas que utiliza:

2.3.5.12 Estratégia de Atuação

Conforme objetivos estabelecidos para seu plano de atuação contínua, o setor continua promovendo a aproximação com os usuários por meio de esclarecimento de dúvidas, orientação na operação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP de modo a que problemas possam ser minimizados tanto na parte administrativa quanto na realização da própria viagem, evitando transtornos como a devolução de documentos para acertos com possíveis reflexos na liberação de numerários e emissão de bilhetes.

O Setor de Concessão de Diárias e Passagens é responsável pela geração das informações relacionadas aos gastos com diárias e passagens de todas as Unidades Administrativas do MTur para subsidiar a composição de seus Relatórios de Gestão com as despesas realizadas.

2.3.5.13 Desempenho Operacional

Segue abaixo quadros sobre a execução de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2012, os limites para execução dessas despesas e a execução referente ao exercício de 2013.

QUADRO 7: EXECUÇÃO DE DESPESAS EM 2012

Execução de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2012.				
	Tipo de Viagem	**Quantidade**	**Passagens R$**	**Diárias R$**
2012	Internacional	33	218.541,95	101.127,61
	Nacional	669	731.064,61	372.821,30
	Subtotal	*702*	*949.588,56*	*473.948,91*
TOTAL			**1.423.537,47**	

Fonte: CEOF/CGRL/SPOA

QUADRO 8: LIMITE ORÇAMENTÁRIO

Limites para execução de despesas com diárias, passagens e locomoção para 2013.	
Unidade Administrativa	**Até Dezembro R$**
Gabinete do Ministro	470.882,01
Secretaria Executiva	159.660,57
SNPDTur	367.371,07
SNPTur	614.283,66

TOTAL	1.612.197,31

Fonte: CEOF/CGRL/SPOA

QUADRO 9: EXECUÇÃO DE DESPESAS EM 2013

Execução de despesas com diárias, passagens e locomoção em 2013.				
2013	**Tipo de Viagem**	**Quantidade**	**Passagens R$**	**Diárias R$**
	Internacional	27	156.707,50	100.703,71
	Nacional	721	938.390,26	341.417,82
	Subtotal	*748*	*1.095.097,76*	*442.121,53*
TOTAL			**1.537.219,29**	

Fonte: CEOF/CGRL/SPOA

Destaque-se que a efetiva realização de despesas com diárias, passagens e locomoção no exercício de 2013 - R$ 1.537.219,29 (um milhão quinhentos e trinta e sete mil duzentos e dezenove reais e vinte e nove centavos) - ficou aproximadamente 4,65% abaixo do limite fixado pelo MTur.

2.3.5.14 Comissão Permanente de Licitação - CPL

Licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (EDITAL), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.

A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

A Lei nº 8.666/93, ao regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Devem ser observados os princípios básicos que norteiam os procedimentos licitatórios, dentre outros: Princípio da Legalidade, Princípio da Isonomia, Princípio da Impessoalidade, Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa, Principio da Publicidade, Principio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e ao Princípio do Julgamento Objetivo.

Cabe a área de Licitações a confecção de Editais com base nos Termos de Referência e Projetos Básicos elaborados pelas Secretarias, Departamentos e/ou Coordenações relativos à Pregão, Convite, Tomada de Preços e Concorrência, destinados a aquisição de materiais, equipamentos e contratações de serviços.

QUADRO 10: LICITAÇÕES ELABORADAS E INICIADAS/FINALIDAZAS EM 2013

Área Requisi-tante	Tipo de Licitação/nº	OBJETO SIMPLIFICADO / EMPRESA(S) VENCEDORA(S)	VALOR ESTIMADO (R$)	VALOR REALIZADO (R$)	Situação Final
DPMKN	Concorrência Melhor Técnica	**PUBLICIDADE** • ARTPLAN	50.000.000,00	50.000.000,00	Homologada em 15/02/2013

Área Requisi-tante	Tipo de Licitação/nº	OBJETO SIMPLIFICADO EMPRESA(S) VENCEDORA(S)	VALOR ESTIMADO (R$)	VALOR REALIZADO (R$)	Situação Final
	01/2012	• BEES			
CRL	Pregão Eletrônico 01/2013	**COMBUSTIVEL P/ 2013** • BRASAL	137.451,00	% Desconto: D= 1,21 E= 6,04 G= 11,13	Homologada em 25/03/2013
CGTI	Pregão Eletrônico 02/2013	**LINKS** • EMBRATEL • CTBC	1.800.944,71	298.898,05	Homologada em 26/04/2013
CGTI	Pregão Eletrônico 03/2013	**LICENÇAS** • ALLEN	1.778.987,47	1.775.000,00	Homologada em 22/04/2013
DEAOT	Pregão Eletrônico 04/2013	**EVENTO – ENCON-TRO NACIONAL DE TURISMO** • LR10 PRODUÇÕES	80.726,62	59.379,12	Homologada em 13/05/2013
CGRL	Pregão Eletrônico 05/2013	**MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS** • LAICON	149.500,00	59.945,00	Homologada em 04/07/2013
CGMA	Pregão Eletrônico SRP 06/2013	**EVENTOS – CONSE-LHO NACIONAL DE TURISMO** • DIAMOND	135.276,60	80.149,00	Homologada em 13/06/2013
CGRL	Pregão Eletrônico 07/2013	**TELEFONIA MÓVEL** • EMBRATEL • CLARO	2.900.000,00	1.193.632,10	Homologada em 04/12/2013
CGTI	Pregão Eletrônico 08/2013	**COMPUTADORES (340 MICROS)** • POSITIVO INFORMÁTICA	1.246.326,67	649.988,21	Homologada em 04/12/2013
CGTI	Pregão Eletrônico 09/2013	**LICENÇAS MACFEE** • ----------	355.626,65	----------	**Revogada** Readequação do TR
CRL	Pregão Eletrônico SRP 10/2013	**MATERIAL ESTOQUE** • POLY • TEXPEL • RT • INFORGERAIS • CNHS • WJ • (DESERTO) • TAVI • STILOPLAST	391.138,50	221.930,70	Homologada em 02/09/2013
CRL	Pregão Eletrônico 11/2013	**SEGURO AUTO** • ----------	31.130,52	----------	**Revogada** Readequação do TR
CGTI	Pregão Eletrônico 12/2013	**BACKUP** • ----------	1.964.339,83	----------	**Revogada** Readequação do TR
CRL	Pregão	**SEGURO AUTO**	24.926,30	5.270,00	

Área Requisi-tante	Tipo de Licitação/nº	OBJETO SIMPLIFICADO EMPRESA(S) VENCEDORA(S)	VALOR ESTIMADO (R$)	VALOR REALIZADO (R$)	Situação Final
	Eletrônico 13/2013	• MAPFRE SEGUROS			Homologada em 10/09/2013
CGTI	Pregão Eletrônico 142013	**ATENDIMENTO 0800** • ----------	8.544.002,88	----------	**Revogada** Readequação do TR
CGRL	Pregão Eletrônico 15/2013	**COMBUSTIVEL P/ 2014** • BRASAL	117.585,00	% Desconto: D= 1,0 E= 5,5 G= 2,3	Homologada em 13/12/2013
CGTI	Pregão Eletrônico 16/2013	**ATIVOS DE REDE** • WORK LINK	3.496.160,71	3.027.336,00	Homologada em 26/12/2013
CGTI	Pregão Eletrônico 17/2013	**FIREWALL** • NCT INFORMÁTICA	333.333,34	313.750,00	Homologada em 20/12/2013
CRL	Pregão Eletrônico 18/2013	**PASSAGENS AÉREAS** • ----------	1.806.000,00	----------	Abertura em 27/01/2014

Fonte: CPL/CGRL/SPOA

2.3.5.14.1 ECONOMIA PERCEBIDA PELA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO

Fonte: CPL/CGRL/SPOA

- ✓ Somatório dos valores estimados sem incluir os Pregões Revogados e o Pregão 18/2013 (finalizado em 2014): **R$ 12.337.320,32**

- ✓ Somatório dos valores realizados (finalizados) nos Processos Licitatórios: **R$ 7.685.278,18**

- ✓ Economia nos Pregões realizados em 2013: **R$ 4.650.042,14,** ou seja **37,70 %** do valor estimado.

2.3.5.14.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

Para atender as demandas do Ministério no exercício de 2013, foram abertos e finalizados:
15 Processos Licitatórios na modalidade de Pregão Eletrônico;
02 Processos Licitatórios na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços;
13 Pregões foram Homologados;
04 Pregões foram Revogados; e
01 Processo Licitatório na modalidade de Concorrência, Melhor Técnica, Homologado.
Fonte: CPL/CGRL/SPOA

2.3.5.14.3 LICITAÇÕES PROGRAMADAS PARA SEREM REALIZADAS/FINALIZADAS EM 2014 (OBJETO SIMPLIFICADO/MODALIDADE):

- Passagens Aéreas (Pregão Eletrônico);
- Crachás Guias Turísticos (Pregão Eletrônico);
- Organização de Eventos CNT (Pregão Eletrônico SRP);

- Locação de Veículos para várias regiões (Pregão Eletrônico);
- Atendimento 0800 (Pregão Eletrônico);
- Aquisição de Adobe/Auto Cad (Pregão Eletrônico);
- Aquisição de Scanners e Notebooks (Pregão Eletrônico);
- Agência de Comunicação Digital - Portal (Concorrência Técnica e Preço);
- Combustível para 2015 (Pregão Eletrônico);
- Vigilância (Pregão Eletrônico);
- Copeirarem, Garçom e Recepcionista (Pregão Eletrônico);
- Limpeza (Pregão Eletrônico);
- Exames médicos periódicos (Pregão Eletrônico);
- Seguro Auto (Pregão Eletrônico);
- Manutenção Telefônica (Pregão Eletrônico);
- Consultoria Microsoft (Pregão Eletrônico);
- Aquisição de Balanceador de Cargas (Pregão Eletrônico).

2.3.6 COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS – COGEP

2.3.6.1 INTRODUÇÃO

No ano de 2013, a COGEP procurou desenvolver as suas atribuições com eficiência utilizando de forma racional os recursos disponíveis, eficácia e efetividade para atingir com qualidade os resultados esperados das ações previstas no Plano de Ação do MTur, promovendo uma atuação mais estratégica da área de gestão de pessoas, voltada para o alcance dos resultados organizacionais.

Além da atuação rotineira de atendimento às solicitações das demandas dos servidores e demais unidades do Ministério relativas a cadastro e pagamento de pessoal, trabalhou-se em parceria com a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e área estratégica da Secretaria-Executiva de forma a viabilizar ações de desenvolvimento dos servidores, relacionadas à capacitação, qualidade de vida e saúde do servidor.

Em termos de aprimoramento do trabalho interno, a COGEP atuou em parceria com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação de forma a implementar sistema informatizado que possibilite aprimorar controles internos, a fim de trazer mais agilidade e segurança aos processos de trabalho interno. Além disso, procurou-se promover a constante atualização do servidores sobre novos conteúdos, por meio da participação em eventos de capacitação promovidos pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração e outras instituições de ensino.

Enquanto responsável pela gestão de pessoas do Ministério do Turismo, esta Coordenação-Geral contou com o engajamento de sua equipe para desenvolver atividades da áreas de: administração de pessoas (cadastro e pagamento de pessoal), benefícios, desenvolvimento, capacitação, avaliação de desempenho e saúde do servidor.

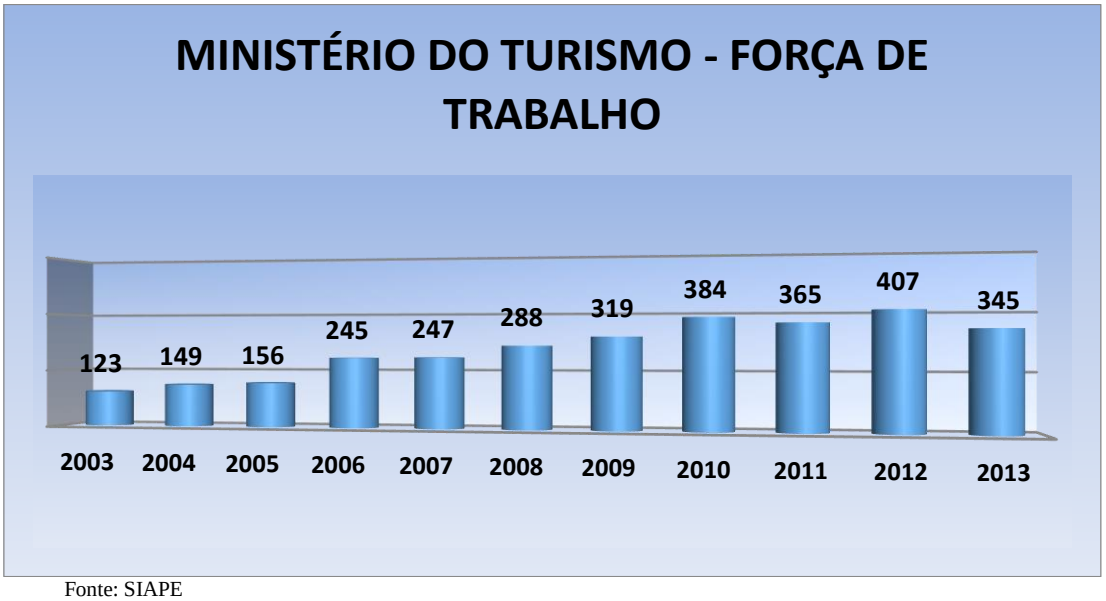
No intuito de prestar maiores informações referentes à Gestão de Pessoas do MTur, apresenta-se no decorrer do presente relatório informações consolidadas em planilhas e gráficos sobre as atividades desenvolvidas pelas diferentes áreas de atuação.

2.3.6.2 CADASTRO DE PESSOAL

2.3.6.2.1 LEVANTAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

Com o objetivo de fornecer informações sobre a força de trabalho do MTur no ano de 2013 (dados extraídos no mês de dezembro como referência), apresentam-se os gráficos e quadros a seguir que incluem servidores em todas as situações funcionais, exceto estagiários.

GRÁFICO 8: COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A SUA EVOLUÇÃO DESDE 2003 ATÉ 2013

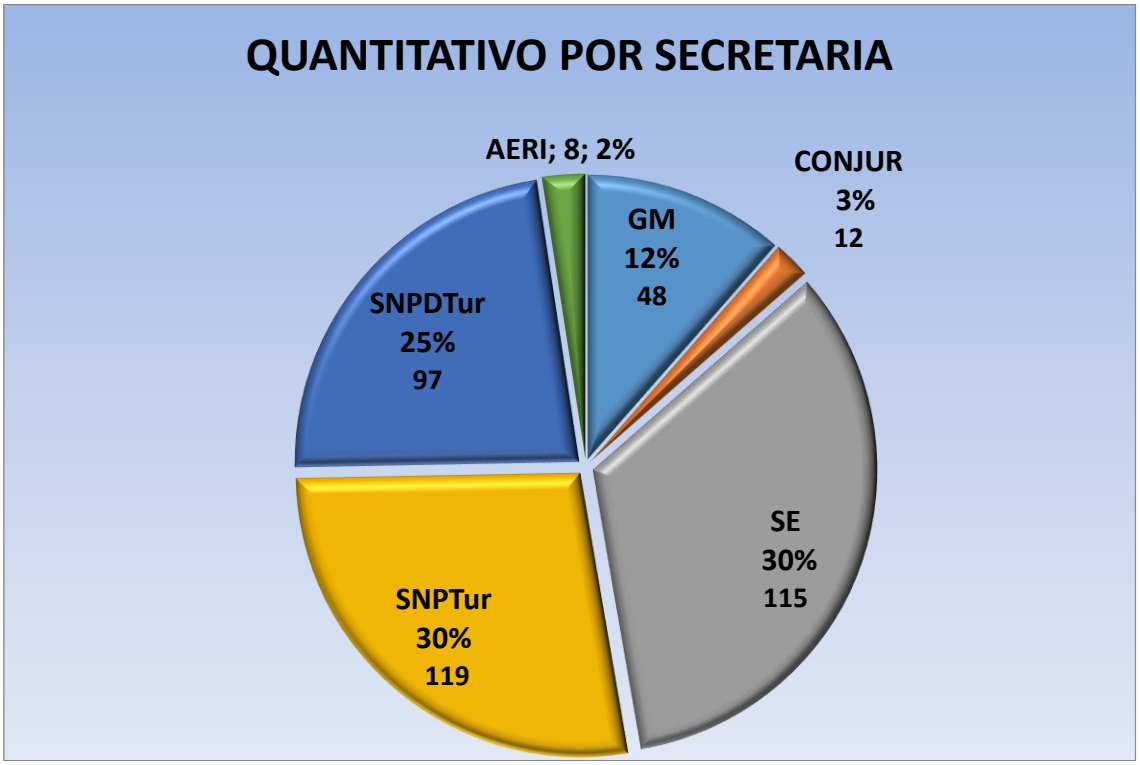


Fonte: SIAPE

GRÁFICO 9: COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO POR GÊNERO

Fonte: SIAPE

GRÁFICO 10: DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DO MTur POR UNIDADE ADMINISTRATIVA



Fonte: SIAPE

QUADRO 11: COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E A SUA DISTRIBUIÇÃO POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

UORG	Efeti-vos	Tempo-rários	Nomea-dos	Requisi-tados	Requisita-dos de outras esferas	Exercício descentralizado - Carreira	Cargo de Natureza Especial	Total por setor
GM	11	1	21	3	1	0	1	38
CONJUR	1	0	3	0	0	3	0	7
SE	79	7	12	10	0	3	1	112
SNPTur	48	12	26	2	2	1	0	91
SNPDTur	27	9	30	8	1	1	0	76
AERI	6	0	1	1	0	0	0	8
Cedidos	13	0	0	0	0	0	0	13
Ex. Provisório	0	0	0	0	0	0	0	0
Licença Part.	1	0	0	0	0	0	0	1
Licença para acompanhar cônjuge	1	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	**185**	**29**	**93**	**24**	**4**	**8**	**2**	**345**

Fonte: SIAPE/SIAPENET

QUADRO 12: DEMONSTRATIVO DA MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL EM 2013

CONTROLE DAS OPERAÇÕES FUNCIONAIS DE CADASTRO E PAGAMENTO DA FOLHA 2013														
COD	OPERAÇÕES FUNCIONAIS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	Nomeação DAS	3	3	3	4	3	5	3	3	1	6	1	4	**39**
2	Exoneração DAS	1	1	4	4	4	3	4	3	2	5	0	5	**36**
3	Troca de DAS	3	0	5	2	3	1	2	4	1	23	1	3	**48**
4	Nomeação efetivo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**
5	Vacância **sem** direito à recondução	3	1	1	2	1	2	3	3	1	0	0	1	**18**
6	Vacância **com** direito à recondução	0	0	1	0	0	2	3	0	0	0	0	1	**7**
7	Exoneração efetivo	2	1	3	1	2	1	2	0	1	0	0	0	**13**
8	Designação de FCT-5	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	**4**
9	Dispensa de FCT -5	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	**5**
10	Designação de FG	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	**4**
11	Dispensa de FG	1	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	0	**5**
12	Redistribuição (saída do quadro)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
13	Redistribuição (entrada do quadro)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
14	Cessão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	**2**
15	Retorno de cessão	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	**3**
16	Contrato temporário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
17	Distrato	1	1	1	1	1	5	2	1	2	2	1	1	**19**
18	Exercício descentralizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
19	Desligamento do exercício descentralizado	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	**2**
20	Outros	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	**3**
21	Prorrogação de contrato temporário	0	0	23	0	0	0	9	0	1	0	1	1	**35**
22	Fim do contrato	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**2**
23	Vacância DAS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**
	TOTAL MENSAL	**16**	**8**	**44**	**17**	**16**	**24**	**33**	**16**	**11**	**40**	**4**	**18**	**244**

Fonte: COGEP/SPOA

2.3.6.2.2 INFORMAÇÕES SOBRE CONCURSOS REALIZADOS E/OU EM ANDAMENTO

QUADRO 13: HISTÓRICO DO QUANTITATIVO DE VAGAS DECORRENTES DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA PROVIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS

HISTÓRICO QUANTITATIVO DE VAGAS DOS CONCURSOS PÚBLICOS 2006 E 2013									
CARGO	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**TOTAL**
Contador	2	-	-	-	4	-	-	-	6
Administrador	-	-	-	-	7	-	-	-	7
Engenheiro	10	-	-	-	2	-	-	-	12
Técnico de Nível Superior	28	-	14	-	-	-	-	-	42
Agente Administrativo	60	-	30	-	99	-	-	-	189
Total	**100**	**0**	**44**	**0**	**112**	**0**	**0**	**0**	**256**

Fonte: COGEP/SPOA

QUADRO 14: DEMONSTRATIVO DE VAGAS DECORRENTES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTOS DE CARGOS TEMPORÁRIOS

DEMONSTRATIVO DE VAGAS DO CONTRATO TEMPORÁRIO 2008 - 2013	
CARGO	**2008 A 2013**
MTUR-III-A	9
MTUR-III-B	4
MTUR-III-C	10
MTUR-IV-A	5
MTUR-IV-B*	3
MTUR-IV-D	40
MTUR-IV-E	5
MTUR-IV-F	11
MTUR-IV-G	2
MTUR-IV-H	4
MTUR-IV-I	3
MTUR-IV-J	2
MTUR-V-GE-A	2
TOTAL	**100**

Fonte: COGEP/SPOA

A validade do Processo Seletivo Simplificado para provimento de cargos temporários expirou em 31/12/2012.

Durante o ano de 2013, 35 (trinta e cinco) contratos temporários foram prorrogados por mais 1 (um) ano.

Em dezembro/2013, haviam somente 29 (vinte e nove) pessoas contratadas temporariamente no MTur.

2.3.6.2.3 OUTROS CONTROLES

QUADRO 15: CONTROLE DAS PUBLICAÇÕES DE ATOS NO DOU EM 2013

COD	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 2013	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	Nomeação de Efetivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
2	Exoneração de Efetivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
3	Exoneração a pedido de Efetivo	2	3	1	1	3	1	1	1	0	0	0	0	**13**
4	Vacância	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
5	Vacância por posse em cargo inacumulável	4	2	1	1	3	1	3	3	0	0	0	3	**21**
6	Vacância com direito à recondução	0	0	0	0	0	2	2	1	0	0	1	0	**6**
7	Cancelamento de nomeação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
8	Tornar sem efeito a nomeação	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	**1**
9	Nomeação DAS	2	3	4	2	8	1	3	3	2	4	2	5	**39**
10	Exoneração DAS	1	3	1	1	4	2	3	3	1	2	1	3	**25**
11	Exoneração a pedido DAS	0	0	1	2	2	0	1	0	1	0	0	3	**10**
12	Troca de DAS	1	2	3	5	0	3	2	3	23	0	5	0	**47**
13	Extrato de Contrato	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
14	Distrato de Contrato	0	2	0	2	1	4	3	2	0	2	2	0	**18**
15	Cessão de Servidor (Saída do Quadro)	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	**2**

COD	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO 2013	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
16	Cessão de servidor entrada (Requisitado)	0	1	0	0	0	1	1	0	2	1	0	0	**6**
17	Redistribuição (Saída do MTur)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
18	Redistribuição (Entrada no MTur)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
19	Designação geral	1	0	5	1	1	0	1	1	1	0	2	1	**14**
20	Designação substituição	0	0	0	1	0	0	2	0	5	0	2	8	**18**
21	Designação substituição por período	11	2	5	3	6	13	15	5	3	14	1	2	**80**
22	Designação FG	0	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0	2	**8**
23	Dispensa de FG	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	**5**
24	Designação FCT	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	**3**
25	Dispensa de FCT-5	0	1	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	**5**
26	Designação em comissão fora do MTur	4	1	5	5	2	3	1	4	4	4	5	1	**39**
27	Designação em comissão dentro do MTur	1	1	0	1	1	0	1	0	3	2	0	0	**10**
28	Afastamento do país	0	0	7	1	6	4	3	1	3	4	0	3	**32**
29	Exposição de motivos	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	**1**
30	Cancelamento de afastamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
31	Orientação normativa	1	1	4	2	0	0	1	0	2	1	0	1	**13**
32	Delegação de competência	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	**5**
33	Publicação geral sobre Gestão de Pessoas	4	2	1	1	2	0	0	0	1	5	1	2	**19**
34	Publicação da Seção 1	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	**3**
35	Publicação da Seção 2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
36	Publicação da Seção 3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
37	Publicação SISAC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	**2**
38	Publicação exercício descentralizado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
39	Retificação	0	0	1	2	0	0	1	1	1	0	0	0	**6**
40	Republicação	1	1	0	0	4	0	1	0	0	1	0	1	**9**
41	Outros	5	3	1	3	9	1	2	4	4	3	4	11	**50**
42	Prorrogação de contrato temporário	0	0	23	0	0	0	9	0	1	0	2	0	**35**
43	Vacância DAS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**
44	Revogação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	TOTAL MENSAL	**39**	**30**	**63**	**38**	**56**	**40**	**59**	**35**	**60**	**45**	**31**	**50**	**546**

Fonte: COGEP/SPOA

QUADRO 16: OCORRÊNCIAS DE AFASTAMENTOS

CONTROLE DOS AFASTAMENTOS 2013														
COD	**MOTIVO**	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**	**TOTAL**
1	Afastamentos fora do país	0	0	7	1	5	5	3	1	4	0	4	0	**30**
2	Casamento	0	1	0	1	2	0	3	1	0	0	0	1	**9**
3	Disposição da justiça eleitoral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
4	Falecimento pessoa na família	2	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	**5**
5	Licença Paternidade	1	0	0	1	0	0	1	1	2	0	1	0	**7**
6	Júri	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**
7	Doação de sangue	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**3**
8	Outros	0	0	0	0	0	1	1	4	1	1	0	2	**10**
9	Afastamentos temporários	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**
10	Licença para tratar assuntos particulares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
11	Jornada reduzida	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**
12	Horário especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**

CONTROLE DOS AFASTAMENTOS 2013														
COD	**MOTIVO**	**JAN**	**FEV**	**MAR**	**ABR**	**MAI**	**JUN**	**JUL**	**AGO**	**SET**	**OUT**	**NOV**	**DEZ**	**TOTAL**
13	Falta justificada	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	**2**
14	Falta **não** justificada	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	**4**
15	Ausência prevista Art. 15, Lei nº 8.868/94	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	**1**
16	Falta por motivo de greve	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	**1**
	TOTAL MENSAL	**6**	**3**	**8**	**4**	**9**	**6**	**11**	**7**	**10**	**2**	**5**	**4**	**75**

Fonte: COGEP/SPOA

(*) Este quadro refere-se aos servidores que iniciaram seus respectivos afastamentos em 2013.

Horário Especial: 3 servidores com horário especial.

Licença para tratar de interesse particular: BRENA PINHEIRO COELHO – 3/3/2011 a 30/7/2013;

Licença para acompanhar cônjuge (sem remuneração e por tempo indeterminado): BARBARA OLIVEIRA SOUZA – desde 27/12/2013;

Jornada de trabalho reduzida: 3 servidores com jornada de trabalho reduzida: MARIANA MESSIAS PREZZOTO; CECÍLIA SAID DE LAVOR; e ÂNGELA CASCÃO GAGLIARDI.

QUADRO 17: OCORRÊNCIAS DE FÉRIAS

FÉRIAS EM 213	
CANCELAMENTOS	27
INTERRUPÇÕES	37
REPROGRAMAÇÕES	349

Fonte: COGEP/SPOA

QUADRO 18: CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE SERVIDORES EM 2013

DEMONSTRATIVO DE FOLHAS DE PONTO													
Folhas de ponto	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	330	323	314	313	307	296	291	283	278	275	275	272	**3557**

Fonte: COGEP/SPOA

Conforme demonstrativo, foram analisadas 3.557 folhas de ponto, por meio das quais é feito o controle de frequência de servidores e contratados temporários do Ministério do Turismo. Além disso, a frequência dos servidores requisitados de outros órgãos ou de exercício descentralizado de carreira foram informadas através de ofício, e-mail, ou sistema online.

QUADRO 19: BOLETIM DE PESSOAL E SERVIÇO PUBLICADOS EM 2013

BOLETIM DE PESSOAL E SERVIÇO	
Boletim de Pessoal e Serviço	12

Boletim de Pessoal e Serviço – Edição Especial	88

Fonte: COGEP/SPOA

2.3.6.2.4 NADA CONSTA

Foram confeccionados e emitidos 97 memorandos e formulários de nada consta referentes aos desligamentos de servidores e contratados temporários.

2.3.6.2.5 CARTEIRAS FUNCIONAIS

Foi solicitada a emissão de aproximadamente 52 carteiras funcionais.

2.3.6.2.6 SISTEMA SISAC

Um ato de Admissão no Sistema de Apreciação de Atos de Admissão do Tribunal de Contas da União foi incluído no SISAC e 57 atos foram excluídos por motivo de vacância e exoneração no ano de 2013, conforme demonstrado na relação abaixo.

ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADAS NO EXERCÍCIO DE 2013.		
ATOS	**QUANTIDADE**	**REGISTRADOS NO SISAC**
ADMISSÃO	1	1
DESLIGAMENTO	57	57
APOSENTADORIA	0	0
PENSÃO	0	0

Fonte: SISACNET/TCU

2.3.6.2.7 CONSULTAS PARA PROVIMENTO DE FUNÇÃO NO SIORG

Foram realizadas 27 (vinte e sete) consultas ao Sistema SIORG para o provimento de cargos em comissão.

QUADRO 20: SISTEMAS INFORMATIZADOS QUE SÃO OPERACIONALIZADOS NA ROTINA DIÁRIA PELOS SERVIDORES LOTADOS NA COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS

ORD.	DESCRIÇÃO
01	Inclusão dos Atos de Admissão no **SISAC** (Sistema de Apreciação de Atos de Admissão e Concessão)
02	Inclusão das Informações Financeiras de Pessoal para a geração da Declaração do Imposto de Renda **DIRF/GOV**
03	Inclusão dos Dados Funcionais dos Servidores na **RAIS** (Relação Anual de Informações Sociais)
04	Confecção e Elaboração da **GFIP** (Guia de Recolhimento e Informações à Previdência Social). GFIP é um programa de Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, compreendendo o conjunto de informações destinadas ao FGTS e à Previdência Social. Para a Previdência Social, a GFIP é o conjunto de informações cadastrais, de fatos geradores e outros dados de interesse da Previdência e do INSS, que constam do arquivo SEFIPCR. SFP e de outros documentos que devem ser impressos pela empresa após o fechamento do movimento no SEFIP. Devem recolher e informar a GFIP/SEFIP as pessoas físicas ou jurídicas e os contribuintes equiparados a empresa sujeitos ao recolhimento do FGTS, conforme estabelece a Lei nº 8.036, de 11/05/1990, e legislação posterior, bem como à prestação de informações à Previdência Social, conforme disposto na Lei nº 8.212, de 24/07/1991, e alterações posteriores.

	Ainda que não haja recolhimento para o FGTS, é necessária a informação de todos os dados cadastrais e financeiros para a Previdência Social e para o FGTS.
05	Acompanhamento e Alimentação de Dados Referente ao Plano de Saúde dos Servidores do MTur – **GEAP**
06	**SISTEMA CGU-PAD** A CGRH é a unidade responsável por implementar a Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD da Controladoria-Geral da União, no âmbito do Ministério do Turismo. O Sistema CGU-PAD tem como objeto o registro de informações relativas ao Processo Administrativo Disciplinar e à Sindicância. A Política de Uso do Sistema CGU-PAD do Ministério do Turismo está sendo elaborada pela CGRH e tem por objetivo estabelecer as regras e políticas de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, no gerenciamento das informações sobre os processos disciplinares e de sindicância instaurados no âmbito do Ministério, consoante o disposto na Portaria n.º 1.043 da CGU/PR, de 24 de julho de 2007.
07	**SIASG –** Sistema Integrado de Serviços Gerais.
08	**SIAFI –** Sistema Integrado de Administração Financeira
09	**SIAPE e SIAPENET –** Sistema Integrado de Administração de Pessoal
10	**INCOM –** Sistema para envio e consulta de matérias para publicação no Diário Oficial da União
11	**SIORG –** Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal, contém informações organizacionais do Poder Executivo Federal, (Administração Direta, Autarquias e Fundações), utilizado para efetuar as consultas para provimento de cargo em comissão de servidores sem vínculo.
12	**PGTUR –** Sistema desenvolvido, conjuntamente com a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação para o aprimoramento e aperfeiçoamento das atividades de controle de pessoas e unidades organizacionais do Ministério do Turismo.

Fonte: COGEP/SPOA

2.3.6.3 PAGAMENTO DE PESSOAL

QUADRO 21: CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO PARA DESPESAS COM PESSOAL EM 2013

Ação	Dotação Inicial	Lei + Crédito	Executado até
20TP -Pagamento de Pessoal	27.111.160,00	27.811.160,00	25.835.419,71
2000- Ajuda de Custo / Indenização de Transporte	88.676,31		88.676,31
2000 - Administração da Unidade/Auxílio Moradia	466.125,65		466.125,65
2000 - Administração da Unidade/Estagiários	349.067,64		349.067,64
200 - Administração da Unidade/Capacitação de Servidores	350.000,00		241.143,51
2012 - Auxílio Alimentação	1.632.000,00		1.490.434,41
2011- Auxílio Transporte	267.204,00		188.426,53
2010 - Assistência Pré-Escolar	66.000,00		57.208,05
2004 - Assistência Médica/ Odontológica/	318.000,00	447.100,00	410.960,04
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1.999.995,00	2.099.995,00	1.897.887,43

FONTE: Dados extraídos do SIAFI

QUADRO 22: DEMONSTRATIVO DOS GASTOS MENSAIS COM FOLHA DE PAGAMENTO, DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

Valor/Quant	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Valor Bruto	2.155.305,07	2.052.352,01	2.089.645,87	2.003.470,85	2.007.028,48	2.671.689,29	1.912.946,69	1.892.043,33	1.874.467,19	1.920.230,13	3.454.678,93	2.022.762,51	26.056.620,35
Valor Liquido	1.615.033,21	1.507.576,88	1.538.265,14	1.480.501,83	1.484.697,20	2.134.884,46	1.374.330,61	1.382.530,44	1.361.501,77	1.373.658,54	1.927.649,62	1.524.161,71	18.704.791,41
QTD SERVIDOR	447	437	438	436	431	427	418	411	410	411	410	405	

Fonte: SIAPE

O quadro abaixo demonstra os servidores que receberam auxílio-moradia no exercício de 2009, amparados conforme prevê o Decreto nº. 1.840 de 20.03.96, com as alterações pelo Decreto nº. 4.040 de 03.12.01, discriminados por valor e unidade de lotação.

QUADRO 23: AUXÍLIO-MORADIA

UG	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
GM - 540002	6.641,02	6.641,02	10.327,14	8.484,08	8.484,08	6.063,57	6.063,57	6.063,57	6.063,57	6.063,57	4.263,57	4.263,57	79.422,33
SE - 540003	6.721,72	8.521,72	3.078,66	5.578,66	4.328,66	4.778,66	3.078,66	2.155,06	-	-	-	-	38.241,80
SNPDTUR - 540005	6.600,00	6.643,06	6.643,06	6.643,06	6.653,71	6.653,71	6.653,71	6.653,71	6.653,71	6.653,71	6.610,65	6.610,65	79.672,74
SNPTUR - 540006	19.150,48	17.015,30	20.646,46	27.343,23	15.792,75	28.510,82	24.332,58	19.233,08	17.635,81	25.500,17	18.803,40	34.824,70	268.788,78
Total Geral	**39.113,22**	**38.821,10**	**40.695,32**	**48.049,03**	**35.259,20**	**46.006,76**	**40.128,52**	**34.105,42**	**30.353,09**	**38.217,45**	**29.677,62**	**45.698,92**	**466.125,65**

Fonte: SIAPE

QUADRO 24: RESSARCIMENTO DE SALÁRIO

O quadro demonstra os servidores requisitados que efetivamos reembolso de salário aos órgãos de origem, conforme prevê o Decreto nº 4.493 de 3 de dezembro de 2002, e instruções contidas no item 2 do Oficio nº 3144/2005 da SRH/MP.

GABINETE			Mês de Referência												
Órgão Origem	Servidor	DAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Banco do Brasil	MAURO BORGES RIBEIRO FORMIGA	101.5	46.552,52	46.757,02	46.697,80	46.697,80	46.697,80	46.697,80	46.697,80	46.697,80	46.697,80	27.625,01	50.811,73	111.921,64	610.552,52
Total Geral			**46.552,52**	**46.757,02**	**46.697,80**	**46.697,80**	**46.697,80**	**46.697,80**	**46.697,80**	**46.697,80**	**46.697,80**	**27.625,01**	**50.811,73**	**111.921,64**	**610.552,52**

SNPDTUR			Mês de Referência												
Órgão Origem	Servidor	DAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
CEF	MÁRCIO L. MATOS VANTIL	101.4	33.736,39	32.864,79	43.440,07	33.734,23	33.734,23	33.734,23	33.734,23	27.058,63	23.633,54	47.038,42	72.062,22	102.500,23	517.271,21
Total Geral			**33.736,39**	**32.864,79**	**43.440,07**	**33.734,23**	**33.734,23**	**33.734,23**	**33.734,23**	**27.058,63**	**23.633,54**	**47.038,42**	**72.062,22**	**102.500,23**	**517.271,21**

SNPTUR			Mês de Referência												
Órgão Origem	Servidor	DAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
CEF	PAULO ROBERTO ANDRÉ	101.4	22.705,89	22.703,74	32.409,56	11.351,88									89.171,07
TC/SC	SANDRO RICARDO FERNANDES	101.4		16.811,84	16.810,97	16810,97	-	-	36.364,20	18220,18	18.182,00	18.181,99	18.182,00	40435,85	200.000,00
Total Geral			**22.705,89**	**39.515,58**	**49.220,53**	**28.162,85**	**-**	**-**	**36.364,20**	**18.220,18**	**18.182,00**	**18.181,99**	**18.182,00**	**40.435,85**	**289.171,07**

	TOTAL GERAL		**102.994,80**	**119.137,39**	**139.358,40**	**108.594,88**	**80.432,03**	**80.432,03**	**116.796,23**	**91.976,61**	**88.513,34**	**92.845,42**	**141.055,95**	**254.857,72**	**1.416.994,80**

Fonte: SIAPE

QUADRO 25: AJUDA DE CUSTO INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE

	Mês de Referência												
CPF	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
029.704.639-03	7.818,90												7.818,90
380.334.374-72		4.247,06											4.247,06
594.198.579-72		16.460,63											16.460,63
004.446.183-68			7.420,24										7.420,24
118.683.118-99				7.372,22									7.372,22
950.669.858-91			7.372,22				7.612,82						14.985,04
025.135.779-14												7.372,22	7.372,22
540004/00001												23.000,00	23.000,00
Total Geral	**7.818,90**	**20.707,69**	**14.792,46**	**7.372,22**	**-**	**-**	**7.612,82**	**-**	**-**	**-**	**-**	**30.372,22**	**88.676,31**

Fonte: SIAPE

2.3.6.4 BENEFÍCIOS

QUADRO 26: **DEMONSTRATIVO DE VALORES GASTOS COM BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013**

Benefícios	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Auxílio-Alimentação	159.304,27	133.030,94	127.453,59	127.463,04	124.944,31	121.055,46	116.375,99	117.913,83	117.291,54	114.850,10	116.206,44	114.544,90	1.490.434,41
Auxílio-Transporte	15.362,29	16.662,36	16.074,54	16.968,72	16.473,13	16.015,93	13.819,90	15.692,43	15.215,11	15.633,33	15.530,15	14.978,64	188.426,53
Auxílio Pré-Escolar	4.998,90	4.998,90	4.642,65	4.642,65	4.823,15	4.642,65	4.281,65	4.281,65	5.184,15	4.813,65	4.903,90	4.994,15	57.208,05
Total Geral	**179.665,46**	**154.692,20**	**148.170,78**	**149.074,41**	**146.240,59**	**141.714,04**	**134.477,54**	**137.887,91**	**137.690,80**	**135.297,08**	**136.640,49**	**134.517,69**	**1.736.068,99**

Fonte: SIAPE

- ✓ **Auxílio-Transporte** é pago em pecúnia diretamente no contracheque, conforme prevê a Medida Provisória nº. 1.783 de 14.12.98. Sobre ele não incidem o imposto de renda nem o PSS e será calculado a partir da diferença entre as despesas realizadas com transporte coletivo e o desconto de 6% (parcela do servidor), tomando por base 22 dias úteis.

- ✓ **Auxílio-Alimentação** é concedido em pecúnia a todos os servidores independentemente da jornada de trabalho, desde que efetivamente em exercício nas atividades do cargo. O auxílio alimentação destina-se a subsidiar as despesas com a refeição do servidor, sendo-lhe

pago em pecúnia diretamente no contracheque, conforme disposto no art. 22 da Lei nº. 8.460, de 17.09.92, com redação dada pela Lei nº. 9.527 de 10.12.97.

- ✓ **Auxílio Pré-Escolar** é concedido ao servidor para auxiliar nas despesas pré-escolares de filhos ou dependentes, conforme estabelecido com o Decreto nº. 977, de 10/11/1993. O limite de idade dos dependentes que têm direito ao benefício e concedido até 5 anos, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional 53, de dezembro de 2006, que diminuiu a idade escolar, que até então era até 7 anos de idade. O valor do auxílio em Brasília é de R$ 95,00. O auxílio-creche é custeado pelo órgão e pelo servidor que é responsável pelo pagamento de 5 a 25% do auxílio definido pela faixa salarial em que está inserido.

2.3.6.4.1 PLANO DE SAÚDE – GEAP E ASSEFAZ

O quadro abaixo demonstra o valor gasto com a GEAP relativo ao convênio de Adesão celebrado entre o Ministério do Turismo e a Fundação de Seguridade Social – GEAP e Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda – ASSEFAZ, bem como Indenização de PER CAPITA de outros planos de saúde.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
GEAP	15.100,20	15.404,39	15.642,50	15.276,10	14.687,92	14.874,26	14.655,27	14.837,46	14.911,12	15.839,79	15.809,87	17.207,90	184.246,78
ASSEFAZ	8.616,79	8.750,35	8.172,16	7.861,12	7.520,61	7.196,32	6.695,32	6.475,60	6.363,44	-	-	-	67.651,71
Indenização PER CAPITA - Outros	14.287,86	13.359,38	14.532,20	13.906,30	12.698,90	12.610,42	13.462,87	11.961,34	11.183,60	13.360,87	13.233,68	14.464,13	159.061,55
TOTAL	**38.004,85**	**37.514,12**	**38.346,86**	**37.043,52**	**34.907,43**	**34.681,00**	**34.813,46**	**33.274,40**	**32.458,16**	**29.200,66**	**29.043,55**	**31.672,03**	**410.960,04**

Fonte: SIAPE

2.3.6.5 DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO DE PESSOAS

QUADRO 27: CURSOS OFERECIDOS EM TURMAS FECHADAS NO ANO DE 2013

Nº	CURSOS E PALESTRAS FECHADOS	QTD SERV.
1	Palestra de Convênios	56
2	Curso de Excel Completo	21
3	SICONV - Módulos Legislação e Sistema Completo	20
4	Curso de Elaboração de Relatórios, Pareceres e Notas Técnicas	11
5	Curso de Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	13
6	Curso de SIAFI Operacional	10
7	Palestra sobre Segurança da Informação e Comunicações	36
	TOTAL	**167**

Fonte: COGEP/SPOA

QUADRO 28: PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO EM 2013

N.º	Cursos Abertos	QTD SERV.
1	Curso Prático de Averbação de Tempo de Serviço e de Contribuição na Administração Pública	1
2	Processo nos Tribunais de Contas	5
3	Curso de Operacionalização do SICONV (III)	3
4	I Encontro de Gestão de Custos do Setor Público	2
5	1° Jornada Internacional da Gestão Pública	2
6	Curso de Drenagem Rodoviária	2
7	IV Curso sobre Elaboração de Indicadores de Desempenho Organizacional	4
8	Curso Jurisprudência de Convênios - Visão do TCU	3
9	Curso "Responsabilização Perante ao Tribunal de Contas"	4
10	Curso de SIOP	1
11	III Curso de Logística Aplicada ao Poder Executivo	1
12	X Semana da Administração Financeira e Orçamentária	1
13	Mapeamento de Processos	1
14	Como Responder Diligências e Notificações dos Órgãos de Controle	4
15	Seminário de SICONV	2
16	Gestão e Prestação de Contas de Convênios	2
17	Fundamentos Legais do Orçamento Público	1
18	Curso de Libras	1
19	Curso de SCDP	1
20	Curso de Elaboração de projetos de convênios	2
21	Curso de Operacionalização do SICONV (III)	3
22	Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	3
23	Entendendo a nova legislação de convênios	1
24	Curso de Operacionalização do SICONV (IV)	1
25	Curso: Pregão - Jurisprudência do TCU e Operações no sistema ComprasNet	1
26	Curso de Orçamentação de Obras e Construção Pesada	1
27	Curso de Licitações e Contratos Administrativos	1
28	Curso de Planejamento Governamental e Gestão Orçamentária e Financeira	1
29	Curso de Operacionalização do SICONV (I)	1
30	Curso de Operacionalização do SICONV (II)	1
31	Indicadores de Desempenho	1
32	Curso Básico em Orçamento Público	1
33	Curso de Gestão e Apuração da Ética Pública	2

34	Curso de formação de Palestrantes e Multiplicadores (new Coaching)	2
35	Seminário de Ouvidorias Públicas	1
36	Formação Analista de Governança - ITIL e COBIT Fundamentos	1
37	Fiscalização e Acompanhamento de Convênios	5
38	Workshop - Gestão de Riscos	2
39	Palestras "Atitudes Vencedoras" e "Busca da Excelência"	1
40	Gestão Estratégica de Pessoas e Planos de Carreira	1
41	Curso de Oratória	2
42	Aspectos Polêmicos da lei 8666	2
43	Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios	3
44	Retenções na fonte de tributos e contribuições sociais na Contratação de Bens e Serviços na Administração Pública	1
45	Curso de Monitoramento Temático do PPA 2012/2015	1
46	Curso de Redação Oficial e Atualização em Língua Portuguesa	4
47	X Semana de Discussões Técnicas do Controle Interno	1
48	Profissionalização de Gestores de RH	1
49	Curso de SIAFI OPERACIONAL	2
50	Fórum de Gestão de Competências e Desempenho	2
51	Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	2
52	Elaboração de Projetos Básicos e Termo de Referência	2
53	Curso de Elaboração e Análise de Projetos de Convênios	1
54	3° Encontro Temático: Gestão do Desempenho Individual	1
55	Curso de Excel/Avançado	2
56	Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas e Turismo	3
57	Curso de Gestão Orçamentária e Financeira	2
58	Curso de Concurso Público	4
59	Seminário de Obras Públicas	2
60	Elaboração de Planos de Capacitação	1
61	Elaboração e Análise de Termos de Cooperação, de Parceria e de Convênio	2
62	Orçamento Público	1
63	Planejamento, Organização e Coordenação de Eventos	6
64	XXIX Curso sobre Gestão e Prestação de Contas de Convênios	4
65	Curso APG - Programa de Gestão Avançada	1
66	Fórum Nacional - Governança de TI no setor público	1
67	Curso de SICONV	4
68	Gestão para Resultados na Administração Pública	3
69	Curso Prático de Licitações e Contratos	4
70	Fórum de Gestão Pública	1
71	Curso Fiscalização e Acompanhamento de Convênios	2
72	Técnicas de Negociação	1
	TOTAL	**144**

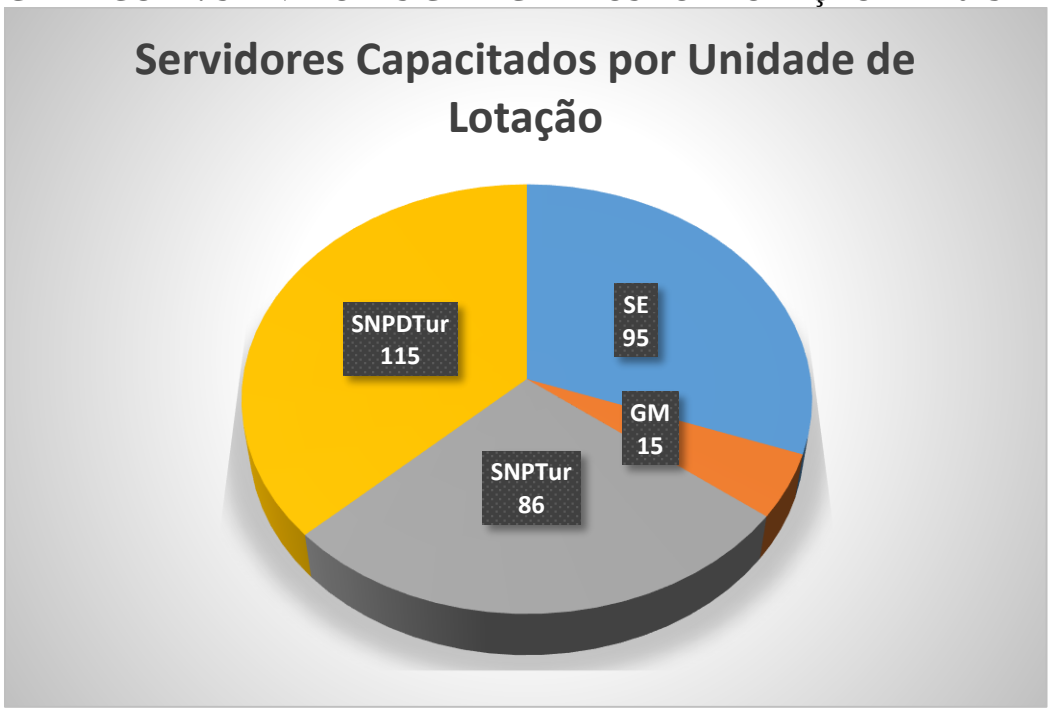
Fonte: COGEP/SPOA

QUADRO 29: TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS EM 2013

TIPO DE CURSOS	TOTAL DE SERVIDORES CAPACITADOS EM 2013
Cursos Abertos	144
Cursos Fechados	167
TOTAL GERAL	**311**

Fonte: COGEP/SPOA

GRÁFICO 11: SERVIDORES CAPACITADOS POR LOTAÇÃO EM 2013



Fonte: COGEP/SPOA

2.3.6.6 PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM 2013

2.3.6.6.1 AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA

As ações desenvolvidas de qualidade de vida no trabalho no MTur têm como objetivo uma organização mais humanizada, que possa proporcionar condições de desenvolvimento pessoal aos servidores, criando um ambiente de integração deles com chefias, colegas de trabalho e o próprio ambiente de trabalho, mantendo sempre a preocupação com dois aspectos importantes que é o bem-estar do servidor e a eficácia organizacional.

No ano de 2013, a COGEP promoveu eventos de qualidade de vida: (a) em março, realizou-se evento em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, como palestras sobre segurança; (b) no mês de maio, realizou-se evento comemorativo do Dia das Mães, com ênfase na autoestima feminina; (c) em junho, ocorreu a palestra "O coaching como ferramenta de qualidade de vida"; (d) em agosto, comemorou-se o Dia dos Pais, com palestra sobre empreendedorismo; (e) no mês de outubro, ocorreu o evento em comemoração ao Dia do Servidor Público, em parceria com o Ministério de Minas e Energia, com uma apresentação teatral e clinicas de estética pessoal; (f) em dezembro, por ocasião do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra as Mulheres, houve palestras com orientações preventivas sobre violência doméstica e urbana.

Campanhas de Responsabilidade Social: promovidas juntos com os servidores do MTur: em abril ocorreu a campanha de doação de Ovos de Páscoa para as crianças abrigadas no Lar Padre Cícero, localizado em Taguatinga e em outubro, houve a campanha de doação e brinquedos e fraldas que foram distribuídos para as crianças atendidas na Casa de Ismael localizada na Asa Norte, em Brasília.

E-mails Saudáveis: informativo divulgado semanalmente por meio de e-mail enviado aos servidores com dicas sobre saúde e qualidade de vida.

Ações de Saúde do Servidor: visam o desenvolvimento de práticas de gestão, de atitudes e de comportamentos que contribuam para a proteção da saúde do servidor no âmbito individual e no ambiente de trabalho.

Aulas de Cinesioterapia Laboral: durante todo o ano, deu-se sequência às atividades de Cinesioterapia Laboral, iniciadas em 2012, com aulas de curta duração ministradas diariamente por estagiários de Fisioterapia voltadas para prevenção de patologias relacionadas as Doenças Ocupacionais Relacionadas ao Trabalho.

Campanha de Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis: no início do mês de fevereiro, antes do carnaval de 2013, foram distribuídos aos servidores 720 preservativos masculinos fornecidos gratuitamente pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, junto com material da campanha de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis do Ministério da Saúde, como iniciativa de ação preventiva de saúde.

QUADRO 30: CONTROLE DE ATESTADOS MÉDICOS RECEBIDOS PELA COGEP E ENCAMINHADOS PARA PERÍCIA E HOMOLOGAÇÃO DE LICENÇAS PELA UNIDADE SIASS-MDIC

Tipo de licença / Mês	Licença-saúde	Licença por motivo de doença em pessoa da família	Licença-gestante	Prorrogação de licença-gestante
JAN	12	-	02	-
FEV	11	02	-	-
MAR	19	03	01	-
ABR	20	03	01	01
MAI	19	-	01	01
JUN	19	-	-	-
JUL	17	-	01	-
AGO	27	01	-	01
SET	15	01	01	01
OUT	26	01	03	-
NOV	15	-	-	-
DEZ	15	01	01	-
TOTAL	**215**	**12**	**11**	**04**

Fonte: SIAPE/SIASS

2.3.6.7 PROGRAMA DE ESTÁGIO EM 2013

Durante todo o ano de 2013, o MTur manteve o contrato administrativo número 010/2012, de 01 de Agosto de 2012, com o Instituto Blaise Pascal como Agente de Integração para viabilizar, por intermédio da realização de estágios, oportunidades de aperfeiçoamento profissional a alunos de instituições de ensino médio e superior públicas ou privadas. Tal contrato foi prorrogado em 31/07/2013, conforme previsto na Cláusula Quinta - Da vigência, do referido Instrumento - e com fundamento no inciso II do artigo 57 da Lei 8666/93, atualizada. Vigência: 01/08/2013 a 31/07/2014.

A partir da publicação da Orientação Normativa nº 07, de 30 de outubro de 2008, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,

que fixou em R$ 6,00 por dia efetivamente estagiado o valor do auxílio-transporte a ser concedido em pecúnia aos estagiários, conforme estabelecido na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o MTur começou a pagar os valores devidos de auxílio-transporte aos estagiários.

QUADRO 31: QUANTITATIVO AUTORIZADO DE ESTAGIÁRIOS POR LOTAÇÃO

UNIDADE	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL SUPERIOR	TOTAL
Gabinete do Ministro + Secretaria Executiva	09	27	36
SNPDTur	08	7	15
SNPTur	09	12	21
TOTAL	**26**	**46**	**72**

Fonte: SIAPE; Referência – Dezembro/2013.

QUADRO 32: BOLSA-AUXÍLIO DE ESTÁGIO – VALORES PAGOS EM 2013

MÊS	QTD. NM/NS	Bolsa Auxílio R$	Auxílio Transporte R$	Recesso Remunerado R$	Empresa R$	Total Geral R$
Janeiro	45	18.704,32	3.864,00	1.101,82	348,75	24.018,89
Fevereiro	40	16.556,30	5.628,00	264,16	325,50	22.773,96
Março	44	19.584,06	6.672,00	59,57	364,25	26.679,88
Abril	51	21.191,90	7.140,00	274,21	434,00	29.040,11
Maio	52	20.670,81	6.499,08	240,63	403,00	27.813,52
Junho	53	21.750,98	7.278,00	103,04	410,75	29.542,77
Julho	53	20.929,31	6.264,00	866,88	418,50	28.478,69
Agosto	54	20.743,63	7.008,00	503,20	426,25	28.681,08
Setembro	62	24.576,27	9.354,00	912,76	480,50	35.323,53
Outubro	62	27.458,97	8.814,00	167,44	519,25	36.959,66
Novembro	64	29.192,66	8.718,00	87,75	519,25	38.517,66
Dezembro	62	26.767,66	7.128,00	1.278,44	496,00	35.670,10
TOTAL DE GRU EMITIDAS						**961,54**
TOTAL						**364.461,39**

Fonte: SIAPE

2.3.6.8 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

2.3.6.8.1 CONTRATO TEMPORÁRIO

No ano de 2013 foram realizadas 56 avaliações de desempenho para servidores contratados temporariamente. As pessoas contratadas temporariamente no MTur têm o seu desempenho profissional avaliado formalmente uma vez ao ano, para cumprir cláusula contratual, na data de aniversário do seu contrato.

2.3.6.8.2 ESTÁGIO PROBATÓRIO

Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, por um período de três anos, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo,

A avaliação do desempenho do servidor durante o estágio probatório deverá ser realizada semestralmente, sendo que a primeira é aferida após seis meses de efetivo exercício e as demais no 12º mês, 18º mês, 24º mês e 30º mês. Quatro meses antes de final do período do estágio probatório, o resultado final das avaliações de desempenho será submetido à homologação da autoridade máxima do órgão.

No ano de 2013, foram realizadas 173 avaliações de estágio probatório (155 no cargo de agente administrativo, 4 no cargo de engenheiro, 4 no cargo de administrador e 4 no cargo de contador).

2.3.6.8.3 PROGRESSÃO FUNCIONAL

A progressão funcional e a promoção de servidores do MTur está prevista na Lei nº. 11.357, de 19 de outubro de 2006 e pelo Decreto 84.669, de 29 de abril de 1980.

A progressão funcional é o crescimento funcional do servidor estável no exercício do cargo público de provimento efetivo, para o padrão de vencimento imediatamente superior, dentro da mesma classe, e a promoção é a passagem do servidor do último padrão de vencimento de uma classe, para o primeiro padrão da classe imediatamente superior estabelecido na tabela salarial do órgão, fundamentado na qualificação e no desempenho profissional.

No ano de 2013, 89 servidores ocupantes dos cargos de Agente Administrativo completaram o interstício para fins de progressão funcional, desse total 40 servidores passaram por avaliação de desempenho e 49 fizeram jus à progressão por mérito. Quanto aos Técnicos de Nível Superior, 34 servidores completaram o interstício para fins de progressão funcional e desse total foram avaliados 19 servidores e 15 servidores fizeram jus à progressão funcional por merecimento. No grupo de engenheiros, 4 servidores completaram o interstício para fins de progressão funcional e desse total foram avaliados 2 servidores, sendo que 2 servidores fizeram jus à progressão funcional a partir de setembro. Quanto aos contadores, 2 servidores foram avaliados, sendo que 1 fará jus à progressão funcional a partir de setembro. No grupo dos administradores, 5 servidores foram avaliados, sendo que 2 foram promovidos em setembro.

2.3.6.8.4 AVALIAÇÃO DA GDPGPE

A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo está prevista na Lei nº. 11.357, de 19 de outubro de 2006, Lei nº. 11.784, de 22 de setembro de 2008 e pelo Decreto 7.133, de 19 de março de 2010.

A Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE é devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior e intermediário do Ministério do Turismo e tem por finalidade estimular e dar suporte ao desenvolvimento profissional dos servidores que colaboram com o crescimento, aprimoramento e resultados do MTur. A GDPGPE será paga de acordo com os resultados das avaliações de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional.

Em 2013, no quarto ciclo de avaliação (01 de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2013), foram avaliados 185 servidores.

2.3.6.8.5 AVALIAÇÃO DA GDACE

A Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos é devida aos titulares dos cargos de provimento efetivo de nível superior optantes pela Estrutura Especial de Remuneração, prevista na Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, no Decreto nº 7.849, de 23 de novembro de 2012 e na Portaria MTur nº 31, de 19 de março de 2013, e tem por finalidade estimular e dar suporte ao desenvolvimento profissional dos servidores que colaboram com o crescimento, aprimoramento e resultados do MTur.

Em 2013, no primeiro ciclo de avaliação (01 de março de 2013 a 30 de setembro de 2013, foram avaliados 4 servidores.

2.3.6.9 CONSIDERAÇÕES

Esta Coordenação-Geral tem pautado seu trabalho não apenas na realização e controle de atividades operacionais rotineiras da área de recursos humanos, mas vem procurando estar em sintonia com as diretrizes da política de gestão de pessoas estabelecidas pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e também atuar de forma estratégica em parceria com outras unidades do MTur de modo a possibilitar o alcance das metas estabelecidas no Plano de Ação Anual e obter os resultados institucionais esperados.

Essa atuação estratégica adotada pela COGEP já obteve resultados, quando no exercício de 2013, ao realizar o acompanhamento da evolução do força de trabalho do MTur, verificou-se uma diminuição significativa do quadro de pessoal que já era reduzido em relação ao ano de 2012, em virtude do aumento dos desligamentos de servidores. Diante desse cenário, realizou-se levantamento de necessidade de pessoal e com o resultado obtido foram realizadas gestões junto à administração superior do MTur para viabilizar a autorização da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a fim de realizar concurso público para cargos de nível superior. O concurso público MTur 2013 foi autorizado por meio da Portaria MP nº 414, de 30/10/2013 para o provimento de cinquenta e dois cargos de nível superior (37 Analistas Técnicos e Administrativos, três Contadores, dez Engenheiros e dois Estatísticos.

A COGEP entende que para alcançar uma administração de excelência, é de suma importância que a sua atuação seja facilitadora entre os gestores e os servidores. Entende-se que a gestão de pessoas precisa integrar todas as áreas da administração, visando a auxiliar no desenvolvimento das competências, além do constante aprimoramento do conhecimento, da habilidade e da valorização do servidor.

2.3.7 ATIVIDADES DO GABINETE DO MINISTRO

2.3.7.1 Assessoria Especial de Controle Interno

A atuação da Assessoria Especial de Controle Interno - AECI, em 2013, teve por base a agilidade no atendimento das demandas externas, com melhoria dos controles internos, e a qualidade nas informações enviadas aos órgãos demandantes, bem como a orientação aos gestores do ministério quanto aos assuntos relacionados aos órgãos de controle.

A criação do Sistema de Controle de Demandas Externas – SCDE, aliado à elaboração da Portaria/MTur Nº 211, de 14 de agosto de 2013, foram as principais realizações no exercício, aumentando a agilidade, controle e transparência no atendimento das demandas originárias dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais, da Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Polícias Federal e Civil, e órgãos assemelhados.

Essa iniciativa foi reconhecida como boa prática de gestão, recebendo, inclusive, premiação no I Concursos de Boas Práticas da CGU, no quesito "melhorias dos controles internos", sendo disseminada para outros órgãos públicos. O atendimento das demandas externas passou de uma média de 40 por cento de atendimento para 98 por cento ao fim do exercício, após a implantação do SCDE. Durante o exercício de 2013, foram atendidas 1.232 demandas externas.

A AECI, em 2013, no cumprimento de suas atribuições legais, expediu diversas orientações e recomendações aos gestores, bem como se manifestou tecnicamente em processos de convênio, quando consultada pelas unidades do Ministério do Turismo. Foram enviados, também, diversos ofícios ao Ministério Público Federal, denunciando possível prática de crimes na execução de convênios, para que se realizasse a devida apuração.

Outras iniciativas de destaque foi a participação na revisão da Portaria/MTur Nº 248, de 11 de julho de 2012, que foi revogada e incorporada à Portaria/MTur Nº 112, de 24 de maio de 2013, que impôs maior celeridade na análise conclusiva de prestação de contas de convênios, reduzindo, substancialmente, o estoque de prestações de contas sem análise conclusiva.

2.3.7.2 Assessoria Parlamentar

A Aspar tem como função exercer a articulação institucional entre o Ministério do Turismo e o Congresso Nacional. A ASPAR reestruturou seus instrumentos de gestão objetivando maior controle das ações de interesse do Ministério e permitindo o monitoramento permanente das proposições em tramitação no âmbito do Congresso Nacional. O atendimento ao público externo que nos procura é outra função importante da ASPAR.

Igualmente, a Assessoria Parlamentar tem a atribuição de receber, encaminhar e responder todas as demandas solicitadas pelo Congresso Nacional e demais entes e órgãos públicos ao Ministério do Turismo. Nesse sentido, a Aspar expediu, ao longo de 2013, o total de 1212 (mil duzentos e doze) memorandos, 218 (duzentos e dezoito) ofícios, 9 (nove) respostas a requerimentos de informação, 8 (oito) pareceres sobre projetos de lei, 132 (cento e trinta e dois) comunicados encaminhados e recebeu 2.586 (dois mil quinhentos e oitenta e seis) ofícios.

2.3.7.3 Assessoria de Comunicação Social

A Assessoria de Comunicação Social do Ministério do Turismo (ASCOM) é responsável por planejar, orientar, controlar e supervisionar a execução das atividades de comunicação do Ministério e acompanha, junto à mídia em geral, a formação de opinião pública relativa ao Ministério e suas unidades, observadas as diretrizes do órgão responsável pela Comunicação Social da Presidência da República.

A ASCOM, ainda, colabora na definição de estratégias de divulgação das ações e serviços do Ministério, coordenando a execução das ações de comunicação institucional e legal, bem como a editoração e a publicação técnica.

A ASCOM é responsável pela produção de conteúdo jornalístico, atendimento às solicitações da imprensa, monitoramento das informações e notícias referentes ao Ministério do Turismo e seus porta-vozes na mídia, utilização de mídias digitais para divulgação de informações do MTur e interação com usuários.

Em 2013 houve uma consolidação da imagem positiva do Ministério do Turismo na imprensa nacional:

- Mais de 12 mil reportagens com citações ao MTur foram publicadas, sendo 94,9% avaliadas como positivas ou neutras. A equivalência publicitária estimada é de R$ 30.520.928,00, com público estimado de 22.411.588 leitores;
- Produção de conteúdo: média de 55 notícias produzidas e distribuídas por mês em 2013, além de 17 mensagens, 23 artigos, 11 apresentações, 44 notas para a imprensa, 51 discursos e pontos de fala, 39 entrevistas, 43 briefings e 10 clippings.
- Demandas de imprensa: média de 270 solicitações atendidas por mês em 2013;
- Facebook: mais de 146 mil seguidores, com a média de 300 publicações por mês. 104 mil novos seguidores no último ano, com crescimento de 245%
- Twitter: mais de 140 mil seguidores, sendo 44.202 mil novos seguidores no último ano, com crescimento de 46%. Média de 4 mil novos seguidores por mês, com o total de 34.462 tuites desde a criação da página.
- Instagram: mais de cinco mil seguidores, com 1.955 fotos publicadas, 208.891 likes nas fotos e 23.816 imagens tagueadas com a marca do #MTur
- Rádio: produção de 222 reportagens, distribuídas para as 150 maiores rádios nos 27 estados do país, com potencial de replicação para mais de 500 emissoras afiliadas.

2.3.7.4 Assessoria Especial de Relações Internacionais

No âmbito das relações internacionais, o Ministério do Turismo realizou, no ano de 2013, diversas ações com o objetivo de ampliar e estreitar as parcerias institucionais do Brasil com outros países, de modo a fortalecer e consolidar a imagem do País no exterior e com isso contribuir para atrair maior número de visitantes estrangeiros ao Brasil.

No plano regional ou multilateral, o Brasil participou, no primeiro semestre de 2013, da reunião que instituiu a Conferência de Ministros e Autoridades do Turismo da Unasul, realizada em Quito, no Equador, e compareceu à LIV Reunião Especializada em Turismo do Mercosul (RET), em Montevidéu. Esteve igualmente presente na Reunião de Ministros do Turismo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Maputo, Moçambique, e participou da reunião do Conselho das Américas da OMT, celebrada em São José da Costa Rica. No segundo semestre, fez-se representar na 20ª Assembleia Geral da OMT, realizada conjuntamente na Zâmbia e no Zimbábue, e participou da V Reunião de Ministros do T-20, que teve lugar em Londres.

No plano bilateral, foram iniciados ou formalizados acordos ou memorandos de entendimento com diversos países, entre os quais se destacam a China, a África do Sul, o México, a Hungria, Cuba, Andorra e Portugal. Tais entendimentos representam um avanço na agenda de cooperação internacional e um estímulo ao incremento dos fluxos turísticos, por meio de medidas como a facilitação das exigências consulares e a criação de novas conexões aéreas.

Quanto à participação nas grandes feiras especializadas ou eventos mundiais do turismo, salienta-se a presença brasileira na FITUR em Madri, na ITB em Berlim, na BTL em Lisboa, na WTM em Londres e na JATA em Tóquio.

Por fim, merece destaque especial a iniciativa do Ministério do Turismo, em conjunto com a Secretaria de Estado do Turismo de Portugal e com a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), na realização do Projeto de Cooperação entre Brasil e Portugal na Área de Qualificação Profissional em Hospitalidade e Turismo. Trata-se de projeto pioneiro que consiste na concessão de bolsas a 50 estudantes brasileiros das áreas de Hotelaria e Turismo, selecionados por seu desempenho acadêmico, para curso profissionalizante de 2 meses ministrado na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, em Portugal.

2.3.7.5 Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica do Ministério do Turismo - CONJUR/MTur, em 2013, pautou suas atividades no exame de questões jurídicas encaminhadas pelo Gabinete do Ministro, pela Secretaria-Executiva e pelas Secretarias finalísticas do MTur; na orientação dos dirigentes de setores do Ministério e na elaboração de atos normativos, bem como atuou no sentido de sugerir medidas que proporcionassem o aperfeiçoamento e a aplicação dos instrumentos jurídicos e legais pertinentes à área de desempenho do Ministério.

Por meio de sua Coordenação-Geral de Assuntos Técnicos Judiciais, a CONJUR/MTur, no desempenho de suas funções institucionais, preparou informações nos Mandados de Segurança e demais ações interpostas contra a União e o Ministério do Turismo, com a coleta de dados e elementos necessários ao preparo das informações judiciais que subsidiam a defesa da União. Foram exarados pareceres sobre processos disciplinares, bem assim, relativos a projetos de lei, decreto e atos normativos, a consultas formuladas pelas áreas técnicas do Ministério, manifestações jurídicas relativas à executoriedade de decisões judiciais, interpretação de normas, dentre outras. A atuação compreendeu, ainda, a organização do sistema de controle de prazos e de movimentação de processos e expedientes judiciais a cargo desta Unidade.

Por intermédio de sua Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos e Convênios, a atuação da CONJUR/MTur consistiu na análise e emissão de pareceres acerca de editais de licitações e demais procedimentos de aquisição de bens e serviços necessários à logística de funcionamento do órgão, bem como na análise das minutas dos instrumentos jurídicos necessários ao desenvolvimento das atividades finalísticas do MTur, tais como acordos, convênios, termos de parceria, termos de cooperação e demais atos da mesma natureza a serem celebrados pelo Ministério do Turismo.

A atuação da CONJUR/MTur, na análise das minutas dos instrumentos de repasse voluntário de recursos, foi pautada no Decreto nº 6.170, de 23 de julho de 2007, na

Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011 e na Portaria MTur nº 112, de 24 de maio de 2013, que estabeleceu regras e critérios para a formalização desses instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoio aos programas que visem ao desenvolvimento do turismo, de acordo com os objetivos da Política Nacional de Turismo, prevista na Lei nº 11.771, de 2008.

A publicação pelo Ministério do Turismo da referida Portaria permitiu um melhor controle e gestão das propostas de convênios encaminhadas a este Ministério, acarretando a redução dos repasses voluntários no respectivo exercício e, consequentemente, a diminuição das demandas de análises dos instrumentos concernentes a esses repasses, conforme quadro abaixo:

Produtividade da CONJUR/MTur em 2013:

1 – Cotas	42
2 - Ofícios	496
3 - Notas	35
4 – Informações	189
5 – Pareceres	371
6 - Memorandos	588
Total	**1.721**

2.3.7.6 Ouvidoria

A Ouvidoria do Ministério do Turismo recebeu, de janeiro a dezembro de 2013, 6393 demandas de cidadãos, todas via e-mail. Essas demandas quando não constavam respostas em banco de dados próprio, foram encaminhadas para as áreas técnicas do Ministério (GM, SE, SNPDtur, SNPTur), para que fossem dados os esclarecimentos específicos. Assim, diretamente respondidas pela equipe ou descentralizadas para as áreas técnicas, a Ouvidoria deu o devido tratamento a todas as solicitações.

A tabela a seguir, ordenada por quantidade de demandas, representa os assuntos abordados:

1. Cadastro- Cadastur	1005
2. Outros Assuntos	986
3. Convênios	939
4. Reclamações	653
5. Solicitações	569
6. Cursos	418
7. Guia de Turismo	356
8. Programas MTur	320
9. Legislação relacionada ao turismo	258
10. Idoneidade de Empresas prestadoras de serviços turísticos	243
11. Dados e Fatos	161
12. Trabalho no MTur	120

13. Copa do Mundo 2014	108
14. Financiamento/Linha de Crédito	51
15. Classificação Hoteleira	47
16. Estágio no MTur	40
17. Abertura de Empresas Prestadoras de Serviços Turísticos	36
18. Uso da Marca Brasil	02
TOTAL	**6393**

1- A maior parte dos e-mails, 1.005, teve como objeto o Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo - Cadastur - Os assuntos mais frequentes, relativos ao cadastro, versaram sobre:

- Empresas Prestadoras de Serviços Turísticos;
- Guias de Turismo;
- Agências de Turismo;
- Hotéis/Pousadas.

2- Representou o segundo lugar em número de questionamentos as muitas manifestações (986) que não tinham nenhuma relação com as competências do Ministério do Turismo. Dessa forma, nos casos em que a equipe soube identificar o órgão competente, o cidadão foi orientado a procurá-lo.

3- Consultas sobre convênios firmados com o Ministério do Turismo somaram 939 e-mails. Os demandantes ora eram cidadãos comuns, que procuravam saber sobre o andamento de obras ou eventos realizados em suas regiões em parceria com o MTur, ora eram solicitações dos próprios convenentes ou de empresas por eles contratadas. As demandas foram encaminhadas para a SNPTur, para a SNPDTur ou para a SE, dependendo do assunto em questão.

4- Foram recebidas, no ano de 2013, 653 reclamações de cidadãos. As queixas tinham como objeto:

- **Sites de Compras**: Com relação aos sites de compras e às agências de turismo, as reclamações mais recorrentes foram sobre o descumprimento de contratos, multas e taxas indevidas, a não devolução de valores por cancelamento de diárias ou ainda, no caso dos sites, fraudes praticadas em meio virtual.

- **Agências de Turismo**: Ressaltamos que, tanto nas reclamações relativas às agências, quanto naquelas direcionadas aos meios de hospedagem, o cidadão questionou seus direitos e a legislação pertinente ao assunto. Em todos os casos, e segundo o Decreto 7.381/2010, esses cidadãos foram orientados a recorrer aos órgãos de proteção ao consumidor, uma vez que não existe, ainda, legislação de turismo própria para os casos de relação de consumo de produtos e serviços turísticos, obedecendo-se, nesses casos, ao disposto na Lei n.º 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). Outra orientação dada pela equipe foi a formalização da reclamação junto à Secretaria de Turismo da UF correspondente.

- **Meios de Hospedagem (hotel/pousada)**: Em relação aos meios de hospedagem, hotéis e pousadas, queixou-se das condições físicas, qualidade de serviços oferecidos, a classificação (estrelas) das pousadas e hotéis, o cancelamento de reservas e a recusa de reembolso de valores pagos.

- **Outros Assuntos**: As demais queixas tratavam de assuntos que não tinham relação com as competências do MTur. Dessa forma, foram feitas sugestões de buscas em sítios de órgãos relacionados ao assunto.

5- As solicitações feitas à Ouvidoria somaram 569 mensagens. Algumas pessoas solicitaram materiais de divulgação, feitos por agências de viagens ou pessoas interessadas em imagens do Brasil para divulgação comercial. A essas demandas, sugeriu-se a busca no Youtube, onde o Ministério disponibiliza tais materiais. Outra sugestão foi enviar e-mail para bancodefoto@turismo.gov.br, pois a cessão de imagens é gratuita, sendo apenas necessária a assinatura de um termo de responsabilidade, já que as imagens não podem ser utilizadas para fins comerciais, somente para fins de divulgação dos destinos turísticos brasileiros.

- Aos pedidos de publicações do Ministério do Turismo contaram, orientou-se o download dos documentos por meio do site. Às solicitações referentes a certificados de cursos oferecidos pelo Ministério em parceria com outras entidades, a orientação foi entrar em contato com a instituição que ministrou os mesmos, vistos que são elas as responsáveis por emitir o documento.

- Pedidos de kits de materiais fornecidos pela EMBRATUR, destinados àqueles usuários que desejam divulgar o Brasil no exterior no período de seu intercâmbio, foram recorrentes. Como o material é cedido pela autarquia, e segundo orientações da mesma, foram indicados os procedimentos a serem seguidos para a requisição.

6- Os cursos de capacitação oferecidos pelo Ministério, principalmente os do Programa “Pronatec Copa”, parceria do MTur com o Ministério da Educação somaram 418 . Nestes casos, conforme orientações da área técnica, sugerimos ao cidadão acessar o portal http://pronateccopa.turismo.gov.br, mandar e-mail com as dúvidas para pronateccopa@turismo.gov.br, ou ainda ligar para 0800 606 8484.

7- O tema “Guia de Turismo” começou a fazer parte dos assuntos da Ouvidoria a partir do mês de dezembro de 2012. A necessidade se deveu ao fato de muitos usuários estarem recorrendo ao Ministério para esclarecer dúvidas sobre a profissionalização e certificação dos guias, os cursos oferecidos, etc. Nesse ano de 2013 foram registradas 356 mensagens sobre tal assunto.

8- Programas do Ministério contabilizaram 320 e-mails, em 2013. Dentre os programas mais citados, o “Viaja Mais Melhor Idade” continua recebendo a maioria dos comentários e pedidos de esclarecimentos. Os cidadãos se mostram descontentes com a paralisação dos descontos em meios de hospedagem e passagens aéreas.

9- A legislação relacionada ao setor de turismo totalizou 258 e-mails. As consultas se referiam, frequentemente, à existência de lei específica sobre

regulamentação de diárias em meios de hospedagem, casos nos quais a área técnica também orientou o cidadão a atentar-se ao contrato e recorrer, caso constatada a irregularidade, ao Procon. Em outros assuntos, referentes às leis relacionadas com a área de turismo, sugeriu-se ao interessado o acesso à aba "legislação" no site do Ministério.

10- As informações sobre a idoneidade de empresas prestadoras de serviços turísticos somaram 243 mensagens. A equipe da Ouvidoria tem sugerido a consulta ao Cadastur, para que o cidadão se certifique de que a empresa está funcionando dentro da legalidade em relação ao cadastro no MTur. No entanto, foi sugerida também a busca por informações junto aos órgãos de defesa do consumidor – Procon.

11- Os pedidos relativos a estudos, pesquisas ou outros dados sobre o setor de turismo contaram 161 demandas. A equipe indicou a aba "Dados e Fatos" no site do Ministério ou, quando se tratava de assunto específico não publicado, encaminhou para a área técnica. Alguns assuntos eram de competência das Secretarias Estaduais de Turismo, e para esses órgãos foram direcionados.

Informamos aos 120 interessados em trabalhar no MTur que os servidores em caráter efetivo deste Ministério são contratados por meio de aprovação em concurso público e que os mesmos são sempre divulgados no Diário Oficial da União e em jornais de grande circulação. Além disso, as informações sobre os concursos ficam disponíveis na página institucional: www.turismo.gov.br > editais.

12- O assunto "Copa do Mundo 2014" cresceu em número de pedidos no decorrer dos meses. Ao final de 2013, o evento foi matéria de 108 pedidos de informações e sugestões. A orientação dada aos usuários interessados no evento foi o acesso ao portal da Copa no site Ministério, ou ao site do governo brasileiro para a Copa da Fifa 2014: www.copa2014.gov.br.

13- Financiamentos e linhas de crédito disponíveis ao setor privado contabilizaram 66 e-mails. A orientação dada pela equipe foi o acesso ao site do Mtur, aba Programas e Ações > fomento à iniciativa privada > linhas de crédito.

14- A classificação dos meios de hospedagem foi tema de 47 pedidos de informações. Nestes casos, foram indicados o endereço do hotsite do Ministério, www.classificacao.turismo.gov.br, bem como o número 0800 para o esclarecimento das dúvidas.

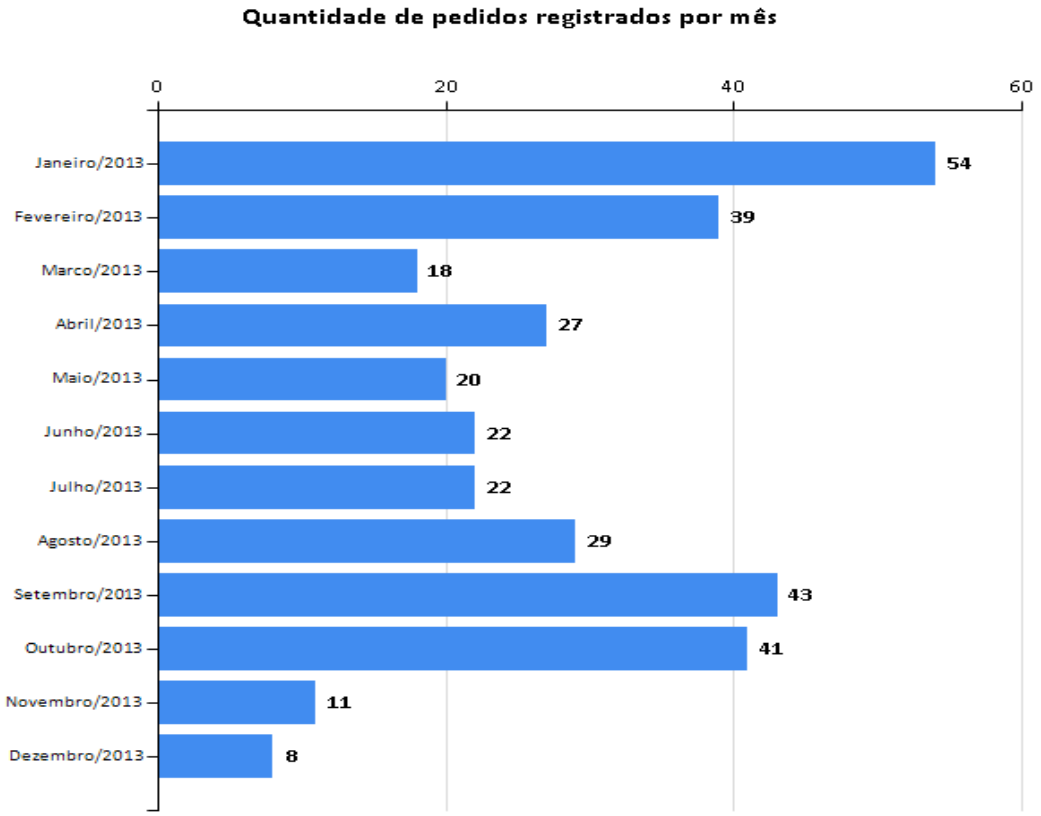
15- Alguns estudantes (40) procuraram a Ouvidoria com interesse em estagiar no Ministério do Turismo. Informamos que os estagiários que atuam no MTur devem ser residentes no DF e entorno, uma vez que este órgão está localizado na capital federal e ainda, que o Ministério do Turismo possui parceria com o Instituto Blaise Pascal, contratando seus estagiários por intermédio dessa associação. Lembramos que os estudantes devem possuir cadastro no citado Instituto para efetivar o contrato de estágio.

16- Houve 36 manifestações de pessoas interessadas na abertura de empresas prestadoras de serviços turísticos. A Ouvidoria orientou o cidadão quanto ao objeto social, indicou associações, bem como alertou/sugeriu sobre a necessidade do cadastro junto ao MTur (Cadastur).

17- Algumas dúvidas se referiam à utilização da "Marca Brasil" em sites comerciais ou de divulgação. A orientação dada foi a mesma estabelecida pelo "Manual de Uso das Marcas do Governo Federal", que proíbe a utilização ou exibição de suas logomarcas para uso comercial como acontecia no passado com a exploração da marca da EMBRATUR por parte das empresas de turismo cadastradas. No entanto, esclareceu-se que não há nenhum impeditivo de criar um link com o site do Ministério.

DEMANDAS DO SIC DO Mtur NO ANO DE 2013

No ano de 2013, com a Lei n° 12.527/2011, que regula o acesso à informação pública, o Ministério do Turismo registrou, por meio do Sistema e-SIC, 334 pedidos de informações de janeiro a dezembro de 2013. Desse total, houve 41 recursos em primeira instância. As áreas técnicas do Ministério indeferiram 27 pedidos e deferiram 14. Houve apenas 1 recurso em segunda instância, o qual foi indeferido. Segue tabela com as demandas encaminhadas, via e-SIC, ao MTur em 2013:



2.3.8 Comissão de Tomada de Contas Especial

A CTCE foi criada em 2011, numa atitude pioneira do MTur, com intuito de segregar as funções, já que até então a Setorial Contábil é que fazia as TCE´s, e de agilizar os trabalhos. O trabalho da CTCE é receber os processos enviados pelo

ordenador de despesas do MTur, verificar se atende aos requisitos para a instauração da TCE, se não atender, devolver o processo ao remetente, caso contrário instaurar a TCE, lançar os dados do processo na PGTur (Plataforma de Gestão do Turismo), fazer a Nota de Lançamento (NL) em apuração no SIAFI. Após isso o processo fica na situação "Aguardando Análise" e será distribuído a um relator, que instrui o processo e elabora o Relatório do Tomador de Contas Especial, em seguida o processo é remetido pelo relator a um revisor, este efetua a revisão e devolve para aquele fazer as correções. Feito isso o processo é digitalizado e então enviado à CGU. A CTCE iniciou o ano de 2013 com 6 membros, incluído o presidente, que pode atuar como revisor. Mas em março perdeu um e em agosto perdeu outro, ou seja, metade do ano contou com apenas 4 membros, incluído o presidente. Não obstante, sofremos com uma mudança de local, do anexo ID para esplanada, No decorrer do ano foram instauradas 306 Tomadas de Contas Especial – TCE, sendo 130 de janeiro a setembro e 176 de outubro a dezembro. Foram analisados e enviados à CGU 137 processos de TCE.

3 PARTE A, ITEM 3

3.1 Estrutura de Governança

Sendo o Ministério do Turismo um órgão da administração direta, a UJ SE/MTur tem sua estrutura de governança típica da administração direta. Para a fiscalização de seus atos administrativos está sujeita aos órgãos de auditoria interna – Controladoria Geral da União/CGU – e externa – Tribunal de Contas da União/TCU. Para a aprovação de seus atos de políticas públicas está sujeita aos órgãos planejadores e normatizadores de governo, como Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Casa Civil. Além do âmbito estatal, para a consecução das políticas públicas, seu principal interlocutor é o Conselho Nacional de Turismo. Vale ressaltar que, com o desenvolvimento dos instrumentos de planejamento, como o planejamento estratégico, o plano de ação e outros esforços, amplia-se a base interna de participação, a busca de todas as instancias dos servidores internos.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					**X**
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					**X**
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**X**
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			**X**		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**X**

6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					**X**
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					**X**
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					**X**
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**X**
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					**X**
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					**X**
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					**X**
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					**X**
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					**X**
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					**X**
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					**X**
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					**X**
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					**X**
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					**X**
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					**X**
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					**X**
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					**X**
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					**X**

27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					**X**
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					**X**
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					**X**
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					**X**

Análise Crítica:

No que concerne à percepção da alta administração dos controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e ao suporte adequado ao seu funcionamento, observa-se nos anos recentes um amadurecimento e profissionalização da gestão, com desenvolvimento e adoção de práticas que aperfeiçoaram o controle interno, a gestão de riscos e a segurança institucional, algumas destas práticas inclusive sendo compartilhadas e reconhecidas por outros parceiros federais.

Da mesma forma, observa-se que o aperfeiçoamento dos controles internos tem contribuído para a consecução dos resultados planejados. No ano de 2013, observou-se um cumprimento de 98,1% do Plano de Ação previsto, com um desempenho na execução orçamentária acima de 90%, isto aliado a uma redução da exposição da instituição a riscos.

Um ponto que ainda merece atenção é a formalização dos códigos de ética e conduta. Não obstante a observância dos preceitos estabelecidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, instituído pelo decreto 1171, de junho de 1994, no Código de Conduta da Alta Administração Federal, e no que tange ao decreto 6209 de fevereiro de 2007, a organização ainda não formalizou Código de Ética próprio, assim como empreendeu esforços para a sua disseminação entre os colaboradores.

Mais especificamente no âmbito da TI, no controle e gestão da informação: após a implantação da Política de Segurança da Informação e Comunicação (PoSIC), cujos responsáveis são servidores efetivos do órgão, encarregados por planejar e coordenar a execução das atividades de Segurança da Informação e Comunicação no Ministério do Turismo (MTur), foi elaborado e publicado o Plano Diretor de Segurança da Informação (PDSIC) e criado o Grupo de Trabalho Interdepartamental para tratar dos temas pertinentes à Segurança da Informação, especialmente visando a confecção de Plano de Classificação da Informação e processo de credenciamento e a constituição da Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede . A Segurança da Informação é constituída, basicamente, por um conjunto de controles, incluindo política, processos, estruturas organizacionais e normas e procedimentos de segurança. As diretrizes constantes na PoSIC devem ter como objetivo viabilizar e assegurar a Disponibilidade, Integridade, Confidencialidade e Autenticidade (DICA) da informação, neste sentido realizou em 2013 ações de conscientização que incluíram envio de mensagens acerca do tema, além de dicas práticas de mitigação de risco, consolidando em uma palestra à todos os servidores do Ministério, no auditório, ministrada pelo Diretor de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.

Sobre se existe código formalizado de ética ou de conduta, a UJ SE/MTur segue o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto 1.171 de 22 de junho de 1994, conquanto ainda não tem seu código de ética próprio.

3.3 Remuneração Paga a Administradores – (Não se Aplica)

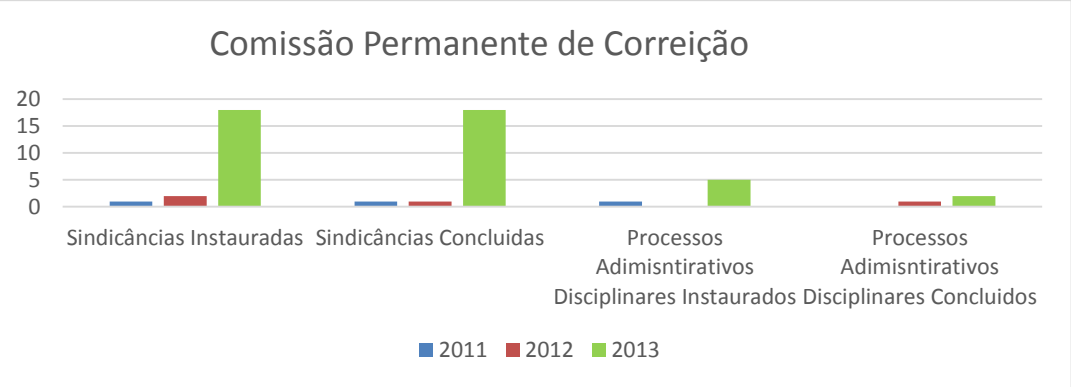
3.4 Sistema de Correição

O MTur em atendimento ao Decreto nº: 5.480, de 30 de junho de 2006, instituiu a Comissão Permanente de Correição (CPC) no 2º semestre de 2012, por meio da Portaria-GM nº 284, de 28 de agosto de 2012, tendo como objetivo estruturar os meios de apuração de possíveis atos infracionais praticados no âmbito do MTur. Assim, alcançando resultados positivos com a instalação efetiva de procedimentos apuratórios.

A referida portaria trouxe anexo, seu Regimento Interno, pautando sua finalidade, atuação, composição, atribuições, estrutura, e normatizando as ações das comissões disciplinares. A Seção I do Regimento Interno aduz quanto à estrutura da CPC, que nela caberá a Secretaria-Executiva o apoio administrativo, tais como: recursos de tecnologia da informação e suporte, local e equipamentos necessários à realização de reuniões, execução de seus trabalhos e guarda de documentos. Cabe, ainda, a Secretaria-Executiva, arcar com as despesas administrativas referentes a diárias, passagens e outras necessárias ao bom andamento dos trabalhos das Comissões Disciplinares.

Compete a CPC, por intermédio de seu Coordenador coordenar e supervisionar os trabalhos da Comissão Disciplinar Permanente e das Comissões Disciplinares, bem como, com anuência do Secretário-Executivo, solicitar apoio às Unidades do MTur para o bom e fiel desempenho de suas competências.

No exercício de 2013, foram instaurados 18 (dezoito) processos de sindicância e 05 (cinco) processos administrativos disciplinares. O gráfico abaixo registra a evolução das apurações de atos infracionais instaurados nos últimos três anos no âmbito do MTur.



Fonte: CPC/SE/MTur

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

3.5 - Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Esta UJ está em conformidade com os preceitos asseverados nos artigos 4º e 5º da Portaria-CGU nº 1.043, de 24 de julho de 207, que estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

A Secretaria-Executiva ainda não desenvolveu modelos de governança e respectivos indicadores, além dos de tecnologia da informação.

4 PARTE A, ITEM 4

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: Ministério do Turismo			**Código UO: 54101**		**UGO: 540001**
Origem dos Créditos Orçamentários			**Grupos de Despesa Correntes**		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3- Outras Despesas Correntes**
DOTAÇÃO INICIAL			29.124.155,00	87.290,00	267.369.258,00
CRÉDITOS	**Suplementares**		800.000,00	0,00	8.229.100,00
	Especiais	**Abertos**	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00
	Extraordinários	**Abertos**	0,00	0,00	0,00
		Reabertos	0,00	0,00	0,00
	Créditos Cancelados		0,00	0,00	(-33.434.000,00)
Outras Operações			0,00	0,00	0,00
Dotação final 2013 (A)			29.924.155,00	87.290,00	242.164.358,00
Dotação final 2012(B)			29.568.435,00	229.076,00	351.963.659,00
Variação (A/B-1)*100			1,2%	(-61,89%)	(-31,20%)

Origem dos Créditos Orçamentários			**Grupos de Despesa Capital**			
			4 – Investimentos	**5 – Inversões Financeiras**	**6- Amortização da Dívida**	**9 - Reserva de Contingência**
DOTAÇÃO NICIAL			2.223.306.252,00			
CRÉDITOS	**Suplementares**		236.884.000,00			
	Especiais	**Abertos**	6.800.000,00			
		Reabertos	0,00			
	Extraordinários	**Abertos**	40.427.600,00			
		Reabertos	817.138.899,00			
	Créditos Cancelados		(-166.338.899,00)			
Outras Operações			0,00			
Dotação final 2013 (A)			3.158.217.852,00			
Dotação final 2012(B)			3.760.068.248,00			
Variação (A/B-1)*100			(-16,01%)			

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.1.1.1 Análise Crítica

As despesas de responsabilidade da Secretaria-Executiva concentraram-se nas atividades de manutenção do órgão. Observa-se uma execução bastante positiva, que se enquadra dentro da programação estabelecida para o exercício. As despesas de capital concentraram-se na contratação de pessoas jurídicas como mandatárias da União. Nesse sentido, contratos de repasse, junto à CAIXA, para execução das obras do Ministério do Turismo, representou a principal despesa. A despesa empenhada no exercício financeiro de 2013 não foi totalmente paga naquele exercício, Para as demais despesas, não ocorreram alterações de destaque em relação ao exercício anterior, dado o caráter de atividade meio da UJ.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas Correntes**		
	Concedente	**Recebedora**		**1 – Pessoal e Encargos Sociais**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3 – Outras Despesas Correntes**
Concedidos	540001	540004	09.272.0089.0181	13.000,00	0,00	0,00
Concedidos	540001	540004	23.122.2128.09HB	2.099.995,00	0,00	0,00
Concedidos	540001	540004	23.122.2128.20TP	27.811.160,00	0,00	0,00
Concedidos	540001	540004	28.844.0906.0284	0,00	95.085,62	0,00
Concedidos	540001	540004	23.122.2128.2000	0,00	0,00	38.858.603,88
Concedidos	540001	540004	23.131.2062.4641	0,00	0,00	3.200,00
Concedidos	540001	540004	23.301.2128.2004	0,00	0,00	511.521,00
Concedidos	540001	540004	23.306.2128.2012	0,00	0,00	1.632.000,00
Concedidos	540001	540004	23.331.2128.2011	0,00	0,00	267.204,00
Concedidos	540001	540004	23.365.2128.2010	0,00	0,00	66.000,00
Concedidos	540001	540004	23.695.2076.20Y3	0,00	0,00	1.802.541,51
Concedidos	540001	540004	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	353.862,50
Concedidos	540001	540005	23.128.2076.4590	0,00	0,00	197.666,06
Concedidos	540001	540005	23.571.2076.2C01	0,00	0,00	45.000,00
Concedidos	540001	540005	23.695.2076.10V0	0,00	0,00	7.236.728,20
Concedidos	540001	540005	23.695.2076.14TJ	0,00	0,00	7.499.255,85
Concedidos	540001	540006	04.131.2101.2017	0,00	0,00	12.000.000,00
Concedidos	540001	540006	23.125.2076.2658	0,00	0,00	95.912,76
Concedidos	540001	540006	23.131.2062.4641	0,00	0,00	19.896,91
Concedidos	540001	540006	23.695.2076.20Y3	0,00	0,00	92.172.389,13
Concedidos	540001	540006	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	15.472.297,22
Concedidos	540001	540014	23.695.2076.14TJ	0,00	0,00	3.700.700,00
Recebidos	540005	540001	23.128.2076.4590	0,00	0,00	(-34.610,28)
Recebidos	540005	540001	23.571.2076.2C01	0,00	0,00	(-27.978,15)
Recebidos	540005	540001	23.695.2076.10V0	0,00	0,00	(-10.995,46)
Recebidos	540005	540001	23.695.2076.14TJ	0,00	0,00	(-5.235.663,01)
Recebidos	540006	540001	23.125.2076.2658	0,00	0,00	(-48.449,46)
Recebidos	540006	540001	23.131.2062.4641	0,00	0,00	(-14.520,55)
Recebidos	540006	540001	23.695.2076.20Y3	0,00	0,00	(-22.306.394,71)
Recebidos	540006	540001	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	(-1.155.233,76)

Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
	Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Concedidos	540001	540004	23.122.2128.2000	6.862.476,45		
Concedidos	540001	540005	13.392.2027.14U2	7.000.000,00		
Concedidos	540001	540005	23.695.2076.10V0	1.701.579.956,11		
Concedidos	540001	540005	23.695.2076.14KP	83.999.999,00		
Concedidos	540001	540005	23.695.2076.14TJ	84.180.488,76		
Recebidos	540005	540001	23.695.2076.10V0	(-37.337.937,27)		
Recebidos	540005	540001	23.695.2076.14TJ	(-13.159.024,76)		
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas Correntes**		
	Concedente	**Recebedora**		**1 – Pessoal e Encargos Sociais**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3 – Outras Despesas Correntes**
Concedidos	540001	185001	04.131.2101.2017	0,00	0,00	5.000.000,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
	Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI GERENCIAL

QUADRO A.4.1.2.2 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas Correntes**		
	Concedente	**Recebedora**		**1 – Pessoal e Encargos Sociais**	**2 – Juros e Encargos da Dívida**	**3 – Outras Despesas Correntes**
Concedidos	540001	153163	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	2.100.000,000
Concedidos	540001	154003	23.695.2076.20Y4	0,00	0,00	820.000,00
Concedidos	540001	170009	23.122.2128.2000	0,00	0,00	13.000,00
Concedidos	540001	240005	23.122.2128.2000	0,00	0,00	15.850,00
Concedidos	540001	240005	23.571.2076.2C01	0,00	0,00	644.096,31
Concedidos	540001	320002	23.122.2128.2000	0,00	0,00	1.161.724,19
Concedidos	540001	423001	23.695.2076.10V0	0,00	0,00	950.000,00
Recebidos	201002	540001	28.844.0906.0284	0,00	7.795,62	0,00
Recebidos	110319	540001	04.131.2101.2017	0,00	0,00	17.000.000,00
Origem da Movimentação	**UG**		**Classificação da ação**	**Despesas de Capital**		
	Concedente	**Recebedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Concedidos	540001	154049	23.695.2076.10V0	294.755,81		
Concedidos	540001	154054	23.695.2076.10V0	743.392,00		
Concedidos	540001	403101	23.695.2076.10V0	4.908.674,33		
Concedidos	540001	423001	23.695.2076.10V0	9.300.000,00		

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Concedidos	540001	443032	23.695.2076.10V0	1.000.000,00		
Recebidos	420044	540001	13.392.2027.14U2	14.000.000,00		

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO A.4.1.3.1. – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério do Turismo		**Código UO: 54101**		**UGO: 540001**
	Despesa Liquidada		**Despesa paga**	
Modalidade de Contratação	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**60.601.505,38**	**31.483.315,81**	**60.601.505,38**	**31.483.315,81**
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	34.553.031,11	1.340.323,91	34.553.031,11	1.340.323,91
d) Pregão	26.048.474,27	30.142.991,90	26.048.474,27	30.142.991,90
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	**13.352.222,85**	**2.911.079,67**	**13.352.222,85**	**2.911.079,67**
h) Dispensa	11.639.763,09	2.645.213,55	11.639.763,09	2.645.213,55
i) Inexigibilidade	1.712.459,76	265.866,12	1.712.459,76	265.866,12
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**27.914.952,85**	**30.171.384,31**	**27.721.777,05**	**30.171.384,31**
k) Pagamento em Folha	27.478.449,42	30.054.593,83	27.285.273,62	30.054.593,83
l) Diárias	436.503,43	116.790,48	436.503,43	116.790,48
5. Outros	**54.346.618,23**	**701.008,92**	**53.860.942,43**	**701.008,92**
6. Total (1+2+3+4+5)	**156.215.299,31**	**65.266.788,71**	**155.536.447,71**	**65.266.788,71**

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ - Não houve Ocorrência

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO A.4.1.3.3 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Ministério do Turismo							**Código UO: 54101**	**UGO: 540001**
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Despesas de Pessoal	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	19.140.499,11	17.735.560,44	19.140.499,11	17.735.560,44	0,00	0,00	19.140.499,11	17.735.560,44
CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	3.469.992,32	4.029.839,43	3.469.992,32	4.029.839,43	0,00	0,00	3.382.879,41	4.029.839,43
OBRIGACOES PATRONAIS	3.407.722,25	3.918.397,20	3.407.722,25	3.918.397,20			3.301.659,36	3.918.397,20
Demais elementos do grupo	1.715.093,46	2.061.295,02	1.460.235,74	1.926.295,02	254.857,72	135.000,00	1.460.235,74	1.926.295,02
2. Juros e Encargos da Dívida								
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	75.341,61	0,00	75.341,61	0,00	0,00	0,00	75.341,61	0,00
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO - LC 141/12	11.948,39	0,00	11.726,76	0,00	221,63	0,00	11.726,76	0,00
3. Outras Despesas Correntes								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	81.886.689,14	60.803.921,89	57.977.074,96	54.280.265,01	23.909.614,18	6.523.656,88	57.977.074,96	54.280.265,01
CONTRIBUICOES (2013) LOC. MÃO DE OBRA (2012)	27.469.269,97	6.555.262,45	3.743.265,71	5.935.133,10	23.726.004,26	620.129,35	3.743.265,71	5.935.133,10
SERVICOS DE CONSULTORIA (2013) AUXILIO ALIMENTAÇÃO (2012)	9.202.239,9	1.342.065,44	6.979.449,79	1.342.065,44	2.222.790,11	0,00	6.979.449,79	1.342.065,44
Demais elementos do grupo	20.892.759,08	4.555.382,20	19.789.469,77	4.320.547,05	1.103.289,31	234.835,15	19.789.469,77	4.320.547,05
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
CONTRIBUICOES (2013)	1.774.940.662,29	2.140.423,79	12.010.670,00	2.109.523,81				

EQUIP. E MAT. PERMANENTE (2012)					1.762.929.992,29	30.899,98	11.718.170,00	2.109.523,81
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	34.627.004,44	947.096,00	0,00	314.000,00	34.627.004,44	633.096,00	0,00	314.000,00
OBRAS E INSTALACOES	3.560.100,00	0,00	0,00	0,00	3.560.100,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	672.306,85	0,00	671.401,87	0,00	904,98	0,00	671.401,87	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados **Diretamente pela UJ – Não houve Ocorrência**

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Fonte: SIAFI GERENCIAL

QUADRO A.4.1.3.5 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	**1.094.326,69**	**1.009.120,98**	**1.094.326,69**	**1.009.120,98**
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	189.756,19	0,00	189.756,19	0,00
d) Pregão	904.570,50	1.009.120,98	904.570,50	1.009.120,98
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	**800.902,55**	**4.239,60**	**800.902,55**	**4.239,60**
h) Dispensa	737.903,06	4.239,60	737.903,06	4.239,60
i) Inexigibilidade	62.999,49	0,00	62.999,49	0,00
3. Regime de Execução Especial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
j) Suprimento de Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	0,00	0,00	0,00	0,00
5. Outros	**176.259,78**	**223.775,75**	**176.259,78**	**223.775,75**
6. Total (1+2+3+4+5)	**2.071.489,02**	**1.237.136,33**	**2.071.489,02**	**1.237.136,33**

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO A.4.1.3.6 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não processados**		**Valores Pagos**	
1. Despesas de Pessoal	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
Nome 1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	3.111.996,98	1.088.992,72	1.876.989,07	1.088.992,72	1.235.007,91	0,00	1.876.989,07	1.088.992,72
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES (2013) SERVICOS DE CONSULTORIA (2012)	821.389,79	93.600,00	0,00	93.600,00	821.389,79	0,00	0,00	93.600,00
CONTRIBUICOES (2013) OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA (2012)	500.000,00	56.954,01	0,00	43.234,01	500.000,00	13.720,00	0,00	43.234,01
Demais elementos do grupo	19.078,76	14.053,59	4.743,76	11.309,59	14.335,00	2.744,00	4.743,76	11.309,59
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	**Empenhada**		**Liquidada**		**RP não Processados**		**Valores Pagos**	
4. Investimentos	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
AUXILIOS - FUNDO A FUNDO	9.300.000,00	0,00	0,00	0,00	9.300.000,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALACOES	5.881.294,14	0,00	189.756,19	0,00	5.691.537,95	0,00	189.756,19	0,00
CONTRIBUICOES	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	65.528,00	0,00	0,00	0,00	65.528,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								

Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

As principais alterações verificadas na programação orçamentária do Ministério do Turismo são decorrentes da inclusão, pelo Congresso Nacional, de emendas ao projeto de Lei Orçamentária original, gerando um aumento significativo no valor da proposta orçamentária. Entretanto, os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento não permitiram a execução orçamentária da totalidade das ações programadas e incluídas pelo Congresso Nacional. A UG 540001 é a Unidade Gestora Setorial do Ministério do Turismo. Sendo assim, é a responsável por fornecer via notas de crédito (NC) no SIAFI os créditos necessários às Unidades Gestoras responsáveis pela execução orçamentária. Conforme ilustra o quadro, o órgão recebeu créditos por movimentação externa e concedeu créditos para outros órgãos para possibilitar a execução de Termos de Cooperação Simplificados.

As principais alterações verificadas na programação orçamentária do Ministério do Turismo são decorrentes da inclusão, pelo Congresso Nacional, de emendas ao projeto de Lei Orçamentária original, gerando um aumento importante no valor final da proposta orçamentária (Programação + Emendas). Entretanto, os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento não permitiram a execução orçamentária da totalidade das ações programadas e incluídas pelo Congresso N acional.

Os limites estabelecidos no Decreto de Contingenciamento levou o órgão a rever a sua forma de atuação frente às demandas do setor, inviabilizando a execução da totalidade do orçamento programado para algumas Ações inseridas no Plano Nacional de Turismo.

Não foi identificado no órgão nenhum evento significativo a ponto de interferir na execução orçamentária.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos – (Não se Aplica)

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

QUADRO A.4.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES Valores em R$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2013**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2013**
2012	12.122.142,39	8.040.880,17	3.773.641,17	307.621,05
2011	29.000,00	0,00	29.000,00	0,00
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2013**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2013**
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
...				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.3.1 Análise Crítica

Relativamente à política de gestão restos a pagar na Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo, observa-se a intenção do gestor em reduzir o saldo, priorizando a execução das despesas dentro do próprio exercício financeiro.

Por se tratar de montante pouco expressivo, não foram observados impactos significativos decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores.

Os valores que permaneceram inscritos em restos a pagar ao término do exercício financeiro de 2013 atendem aos requisitos da Lei Nº 4.320/64 e do Decreto Nº 93.872/86.

Os restos a pagar praticamente inexistem, visto que o montante inscrito em dezembro/2013 se refere à empenho de despesas que serão pagos no mês de janeiro do exercício seguinte.

Não foi identificado no órgão nenhum evento significativo a ponto de interferir na gestão dos restos a pagar.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO A.4.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Coordenação – Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças									
CNPJ:			**UG/GESTÃO: 540001/00001**						
Informações sobre as Transferências									
			Valores Pactuados		**Valores Repassados**		**Vigência**		
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Global**	**Contrapartida**	**No Exercício**	**Acumulado até o Exercício**	**Início**	**Fim**	**Sit.**
3	TC 003/2013	MRE – UG 240005	3.550,00	0,00	3.550,00	3.550,00	29/10/2013	29/03/2014	1
3	TC 006/2013	ESAF – UG 170009	981.504,61	0,00	13.000,00	13.000,00	06/12/2013	31/05/2014	1

LEGENDA

Modalidade:

1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	**Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício**			**Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R$ 1,00)**		
	2013	**2012**	**2011**	**2013**	**2012**	**2011**
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	02	03	04	677.446,31	335.887,54	46.000,00
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte: SIAFI GERENCIAL/ SIOP

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome : SECRETARIA EXECUTIVA - SE/MTUR					
CNPJ:		**UG/GESTÃO: 540003**			
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montante Repassados**		**Instrumentos** (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	**Termo de Cooperação**	**Contratos de Repasse**
2013	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	1	0	0
		Montante Repassado	115.200,00	-	-
2012	**Contas Prestadas**	**Quantidade**	3	0	0
		Montante Repassado	277.261,86	-	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
2011		**Quantidade**	9	0	0

	Contas Prestadas	**Montante Repassado**	3.845.763,57	-	-
	Contas NÃO Prestadas	**Quantidade**	0	0	0
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2011	**Contas NÃO Prestadas**	**Quantidade**	4	0	0
		Montante Repassado	919.559,03	-	-
Fonte: Siafi Gerencial / Portal do Convênios					

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: COORDENAÇÃO GERAL DE CONVÊNIOS					
CNPJ:				**UG/GESTÃO: 540012**	
Exercício da Prestação das Contas	**Quantitativos e Montantes Repassados**			**Instrumentos**	
				Convênios	**Contratos de Repasse**
2013	Quantidade de Contas Prestadas			290	-
	Com Prazo de Análise ainda **não Vencido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	32	-
			Quantidade Reprovada	50	-
			Quantidade de TCE	24	-
			Montante Repassado (R$)	7.116.882,88	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	158	-
			Montante Repassado (R$)	115.881.386,55	-
	Com Prazo de Análise V**encido**	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	6	-
			Quantidade Reprovada	28	-
			Quantidade de TCE	0	-
			Montante Repassado (R$)	4.170.859,89	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	8	-
			Montante Repassado (R$)	146.900,00	-
2012	Quantidade de contas prestadas			190	-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		32	-
		Quantidade Reprovada		77	-
		Quantidade de TCE		49	-
		Montante repassado		20.484.710,71	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		51	-
		Montante repassado (R$)		783.301,41	-

2011	Quantidade de Contas Prestadas		968	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	100	-
		Quantidade Reprovada	417	-
		Quantidade de TCE	243	-
		Montante Repassado	104.385.276,43	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	113	-
		Montante Repassado	5.731.674,69	-
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	893	-
		Montante Repassado	284.575.882,51	-
Fonte: Siafi Gerencial / Portal Siconv **Obs.: A CGCV não tem atribuições concernentes as Contrato de Repasse**				

4.4.5 Análise Crítica

Em relação às transferências voluntárias que se encontram na situação de inadimplência efetiva, o Ministério do Turismo tem adotado os seguintes procedimentos:

4.4.5.1 Quando da omissão na entrega da prestação de contas ou documentação complementar (motivos de inadimplência do SIAFI 201 ou 218):

i) após o término do prazo para a entrega da prestação de contas, sem que esta tenha sido encaminhada, na forma estabelecido no instrumento celebrado, ou para a entrega de documentação complementar necessária à aprovação da execução física, o convenente é notificado via SICONV, na forma da Portaria Interministerial nº 507/2011, pela área técnica responsável pela celebração e acompanhamento da execução do convênio, para, nos termos da Portaria MTur nº 112/2013, resolver tais pendências no prazo de dez dias. Não atendida a notificação, o processo é enviado à CGCV para as providências quanto à inscrição do registro no CAUC e procedimentos de instauração de TCE; e

ii) a CGCV, enquanto aguarda o prazo de 45 dias daquela notificação, para fins de registro da inadimplência, notifica os demais responsáveis pela execução do convênio, inclusive a entidade convenente, para apresentação das contas ou devolução dos recursos recebidos. Não atendida e decorridos os 45 dias da primeira notificação, registra a inadimplência e solicita a instauração de TCE.

4.4.5.2 Quando da entrega da prestação de contas ou da documentação complementar, no prazo regulamentar ou antes da instauração da tomada de contas especial (processo no TCU):

i) a prestação de contas é analisada incialmente quanto à consecução do objeto, pela área técnica responsável pela celebração e acompanhamento da execução física do convênio, e, então, enviado à Coordenação-Geral de Convênios para pronunciamento no tocante à execução financeira;

ii) se a consecução do objeto foi reprovada, em sua totalidade, compete à CGCV notificar todos responsáveis pelo convênio, na parte do convenente: instituição, gestores signatários do instrumento celebrado e gestores sucessores que tiveram participação na execução do objeto ou dos recursos do convênio, para, então, não acatadas

as notificações no prazo de 45 dias, registrar inadimplência e solicitar instauração de TCE;

iii) se a consecução do objeto foi aprovada total ou parcialmente, a parte aprovada é analisada pela CGCV no aspecto da execução financeira que, já partindo de uma aprovação parcial, quando assim se deu na análise da área técnica, poderá chegar até à conclusão pela reprovação total e, então, todos os responsáveis relativos à parte do convenente são notificados para o ressarcimento dos recursos glosados, não acatadas as notificações no prazo de 45 dias, registra-se a inadimplência do convenente e solicita-se a instauração de TCE. Quando os valores glosados são inferiores a R$ 75.000,00 não há solicitação de instauração de TCE, mas registro dos responsáveis no CADIN e o processo arquivado; e

iv) no caso da aprovação total da prestação de contas, nos dois aspectos: técnico e financeiro, os responsáveis são notificados desse resultado e o processo arquivado.

4.5 Suprimento de Fundos – (Não houve Ocorrência)

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ - (Não houve Ocorrência)

4.7 Gestão de Precatórios - (Não se Aplica)

5 PARTE A, ITEM 5

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício **	Egressos no Exercício **
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	Não há	119	8	28
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	Não há	118	8	28
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	97	1	15
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	6	2	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	15	5	10
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	8	0	7
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública * **	79*	38***	26	26
4. Total de Servidores (1+2+3)	79	165	34****	61****

Fonte: SIAPE

(*) As vagas para provimento dos cargos em comissão de Servidores sem Vínculo com a Administração Pública são autorizadas pelo Decreto nº 8.102 de 6/9/2013 DOU 9/9/2013.

(**) Para fins de Ingressos e Egressos no exercício não estão sendo considerados os servidores efetivos que porventura tenha sido nomeados e/ou exonerados dos cargos em comissão na UJ.

(***) O Secretário-Executivo é cargo de natureza especial sem vínculo com a administração pública e, portanto, também, foi aqui inserido.

(****) Para fins de Ingressos e Egressos, foram computadas as trocas de função sem perda do vínculo, isto é, o servidor foi exonerado de uma função e imediatamente nomeado para outra função.

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)*	8
1.1. Exercício de Cargo em Comissão**	4
1.2. Exercício de Função de Confiança**	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas: LEI Nº 9.007 DE 1995, LEI COMPLEMENTAR Nº 73 DE 1993 **	4
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Oficio, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0

6. Outras Situações (Especificar o ato normativo) servidores cedidos sem função/cargo em comissão especificados* **	4
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	13

Fonte: SIAPE

(*) Os servidores cedidos não estão vinculados vinculado à nenhuma UJ. Porém, serão aqui inseridos apenas Secretaria-Executiva.
(**) Foram considerados os cargos/funções citados nas portarias de cessão uma vez que o controle da atual ocupação é feita pelos órgãos cessionários.

(***) Servidores cedidos cujas funções ou cargos não foram especificadas nas suas respectivas portarias de cessão.

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício***	Egressos no Exercício***
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	**79**	**62**	**44**	**45**
1.1. Cargos Natureza Especial*	1	1	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	78	61	43	44
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	8	10	8
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	3	2	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	14	5	9
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	36	26	26
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas**	**12**	**9**	**7**	**5**
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	8	7	5
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	**91**	**71**	**51**	**50**

Fonte: SIAPE

(*) Secretário-Executivo é cargo de natureza especial.
(**) Não foram consideradas as Funções Comissionadas Técnicas.
(***) Para fins de Ingressos e Egressos, foram computadas as trocas de função sem perda do vínculo, isto é, o servidor foi exonerado de uma função e imediatamente nomeado para outra função.

Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária
Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos

1. Provimento de Cargo Efetivo	41	51	9	2	3
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	1
1.2. Servidores de Carreira	40	47	8	1	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	1	4	1	1	1
2. Provimento de Cargo em Comissão	7	16	11	17	8
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	1	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior sem vínculo com a Administração Pública	6	13	4	8	6
2.3. Requisitados de outros órgãos/esferas e Exercício descentralizado de carreira	1	3	6	8	2
2.4. Funções Gratificadas	0	0	1	0	0
3. Totais (1+2)	48	67	20	19	11
Fonte: SIAPE					

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de Cargo Efetivo	**0**	**0**	**0**	**0**	**45**	**39**	**18**	**4**	**0**
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	0	45	34	16	2	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	5	1	2	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	**0**	**0**	**0**	**0**	**17**	**24**	**15**	**3**	**0**
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior sem vínculo	0	0	0	0	13	17	6	1	0
2.3. Requisitados de Outros Órgãos/Esferas e Exercício Descentralizado	0	0	0	0	3	6	9	2	0
2.4. Funções Gratificadas	0	0	0	0	1	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	**0**	**0**	**0**	**0**	**62**	**63**	**33**	**7**	**0**

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercício	**2013**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercício	**2013**	2.081973,49	0,00	3.533.190,20	168.004,07	5.647,47	739.272,10	40.705,84	0,00	0,00	6.571.184,41
	2012	1.949.013,91	0,00	2.342.233,68	102.132,28	750.813,22	199.704,96	22.930,19	0,00	0,00	5.366.728,24
	2011	1.219.968,32	0,00	2.148.506,00	75.865,62	291.431,85	305.967,26	68.642,18	0,00	0,00	4.110.381,23
Servidores com Contratos Temporários											
Exercício	**2013**	677.681,67	0,00	56.623,33	105.849,97	250.563,26	45.544,33	0,00	0,00	0,00	1.140.262,56
	2012	658.275,00	0,00	46.550,00	15.569,97	4.938,06	39.700,00	0,00	0,00	0,00	765.033,03
	2011	697.976,48	0,00	92,230,00	23.584,40	3.483,33	41.676,82	0,00	0,00	0,00	858.951,03
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercício	**2013**	234.170,22	0,00	269.997,10	16.456,98	0,00	83.851,08	0,00	0,00	0,00	604.475,38
	2012	295.626,57	0,00	173.340,10	11.225,82	45.528,98	46.736,55	0,00	0,00	0,00	572.458,02
	2011	239.274,51	0,00	205.840,22	11.273,33	1.616,83	88.784,24	0,00	0,00	0,00	546.789,13
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercício	**2013**	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercício	**2013**	3.296.916,15	0,00	407.831,75	74.210,68	73.612,23	220.962,19	0,00	0,00	0,00	4.149.854,99
	2012	1.895.828,54	0,00	99.703,38	40.375,81	34.194,69	169.701,91	0,00	0,00	0,00	2.473.002,39
	2011	2.443.732,36	0,00	580.368,47	63.933,05	369.599,05	193.348,17	0,00	0,00	0,00	3.799.108,97
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercício	**2013**	99.447,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.447,88
	2012	590.290,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590.290,26
	2011	89.214,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89.214,41

Fonte: SIAPE

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas - (Não houve Ocorrência)

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	1	34	1	34
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0

Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	**1**	**34**	**1**	**34**

Fonte: COGEP/SPOA

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	**Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU**		**Quantidade de atos cadastrados no SISAC**	
	Exercícios		**Exercícios**	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Desligamento	21	18	21	18
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	**21**	**18**	**21**	**18**

Fonte: COGEP/SPOA

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	**Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC**			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	**De 31 a 60 dias**	**De 61 a 90 dias**	**Mais de 90 dias**
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	1	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	1	0	0	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	14	5	1	1
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	14	5	1	1

Fonte: COGEP/SPOA

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico - (Não houve Ocorrência)

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quanto às providências adotadas pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos

vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, temos a informar o seguinte:

a) Ao ingressar no MTur, todo servidor deve apresentar ficha cadastral preenchida onde consta em seus itens 8 e 9 a Declaração de Não Acumulação de Cargos e a Declaração de Não Participação em Sociedade Privada, com o texto citado abaixo:

8. Declaração de Não Acumulação de Cargos

DECLARO, sob as penas da Lei, para os devidos fins previstos no Decreto nº 97.595, de março de 1989, - dispõe sobre a acumulação de cargos, empregos ou funções na Administração Federal - que:

☐ Não detenho cargo, emprego ou função em qualquer Órgão da Administração Direta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim de suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e autarquias em regime especial.

☐ Detenho o que determina o art. 1º, § 2º do mencionado Decreto:
Título/Cargo:
Órgão:

Integrante da: ☐ Adm Federal Direta ☐ Adm Federal Indireta ☐ Distrito Federal ☐ Estadual ☐ Municipal ☐ Outros Poderes

DECLARO, nos termos do Art. 118, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que não detenho cargo, emprego e função em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios desde a minha posse no cargo comissionado ☐ e / ou no cargo efetivo ☐ que exerço neste Ministério.

9. Declaração de Não Participação em Sociedade Privada

DECLARO, nos termos do art.117, inciso X da Lei Nº 8.112/90 **NÃO** "participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)", desde a minha posse no cargo comissionado ☐, cargo efetivo ☐, que exerço neste Ministério, sob pena prevista no artigo 299 do Código Penal Brasileiro conforme abaixo:

> *"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*
> *Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular."*

Declaro sob minha responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas.
Brasília, / /

_____

Nome:
CPF:

b) Além disso, o servidor deve apresentar junto com os demais documentos pessoais, uma Declaração de Desligamento de Órgãos, Empresas Públicas ou não, às quais esteve vinculado, ou Cópia do requerimento solicitando a exoneração (para quem possui cargo em comissão); ou Cópia da primeira (referente aos dados) e da última folha da carteira de trabalho na qual consta a baixa.
c) A documentação referida anteriormente fica arquivada em pasta individual para cada servidor e constitui o seu assentamento funcional.
d) Com relação a utilização de sistemas informatizados, o controle para detecção de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos é realizado pela Auditoria da Secretaria de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por meio do Sistema de Tratamento de Indícios e Irregularidades – STII, que tem a possibilidade de acessar as bases de dados de recursos humanos de Órgãos de outros Poderes e Esferas; caso seja identificada possível acumulação de cargos, a SEGEP faz a comunicação ao MTur;
e) No âmbito do MTur, o controle para detecção de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos por meio de sistema informatizado é realizado pelas críticas do Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE (quando é necessário realizar a nomeação de novo servidor, o SIAPE não permite fazer o seu registro caso já tenha outro vínculo funcional na administração pública federal e apresenta mensagem informando essa situação);
f) No período em questão não foi identificado servidor no MTur em situação de acumulação de cargo, função ou emprego público.

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos – (Não houve Ocorrência)

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

5.1.8.1 Indicador de Doenças Ocupacionais:

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - COGEP realizou o acompanhamento mensal de doenças ocupacionais no ano de 2013 por meio dos dados epidemiológicos obtidos no Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, gerenciado pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cujas informações foram atualizadas pela Unidade SIASS do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que atende ao Ministério do Turismo conforme Acordo de Cooperação Técnica e registra os atestados médicos e as perícias médicas dos servidores.

5.1.8.1.1 Dados epidemiológicos analisados no período de 01/01 a 31/12/2013 e comparados ao período de 02/01 a 31/12/2012:

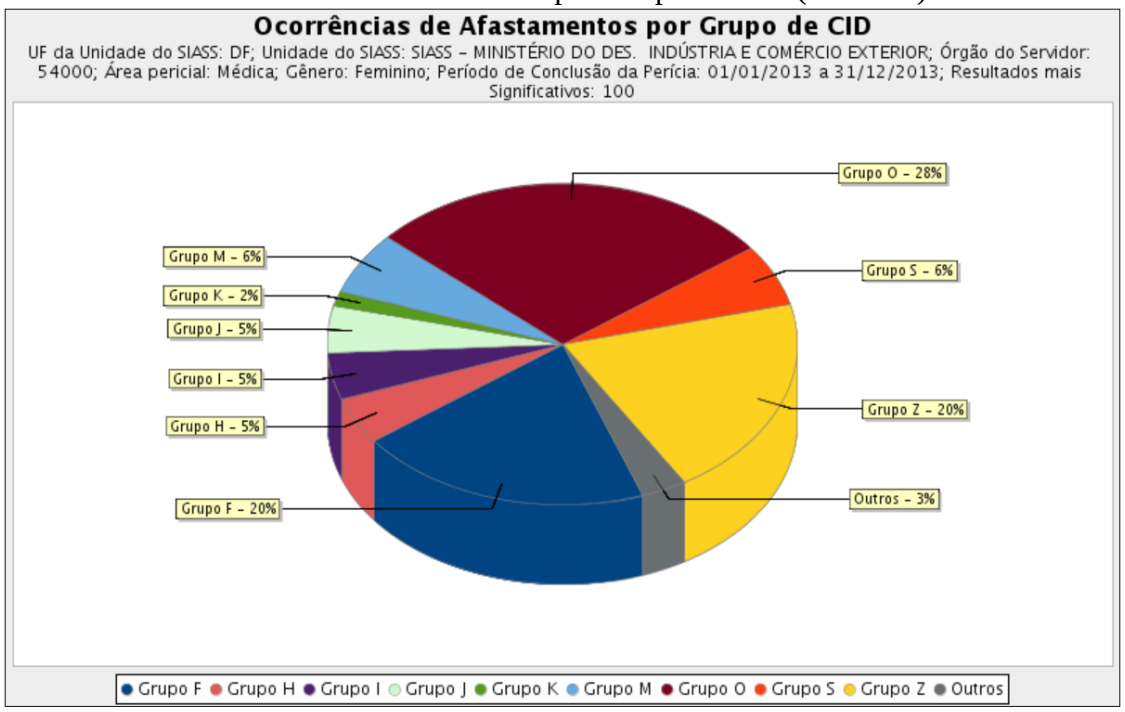
Os dados epidemiológicos obtidos no SIASS referem-se às doenças segundo CID (Código Internacional de Doenças) citadas nos atestados médicos apresentados pelos servidores do MTur para concessão de licença para tratamento de saúde, licença para

acompanhamento de pessoa doente em família e licença gestante. A análise desse dados teve como objetivo subsidiar a COGEP no desenvolvimento de ações voltadas à Política de Atenção à Saúde do servidor público federal no âmbito do MTur, com medidas para promoção de saúde e qualidade de vida dos servidores.

Gráficos analisados:

- Gráfico 1a x 1b – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ano 2013x ano 2012);
- Gráfico 2a x 2b – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID (ano 2013 x ano 2012);
- Gráfico 3a x 3b - Quantidade de Servidores por Grupo de CID (ano 2013 x ano 2012).

Gráfico 1a – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ano2013)

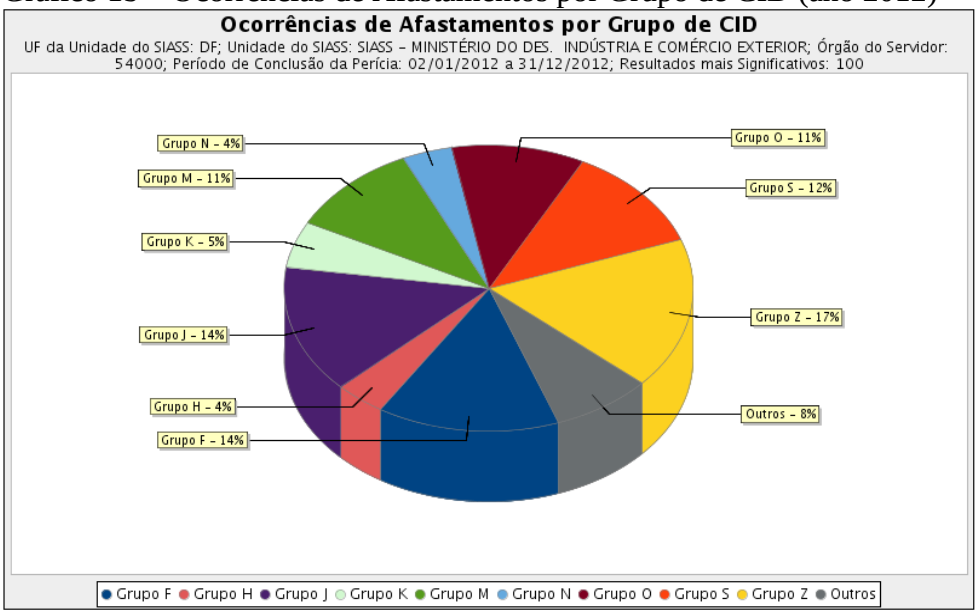


GRUPOF	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
H	Doenças do olho e anexos, e ouvidos
I	Doenças do aparelho circulatório
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar.

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

A partir da análise do Gráfico 1a – *Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID* verificou-se que em 2013 as principais causas de afastamento por licença médica referem-se aos seguintes grupos de doenças: (28%) grupo O – gravidez, parto e puerpério, (20%) acompanhamento de pessoa da família doente e (20%) grupo F - transtornos mentais e comportamentais.

Gráfico 1b – Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID (ano 2012)

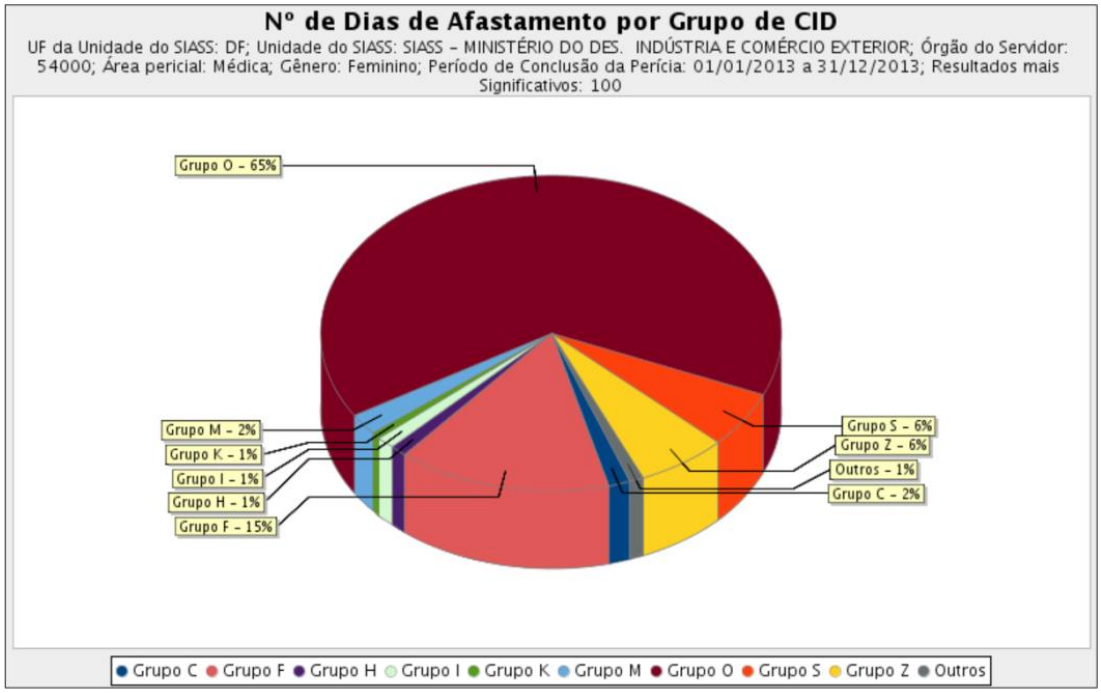


GRUPOF	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
H	Doenças do olho e anexos, e ouvidos
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças do aparelho geniturinário
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar.

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

A partir da análise do Gráfico 1b – *Ocorrências de Afastamentos por Grupo de CID* verificou-se que em 2012 as principais causas de afastamento por licença médica referem-se aos seguintes grupos de doenças: (17%) grupo Z - convalesça após cirurgia e acompanhamento de pessoa da família doente, (14%) grupo J – doenças do aparelho respiratório, (14%) grupo F - transtornos mentais e comportamentais, (12%) grupo S – traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas, (11%) grupo O – gravidez, parto e puerpério e (11%) grupo M - doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.

Gráfico 2a – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID (ano 2013)

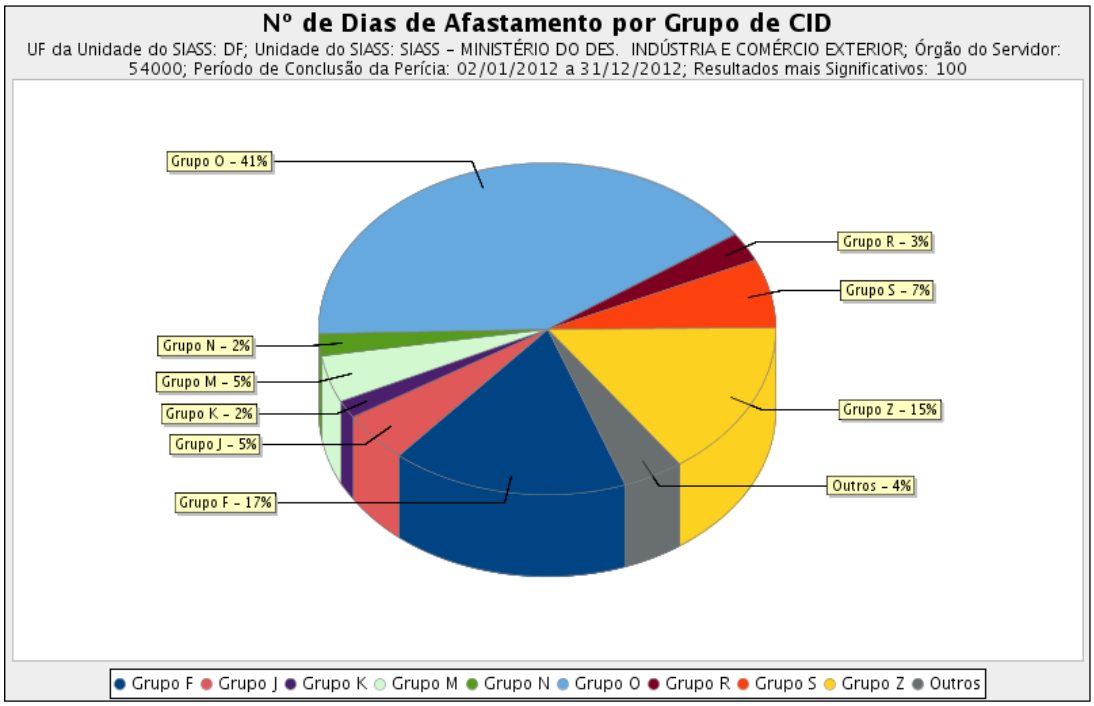


GRUPOF	DOENÇAS
C	Neoplasias
F	Transtornos mentais e comportamentais
H	Doenças do olho e anexos, e ouvidos
I	Doenças do aparelho circulatório
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar.

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Na análise do Gráfico 2a – *Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID* referente ao ano de 2013, os dois maiores períodos de afastamentos de servidores em licença médica tem como causa os seguintes grupos de doenças: (65%) grupo O - gravidez, parto e pós-parto, (15%) grupo F – transtornos Mentais e comportamentais.

Gráfico 2b – Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID (ano 2012)

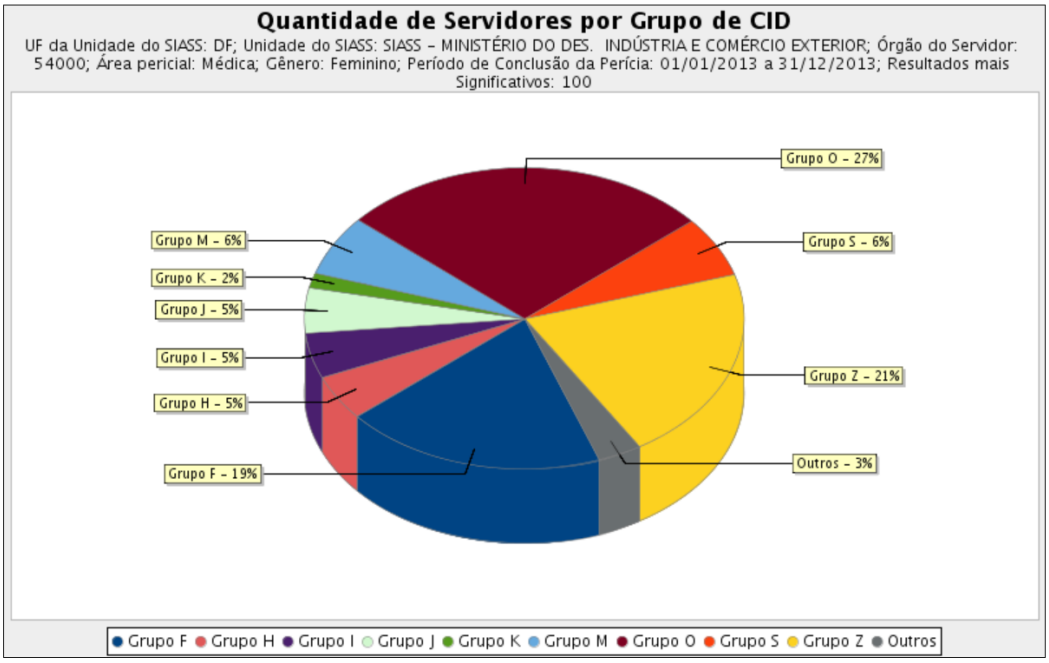


GRUPO	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças do aparelho geniturinário
O	Gravidez, parto e puerpério
R	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar)

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Na análise do Gráfico 2b – *Número de Dias de Afastamento por Grupo de CID* referente ao ano de 2012, os três maiores períodos de afastamentos de servidores em licença médica tem como causa os seguintes grupos de doenças: (41%) grupo O - gravidez, parto e pós-parto, (17%) grupo F – transtornos Mentais e comportamentais e (15%) grupo Z - convalesça após cirurgia e acompanhamento de pessoa da família doente.

Gráfico 3a – Quantidade de Servidores por Grupo de CID (ano 2013)

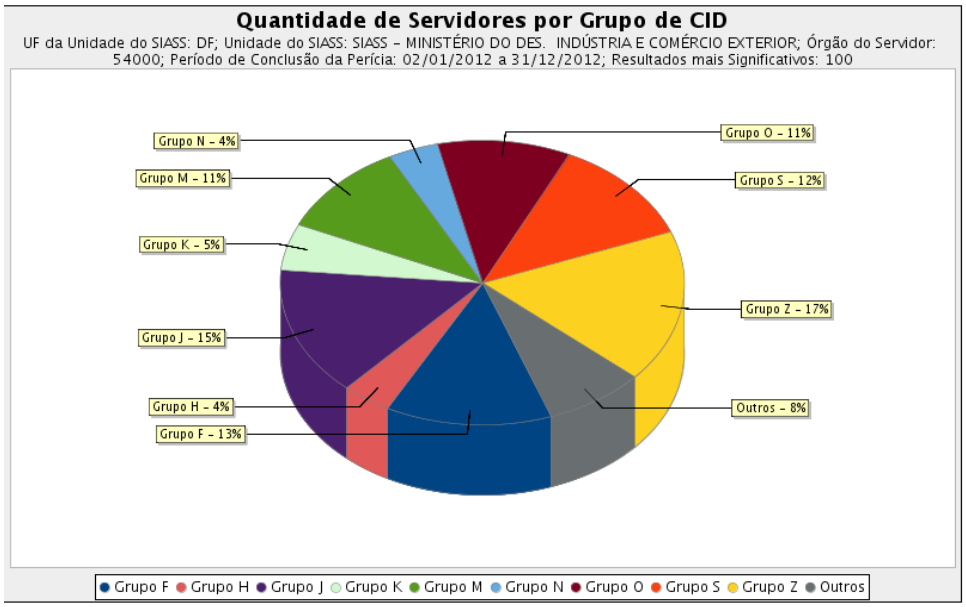


GRUPOF	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
H	Doenças do olho e anexos, e ouvidos
I	Doenças do aparelho circulatório
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas.
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar.

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Após a análise dos dados do ano de 2013 do Gráfico 3a – *Quantidade de Servidores por Grupo de CID* foi possível identificar que o maior número de servidores do MTur afastados em licença médica foi motivado inicialmente pelo grupo O (27%) –gravidez, parto e puerpério, seguido pelo grupo Z (21%) - convalesça após cirurgia e acompanhamento de pessoa da família doente e pelo grupo F (19%) – transtornos mentais e comportamentais.

Gráfico 3b – Quantidade de Servidores por Grupo de CID (ano 2012)



GRUPO	DOENÇAS
F	Transtornos mentais e comportamentais
H	Doenças de olhos e anexos, e ouvidos
J	Doenças do aparelho respiratório
K	Doenças do aparelho digestivo
M	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
N	Doenças do aparelho geniturinário
O	Gravidez, parto e puerpério
S	Traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas
Z	Convalescença após cirurgia, outros problemas relacionados com o grupo primário de apoio (situação familiar)

Fontes: Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS e CID-10

Após a análise dos dados do ano de 2012 do Gráfico 3 – *Quantidade de Servidores por Grupo de CID* foi possível identificar que o maior número de servidores do MTur afastados em licença médica foi motivado pelo grupo Z (17%) - convalesça após cirurgia e acompanhamento de pessoa da família doente, grupo J (15%)– doenças do aparelho respiratório, grupo F (13%) – transtornos mentais e comportamentais, grupo S (12%) - traumatismos, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas, grupo M (11%) – doenças do sistema osteomuscular e tecido conjuntivo e grupo O (11%) – gravidez, parto e puerpério.

5.1.8.1.2 Considerações

Considerando os resultados obtidos nos três gráficos citados anteriormente, foram identificadas as patologias que não dependiam de fatores externos ou eram causadas por acidentes fortuitos, para realizar o planejamento das ações de promoção de saúde e qualidade de vida para 2013, que estão citados no item 2.3.3.2.6 "*Programa de Qualidade de Vida no Trabalho em 2013*" do Relatório de Gestão da COGEP 2013.

As ações de promoção de saúde e qualidade de vida desenvolvidas pela COGEP em 2012 demonstraram a sua efetividade na medida em que houve diminuição em 2013 do percentual de incidência de doenças do aparelho respiratório em 10% e de doenças do aparelho osteomuscular em 5%.

Embora tenha sido verificado um aumento no percentual de transtornos mentais e comportamentais (6%) no comparativo entre 2012 e 2013, após análise dos CIDs individuais relativos a esses afastamentos, identificou-se uma incidência maior de transtornos de adaptação. Então medidas individuais foram adotados por esta COGEP no sentido de realocar os servidores identificados em outras unidades para readaptação funcional.

Como conclusão é possível indicar os seguintes exemplos de inter-relacionamento do indicador de doenças ocupacionais com as ações de promoção de saúde e qualidade de vida:

a) Aulas de Cinesioterapia Laboral ministradas aos servidores no local de trabalho como medida para prevenir doenças do sistema osteomuscular;
b) Campanha de Vacinação Antigripal realizada em 2012 e utilizada como medida de prevenção para aparecimento de doenças do aparelho respiratório. Não foi possível realizar esta campanha no ano de 2013, em função da falta de vacinas em todos os laboratórios fabricantes que possuem autorização da ANVISA, devido a alguns surtos mundiais da gripe H1N1.
c) Eventos culturais e campanhas de saúde realizados durante o ano, oferecidos como medidas preventivas de problemas de saúde em geral e mental, com o objetivo de promover também uma maior integração dos servidores e melhorar o clima organizacional.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão – (Não se Aplica)

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados – (Não se Aplica)

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante							
Nome: Ministério do Turismo							
UG/Gestão: 540004					**CNPJ:** 05.457.283/0002-08		
Informações sobre os Contratos							
Ano do	**Área**					**Nível de Escolaridade Exigido dos**	**Sit.**

Contrato		Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Trabalhadores Contratados						
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	027/2009	02.005.031/0001-60	01/10/2009	30/09/2014	-	-	26	25	-	-	P
2011	L	O	009/2011	05.058.935/0001-42	16/05/2011	15/05/2014	18	18	01	01	-	-	P

Fonte: CRL/CGRL/SPOA

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Ministério do Turismo													
UG/Gestão: 540004					**CNPJ:** 05.457.283/0002-08								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	006/2012	10.660.342/0001-91	22/05/2012	21/05/2014	-	-	24	17	-	-	P
2009	4	O	021/2009	01.708.458/0001-62	28/07/2010	27/07/2014	37	28	2	2	-	-	P
	5						-	-	23	22	-	-	
2012	12	O	007/2012	06.091.637/0001-17	12/06/2012	11/06/2014	8	5	-	-	-	-	P
2012	12	O	012/2010	06.090.065/0001-51	13/07/2010	12/07/2014	-	-	40	40	15	15	P
2009	12	O	021/2009	01.708.458/0001-62	28/07/2010	27/07/2014	11	11	-	-	-	-	P

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Não houve problemas identificados na condução dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra aqui apontados, inclusive as contratações de vigilância e limpeza e higiene.

Fonte: CRL/CGRL/SPOA

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Não houve problemas identificados na condução dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra aqui apontados, inclusive as contratações de vigilância e limpeza e higiene.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R$ 1,00)
1. Nível superior	**30**	**31**	**42**	**41**	**262.938,69**

1.1 Área Fim	14	15	16	16	116.761,42
1.2 Área Meio	16	16	26	25	146.177,27
2. Nível Médio	**14**	**22**	**20**	**21**	**95.415,16**
2.1 Área Fim	19	15	13	13	63.156,26
2.2 Área Meio	05	07	07	08	32.258,90
3. Total (1+2)	**44**	**53**	**62**	**62**	**358.353,85**

Fonte: SIAPE

6 PARTE A, ITEM 6

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Utilizamos o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que versa sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a Instrução Normativa SLTI nº 3, de 15 de maio de 2008, que versa sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, bem como a instrução normativa MTur nº 01/2013, que estabelece critérios para utilização dos veículos automotores na execução de serviços de transporte oficial e terceirizado no interesse do Ministério do Turismo.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A importância se deve à estrutura do MTur, uma vez que os serviços de transporte são permitidos em lei para atendimento das autoridades e nas atribuições intrínsecos ao trabalho. O impacto se dá na melhor gestão do trabalho nas áreas afins a partir da disponibilização do transporte.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Tipo	Carro	Marca	Placa	
Veículos de representação	Ômega CD	General Motors	JFP6545	
	Fusion V6	Ford	JJL1450	
			Subtotal	*02*
Veículos de transporte institucional	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4887	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4987	
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4897	
	Vectra	General Motors	JFO2829	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1440	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1460	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1470	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1480	
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1490	
			Subtotal	*09*
Veículos de serviços comuns	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1629	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1639	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1649	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6488	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6498	
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6508	
	Master bus 16 DCI	Renault	JJQ1183	
	Sprinter 313 CDI	Mercedes Benz	JJU3231	

Subtotal	*08*
Total de veículos da UJ	**19**

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

d) Média anual de quilômetros rodados por grupo de veículos

Tipo	Quilometragem Somatória
Veículos de representação	11.067
Veículos de transporte institucional	158.666
Veículos de serviços comuns	143.129
Total de quilometragem	**312.862**
Média de quilometragem	**16.466**

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

Tipo	Carro	Marca	Placa	Anos
Veículos de representação	Ômega CD	General Motors	JFP6545	11
	Fusion V6	Ford	JJL1450	03
			Subtotal mediano	*02*
Veículos de transporte institucional	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4887	07
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4987	07
	Astra Sedan Advantage	General Motors	JJE4897	07
	Vectra	General Motors	JFO2829	17
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1440	03
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1460	02
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1470	02
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1480	02
	Focus 2L FC Flex	Ford	JJL1490	02
			Subtotal mediano	*3,55*
Veículos de serviços comuns	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1629	02
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1639	02
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJL1649	02
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6488	02
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6498	02
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	Ford	JJU6508	02
	Master bus 16 DCI	Renault	JJQ1183	07
	Sprinter 313 CDI	Mercedes Benz	JJU3231	05
			Subtotal mediano	*03*
			Idade média da frota	**2,94**

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

f) Custos associados à manutenção da frota

Tipo	Carro	Placa	Combustível R$	Manutenção		Licenciamento	Seguro Obrigatório	Placa de Bronze *	Total por veículo
				Peças	Serviço				
Veículos de representação	Ômega CD	JFP6545	-	-	-	51,41	105,25		156,66
	Fusion V6	JJL1450	5.722,44	273,78	86,66	51,41	105,25	109,80	6.349,34
Subtotal			*5.722,44*	*273,78*	*86,66*	*102,82*	*210,50*	*109,80*	*6.506,00*
Veículos de transporte	Astra Sedan Advantage	JJE4887	7.016,55	2.918,77	892,90	51,41	105,25		10.984,88
	Astra Sedan Advantage	JJE4987	5.295,50	2.869,09	894,94	51,41	105,25		9.216,19

institucional	Astra Sedan Advantage	JJE4897	6.922,49	9.189,96	2.198,32	51,41	105,25		18.467,43
	Vectra	JFO2829	1.722,52	2.954,46	105,00	51,41	105,25		4.938,94
	Focus 2L FC Flex	JJL1440	3.971,28	-	147,00	51,41	105,25		4.274,94
	Focus 2L FC Flex	JJL1460	7.995,68	70,36	156,52	51,41	105,25		8.379,22
	Focus 2L FC Flex	JJL1470	11.109,72	779,61	439,46	51,41	105,25		12.485,45
	Focus 2L FC Flex	JJL1480	7.839,23	1.135,68	269,02	51,41	105,25		9.400,59
	Focus 2L FC Flex	JJL1490	10.698,80	-	-	51,41	105,25		10.855,46
Subtotal			*62.571,77*	*19.917,93*	*5.103,16*	*462,69*	*947,25*		*89.002,80*
Veículos de serviços comuns	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJL1629	7.016,55	152,06	204,68	51,41	105,25		7.529,95
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJL1639	3.414,44	468,55	84,28	51,41	105,25		4.123,93
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJL1649	6.345,73	152,06	192,64	51,41	105,25		6.847,09
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJU6488	5.884,17	161,50	192,64	51,41	105,25		6.394,97
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJU6498	9.223,61	161,50	192,64	51,41	105,25		9.734,41
	Fiesta Sedan 1.6 Flex	JJU6508	4.820,59	329,62	232,74	51,41	105,25		5.539,61
	Master bus 16 DCI	JJQ1183	5.721,53	6.774,64	1.382,60	51,41	246,48		14.176,66
	Sprinter 313 CDI	JJU3231	2.317,43	-	-	51,41	109,96		2.478,80
Subtotal			*44.744,05*	*8.199,93*	*2.482,22*	*411,28*	*987,94*		*56.825,42*
Totais			**113.038,26**	**28.391,65**	**7.525,04**	**976,79**	**2.145,69**	**109,80**	**152.187,23**

Fonte: Transporte/CSG/CGRL/SPOA

* O único veículo que possui Placa de Bronze é o Fusion V6 (placa JJL1450).

Motorista	Salário bruto mensal	Valor pago pelo MTur	Quantidade contratada	Total mensal	Total anual
Motorista Executivo	1.680,00	3.962,43	10	39.624,30	475,491,60
Motorista de Carro Leve	1.456,00	3.691,83	6	22.150,98	265.811,80
Custo total de motoristas anual					**741.303,40**

Fonte: Setor de Compras/CRL-Transporte/CSG/CGRL/SPOA

g) Plano de substituição da frota

Não há planos de substituição, uma vez que a frota foi renovada em 2012.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A principal razão da escolha foi para redução de custos.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Dispomos da Plataforma de Gestão do Turismo - o PGTur. Esse mesmo sistema controlam as solicitações, quilometragem, combustível e manutenção.

6.1.2 FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES A SERVIÇO DA UJ, MAS CONTRATADA DE TERCEIROS

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte

Não existe mais contrato de terceirização de veículos para o MTur. Mantemos apenas o transporte fora do Distrito Federal, motivado pela inviabilidade logística de carros próprios para este fim.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

Região	Empresa	CNPJ
Norte	CM FERREIRA RAMOS - EPP	06.050.372/0001-09
Centro-Oeste	VIP SERVICE CLUB LOCADORA E SERVIÇOS LTDA	02.605.452/0001-22
Nordeste	TATIANNY LOCKS VITORETI - ME	10.858.502/0001-01
Sudeste		
Sul		

Fonte: CRL/CGRL/SPOA

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até dez/12

Para a contratação de locadoras de veículos foi realizada licitação cuja modalidade é o Pregão Eletrônico, no caso o de número 08/2012.

Região	Número do Contrato	Início daVigência	Término da Vigência	Valor contratado R$	Valor pago até dez/2013 R$
Norte	013/2012	03-set-2012	02-set-2014	54.517,80	2.700,00
Centro-Oeste	015/2012	03-set-2012	02-set-2014	51.900,00	8.740,00
Nordeste	014/2012	03-set-2012	02-set-2014	483.909,50	245.246,39
Sudeste					
Sul					

Fonte: CRL/CGRL/SPOA

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Utilizamos o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que versa sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a Instrução Normativa SLTI nº 3, de 15 de maio de 2008, que versa sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e

alienação de veículos oficiais e dá outras providências, bem como a instrução normativa MTur nº 01/2013, que estabelece critérios para utilização dos veículos automotores na execução de serviços de transporte oficial e terceirizado no interesse do Ministério do Turismo.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A importância se deve à estrutura do MTur, uma vez que os serviços de transporte são permitidos em lei para atendimento das autoridades e nas atribuições intrínsecos ao trabalho. O impacto se dá na melhor gestão do trabalho nas áreas afins a partir da disponibilização do transporte.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos

Serviço contratado por demanda, não havendo como precisar a quantidade de veículos que cada empresa possui.

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.6.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	**Distrito Federal**	**01**	**01**
	Brasília	01	01
	OBS: Faz-se uso de 02 andares (2º e 3º), localizados no EMI, Bloco U.		
Subtotal Brasil		**01**	**01**
EXTERIOR		**NÃO SE APLICA**	
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		**01**	**01**

Fonte: CSG/CGRL/SPOA

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional

QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
54004	970116936.500-1	21	5	777.892,24	13/12/2013	53.852.534,08	NÃO SE APLICA	
Total								

Fonte: SPIUnet/Ministério de Minas e Energia

6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ

QUADRO A.6.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados	Não se aplica.						
Vazios							
Total							

Fonte: CSG/CGRL/SPOA

Análise Crítica

Os andares ocupados pelo Ministério do Turismo na Esplanada dos Ministérios estão sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME, e o espaço do Shopping ID, por ser locado, está sob a responsabilidade de seu proprietário, assim como o Depósito da SOF.

OBS: No Relatório de Gestão de 2013, exercício de 2012, foram informados equivocadamente os andares 9º, 10º e 11º, sendo os contratos e andares correspondentes desta forma: contrato 13/2008 (10º e 12º andares) e contrato 34/2008 (11º andar).

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO A.6.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Distrito Federal	01	01
	Brasília	01	01
	OBS: Faz-se uso de 03 andares (10º, 11º e 12º), localizados no Shopping ID, SCN.		
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR		NÃO SE APLICA	
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: CSG/CGRL/SPOA

7 PARTE A, ITEM 7

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

		Quesitos a serem avaliados
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
X		Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X		Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
		aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
		aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X		Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X		Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X		Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:		
		Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
		Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
		Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X		Os indicadores e metas de TI são monitorados.
		Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
		Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:		
X		Auditoria de governança de TI.
		Auditoria de sistemas de informação.
		Auditoria de segurança da informação.
		Auditoria de contratos de TI.
		Auditoria de dados.
		Outra(s). Qual(is)? _____
		Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:		
		A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X		A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X		A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
		A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X		O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X		O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
		O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
		O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
		O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
		O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.

	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2014, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2014 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Sugerimos que o Quadro acima seja o mais aderente possível à metodologia já adotada pelo Tribunal de Contas da União – TCU no Levantamento do Perfil de Governança de TI, pois, ainda que em versão sintética, seria possível acompanhar o Índice de Governança de TI – iGovTI do Ministério do Turismo. Esclarecemos que neste sentido no levantamento de 2010, o Ministério do Turismo foi classificado como INICIAL numa escala que varia: 0 a 0,39 – inicial; 0,4 a 0,59 – intermediária; 0,6 a 1,0 – aprimorado; já no levantamento seguinte (2012) foi classificado como INTERMEDIÁRIO. Este progresso se deve a uma série de fatores conjugados, no entanto, destacamos que muitas das ações que viabilizaram o amadurecimento da governança e gestão de TI deste órgão se devem a análise do referido Levantamento alinhado com as estratégias e prioridades deste órgão, assim, TI poderia ser melhor monitorada, medida e avaliada. Demonstraríamos que, se ainda não chegamos lá, estamos avançando no caminho.	

7.1.1 Análise Crítica

Em 2013, o Ministério do Turismo manteve a estratégia de elevar o grau de maturidade dos 10 processos prioritários de TI visando a melhoria na entrega de produtos e serviços de TI com a mitigação de riscos e agregação de valor. Obteve, em avaliação realizada por

consultores do SISP/MP, no tocante às práticas de gestão, nota equivalente ao Nível 2 em escala que varia de 0 a 5 do framework de governança e gestão de TI Cobit 4.1, modelo mundialmente reconhecido e recomendado.

Assim, considerando que a meta é alcançar a média Nível 3 (Processos de TI definidos, documentados e comunicados) nos 10 processos prioritários até 2015, esta Coordenação de TI entende que o aperfeiçoamento dos processos, associado aos investimentos e qualificação da equipe, têm apoiado a instituição no alcance de seus objetivos estratégicos institucionais, especialmente o de *"Prover soluções integradas de tecnologia e comunicação, seguras e de alto desempenho".*

8 PARTE A, ITEM 8

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					**X** Principalmente, Licitações de informática e material de consumo.
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					**X**
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					**X**
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único *in fine*), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	**X**				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					**X** Houve redução, porém as aquisições foram feitas pelo MME, gestor do condomínio do Edifício Sede.
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	**X**				

Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.	X				
Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	X				
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	**Ano de Adesão**	**Resultados**
PES	2012	Economia em Energia Elétrica de 5,86%. Economia em Serviços de Processamento de Dados de 41,63%.

Recurso Consumido	Quantidade	Valor				
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2.043.337	1.671.453	1.802.886	684.298,85	370.526,43	566.770,02
Água	-	-	-	1.606,34	1.096,26	-
Energia Elétrica	-	-	-	197.286,70	207.870,91	-
			Total	**881.585,55**	**579.493,60**	**566.770,02**

Fonte: CRL/CGRL/SPOA

OBS: Os itens (papel, água e energia elétrica) solicitados no quadro acima tem a seguinte composição:

Localização	**Edifício Sede**	**Shopping ID**	**SOF Sul**

Água	Não se aplica, tendo em vista a participação no condomínio, que é gerido pelo Ministério de Minas e Energia.	Não se aplica, tendo em vista a participação no condomínio.	Valores apontados no quadro acima.
Energia elétrica		Quantitativos e valores apontados no quadro acima.	
Papel	Valores apontados no quadro acima.		

9 PARTE A, ITEM 9

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1.1- CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	018.461/2013-1	5167/2013-TCU-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 1548/2013-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.1 determinar ao Ministério do Turismo que informe ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, a respeito das providências adotadas com vistas à ultimar a análise do Convênio n° 563955, instaurando, se for o caso, a devida tomada de contas especial;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
A prestação de contas foi reprovada na área técnica, e não analisada na área financeira, somente quantificando o valor à ser ressarcido, o convenente, os gestores e o interveniente foram notificados. Um dos gestores foi notificado via Edital tendo em vista a devolução da notificação através dos correios.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Processo encaminhado para instauração da Tomada de Contas Especial.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ao fazer as diligências ocorrem devoluções pelo correio, seja por mudança de endereço seja por inexistência do destinatário, o que ocasiona dificuldade de cumprimentos dos prazos legais.					

QUADRO A.9.1.1.2 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria- Executiva	72567
Deliberações do TCU	
Deliberações Expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	022.619/2012-7	5051/2013-TCU-1ª Câmara	1.7 e 1.7.1	DE	Ofício n° 1232/2013-TCU/SECEX-PB

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Ministério do Turismo	**72084**

Descrição da Deliberação

1.7. Determinar ao Ministério do Turismo, remetendo cópia integral deste processo referente aos Convênios n°s 134/2006 (SIAFI 564292), 402/2008 (SIAFI 631524) e 348/2009 (SIAFI 703565) firmados com o município de Piancó/PB para realização da festa do padroeiro Santo Antônio, para que: 1.7.1. Considere e atente às irregularidades relatadas no Acórdão 1.828/2013-TCU-1ª Câmara e respectivos relatório e voto, que informaram acerca da operação Pão e Circo, deflagrada pela Polícia Federal e Ministério Público do Estado da Paraíba, com o apoio da Controladoria Geral da União;

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV	79197

Síntese da Providência Adotada

O Ministério do Turismo realizou a análise das prestações de contas dos convênios 703565, 564292 e 631524, sendo as mesmas reprovadas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Os convênios estão registrados no cadastro de inadimplentes do SIAFI sendo que os convênios 703565 e 631524 tiveram a inadimplência suspensa.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.

QUADRO A.9.1.1.3 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria- Executiva	72567

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	022.619/2012-7	5051/2013-TCU-1ª Câmara	1.7.2	DE	Ofício n° 1232/2013-TCU/SECEX-PB

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Ministério do Turismo	**72084**

Descrição da Deliberação

1.7.2 instaure processo de tomada de contas especial, quando no exame ou reexame da prestação de contas forem contatadas irregularidades descritas no Acórdão 3826/2013-TCU-1ª Câmara, especialmente a seguinte, sujeita a glosa: contratação de bandas de música, por meio de inexigibilidade de licitação, sob o fundamento de exclusividade de representação, com base na apresentação de cartas e de declarações que supostamente atestariam a dita exclusividade, mas na verdade não se prestam para tanto, o que só pode ser feito, por meio de contrato firmado entre artistas e empresários, devendo ainda constar registro em cartório, além de regular publicação, conforme as disposições contidas no termo de convênio, no item 9.5 do Acórdão 96/2008- TCU Plenário e nos arts 25, inciso III todos da Lei 8666/93;

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV	79197

Síntese da Providência Adotada

As análise realizadas estão orientadas segundo o Acórdão TCU 96/2008 – Plenário, em especial ao item: "9.5.1.1. Deve ser apresentada cópia do contrato de exclusividade dos artistas com o empresário contratado, registrado em cartório. Deve ser ressaltado que o contrato de exclusividade difere da autorização que confere exclusividade apenas para os dias correspondentes à apresentação dos artistas e que é restrita à localidade do evento".

Síntese dos Resultados Obtidos
Com a observância dos referidos Acórdãos o volume de convênios reprovados cresceu e por consequência o quantitativo de tomada de contas especial (TCE)
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.

QUADRO A.9.1.1.4- CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
04	022.619/2012-7	5051/2013-TCU-1ª Câmara	1.7.3	DE	Ofício n° 1232/2013-TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.3. Comunique a este Tribunal as providências adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
A CGCV atendeu as demandas por do Ofício n° 1462/2013/AECI/MTur por meio do Memorando n° 1529/2013/CGCV/SPOA/SE/MTur					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os convênios foram analisados e tiveram as suas prestações de contas reprovadas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.1.5 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
05	016.123/2012-3	6142/2013-TCU-1ª Câmara	9.2	DE	Ofício n° 1676/2013-TCU/SECEX-AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
9.2. Determinar ao Ministério do Turismo que, no prazo de 90 dias contados a partir da ciência, conclua a análise da prestação de contas do convênio MTur/Manauscult/Manaus 731422/2009 (Siconv 731422/2009);					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV	79197
Síntese da Providência Adotada	
O convênio foi analisado e teve sua prestação de contas reprovada	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Como o convenente não respondeu às notificações deste MTur o mesmo foi registrado no cadastro de inadimplentes do SIAFI.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.	

QUADRO A.9.1.1.6 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
06	034.035/2011-7	3906/2012-TCU-2ª Câmara	1.6.1	DE	Ofício n° 0057/2013-TCU/SECEX-GO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
Reiterar ao Ministério do Turismo a determinação que lhe foi exarada por meio do subitem 1.6.1 do Acórdão 6217/2011-TCU-2ª Câmara, e fazer, ainda, as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria Executiva					72567
Síntese da Providência Adotada					
À prestação de contas do Convênio 1923/2009 (SICONV 731422), celebrado com a Fundação Municipal de Cultura e Turismo - MANUSCULT-AM, foi reprovada pela área financeira, conforme Nota Técnica n° 0648/2013/CGCV. O gestor e o convenente foram notificados por meio dos Ofícios nº 4944 e 4945/2013/CGCV, desse modo o prazo para inscrição ultrapassou o exercício de 2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Inscrito na inadimplência e encaminhado a TCE.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ao fazer as diligências ocorrem devoluções pelo correio, seja por mudança de endereço seja por inexistência do destinatário, o que ocasiona dificuldade de cumprimentos dos prazos legais.					

QUADRO A.9.1.1.7 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
07	020.333/2006-4	2077/2012-TCU-2ª Câmara	9.10	DE	Ofício n° 0201/2013-TCU/SecexDesen e Aviso n° 66-Seses-TCU-2ª Câmara

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Ministério do Turismo	**72084**
Descrição da Deliberação	
9.10 determinar, ao Ministério do Turismo, que informe, no prazo de 30 dias, o andamentos possíveis resultados da Tomada de Contas Especial instaurada em relação ao convênio SIAFI 499736;	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Comissão de Tomada de Contas Especial	72567
Síntese da Providência Adotada	
Ofício n° 0410/2013/AECI/MTur	
Síntese dos Resultados Obtidos	
As informações quanto ao andamento do processo de tomada de contas especial, referente ao Convênio SIAFI 499736 foram fornecidas por meio do Ofício nº 0410/2013/AECI/MTur, o qual respondeu a outra demanda (Aviso n.º 66-Seses-TCU-2ª Câmara), mas que trata do mesmo Acórdão (Acórdão nº 2077/2013 – TCU – 2ª Câmara). O processo de tomada de contas especial foi instaurado sob o nº 72000.005911/2008-08, em 25/03/2008, bem como concluído e encaminhado ao TCU por meio do Ofício nº 172/2012/AECI/MTur, de 5 de abril de 2012.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A dificuldade nos procedimentos de elaboração do relatório tiveram como causas o baixo quantitativo de servidores na Comissão de TCE e a espera pela análise de documentação complementar encaminhada pela Convenente em 25/06/2008. Em que pese tais dificuldades, o relatório foi concluído em 12/01/2010 e encaminhado à CGU em 21/01/2010, por meio do Ofício nº 02/2010/DGE/SE/MTur. Posteriormente, foi encaminhado ao TCU, em 05/04/2012, conforme o Oficio nº 172/2012/AECI/MTur.	

QUADRO A.9.1.1.8 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
08	020.924/2012-7	5370/2013-TCU-1ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 1327/2013-TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.1 atende para as irregularidades já levantadas por este Ministério, bem como aquelas relatadas no Acórdão 1828/2013-1ª Câmara e respectivos relatório e voto, que trouxeram informações acerca da operação "Pão e Circo", deflagrada pela Polícia Federal e Ministério Público do Estado da Paraíba, com o apoio da controladoria Geral da União, instaurando processo de tomada de contas especial, quando, no exame da prestação de contas, forem constatadas as mesmas irregularidades ali referidas, especialmente a seguinte irregularidades sujeira a glosa: contratação de bandas de música, por meio de inexigibilidade de licitação, sob o fundamento da exclusividade da representação, com base na apresentação de "cartas" e "declarações" que supostamente atestariam a dita exclusividade, mas que em verdade, não se prestam para tal finalidade, o que só pode ser feito por meio do contrato firmado entre artistas e empresários, devendo ainda constar registro em cartório, além de sua regular publicação, conforme as diposições contidas no termo de convênio, no item 9.5 do Acórdão 96/2008- Plenário e nos arts. 25, inciso III e 26, todos da Lei 8.666/93;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
A prestação de contas do convênio nº 735689 foi aprovada em parte pela área técnica, conforme Nota Técnica nº 0046/2012/CGMC e reprovada pela área financeira, conforme Nota Técnica de Reanálise nº 637/2013/CGCV, em decorrência disso, o gestor e o convenente foram notificados por meio dos Ofícios nº 4436 e 4437/2013/CGCV/SPOA/SE/MTur.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Convenio foi encaminhado para Instauração de TCE.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Ao fazer as diligências ocorrem devoluções pelo correio, seja por mudança de endereço seja por inexistência do destinatário, o que ocasiona dificuldade de cumprimentos dos prazos legais.

QUADRO A.9.1.1.9 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
09	020.924/2012-7	5370/2013-TCU-1ª Câmara	1.7.2	DE	Ofício n° 1327/2013-TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.2. comunique a este Tribunal as providências adotadas, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência da deliberação;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
A prestação de contas do convênio nº 735689 foi aprovada em parte pela área técnica, conforme Nota Técnica nº 0046/2012/CGMC e reprovada pela área financeira, conforme Nota Técnica de Reanálise nº 637/2013/CGCV, em decorrência disso, o gestor e o convenente foram notificados por meio dos Ofícios nº 4436 e 4437/2013/CGCV/SPOA/SE/MTu.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Convenio foi encaminhado para Instauração de TCE.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ao fazer as diligências ocorrem devoluções pelo correio, seja por mudança de endereço seja por inexistência do destinatário, o que ocasiona dificuldade de cumprimentos dos prazos legais.					

QUADRO A.9.1.1.10 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
10	009.209/2013-1	4402/2012-TCU-1ª Câmara	1.8.1.1	DE	Ofício n° 0886/2013-TCU/SECEX-GO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.8.1.1. conclua, no prazo de 60 (sessenta) dias, caso ainda não realizada, a análise das prestações dos convênios firmados com o instituto Premium Avança Brasil (CNPJ 07.435.422/0001-39), relacionados no quadro abaixo, apurando integralmente as irregularidades elencadas pela Controladoria-Geral da União, em especial, nas técnicas n° 3096/DRTES/DR/SFC/CGU-PR e no n° 1031/DRTES/DR/SFC/CGU-PR, de 17/12/10 e 14/4/11, respectivamente, devendo, inclusive, instaurar					

processo de tomada de contas especial, se necessário, remetendo à Secretaria de Controle Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal as informações sobre as conclusões e providências adotadas, conforme tabela a seguir:

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV	79197
Síntese da Providência Adotada	
As análises dos convênios relacionados, com exceção dos 703694 e 704311 que estão em fase de reapreciação das prestações de contas e do convênio 732036, que não foi localizado nos registros do SICONV, foram realizadas concluindo-se pela reprovação.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Os convênios analisados e reprovados foram registrados no cadastro de inadimplentes do SIAFI e providências para instauração de TCE estão em curso.	

QUADRO A.9.1.1.11 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
11	006.167/2011-0	3826/2013-TCU-1ª Câmara	9.2.2	DE	Ofício n° 0997/2013-TCU/SECEX-PB e Aviso n° 72-Seses-TCU-1ª Câmara
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
9.2.2. instaure processo de tomada de contas especial, quando no exame da prestação de contas forem constatadas as mesmas irregularidades ali referidas, especialmente a seguinte irregularidades sujeira a glosa: contratação de bandas de música, por meio de inexigibilidade de licitação, sob o fundamento da exclusividade da representação, com base na apresentação de "cartas" e "declarações" que supostamente atestariam a dita exclusividade, mas que em verdade, não se prestam para tal finalidade, o que só pode ser feito por meio do contrato firmado entre artistas e empresários, devendo ainda constar registro em cartório, além de sua regular publicação, conforme as disposições contidas no termo de convênio, no item 9.5 do Acórdão 96/2008- Plenário e nos arts. 25, inciso III e 26, todos da Lei 8.666/93;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
Processo encaminhado para Tomada de Contas Especial.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Processo em prosseguimento de Tomada de Contas Especial.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial. Além disso, o setor recebeu nova atribuição que consiste na notificação dos gestores responsáveis pela execução dos ajustes como condição indispensável para instauração de tomada de contas especial.					

QUADRO A.9.1.1.12 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria- Executiva	72567
Deliberações do TCU	

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
12	006.167/2011-0	3826/2013-TCU-1ª Câmara	9.2.3	DE	Ofício n° 0997/2013-TCU/SECEX-PB e Aviso n° 72-Seses-TCU-1ª Câmara

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Ministério do Turismo	**72084**

Descrição da Deliberação
9.2.3. comunique ao Tribunal as providências adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da ciência;

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV	79197

Síntese da Providência Adotada
Processo em prosseguimento de Tomada de Contas Especial.

Síntese dos Resultados Obtidos
Providências atendidas,

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial. Além disso, o setor recebeu nova atribuição que consiste na notificação dos gestores responsáveis pela execução dos ajustes como condição indispensável para instauração de tomada de contas especial.

QUADRO A.9.1.1.13 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria- Executiva	72567

Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
13	013.154/2012-5	2541/2013-TCU-1ª Câmara	1.8.1	DE	Ofício n° 0849/2013-TCU/SECEX-CE

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	**Código SIORG**
Ministério do Turismo	**72084**

Descrição da Deliberação
1.8.1 adote providências com vistas à apuração integral das impropriedades elencadas na representação, relativas as prestações de contas dos Convênios 741694/2010 e 702453/2008 celebrados com a Prefeitura Municipal de Salitre/CE, devendo inclusive, se for o caso, instaurar processo de tomada de contas especial, se necessário, remetendo à Secretaria de Controle Interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal as informações sobre a conclusão e providências adotadas.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV	79197

Síntese da Providência Adotada
Em relação ao convênio nº 741694/2010, a prestação de contas foi aprovada em parte, no que diz respeito à realização do objeto, quanto a regularidade da aplicação financeira esta foi reprovada. Os gestores e convenente foram notificados e no início de 2014 o processo foi encaminhado para Tomada de Contas Especial. Em relação ao convênio nº 702453/2008, a prestação de contas foi reprovada em relação ao objeto e não analisada somente quantificada em relação a regularidade da aplicação financeira.

Síntese dos Resultados Obtidos
Processo encaminhado para Tomada de contas Especial em 27/09/2013.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial. Além disso, o setor recebeu nova atribuição que consiste na notificação dos gestores responsáveis pela execução dos ajustes como condição indispensável para instauração de tomada de contas especial.

QUADRO A.9.1.1.14 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
14	013.154/2012-5	2541/2013-TCU-1ª Câmara	1.8.2	DE	Ofício n° 0849/2013-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.8.2 conclua no prazo de sessenta dias, se ainda não o fez, a instauração da tomada de contas especial do convênio 628722/2008, celebrado com o Município de Salitre/CE, encaminhando-a ao Tribunal de Contas da União, em obediência ao caput do art 8º, da Lei 8443/92(LO/TCU);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
Convênio nº 741694/2010 foi instaurado TCE consubstanciada no processo de nº 72031.004589/2011-20, e o convênio nº 702453/2008 também teve TCE instaurada, processo nº 72031.0010473/2011-20.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Providências atendidas.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial. Além disso, o setor recebeu nova atribuição que consiste na notificação dos gestores responsáveis pela execução dos ajustes como condição indispensável para instauração de tomada de contas especial.					

QUADRO A.9.1.1.15 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
15	000.714/2012-7	2546/2013-TCU-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 0328/2013-TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					

1.7.1. Determinar a Secretaria de Controle Interno do Ministério do Turismo que instaure n o prazo de 30 (trinta) dias, se ainda não o fez, tomada de contas especial objetivando o ressarcimento ao erário dos recursos repassados por força do Convênio 1888/2009, firmado entre este Ministério e a Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte/ES;
Providências Adotadas
Setor Responsável pela Implementação | **Código SIORG**
Comissão de Tomada de Contas Especial | 79197
Síntese da Providência Adotada
Ofício n° 554/2013/AECI/MTur e Memorando n° 135/2013/CTCE/DGE/SE/MTur
Síntese dos Resultados Obtidos
As informações quanto ao andamento do processo de tomada de contas especial, referente ao Convênio 1888/2009 SICONV 728585, foram fornecidas por meio do Ofício nº 544/2013/AECI/MTur, o qual comunica o encaminhamento do processo de tomada de contas especial, de nº 72031.004148/2013-90, à Controladoria Geral da União – CGU, para emissão do Certificado de Auditoria, por meio do Ofício nº 067/2013/CTCE/DGE/SE/MTUR, de 01/07/2013.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
O processo de tomada de contas especial foi instaurado em 21/06/2013, e encaminhado à CGU por meio do Ofício nº 67/2013/CTCE/DGE/SE/MTur, de 1º de julho de 2013. A dificuldade quanto ao atendimento da demanda foi devida ao baixo quantitativo dos servidores, o que foi sanado no ano seguinte, por meio da Portaria SE nº 01/2014.

QUADRO A.9.1.1.16 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
16	002.961/2012-1	1812/2013-TCU-2ª Câmara	9.1	DE	Aviso n ° 60-Seses-TCU-2ª Câmara
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
9.1. determinar à Secretaria Executiva do Ministério do Turismo que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, conclua a análise das prestações de contas dos Convênios 700784 e 718940, considerando, inclusive, as irregularidades identificadas neste processo e instaurando, se for o caso, as devidas tomadas de contas especiais;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
Tanto o convênio 700784 quanto o 718940 foram reprovados, no que diz respeito à realização do objeto somente quantificado o valor a ser devolvido, em relação a regularidade da aplicação financeira.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
No entanto o convenente solicitou o parcelamento de débito em ambos os convênios o que vem sendo cumprido mensalmente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial. Além disso, o setor recebeu nova atribuição que consiste na notificação dos gestores responsáveis pela execução dos ajustes como condição indispensável para instauração de tomada de contas especial.					

QUADRO A.9.1.1.17 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
17	031.273/2011-4	751/2013-TCU-1ª Câmara		DE	Ofício n° 0295/2013-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
Reiterar as determinações constantes dos itens 1.7.1 a 1.7.2 Acórdão 989/2012-TCU-1ª Câmara, alertando o Ministério do Turismo que o descumprimento de decisão deste Tribunal, no prazo fixado, sem causa justificada, sujeita o responsável à multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
O convênio nº 959/2008 (SIAFI – 631577) foi reprovado, no que diz respeito à realização do objeto e somente quantificado o valor a ser devolvido, em relação a regularidade da aplicação financeira.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Processo encaminhado para Tomada de Contas Especial.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial. Além disso, o setor recebeu nova atribuição que consiste na notificação dos gestores responsáveis pela execução dos ajustes como condição indispensável para instauração de tomada de contas especial.					

QUADRO A.9.1.1.18 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
18	046.917/2012-8	1395/2013-TCU-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 0149/2013-TCU/SECE-TO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios					**79197**
Descrição da Deliberação					
1.7.1 à Coordenação-Geral de Convênios no Ministério do Turismo que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência de deliberação, adote as providências necessárias à apreciação da prestação de contas dos recursos transferidos por meio do Convênio n° 701348/2008, instaurando, se necessário, processo de tomada de contas especial, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal de Contas as conclusões e providências adotadas após o fim do prazo acima mencionado.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
O convênio nº 701348/2008 foi reprovado por falta de documentação complementar.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Processo encaminhado para instauração de Tomada de Contas Especial.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial. Além disso, o setor recebeu nova atribuição que consiste na notificação dos gestores responsáveis pela execução dos ajustes como condição indispensável para instauração de tomada de contas especial.

QUADRO A.9.1.1.19 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
19	004.485/2013-0	2153/2013-TCU-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 0520/2013-TCU/SECEX-PE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios					**79197**
Descrição da Deliberação					
1.7.1 à Coordenação-Geral de Convênios no Ministério do Turismo que, no prazo de 60 (sessenta dias) a contar da ciência de deliberação, conclua, se ainda não o fez, a análise da prestação de contas do Convênio nº 01411/2009 (Siafi 717795), apresentando a este Tribunal, ao término de referido prazo, as conclusões obtidas, inclusive quanto à eventual necessidade de instauração de Tomada de Contas Especial.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
Inscrição do Convenente na inadimplência em 05/10/2012 pelo motivo 220 – não apresentação de documentação complementar.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O Convenente apresentou a documentação complementar, a qual foi reanalisada e reprovada; atualizou-se o débito apurado, com a consequente notificação do Convenente. Em caso de ausência de resposta, o processo será encaminhado à Comissão de Tomada de Contas Especial.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.1.20 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
20	046.913/2012-2	1393/2013-TCU-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 0154/2013-TCU/SECEX-TO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios					**79197**

Descrição da Deliberação	
1.7.1 à Coordenação-Geral de Convênios no Ministério do Turismo que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência de deliberação, adote as providências necessárias à apreciação da prestação de contas dos recursos transferidos por meio do Convênio nº 708983, instaurando, se necessário, processo de tomada de contas especial, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal de Contas as conclusões e providências adotadas após o fim do prazo acima mencionado.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV	79197
Síntese da Providência Adotada	
A prestação de contas do Convênio nº1261/2009 - SICONV 708983 foi reprovada. Houve a notificação da Convenente.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O processo foi encaminhado para a instauração de Tomada de Contas Especial.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.	

QUADRO A.9.1.1.21 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
21	046.950/2012-5	1396/2013-TCU-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 0145/2013-TCU/SECEX-TO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**79197**
Descrição da Deliberação					
1.7.1 à Coordenação-Geral de Convênios no Ministério do Turismo que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência de deliberação, adote as providências necessárias à apreciação da prestação de contas dos recursos transferidos por meio do Convênio nº 703951, instaurando, se necessário, processo de tomada de contas especial, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal de Contas as conclusões e providências adotadas após o fim do prazo acima mencionado.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
A prestação de contas do Convênio nº 620/2009 – SICONV 703951 foi reprovada (Nota técnica de Reanálise nº1458/2011).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O município encontra-se inscrito no Cadastro de Inadimplentes do SIAFI, sendo o processo encaminhado para a instauração de Tomada de Contas Especial.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.1.22 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
22	046.950/2012-4	1397/2013-TCU-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 0143/2013-TCU/SECEX-TO
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.1 à Coordenação-Geral de Convênios no Ministério do Turismo que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência de deliberação, adote as providências necessárias à apreciação da prestação de contas dos recursos transferidos por meio do Convênio nº 672/2008, instaurando, se necessário, processo de tomada de contas especial, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal de Contas as conclusões e providências adotadas após o fim do prazo acima mencionado.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
Foi instaurada Tomada de Contas especial relativa ao Convênio nº672/2008 – SIAFI 632894.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O processo foi encaminhado para a Controladoria – Geral da União – PR.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.1.23 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
23	006.421/2010-5	46/2013-TCU-Plenário	9.3.1	DE	Ofício n° 0149 e 0439/2013-TCU/SECEX-PR
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
9.3.1.no prazo de 15 (quinze) dias, proceda à emissão e ao envio ao Convenente, se ainda não o fez, da guia de recolhimento alusiva aos valores financeiros remanescentes não restituídos no prazo legal de 30 (trinta) dias Contados do Termo final do Termo de Parceria n 4/2007, ante o disposto na Lei n 8666 de 1993.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
Procedeu-se à instauração da Tomada de Contas Especial referente ao Convênio nº 1386/2008 – SICONV 701348.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O processo foi requerido por esta Coordenação para atendimento à solicitação de cópia e será encaminhado à Comissão de Tomada de Contas Especial para prosseguimento.					

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.

QUADRO A.9.1.1.24 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
24	030.806/2011-9	2712/2012-TCU-Plenário	1.7.1	DE	Ofício n°1209/2013-TCU/SECEX-5
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.1. Determinar ao Ministério do Turismo (MTur) que adote providências no sentido de concluir a análise da prestação de contas do Convênio SIAFI 403301 (processo MET 58000.001548/2000-6) firmado entre o extinto Ministério do Esporte e Turismo (MET) e o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento Institucional aplicado (IDAP), atentando em especial à seguinte ocorrência observada: 1.7.1.1. ausência do processo relativo à prestação de contas parcial referente à quarta parcela do convênio, que provavelmente seria o processo MET conforme pesquisa realizada no SIAFI – NL 2002NS003028 da UG180002- Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/ MET (item 11, alínea b e item 13 da instrução da unidade técnica de peça 18 dos autos).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios – CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
Verifica-se com base no Ofício n 019/2014 – SPOA/SE/MTur que o convênio foi totalmente executado no âmbito do Ministério do Esporte e do Turismo, no período compreendido entre 11/12/2000 e 11/12/2012; A finalidade do convênio consistiu em dar prosseguimento à política de modernização administrativa determinada pelo então ministro daquela Pasta.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Ausente a vinculação do objeto deste Convênio com as ações deste Ministério do turismo o processo foi encaminhado ao Ministério do Esporte.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.1.25 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria- Executiva	72567
Deliberações do TCU	
Deliberações Expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	009.458/2012-2	6668/2012-TCU-2ª Câmara	a	DE	Ofício n° 1176/2013/TCU/SECEX-AM

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Ministério do Turismo	**72084**

Descrição da Deliberação

1.7.1. Determinar ao Ministério do Turismo (MTur) que adote providências visando a conclusão no prazo de 60 (sessenta) dias, no processo de Tomada de Contas Especial instaurado para a apuração de irregularidades na execução
Do convênio 307/2009 (SIAFI 703504) firmado com o ITEC, para posterior encaminhamento à Secretaria Federal de Controle Interno.
9.10 determinar, ao Ministério do Turismo, que informe, no prazo de 30 dias, o andamentos possíveis resultados da Tomada de Contas Especial instaurada em relação ao convênio SIAFI 499736;

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Convênios – CGCV	72567

Síntese da Providência Adotada

A prestação de contas referente a este Convênio foi diligenciada, a Nota técnica encaminhada teve o valor glosado devidamente atualizado. Devido à impossibilidade de localizar os citados, procedeu-se com a notificação do Convenente, via Edital, DOU – Seção 3 de 31/12/2012, p 287.

Síntese dos Resultados Obtidos

Em razão da ausência de resposta no prazo determinado, o processo foi reenviado à Comissão de Tomada de Contas Especial, para continuidade de TCE.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e
Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.

QUADRO A.9.1.1.26 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria- Executiva	72567

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	028.719/2011-5	5616/2012-TCU-1ª Câmara	9.6	DE	Ofício n° 1164/2012-TCU/SECE-SE

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Ministério do Turismo	**72084**

Descrição da Deliberação

1.7.1 Determinar ao Ministério do Turismo (MTur) que adote providências no sentido de anular o Convênio nº 1567/2010 – (SICONV 754621/2010), promovendo a restituição do saldo financeiro da conta específica do convênio à conta do Tesouro Nacional
E dando ciência a este Tribunal acerca das medidas adotadas no prazo de 90 (noventa) dias a partir do recebimento desta determinação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV	79197

Síntese da Providência Adotada

Houve devolução parcial dos recursos. A análise da prestação de contas dos recursos remanescentes resultou na reprovação do convênio, com o cálculo dos valores glosados, devidamente corrigidos.

Síntese dos Resultados Obtidos
Não houve resposta, procedeu-se ao lançamento na inadimplência e envio do processo referente ao Convênio SICONV 754621 à Comissão de Tomada de Contas Especial.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.

QUADRO A.9.1.1.27 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
27	031.273/2011-4	5258/2013-TCU-1ª Câmara	1.8	DE	Ofício n° 1385/2013/TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.1. Determinar ao Ministério do Turismo (MTur) que instaure e conclua, em novo e improrrogável 180 dias, a contar do recebimento da presente notificação, se isso ainda não tiver sido feito, a Tomada de Contas Especial relativa ao referido convênio, remetendo posteriormente a TCE a Secretaria Federal de Controle Interno.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Comissão de Tomada de Contas Especial					72567
Síntese da Providência Adotada					
Ofício n° 1054/2013/AECI/MTur e Memorando n° 276/2013/CTCE/SPOA/SE/MTur					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O processo de tomada de contas especial, relativo ao CV nº 959/2008 (SIAFI nº 631577), foi instaurado sob o nº 72031.001124/2013-89, em 04/03/2013, bem como concluído e enviado à CGU por meio do Ofício nº 106/2013/CTCE/DGE/SE/MTur, de 23/09/2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Em que pese o baixo quantitativo de servidores à época, fato que foi sanado no ano de 2014 por meio da Portaria SE nº 01/2014, de 03/01/2014, a demanda foi atendida dentro do prazo determinado.					

QUADRO A.9.1.1.28 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
28	018.461/2013-1	5167/2013-TCU-2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 1547/2013-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.1. ao Ministério do Turismo – MTur que informe ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias, a respeito das providências adotadas com vistas a ultimar a análise do Convênio n 563955, instaurado, se for o caso, a devida Tomada de Contas Especial.					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV	79197
Síntese da Providência Adotada	
A prestação de contas foi reprovada no âmbito da análise técnica. Quanto à análise financeira, apenas foi quantificado o valor a ser restituído.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O Convenente e os gestores foram devidamente notificados.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.	

QUADRO A.9.1.1.29 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
29	013.343/2013-0	3129/2013-TCU-2ª Câmara	9.2	DE	Ofício n° 0916/2013-TCU/SECEX-AM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.1. Determinar ao Ministério do Turismo (MTur) que adote providências visando a conclusão no prazo de 60 (sessenta) dias, apresente a este Tribunal informações atualizadas a respeito das providências adotadas diante da ausência de prestação de contas do Convênio 1886/2009 – SICONV 728593 celebrado com o município de Maraã/AM, inclusive, conforme o caso, quanto à instauração de tomada de contas especial, nos termos do art. 8 da Lei n8443 de 16 de julho de1992.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Síntese da Providência Adotada					
A prestação de contas foi reprovada no âmbito da análise técnica. Quanto à análise financeira, apenas foi quantificado o valor a ser restituído.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O Convenente e os gestores foram devidamente notificados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.1.30 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TC					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**

30	022.281/2009-6	1828/2013 – TCU – 1ª Câmera	9.6.1	DE	Ofício 0568/2013-TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
9.6.1 reexamine a prestação de contas do Convênio 227/2008 (Siafi 628561), firmado com o município de Mogeiro/PB, à luz do disposto na Cláusula Terceira, Das Obrigações dos Participes, alínea "dd" do termo do Convênio, do item 9.5 do Acordão 96/2008-Plenário, de 30/01/2008, do item 9.3.2 do Acordão 2.163/2011-Segunda Câmara de 05/04/2011, item 30 do Parecer/Conjur/Mtur 227/2008, de 28/05/2008, haja vista a ausência de contratos de exclusividade dos artistas, instaurando, se for o caso, processo de Tomada de Contas Especial;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação Geral de Convênios					79197
Síntese da Providência Adotada					
Inicialmente a prestação de contas do convênio nº 227/2008, foi diligenciada no aspecto financeiro. O convenente e o gestor foram notificados. Em virtude de nova documentação encaminhada pelo convenente a prestação de contas foi reanalisada no aspecto financeiro, que conclui pela sua reprovação.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aguardando prazo para inscrição da inadimplência e posterior encaminhamento a TCE.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.1.31 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TC					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
31	022.281/2009-6	1828/2013 – TCU – 1ª Câmera	9.6.2	DE	Ofício 0568/2013-TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
9.6.2 comunique a este Tribunal as providências adotadas, no prazo de 90 dias, contar da ciência;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação Geral de Convênios					79197
Síntese da Providência Adotada					
Comunicado por meio do Memorando n° 0737,0766 /2013/CGCV/DGI/SE/MTur					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Providência atendida.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.1.32 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TC					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
32	022.281/2009-6	1828/2013 – TCU – 1ª Câmera	9.8	DE	Ofício 0568/2013-TCU/SECEX-PB
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
9.8 determinar ao Ministério do Turismo que atente para as irregularidades e ocorrências identificadas pela Controladoria Geral da União, ao proceder à análise das prestações de contas dos convênios SIAFI n°s 703657, 739393, 703835, 721037, 629146 e 703736, firmado com os municípios paraibanos de Solânea, Sapé e Boa Ventura, instauração, se for o caso, processo de Tomada de Contas Especial;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação Geral de Convênios					79197
Síntese da Providência Adotada					
Todos os convênios mencionados encontram-se com TCE instaurada.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Todos os convênios mencionados encontram-se com TCE instaurada.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.1.33 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TC					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
33	009.920/2013-7	2609/2013 – TCU – 2ª Câmera	1.7.1	DE	Ofício 0752-TCU/SECEX-CE
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.7.1 ao Ministério do Turismo para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, ultime a análise do Convênio 827/2010, informando imediatamente esta Corte de Contas sobre o resultado definitivo de tal análise;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação Geral de Convênios					79197
Síntese da Providência Adotada					
Convênio foi Aprovado em Parte no que se refere ao aspecto físico do objeto, providenciando análise financeira.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Realizando análise financeira.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

A demanda foi devidamente atendida apesar das dificuldades enfrentadas no exercício, quando a atuação do setor de prestação de contas foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e Judicias, o qual gerou um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.1.2.1 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
01	027.920/2011-9	6027/2013 – TCU -2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício n° 0482/2013-TCU/SecexDesen
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Secretaria Nacional de Políticas de Turismo					**73565**
Descrição da Deliberação					
1.7.1 à Secretaria Nacional de Políticas de Turismo de Ministério do Turismo que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, finalize ainda não o fez, a análise das prestações de contas dos Convênios nº 737450/2010 e 747957/2010, atentando para os indícios de irregularidades apontados no Relatório de Auditoria de Gestão n° 201108668 da Secretaria Federal de Controle Interno/Controladoria-Geral da União – SFC/CGU, exercício de 2010, e adote, se for o caso, as mediadas necessárias adotadas e o resultado alcançado;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Coordenação-Geral de Convênios- CGCV					79197
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Informamos que a prestação de contas do Convênio nº 737450, celebrado com Instituto de Arte, Esporte, Cultura e lazer- Inbrasil, foi reanalisada no aspecto técnico, que conclui pela aprovação em parte, com glosa de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais). Posteriormente o Convênio foi encaminhado para análise Financeira, que conclui pelo Diligenciamento. O convenente e o gestor foram notificados. Dessa forma, estamos aguardando o retorno dos ARs para demais providências. No que concerne ao Convênio n° 747957, também celebrado com o Inbrasil, informamos que foi realizada análise financeira, que conclui pelo Diligenciamento. Em resposta à diligência, o convenente apresentou nova documentação, bem como solicitou o desbloqueio da conta específica do Convênio para ressarcir o saldo remanescente. Dessa forma, este Ministério solicitou ao Banco do Brasil o desbloqueio da conta, bem como encaminhou GRU no valor de R$ 1.324.039,69 (um milhão, trezentos e vinte e quatro mil e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos). Por fim, informo que em virtude da nova documentação apresentada, bem como da citada devolução, o Convênio n° 747957 foi encaminhado para reanálise financeira.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O Não atendimento no prazo solicitado se dá devido as dificuldades enfrentadas quando a atuação do setor de prestação de contas, foi prejudicada pelo excessivo volume de demandas de órgãos de controle e judicias que geraram um elevado quantitativo de priorizações de análise, reanálise e encaminhamento de processos para Tomada de Contas Especial.					

QUADRO A.9.1.2.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM

PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
02	034.982/2011-6	3292/2013 – TCU - Plenário	1.9	DE	Ofício n° 1738/2013-TCU/SECEX-MT
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.9 com fulcro no art. 43, inciso I; da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar ao Ministério do Turismo:					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					72567
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Atendimento realizado em 20/02/2014, conforme Ofício nº 041/2014/CTCE/SPOA/MTUR, de 13 de fevereiro de 2014, encaminhando o processo de tomada de contas especial à CGU. Justifica-se o atraso em decorrência do baixo quantitativo de servidores no ano de 2013.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A demanda pode ser atendida no ano de 2014 devido à mudança no quantitativo de servidores, conforme a Portaria SE nº 01/2014, de 03 de janeiro de 2014, o que permitiu maior agilidade na elaboração do relatório de tomada de contas e o encaminhamento do processo correspondente à CGU.					

QUADRO A.9.1.2.3 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria- Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
03	034.982/2011-6	3292/2013 – TCU - Plenário	1.9.1	DE	Ofício n° 1738/2013-TCU/SECEX-MT
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Deliberação					
1.9.1 conclua, no prazo de 30 dias, a análise da prestação de contas do convênio 720493/2009 e, persistindo a pendência da efetiva comprovação da realização do evento e/ou da disponibilização da infraestrutura e da prestação dos serviços previstos no Plano de Trabalho, instaure, imediatamente, se for o caso, nos termos da IN TCU 71/2012, a competente de contas especial, concluindo e encaminhando o procedimento à CGU no prazo máximo de 180 dias;					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					72567

Justificativa para o seu não Cumprimento:
Atendimento realizado em 20/02/2014, conforme Ofício nº 041/2014/CTCE/SPOA/MTUR, de 13 de fevereiro de 2014, encaminhando o processo de tomada de contas especial à CGU. Justifica-se o atraso em decorrência do baixo quantitativo de servidores no ano de 2013.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A demanda pode ser atendida no ano de 2014 devido à mudança no quantitativo de servidores, conforme a Portaria SE nº 01/2014, de 03 de janeiro de 2014, o que permitiu maior agilidade na elaboração do relatório de tomada de contas e o encaminhamento do processo correspondente à CGU.

QUADRO A.9.1.2.4A - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					72567
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
04	027.453/ 2010-3	5159/2013-TCU 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 0420/2013-TCU/SecexDesen
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação					**Código SIORG**
Ministério do Turismo					**72084**
Descrição da Recomendação					
1.7.1 ao Ministério do Turismo no que diz respeito ao Contrato nº 005/2007, celebrado com Fundação Universidade de Brasília:					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Secretaria-Executiva					79197
Síntese da Providência Adotada					
Após as recomendações exaradas pela CGU, foi instituído Comissão de Apuração através da Portaria DGI/SE/MTur nº 13, de 01/03/2012. O prazo para conclusão dos trabalhos eram de 90 (noventa) dias, prazo esse que foi dilatado por mais 90 (noventa) dias, através da Portaria DGI/SE/MTur nº 32, de 31/05/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Ao final de suas atividades, a Comissão de Apuração concluiu pela regularidade dos pagamentos decorrentes do Contrato nº 005/2007: "Considerando a análise dos serviços efetivamente executados pela contratada e os levantamentos financeiros efetuados por esta Comissão de Apuração, deliberamos pela regularidade dos pagamentos". Neste sentido, em face da conclusão da referida comissão, não houve valores indevidamente pagos a serem ressarcidos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

QUADRO A.9.1.2.4B - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria-Executiva	72567
Deliberações do TCU	
Deliberações Expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	027.453/ 2010-3	5159/2013-TCU 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 0420/2013-TCU/SecexDesen

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Ministério do Turismo	**72084**

Descrição da Recomendação

1.7.1.1 adote as providências administrativas necessárias ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente durante a execução do contrato no exercício de 2009, no valor original de R$ 32.626,94 (trinta e dois mil, seiscentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos);

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria-Executiva	79197

Síntese da Providência Adotada

Após as recomendações exaradas pela CGU, foi instituído Comissão de Apuração através da Portaria DGI/SE/MTur nº 13, de 01/03/2012. O prazo para conclusão dos trabalhos eram de 90 (noventa) dias, prazo esse que foi dilatado por mais 90 (noventa) dias, através da Portaria DGI/SE/MTur nº 32, de 31/05/2012.

Síntese dos Resultados Obtidos

Ao final de suas atividades, a Comissão de Apuração concluiu pela regularidade dos pagamentos decorrentes do Contrato nº 005/2007: "Considerando a análise dos serviços efetivamente executados pela contratada e os levantamentos financeiros efetuados por esta Comissão de Apuração, deliberamos pela regularidade dos pagamentos". Neste sentido, em face da conclusão da referida comissão, não houve valores indevidamente pagos a serem ressarcidos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

QUADRO A.9.1.2.4C - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria-Executiva	72567

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	027.453/ 2010-3	5159/2013-TCU 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 0420/2013-TCU/SecexDesen

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Ministério do Turismo	**72084**

Descrição da Recomendação

1.7.1.2 verifique, nos processos de pagamento dos exercícios de 2007 e 2008, com base no relatório de atividades apresentados pela contratadas, se todos os itens de serviço foram efetivamente executados, apurado os valores eventualmente pagos de forma indevida e providenciado, se for o caso, o respectivo ressarcimento atualizado monetariamente;

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria-Executiva	79197

Síntese da Providência Adotada

Após as recomendações exaradas pela CGU, foi instituído Comissão de Apuração através da Portaria DGI/SE/MTur nº 13, de 01/03/2012. O prazo para conclusão dos trabalhos eram de 90 (noventa) dias,

prazo esse que foi dilatado por mais 90 (noventa) dias, através da Portaria DGI/SE/MTur nº 32, de 31/05/2012.
Síntese dos Resultados Obtidos
Ao final de suas atividades, a Comissão de Apuração concluiu pela regularidade dos pagamentos decorrentes do Contrato nº 005/2007: "Considerando a análise dos serviços efetivamente executados pela contratada e os levantamentos financeiros efetuados por esta Comissão de Apuração, deliberamos pela regularidade dos pagamentos". Neste sentido, em face da conclusão da referida comissão, não houve valores indevidamente pagos a serem ressarcidos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

QUADRO A.9.1.2.4D - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa				**Código SIORG**	
Secretaria-Executiva				72567	
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
04	027.453/ 2010-3	5159/2013-TCU 2ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício 0420/2013-TCU/SecexDesen
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				**Código SIORG**	
Ministério do Turismo				**72084**	
Descrição da Recomendação					
1.7.1.3 encaminhe ao TCU, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os resultados das providências adotados, juntamente com os comprovantes de ressarcimento dos valores eventualmente pagos de modo indevido.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação				**Código SIORG**	
Secretaria-Executiva				79197	
Síntese da Providência Adotada					
Após as recomendações exaradas pela CGU, foi instituído Comissão de Apuração através da Portaria DGI/SE/MTur nº 13, de 01/03/2012. O prazo para conclusão dos trabalhos eram de 90 (noventa) dias, prazo esse que foi dilatado por mais 90 (noventa) dias, através da Portaria DGI/SE/MTur nº 32, de 31/05/2012.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Ao final de suas atividades, a Comissão de Apuração concluiu pela regularidade dos pagamentos decorrentes do Contrato nº 005/2007: "Considerando a análise dos serviços efetivamente executados pela contratada e os levantamentos financeiros efetuados por esta Comissão de Apuração, deliberamos pela regularidade dos pagamentos". Neste sentido, em face da conclusão da referida comissão, não houve valores indevidamente pagos a serem ressarcidos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
01	201306200	1.1.1.2	Ofício n° 23598/2013/DRTES/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			72084
Descrição da Recomendação			
1: Certificar-se, nas próximas aquisições, seja mediante processo licitatório, seja mediante dispensa ou inexigibilidade, se nos Projetos Básicos há todas as informações e conteúdos exigidos pela Lei nº 8666/93, especialmente quanto à obrigatoriedade de orçamento detalhado, conforme disposto na alínea f, inciso IX, do artigo 6º e § 2º, inciso II, do artigo 7º da Lei n.º 8666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			79197
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada e institucionalizada no MTur por meio do Memorando-Circular nº 05/2013/DGI/SE/MTur.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Ministério do Turismo não enfrentou dificuldade com relação a adoção da medida, nem resistência por parte dos servidores do órgão.			

QUADRO A.9.2.1.2 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
02	201306200	1.1.1.2	Ofício n° 23598/2013/DRTES/DR/SFC/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
2: Incluir, nas rotinas administrativas de controle interno da Unidade, a obrigatoriedade de inclusão de orçamento detalhado nos Projetos Básicos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			79197
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada e institucionalizada no MTur por meio do Memorando-Circular nº 05/2013/DGI/SE/MTur.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Solicitação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Ministério do Turismo não enfrentou dificuldade com relação a adoção da medida, nem resistência por parte dos servidores do órgão.			

QUADRO A.9.2.1.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
03	201306200	4.1.2.2	Ofício n° 23598/2013/DRTES/DR/SFC/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
1: Aperfeiçoar e atualizar o Regimento Interno da UJ, tão logo seja publicado o decreto com a estrutura regimental aprovada, providenciando: a inserção da delimitação de responsabilidades na gestão de contratações realizadas sob a modalidade direta (dispensa e inexigibilidade de licitação); a inclusão das competências detalhadas do Diretor de Gestão Interna, bem como do Diretor de Gestão Estratégica; a atualização das atribuições dos agentes lotados na Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI); e, a compatibilização com a real estrutura da Unidade em vigor, consolidando as nomenclaturas dos órgãos internos, além de outras atualizações que se fizerem necessárias para retratar fielmente a realidade da UJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			79197
Síntese da Providência Adotada			
Ofício n° 385/2013/AECI/MTur e Memorando n° 397/SE/MTur			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O novo Decreto Regimental do Ministério do Turismo, nº 8.102, foi publicado no dia 6 de setembro de 2013, publicado no DOU no dia 9/9/2013. O Regimento Interno com as devidas recomendações do OCI está em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foram realizadas reuniões internas com todas as unidades para revisão das competências, que foram sistematizadas e que estão em fase de revisão.			

QUADRO A.9.2.1.4 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
04	201306200	4.1.2.3	Ofício n° 23598/2013/DRTES/DR/SFC/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
1: Realizar levantamento detalhado acerca de todos os processos de TCE instaurados e ainda não concluídos, identificando os motivos para sua não conclusão, com vistas a realizar planejamento efetivo para que eles sejam concluídos de modo mais eficiente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**

Secretaria-Executiva	79197
Síntese da Providência Adotada	
Foi efetuado um levantamento detalhado dos processos com TCE instauradas e não concluídas. Dos 785 processos nesta situação, 646 estavam outros setores por motivos diversos, tais como: chegada de nova documentação enviada pelo Convenente; necessidade de notificar os gestores em seus endereços residenciais e outras correções e providências solicitadas pela CGU. A fim de agilizar os trabalhos, foi criado em outubro de 2013 um Grupo de Trabalho para analisar e emitir pareceres conclusivos para os quase 600 processos que se encontravam na Coordenação Geral de Convênios – CGCV.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Foram restituídos à CTCE, para prosseguimento de análise, 158 processos.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A equipe já era insuficiente para atender a demanda e ainda perdemos dois servidores, que deixaram o Ministério no decorrer do ano.	

QUADRO A.9.2.1.5 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
05	201306200	4.1.2.3	Ofício n° 23598/2013/DRTES/DR/SFC /CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
2: Estruturar a Comissão de Tomada de Contas Especial com treinamento, sistemas e pessoal capacitados tecnicamente, se for o caso, para agilizar a condução dos procedimentos de TCE, bem como para monitorá-los.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			79197
Síntese da Providência Adotada			
A Comissão de TCE encerrou o ano de 2013 com 5 membros efetivos, incluído o Presidente. Número insuficiente para atender a demanda, que aumentou consideravelmente com a criação do Grupo de Trabalho para análise de prestação de contas, fato que elevou para 18 pessoas analisando prestação de contas e, na maioria dos casos, enviar para a Comissão de TCE, com 4 pessoas analisando. Diante do iminente gargalo que se formaria n a CTCE, o então presidente expôs a situação ao Secretário Executivo e sugeriu que colocasse o pessoal do Grupo de Trabalho para fazer TCE. No dia 3 de janeiro de 2014 a Secretaria Executiva publicou a Portaria nº 1/2014 a qual alterou a composição da Comissão, que passou a ter 15 membros efetivos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os resultados só aparecerão no decorrer do ano de 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pelo fato dos novos membros terem vindo das mais diversas áreas do Ministério, levarão algum tempo para produzirem no mesmo ritmo dos membros antigos.			

QUADRO A.9.2.1.6 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria-Executiva	72567
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
06	201306200	4.1.2.3	Ofício n° 23598/2013/DRTES/DR/SFC/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
3: Estabelecer, juntamente com a CGCV e com as áreas finalísticas, mecanismos de controles internos de mapeamento e de mitigação de riscos, com vistas a diminuir a ocorrência de irregularidades nos convênios, evitando-se que resultem em TCE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			79197
Síntese da Providência Adotada			
Várias ações já vêm sendo adotadas desde 2010 no intuito de mitigar os riscos dentre as quais se destacam: mudanças no Termo de Convênio, no qual foram inseridas várias cláusulas normatizando a documentação a ser enviada pelos convenentes na Prestação de Contas; elaboração de Cartilha com orientações gerais aos Convenentes; mudanças na equipe da Coordenação Geral de Análise de Projetos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As providências adotadas resultaram: em mudanças nos procedimentos internos, tornando mais criteriosa a análise dos projetos e, por conseguinte, a liberação dos recursos; mudanças nas normas internas, como a edição da Portaria 112/2013 que limita a quantidade de reanálise de Prestação de Contas; e na sistematização do conjunto das informações via PGTUR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A análise de risco envolve todas as fases do convênio e vários órgãos finalísticos, o que dificulta o controle pleno dos riscos envolvidos numa transferência voluntária.			

QUADRO A.9.2.1.7 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
07	201300052	1.1.1.3	Ofício n° 12606/2013/DRTES/DR/SFC/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
1: Considerando que foram apresentadas medidas administrativas no sentido de definir os produtos e resultados finais esperados pelo Projeto e que os cronogramas físicos e financeiros foram revistos, providenciar a regular validação junto ao BID, bem como o exame e avaliação pela SEAIN/MPOG.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Unidade de Coordenação do Projeto – BID 2229/OC-BR			79197
Síntese da Providência Adotada			
No dia 10/06/2013 foi realizada a 2ª Missão de Administração do BID junto ao Mtur, referente ao desenvolvimento da execução do Contrato de Empréstimo e às propostas de alterações ao Projeto. Após			

a aprovação pelo BID das propostas apresentadas foi submetido à SEAIN/MPOG para aprovação junto à COFIEX. Os pleitos já foram analisados e devidamente aprovados pela COFIEX/MPOG, CODIP/STN e PGFN/MF, com a devida comunicação ao BID.
Síntese dos Resultados Obtidos
Com a aprovação final por parte da PGFN o Contrato de Empréstimo BID 2229/OC-BR e sua Matriz de Investimentos estão de acordo com o escopo atual.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A tramitação de todo o processo de análise da nova estrutura, valor e prazo, pelas diversas esferas do Governo ocorreram de forma célere, trazendo grande benefício ao desenvolvimento do projeto e do atingimento dos produtos esperados.

QUADRO A.9.2.1.8 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
08	201300052	1.1.1.3	Ofício n° 12606/2013/DRTES/DR/SFC /CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
2: Instituir mecanismos de monitoramento para acompanhar a implementação e a efetiva execução dos cronogramas e dos produtos previstos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Unidade de Coordenação do Projeto – BID 2229/OC-BR			79197
Síntese da Providência Adotada			
A UCP contratou um consultor para estruturar a metodologia de monitoramento, o que ocorreu em 20/08/2013, Contrato de Prestação de Serviços 002/2013. A metodologia foi definida e implantada pela UCP. A Recomendação foi acatada e institucionalizada no MTur por meio de designação de servidores responsáveis pelas atividades elegíveis do Contrato de Empréstimo, em cada Secretaria Finalística, por intermédio da Portaria nº 275 de 08/10/2013, publicada em Boletim de Pessoal e Serviço - Edição Especial de Outubro em 09/10/2013. A Recomendação foi acatada e institucionalizada no Mtur através da elaboração e desenvolvimento de painéis de monitoramento que foram apresentados pela UCP aos responsáveis indicados na portaria nº 275 de 08/10/2013. Os servidores responsáveis informarão de forma trimestral, a evolução da atividade e o planejamento para o trimestre seguinte. Além desta ação, o consultor contratado elabora de forma mensal os Relatórios da evolução física, orçamentária e financeira, identificando os possíveis problemas existentes na execução e desenvolvimento das atividades.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Recomendação foi acatada e institucionalizada no MTur por meio de seleção e contratação de Especialista em Monitoramento e Avaliação de Projetos que desenvolveu uma metodologia de acompanhamento e instrumentos de controle.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A implantação do mecanismo de monitoramento e acompanhamento trouxe maior controle e avaliação das atividades do projeto, propiciando maior proatividade na resolução de problemas.			

QUADRO A.9.2.1.9 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
9	201300052	1.1.5.1	Ofício n° 12606/2013/DRTES/DR/SFC /CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
1: Adotar medias para instruir e manter no âmbito da UCP corpo técnico especializado completo para o desenvolvimento dos objetivos do Projeto, conforme disposto no Contrato de Empréstimo nº 2229/OC-BR.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Unidade de Coordenação do Projeto – BID 2229/OC-BR			79197
Síntese da Providência Adotada			
Em Missão de Administração realizada em 10/06/2013 foi submetida ao BID e aprovada uma nova estrutura da UCP composta de 1 Coordenador Geral, 1 Coordenador Técnico, 1 Especialista Administrativo-Financeiro, 1 Especialista em Aquisições e 1 Especialista em Monitoramento e Avaliação de Projetos			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O quadro de servidores da UCP está completo e atualizado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A equipe da UCP completa de acordo com as novas diretrizes do Contrato de Empréstimo facilitou o andamento da execução do Projeto, com maior agilidade, capacidade e transparência.			

QUADRO A.9.2.1.10 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
10	201300052	1.1.5.3	Ofício n° 12606/2013/DRTES/DR/SFC/ CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
1: Adotar medias que propiciem a execução do Projeto e o atingimento das metas previstas no Contrato de Empréstimo nº 2229/OC-BR, de forma a minimizar os gastos com Comissão de Crédito, em valores superiores àqueles previstos no cronograma de desembolso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Unidade de Coordenação do Projeto – BID 2229/OC-BR			79197

Síntese da Providência Adotada
O Ministério do Turismo propôs ao BID uma readequação das ações, bem como dos recursos, com um corte de 43% dos recursos da operação, o BID concordou com os termos propostos, tendo sido o novo cronograma submetido e aprovado pela SEAIN, CODIP e PGFN. Associado a esta ação, a UCP vem se empenhando em cumprir os novos prazos de execução, de forma a minimizar os atrasos ocorridos nos cronogramas de desembolso. As ações adotadas pela UCP/MTur surtirão os devidos efeitos a partir de 2014.
Síntese dos Resultados Obtidos
Com o corte de 43% no valor do empréstimo o efeito sobre os gastos com Comissão de Crédito é imediato. Associado a isto está o aumento no volume de recursos desembolsados.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Adequação imediata do saldo a desembolsar e consequente diminuição dos gastos com Comissão de Crédito.

QUADRO A.9.2.1.11 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
11	201300052	1.1.8.2	Ofício n° 12606/2013/DRTES/DR/SFC /CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
1: Fazer constar em Editais/Termos de Referência dos processos de seleções futuras, definição clara de quais requisitos serão os mínimos necessários para participar do processo de seleção (requisitos eliminatórios) e quais requisitos serão valorados para fins de classificação (requisitos classificatórios).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Unidade de Coordenação do Projeto – BID 2229/OC-BR			79197
Síntese da Providência Adotada			
• A Recomendação foi acatada e institucionalizada no MTur por meio de inclusão clara e objetiva dos requisitos eliminatórios e classificatórios nos editais/termos de referência das seleções já realizadas no Projeto. (específico para contratação de Consultor Individual)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
• Os processos de seleção de consultoria apresentaram uma maior clareza e transparência nas análises curriculares, objetivando o resultado final da seleção.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A adequação dos instrumentos e documentos pertinentes aos procedimentos de seleção foram realizados pela equipe da UCP, de forma objetiva, tornando o processo mais transparente.			

QUADRO A.9.2.1.12 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	**Código SIORG**
Secretaria-Executiva	72567

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
12	201300052	1.1.8.2	Ofício n° 12606/2013/DRTES/DR/SFC /CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
2: Adotar medidas efetivas no sentido de que seja observada em seleções futuras a definição de critérios que possibilitem a comparação das qualificações e capacidades dos candidatos de forma objetiva, e de mecanismos que possibilitem verificar o objetividade no julgamento dos avaliadores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Unidade de Coordenação do Projeto – BID 2229/OC-BR			79197
Síntese da Providência Adotada			
A Recomendação foi acatada e institucionalizada no MTur por meio de inclusão clara e objetiva dos requisitos eliminatórios e classificatórios nos editais/termos de referência das seleções já realizadas no Projeto. (Específico para contratação de Consultor Individual)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os processos de seleção de consultoria apresentaram uma maior clareza e transparência nas análises curriculares, objetivando o resultado final da seleção.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A adequação dos instrumentos e documentos pertinentes aos procedimentos de seleção foram realizados pela equipe da UCP, de forma objetiva, tornando o processo mais transparente.			

QUADRO A.9.2.1.13 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
13	201300052	1.1.8.2	Ofício n° 12606/2013/DRTES/DR/SFC /CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
3: Definir critérios de análise curricular, no sentido de evitar a participação de candidatos no processo de seleção sem que atendam os requisitos mínimos necessários estabelecidos no Edital ou no Termo de Referência que regulamenta a contratação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Unidade de Coordenação do Projeto – BID 2229/OC-BR			79197
Síntese da Providência Adotada			
A Recomendação foi acatada e institucionalizada no MTur por meio de inclusão clara e objetiva dos requisitos eliminatórios e classificatórios nos editais/termos de referência das seleções já realizadas no Projeto. (Específico para contratação de Consultor Individual)			

Síntese dos Resultados Obtidos
Os processos de seleção de consultoria apresentaram uma maior clareza e transparência nas análises curriculares, objetivando o resultado final da seleção.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A adequação dos instrumentos e documentos pertinentes aos procedimentos de seleção foram realizados pela equipe da UCP, de forma objetiva, tornando o processo mais transparente.

QUADRO A.9.2.1.14 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
14	201300052	1.1.8.3	Ofício n° 12606/2013/DRTES/DR/SFC /CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**
Descrição da Recomendação			
1: Fazer constar dos autos dos processos de contratação de consultores a pesquisa de preços de mercado, inclusive com a confecção da análise crítica, como forma de cumprir a determinação contida no art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
Unidade de Coordenação do Projeto – BID 2229/OC-BR			79197
Síntese da Providência Adotada			
A Recomendação foi acatada e institucionalizada no MTur por meio de determinação da UCP às áreas afins, acerca da obrigatoriedade da pesquisa de preços em todos os processos de seleção. A determinação já foi adotada em todos os processos de seleção de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Maior transparência nos processos de seleção de consultoria, baseadas nas Políticas do BID, facilitando as análises de custo e preços, durante os procedimentos de seleção.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Adequação dos procedimentos de forma a dar maior objetividade e transparência, implantada por meio de orientação às áreas finalísticas que elaboram os referidos documentos.			

QUADRO A.9.2.1.15 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Secretaria-Executiva			72567
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
15	201300052	1.1.8.3	Ofício n° 12606/2013/DRTES/DR/SFC /CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Ministério do Turismo			**72084**

Descrição da Recomendação	
2: Abster-se de aprovar Termo de Referência sem a devida pesquisa de preços para os serviços de consultoria, bem como para os serviços/produtos a eles relacionados.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	**Código SIORG**
Unidade de Coordenação do Projeto – BID 2229/OC-BR	79197
Síntese da Providência Adotada	
A determinação da CGU foi acatada e institucionalizada na Mtur, já no exercício de 2013, sendo obrigatório em todos os processos de seleção que os Termos de Referência sejam submetidos à UCP pelas áreas afins acompanhados da pesquisa de preços para seleções de consultoria, serviços ou produtos a eles relacionados	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Maior transparência nos processos de seleção de consultoria, baseadas nas Políticas do BID, facilitando as análises de custo e preços, durante os procedimentos de seleção.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Adequação dos procedimentos de forma a dar maior objetividade e transparência, implantada por meio de orientação às áreas finalísticas que elaboram os referidos documentos.	

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício – (Não houve Ocorrência)

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna – (Não se Aplica)

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	**1***
	Entregaram a DBR	0	0	**1***
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	**0**

	Entregaram a DBR	0	0	**0**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	**0**
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	13	13	69**
	Entregaram a DBR	13	13	69**
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Fonte: SIAPE				

(*) Ministro de Estado
(**) Para fins de entrega de DBR no Final de Exercício Financeiro, corforme o disposto na Portaria Interministerial nº 298, de 6/9/2007, o servidor pode autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda; **ou** apresentar anualmente, em papel, Declaração de Bens e Valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP realiza a atividade de acompanhamento da entrega das DBR de pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93 por meio de planilha do Excel controlada constantemente, por não dispor de sistema informatizado para isso. No ato de ingresso no MTur, o servidor é informado da necessidade de entregar a DBR nesta Coordenação e o mesmo ocorre quando acontece o desligamento do servidor no Órgão. Além disso, é solicitado ao servidor a entrega do formulário de autorização para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil ou a entrega da Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física completa (documentos impressos em papel). Esses documentos são arquivados na pasta funcional do servidor, que permanece guardada em arquivo próprio trancado, localizado na COGEP. Esclarece-se que não é atribuição desta Coordenação a realização de análise das DBR, com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio ou remuneração recebida.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

QUADRO A.9.5 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

540002 – SECRETARIA EXECUTIVA

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	**Tomadas de Contas Especiais**					
	Não instauradas			**Instauradas**		
	Dispensadas			**Não remetidas ao TCU**		
				Arquivamento		

	Débito < R$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 75.000	Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
14	8	0	2	7	0	5	2	13

540005 - SNPDTur

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
				Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
	Débito < R$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 75.000		
16	1	0	19	10	0	1	12	6

540006 - SNPTur

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
				Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração *	Remetidas ao TCU
	Débito < R$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R$ 75.000		
420	130	0	312	363	0	79	135	160

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO A.9.6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Simone Maria da Silva Salgado**, CPF n°**284.959.421-00**, **Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos**, exercido na **Secretaria Executiva,** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG , conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

SIMONE MARIA DA SILVA SALGADO
CPF: 284.959.421-00
Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos
Secretaria Executiva
Ministério do Turismo

DECLARAÇÃO

Eu, **Francisco Moreira da Silva**, CPF – **279.276.011-72**, **Coordenador Geral de Convênios**, da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério do Turismo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por está Unidade, estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, bem como no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, ressalvadas as restrições de comunicação de dados entre eles, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2014.

FRANCISCO MOREIRA DA SILVA
279.276.011-72

Coordenador Geral de Convênios
CGCV/SPOA/SEMTur

10 PARTE A, ITEM 10 – (NÃO SE APLICA)

11. PARTE A, ITEM 11

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O Ministério do Turismo, desde 2011, adota os critérios e os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo segue a tabela padrão definida pela macrofunção 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que padroniza os critérios dos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, para a geração de dados consistentes e comparáveis. Essa padronização viabiliza a divulgação nas notas explicativas do Balanço Geral da União dos critérios adotados para depreciação. Do mesmo modo, as taxas utilizadas para os cálculos dos valores residuais também é padronizada e segue o estabelecido nesta mesma norma da STN.

O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado foi o das quotas constantes, conforme definido na macrofunção 020330, e são compatíveis com a vida útil econômica do ativo e aplicados uniformemente.

O cálculo da depreciação no Ministério do Turismo é realizado pelo PGTUR – Plataforma de Gestão do Turismo, sistema desenvolvido para o Órgão que contém entre outros um módulo de controle patrimonial.

A metodologia adotada para realizar a avaliação e a mensuração dos elementos patrimoniais segue o estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O valor total dos bens móveis do Ministério do Turismo, em 2013, somavam R$ 12.449.531,44 e a depreciação, conforme os critérios adotados, teve um impacto na ordem de R$ 3.902.101,32 no resultado do exercício.

QUADRO 11.1 - SITUAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS E DESPESA DE DEPRECIAÇÃO DE 2013

Conta Contábil	Termo do Título	Valor (R$)	Depreciação 52.328.01.00 (R$)
14.212.04.00	APARELHO DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	3.274,21	379,05
14.212.06.00	APARELHO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	752.369,35	164.729,41
14.212.10.00	APARELHO E EQUIP. P/ ESPORTES E DIVERSÕES	199,92	141,00
14.212.12.00	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	143.279,31	42.732,42
14.212.18.00	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	9.681,61	3.895,13
14.212.24.00	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	4.903,12	2.288,25
14.212.30.00	MAQUINA E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	112.659,58	36.359,25
14.212.32.00	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	11.471,64	2.518,96
14.212.33.00	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	88.012,22	29.515,19
14.212.34.00	MAQUINAS UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	30.714,75	2.894,75
14.212.35.00	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5.407.431,00	2.538.851,98
14.212.36.00	MAQUINAS, INSTAL. E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS	16.940,58	6.250,05
14.212.38.00	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	1.310,19	441,18
14.212.42.00	MOBILIÁRIO EM GERAL	3.007.217,44	945.500,32
14.212.48.00	VEÍCULOS DIVERSOS	8.887,51	1.468,95
14.212.52.00	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	904.145,81	123.539,15
14.212.57.00	ACESSÓRIOS PARA AUTOMOVEIS	3.057,00	596,28
14.212.87.00	MATERIAL DE USO DURADOURO	421,00	-
	Total	**12.449.531,44**	**3.902.101,32**

Fonte SIAFI

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena – (Não houve Ocorrência)

11.2.2 Declaração com Ressalva

QUADRO A.11.2.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	**Código da UG:**
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - SNPDTUR	540005

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério do Turismo, via SIAFI; e
- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.
- os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no SIAFI.

Esta Declaração abrange a seguinte unidade gestora executora:

- 540005 – Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo;

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	**Data**	11 de fevereiro de 2014
Contador Responsável	Suellen Aguiar Borges	**CRC nº**	DF 023.628/O-4

PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013– CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

59 PARTE B, ITEM 47

AÇÃO 14KP - GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS.

			EXERCÍCIO 2013							
Proposta	Responsável	Cidade	Ação	2,50%	Repasse	Valor Mtur	Contrapartida	SOMA	Contrato de Repasse	Liberados Mtur
048829/2013	Município	Belo Horizonte	**Acessibilidade nos Atrativos Prioritários:** Terminal Rodoviário, Trajeto do Estádio Mineirão até a Igreja São Francisco de Assis (Igrejinha da Pampulha), Praça Dino Barbieri (Pampulha), Fundação Zoo-Botânica, Parque Municipal Américo Renné Giannetti.	84.615	3.300.000	3.384.615	286.957	3.671.572	3.586.957	
055786/2013	ESTADO	Brasília	**Acessibilidade nos Atrativos Prioritários:** Torre de TV; Catedral; Lago Paranoá (incluindo a Ponte JK); Praça dos Três Poderes (incluindo o Panteão, Espaço Lúcio Costa e Museu da Cidade); Memorial JK; Palácio da Alvorada; Palácio Catetinho; Palácio do Itamaraty; Palácio do Planalto; Torre de TV Digital - **execução de obras.**	147.436	5.750.000	5.897.436	**638.889**	6.536.325	6.388.889	
062513/2013	ESTADO	Cuiabá	**Sinalização Turística:** Pontos Turísticos de Cuiabá e Entorno	83.333	3.250.000	3.333.333	195.000	3.528.333	3.445.000	
035401/2013	Município	Cuiabá	Adequação da estrutura do Museu do Rio Cuiabá Hid Alfred Scaff para implantação de **Centro de Atendimento ao Turista** visando a Copa do Mundo da Fifa de 2014.	11.159	435.200	446.359	18.133	464.492	453.333	
056652/2013	Município	Cuiabá	Aquisição de duas unidades de **CAT** móvel em veículos adaptados para atendimento ao turista.	9.354	364.800	374.154	15.200	389.354	380.000	182.400
42614/2013	Município	Curitiba	**Sinalização Turística nos Atrativos Prioritários:** Bosque Alemão, Bosque do Papa, Museu Oscar Niemeyer, Centro Turístico Cultural Vilinha, Parque Barigüi, Parque Tingüi / Memorial Ucraniano, Praça Tiradentes, Rua 24 Horas, Teatro Guaíra, Torre Panorâmica Bosque Zaninelli , Zoológico, Paço da Liberdade, Parque Passaúna, Praça Espanha, Parque São Lourenço Passeio Público, Praça do Japão, Teatro Paiol, Museu Ferroviário, Capela Santa Maria, Mercado Municipal, Bosque Capão da Imbuia, Bosque de Portugal, Bosque Gutierrez, Bosque Italiano, Bosque Reinhard Maack, Parque do Atuba, Fonte de Jerusalém,Memorial Árabe, Museu Egípcio, Museu do Expedicionário,,Museu Paranaense, Parque Cambuí, Parque da Barreirinha, Parque dos Tropeiros, Parque Gen. Iberê de Mattos, Parque Lago Azul, Parque Nascentes do Belém.	87.282	3.404.000	3.491.282	296.000	3.787.282	3.700.000	
42620/2013	Município	Curitiba	**Acessibilidade nos Atrativos Prioritários:** Roteiro da Linha Turismo; Praça Tiradentes (logradouro), Teatro Paiol,Mercado Municipal, Rua das Flores (logradouro), Rua 24 Horas, Parque Jardim Botânico, Rodoferroviária, Praça Santos Andrade, Passeio Público, Memorial Árabe, Centro Cívico (logradouro), Bosque do Papa, Bosque Zaninelli, Parque São Lourenço, Parque Tanguá, Parque Tingui, Santa Felicidade (logradouro),Bosque Alemão,Parque das Pedreiras, Parque Barigui, Torre Panorâmica , Setor Histórico, Zoológico Municipal.	129.744	5.060.000	5.189.744	404.800	5.594.544	5.464.800	
059909/2013	Município	Fortaleza	**Acessibilidade** nos Atrativos Prioritários: Zona 1 - Praia de Iracema,Centro Cultural Dragão do Mar, Biblioteca Menezes Pimentel, Caixa Cultural, monumentos como o Forte de Nossa Senhora da Assunção, Catedral, Estação João Felipe, Mercado Central, Centro de Turismo de Fortaleza e o eixo comercial da Monsenhor Tabosa. Zona 2 – Via de ligação Mucuripe – Serviluz. Interligação das duas principais orlas da cidade (Beira-Mar e Praia do Futuro) - **2ª Etapa.**	74.359	2.900.000	2.974.359	**120.834**	3.095.193	3.020.834	
043996/2013	Estado	Manaus	Sinalização Turística - 2ª etapa	70.000	2.730.000	2.800.000	270.000	3.070.000	3.000.000	
058562/2013	Município	Manaus	AQUISIÇÃO DE 2 **CATS** MÓVEIS - Implantação de 2 CATs móveis para utilização na Arena Amazônia e no Fifa Fan Park.	15.385	600.000	615.385	25.000	640.385	625.000	
046242/2013	Município	Manaus	**CATs:** Ampliação e qualificação do CAT da Praça Tenreiro Aranha; Implantação de 2 novos CATs em Ponta Negra e na Rodoviária de Manaus;	25.906	1.010.353	1.036.259	**42.098**	1.078.357	1.052.451	
056015/2013	Município	Natal	**Acessibilidade nos Atrativos Prioritários:** Casa da Ribeira;Centro de Turismo de Natal,Forte dos Reis Magos;Igreja de Santo Antonio;Mercado Municipal de Artesanato; Igreja Matriz Nossa Senhora da Apresentação; Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão; Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte; Teatro Alberto Maranhão; Parque das Dunas.	125.538	4.896.000	5.021.538	204.000	5.225.538	5.100.000	
062955/2013	Município	Porto Alegre	**Sinalização Turística** nas áreas da Cidade Baixa, Orla do Guaíba e Rota Caminhos Rurais.	114.103	4.450.000	4.564.103	387.000	4.951.103	4.837.000	
062951/2013	Município	Porto Alegre	**Acessibilidade** nas áreas do Centro Histórico; Cidade Baixa; Bom Fim; Moinhos de Vento;Praia de Ipanema; Avenida dos Estados; Bairro Independência; Orla Central do Guaíba; Mercado Público Central.	114.103	4.450.000	4.564.103	387.000	4.951.103	4.837.000	
063121/2013	Estado	Porto Alegre	Implantação de **sinalização turística** no município de Gravataí - Região Metropolitana de Porto Alegre.	13.846	540.000	553.846	60.000	613.846	600.000	
063123/2013	Estado	Porto Alegre	Implantação de **sinalização turística** no município de Viamão - Região Metropolitana de Porto Alegre.	13.846	540.000	553.846	60.000	613.846	600.000	
063125/2013	Estado	Porto Alegre	Implantação de **sinalização turística** nas vias de acesso a Porto Alegre e Região Metropolitana.	89.103	3.475.000	3.564.103	347.000	3.911.103	3.822.000	
063119/2013	Estado	Porto Alegre	Implantação de **Sinalização Turística** no município de Novo Hamburgo - Região Metropolitana de Porto Alegre.	13.846	540.000	553.846	60.000	613.846	600.000	
060925/2013	Município	Salvador	**Acessibilidade** nas áreas da Península de Itapagipe, Contorno/ Comércio, Centro Histórico, Baía de Todos os Santos, Barra, Dique do Tororó e Itapuã/ Abaeté, Aeroporto internacional, Rodoviária e Porto.	153.846	6.000.000	6.153.846	250.000	6.403.846	6.250.000	
028161/2013	Município	São Paulo	IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE **ACESSIBILIDADE** EM ROTAS TURISTICAS NO MUNICIPIO DE SÃO PAULO- 1ª ETAPA	500.000	19.500.000	20.000.000	1.695.652	21.695.652	21.195.652	
049350/2013	Município	São Paulo	**Sinalização turística** - 2ª etapa.	58.718	2.290.000	2.348.718	210.000	2.558.718	2.500.000	
TOTAL				**1.935.522**	**75.485.353**	**77.420.874**	**5.973.563**	**83.394.437**	**81.458.915**	**182.400**

PARTE B, ITEM 47 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

Registra-se que esse item, tem por objetivo levantar informações acerca das descentralizações de recursos para atendimentos das ações preparatórias da Copa do Mundo FIFA de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e ações de qualificação profissional.

Portanto, uma vez que o MEC arcou com os recursos necessários às ações de qualificação e que a estruturação do Programa foi realizada por intermédio de parcerias com as Secretarias Municipais e Estaduais de Turismo, sem repasse de recursos, não foi necessária a descentralização de recursos para atendimento das ações preparatórias da Copa do Mundo FIFA 2014 e Olimpíadas, conforme programado.

Cumpre informar que as outras ações planejadas para a copa, que seriam complementações ao PRONATEC, tiveram de ser reavaliadas em função da expansão do PRONATEC, ou seja, com a adesão de novos ofertantes e novos cursos para atendimento de públicos que antes não eram contemplados pelo Programa.

Neste contexto, registra-se que dos 18 convênios celebrados em 2012, 11 (onze) foram denunciados, em razão do respectivo objeto prevê "... qualificação para a Copa das Confederações 2013 e/ou Copa do Mundo de 2014...", bem como as respectivas notas de empenho. Entretanto, ainda estão vigentes 7 (sete) convênios, aguardando a padronização das ações complementares de qualificação profissional e empresarial para procederem com os ajustes nos Termos de Referência e Planos de Trabalhos, bem assim, iniciarem a execução.

Destaca-se que devido a mudança de gestão neste Ministério caberá ainda um alinhamento com o novo Ministro sobre a viabilidade da continuidade desta ação, bem como, um realinhamento com o MEC para a execução de ações destinadas a profissionais ainda não contemplados no PRONATEC Turismo e com o Sebrae para a qualificação empresarial.

Ademais, para a divulgação das ações do recorte do PRONATEC para o PRONATEC Turismo foram utilizados recursos da "Ação Orçamentária 20Y3 – Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional".

Por fim, vale relatar que, nesse contexto, o Departamento tem buscado sistematicamente dotar-se de bases metodológicas consistentes que promovam o seu fortalecimento institucional, a partir da excelência na gestão dos recursos em apoio a implementação das políticas públicas voltadas para o setor do turismo brasileiro.

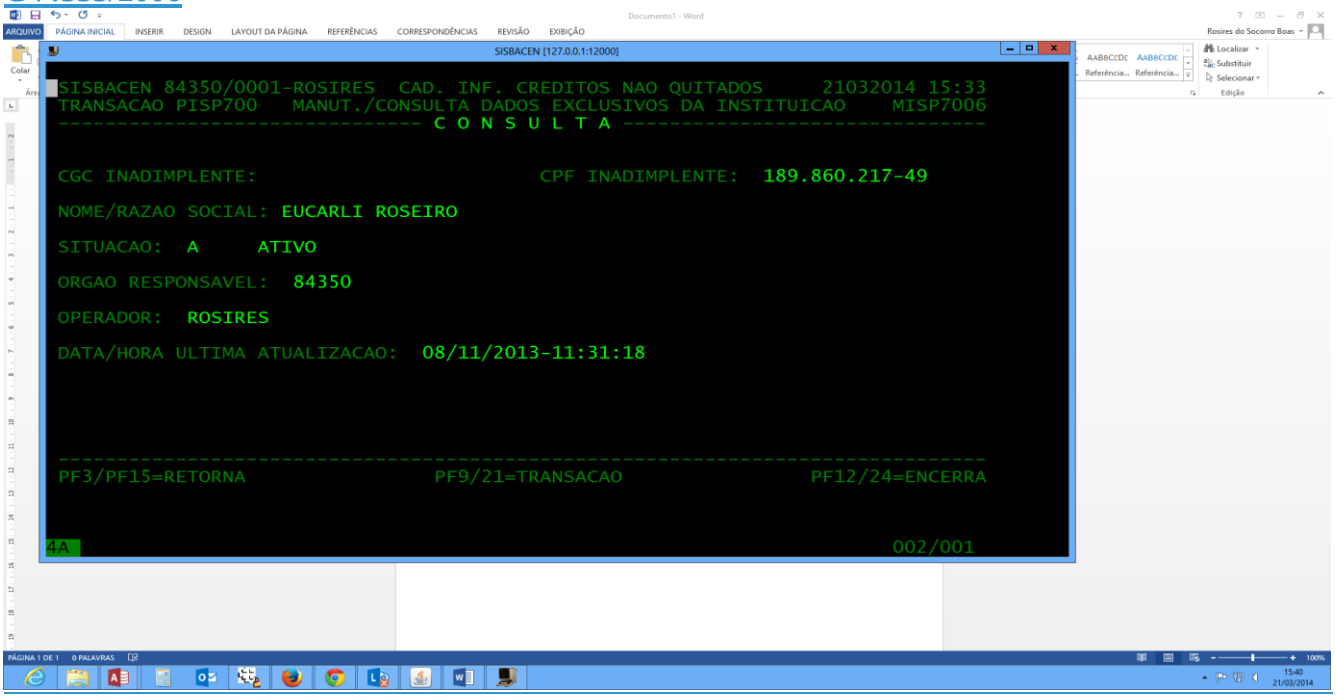
ANEXO
Indicadores do Plano de Ação

Ação	Indicador	Área de Gestão	Relacionado ao Macroprocesso Finalístico da SE	Meta	Realizado	Fórmula	Utilidade
Executar o plano anual de capacitação	Número de servidores capacitados	Pessoas	Sim	340	311	Número Absoluto	Acompanhar servidor que participou de processo educacional (cursos presenciais ou à distância, seminários, congressos, simpósios, palestras ou outros eventos de formação profissional) que lhe forneça os conhecimentos, habilidades e competências necessárias à progressiva melhoria de sua qualificação e das ações do Ministério.
Realizar exame médico periódico dos servidores	Número de atestados emitidos	Pessoas	Sim	186	0	Número Absoluto	Acompanhar a evolução de atestados de servidores que realizaram exame médico periódico
Executar o Projeto Esplanada Sustentável	Percentual de redução das despesas	Compras	Sim	10	18,56	(1-(Despesas mensais 2012/Despesas mensais 2013))*100	Acompanhar a redução de custos operacionais
Executar ações para desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à qualidade de vida	Número de servidores sensibilizados	Pessoas	Sim	450	780	Número Absoluto	Acompanhar a implementação de ações para desenvolver cultura voltada aos valores, aos resultados e à responsabilidade socioambiental
Executar ações para aperfeiçoar o modelo de gestão da programação orçamentária e financeira	Percentual de ações executadas	Orçamento	Sim	100	100	∑ Ações	Acompanhar a implementação de modelo de gestão da programação orçamentária e financeira
Implantar o Programa de Governança de TI	Média de Maturidade dos Processos Prioritários de TI	TI	Sim	1,5	2	MPP = (NPP1 + NPP2... NPP10) / 10	Aferir a evolução do nível de maturidade dos processos prioritários de TI
Atender as informações solicitadas nos termos da Lei de Acesso à Informação	Percentual de atendimento	Comunicação	Sim	100	100	(Número de solicitações atendidas/Número de solicitações totais)*100	Aferir o percentual de atendimento das demandas da LAI
Executar as ações do plano de comunicação integrada	Percentual de ações executadas	Comunicação	Sim	100	91,6666667	∑ Ações	Acompanhar as ações do plano de comunicação integrada
Mapear os processos do Ministério	Percentual de processos mapeados	Processos	Sim	75	70	∑ = A*0,13 + B*0,45 + C*0,42	Acompanhar o mapeamento dos processos organizacionais do Mtur
Implementar manual de procedimentos em convênios	Percentual de implementação	Convênios	Sim	100	37,5	∑ = (A + B)/2	Acompanhar a implementação do manual de convênios
Atualizar o banco de dados dos normativos que regulam os atos internos	Percentual de atualização mensal	Comunicação	Sim	100	100	(Atos publicados/Atos expedidos)*100	Acompanhar o nível de atualização dos banco de dados de normativos do Mtur
Atender as demandas dos órgãos de controle interno e externo	Percentual de demandas atendidas	Controle	Sim	100	80,0091667	(Demandas atendidas/Demandas Totais)*100	Monitorar e agilizar as respostas aos Órgãos de Controle.
Implantar um sistema de acompanhamento permanente das determinações e recomendações dos órgãos de controle	Percentual do sistema implantado	Controle	Sim	100	89	∑ Ações	Acompanhar o desenvolvimento de um sistema de monitoramento das solicitações dos órgãos de Controle
Aperfeiçoar a gestão da segurança da informação e comunicações	Percentual de ações aperfeiçoadas	TI	Sim	100	100	S = {(0,25*Projeto 1) + (0,25*Projeto 2) + (0,25*Projeto 3) + (0,25*Projeto 4)} * 100	Acompanhar o aperfeiçamento da gestão da segurança da informação e comunicações
Analisar conclusivamente os processos de prestação de contas em estoque	Número de processos analisados	Convênios	Sim	674	1202	Número Absoluto	Aferir a evolução do estoque dos processos de prestações de contas.
Ampliar a cooperação técnica internacional em turismo	Número de missões realizadas	Comunicação	Sim	20	20	Número Absoluto	Ampliar a cooperação técnica em turismo.

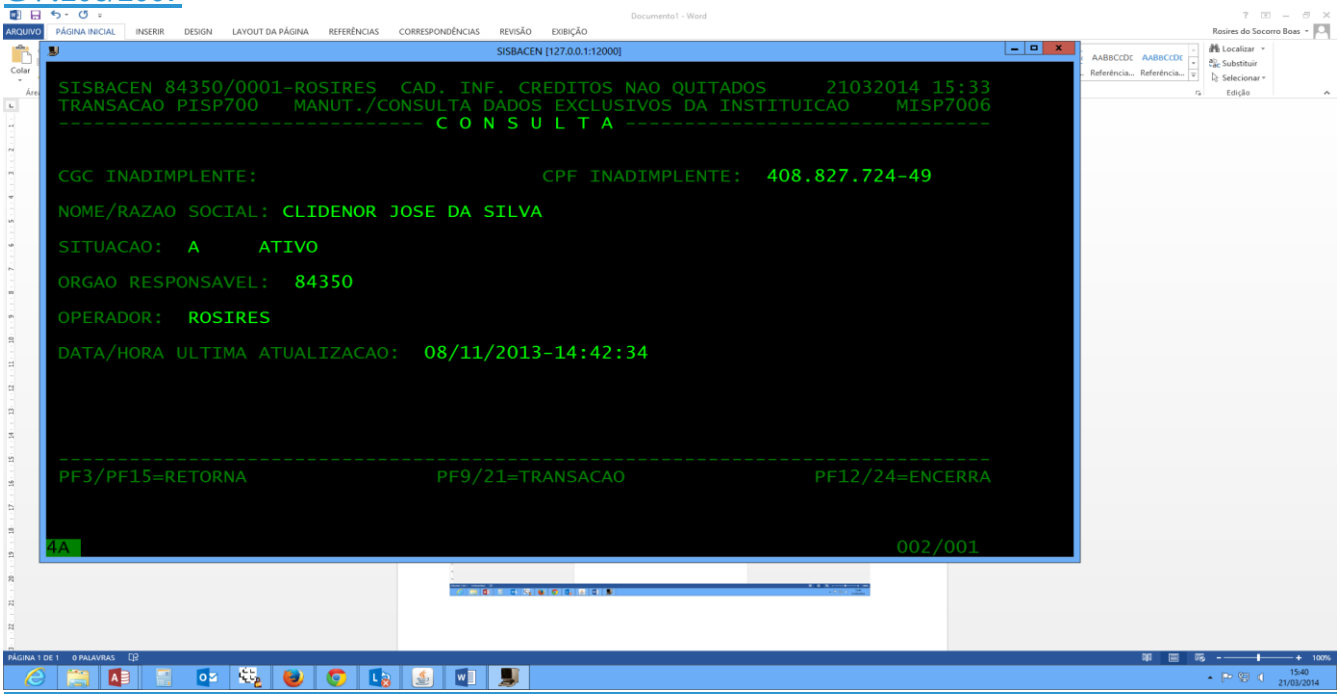
Ação	Indicador	Descrição do Indicador	Fórmula
Implantar o Programa de Governança de TI	Média de Maturidade dos Processos Prioritários de TI	Onde: MPP = Média dos 10 Processos Prioritários de TI; NPP = Nota do Processo Prioritário; OBS: As notas variam entre 0 a 5 conforme processo de valiação do Nível de Maturidade dos Processos de TI do framework Cobit	MPP = (NPP1 + NPP2... NPP10) / 10
Executar o Projeto Esplanada Sustentável	Percentual de redução das despesas	Despesas mensais consideradas: Água e Esgoto; Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; Coleta Seletiva; Energia Elétrica; Limpeza e Conservação; Locação de Imóveis; Locação de Veículos; Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; Material de Consumo; Serviço de Processamento de Dados; Serviço de Telecomunicações; Vigilância.	(1-(Despesas mensais 2012/Despesas mensais 2013))*100
Executar ações para aperfeiçoar o modelo de gestão da programação orçamentária e financeira	Percentual de ações executadas	Média ponderada do percentual acumulado mensalmente de cada uma das atividades que compõem a iniciativa/ação, sendo: A=Levantamento das Informações; B=Tabulação das informações; C= Produção do Boletim; D=Divulgação	∑ (A*0,30 + B*0,30 + C*0,30+ D*0,10)/4
Executar as ações do plano de comunicação integrada	Percentual de ações executadas	Média ponderada do percentual acumulado mensalmente de cada uma das atividades que compõem a iniciativa/ação, sendo: A=Aprovar o plano de comunicação; B=Implementar ações de comunicaçaõ externa/assessoria; C= Implementar ações de estratégia digital e mídias sociais; D=Implementar ações de relações públicas; E=Implementar ações de comunicação interna	∑ (A*0,10 + B*0,30 + C*0,30 + D*0,10 + E*0,20)/5
Implantar um sistema de acompanhamento permanente das determinações e recomendações dos órgãos de controle	Percentual do sistema implantado	Média ponderada do percentual acumulado mensalmente de cada uma das atividades que compõem a iniciativa/ação, sendo: A=Definição dos dados que alimentarão o sistema; B=Implementar o sistema; C=Avaliação do Sistema; D=Aperfeiçoamento do sistema	∑ (A*0,30 + B*0,45 + C*0,15 + D*0,10)/4
Aperfeiçoar a gestão da segurança da informação e comunicações	Percentual de ações aperfeiçoadas	Média ponderada do percentual acumulado mensalmente de cada uma das atividades que compõem a iniciativa/ação, sendo: Projeto 1: Elaboração do Plano Diretor de Segurança da Informação - PDSIC Projeto 2: Criação da Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede - ETIR Projeto 3: Elaboração do Plano de Gestão da ETIR Projeto 4: Elaboração da Política de Classificação da Informação e documento contendo diretrizes para o Credenciamento de Segurança	S = {(0,25*Projeto 1) + (0,25*Projeto 2) + (0,25*Projeto 3) + (0,25*Projeto 4)} * 100
Mapear os processos do Ministério	Percentual de processos mapeados	Somatória do percentual de processos mapeados de cada iniciativa, multiplicado pelo peso atribuído a cada iniciativa, onde: A = percentual de processos mapeados na iniciativa "conhecer o turista, o mercado e o território"; B = percentual de processos mapeados na iniciativa "estruturar os destinos turísticos"; C = percentual de processos mapeados na iniciativa "fomentar, regular e qualificar os serviços turísticos".	∑ = A*0,13 + B*0,45 + C*0,42
Implementar manual de procedimentos em convênios	Percentual de implementação	Média aritmética do percentual da atividade realizada, onde: A = percentual realizado da atividade "redação do manual de procedimentos"; B = percentual realizado da atividade "ajustes e validação do manual de procedimentos";	∑ = (A + B)/2

Anexo – CGCV - Relação de Convênios (telas) inscritos no CADIN

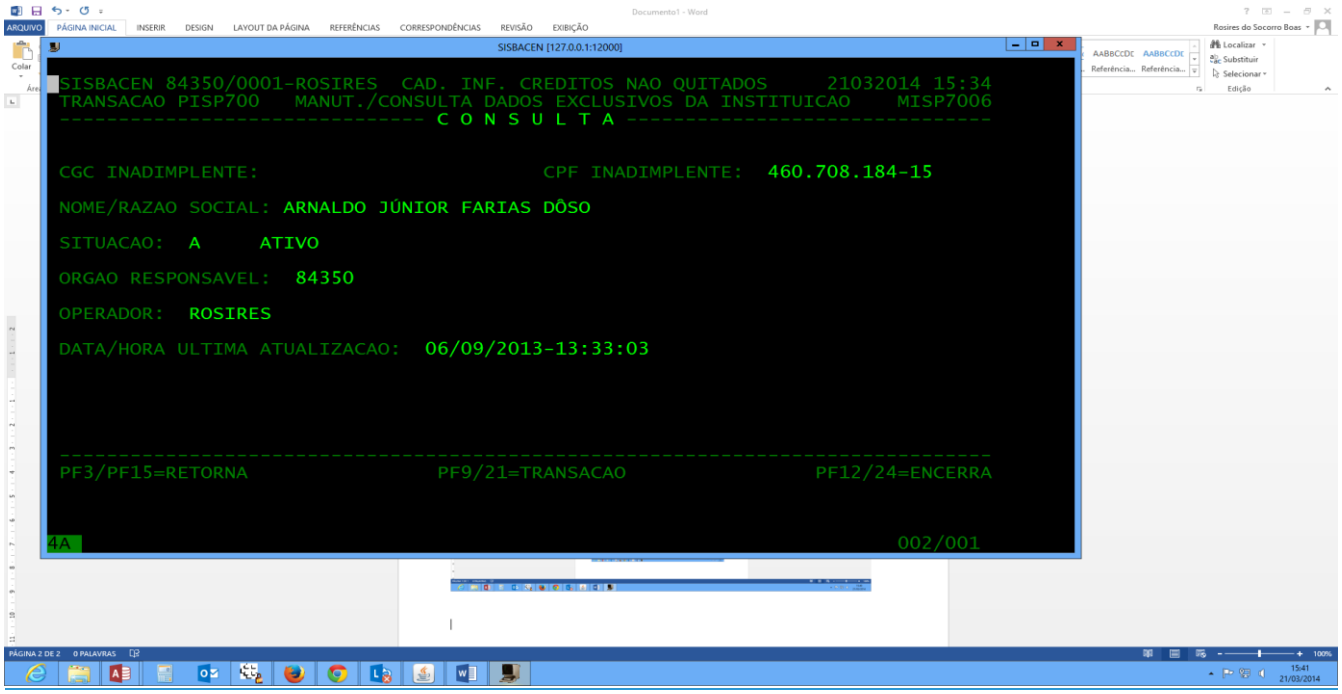
CV:355/2006



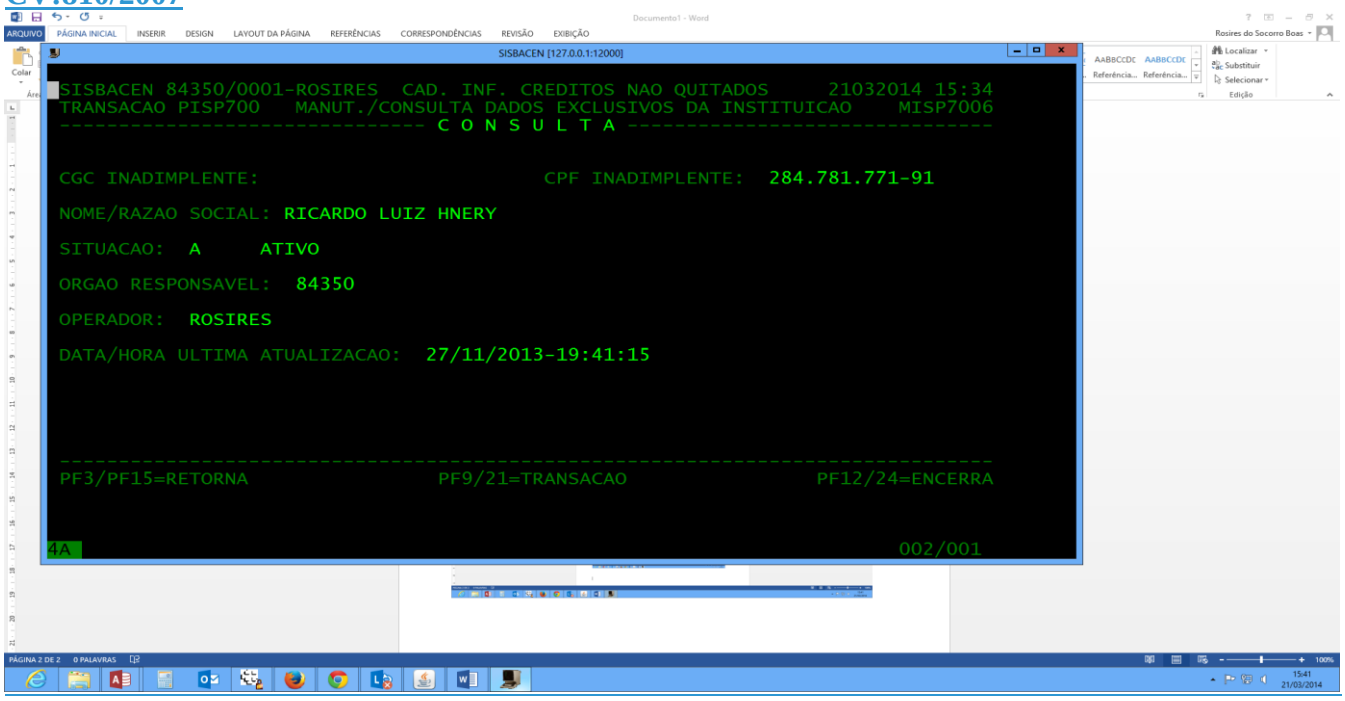
CV:206/2007



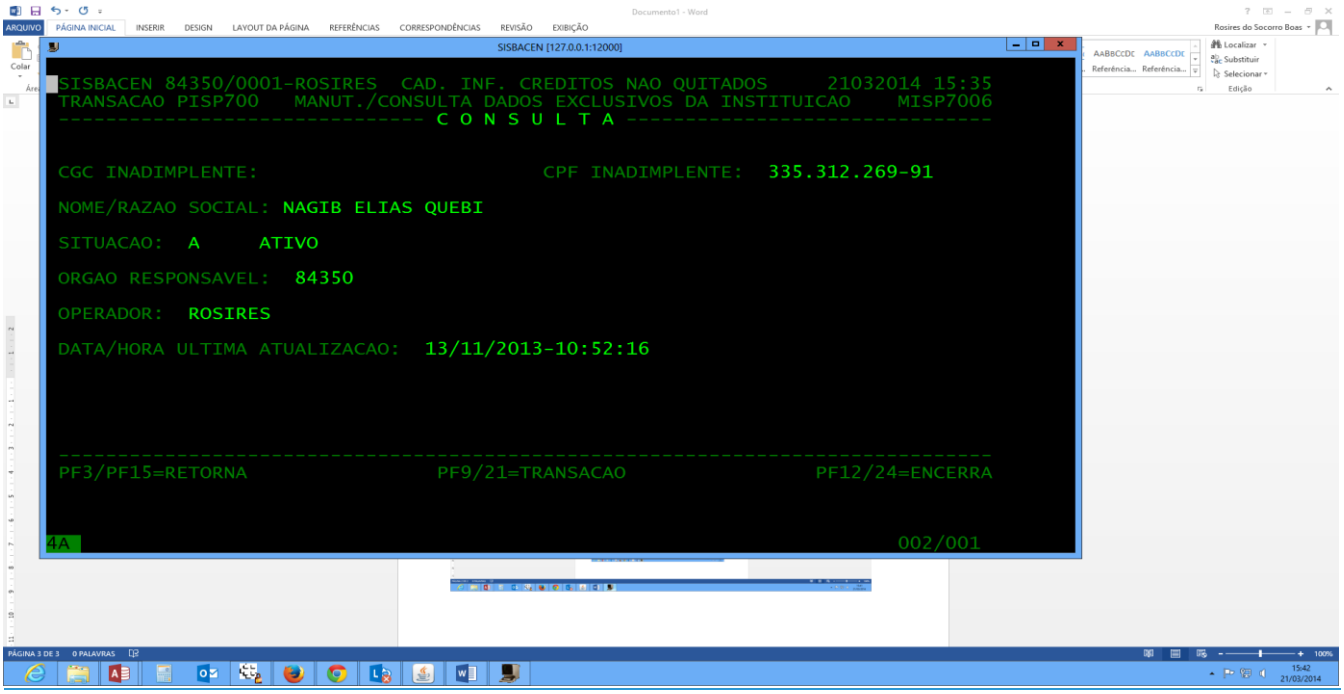
CV:097/2004



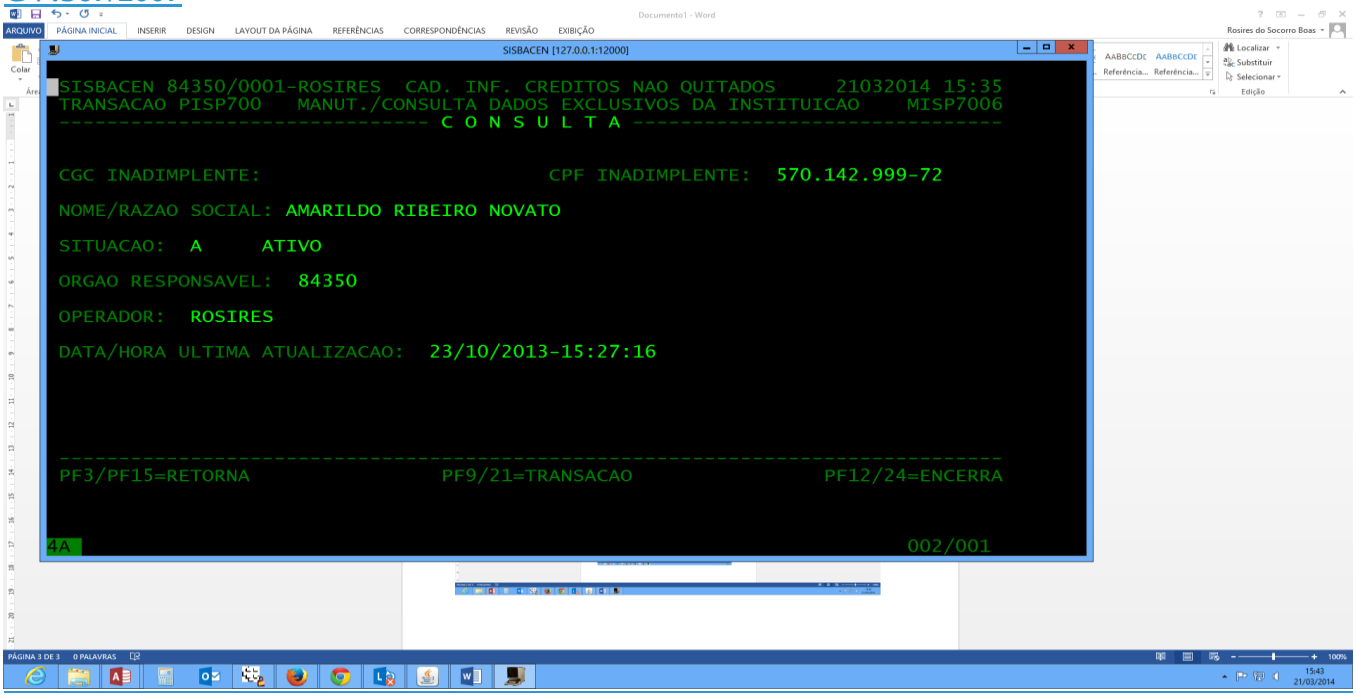
CV:810/2007



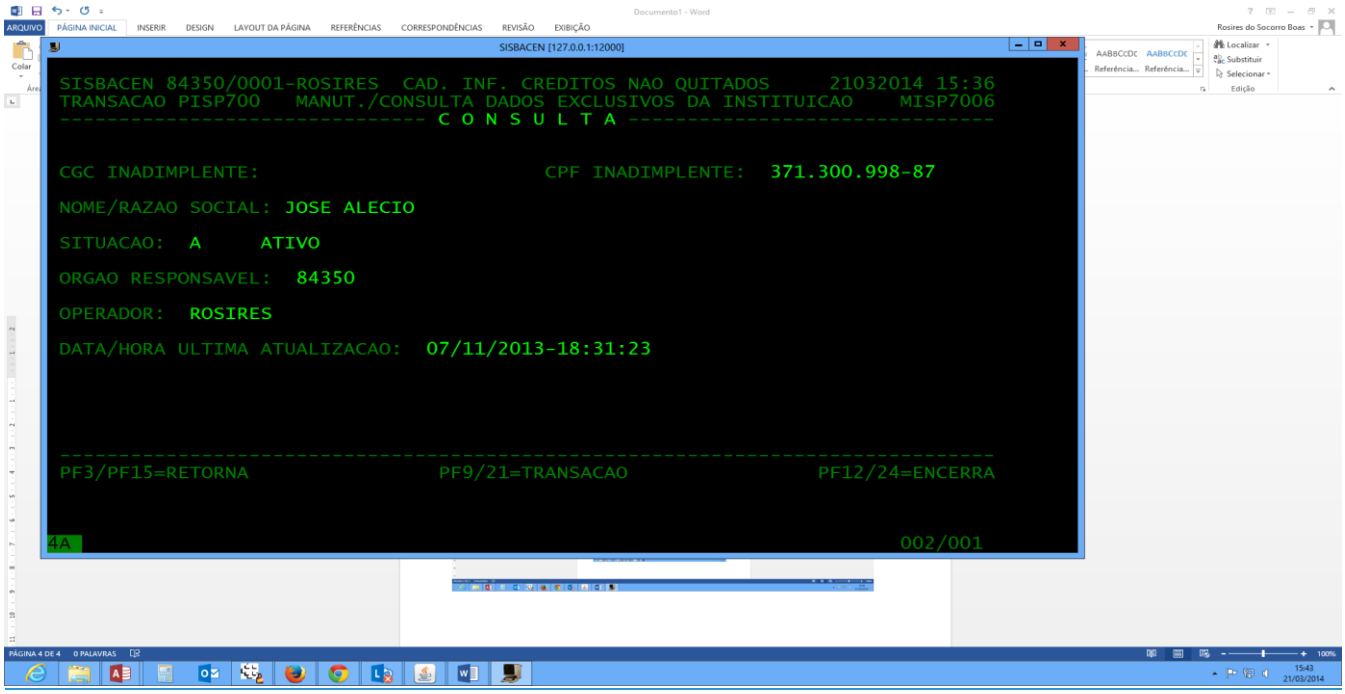
CV:306/2005



CV:367/2007



CV:730/2007


SISBACEN [127.0.0.1:12000]
SISBACEN 84350/0001-ROSIRES CAD. INF. CREDITOS NAO QUITADOS 21032014 15:36
TRANSACAO PISP700 MANUT./CONSULTA DADOS EXCLUSIVOS DA INSTITUICAO MISP7006
C O N S U L T A
CGC INADIMPLENTE:
CPF INADIMPLENTE: 371.300.998-87
NOME/RAZAO SOCIAL: JOSE ALECIO
SITUACAO: A ATIVO
ORGAO RESPONSAVEL: 84350
OPERADOR: ROSIRES
DATA/HORA ULTIMA ATUALIZACAO: 07/11/2013-18:31:23
PF3/PF15=RETORNA
PF9/21=TRANSACAO
PF12/24=ENCERRA
4A
002/001

ANEXOS
CGRL

ANEXO I/CGRL - PLANILHAS COM AS CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES CELEBRADAS EM 2013.

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2013								
CT	**Modalidade de Contratação**	**Favorecido**	**CNPJ**	**Data da Assinatu-ra**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**	**Sta-tus**
001/2013	Concorrência nº 01/2012	ARTPLAN COMUNICAÇÃO S/A	33.673.286 /0004-78	06/03/2013	05/03/2014	50.000.000,00	Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.	VI-GEN TE
002/2013	Concorrência nº 01/2012	BEES PUBLICIDADE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA	06.326.015 /0001-20	06/03/2013	05/03/2014	50.000.000,00	Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, bem como promover a venda de bens ou serviços, difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou informar o público em geral.	VI-GEN TE
003/2013	Adesão Ata de Registro de Preços n 24/2012 - MRE	ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	37.977.691 /0007-83	22/02/2013	21/02/2014	757.940,00	Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de serviços de instalação e manutenção, por demanda, de painéis, divisórias, portas e complementos, forros e luminárias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em seu apêndice, para uso nas instalações do Contratante.	VI-GEN TE
004/2013	Inexigibilida-de de licitação nº 002/2012	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111 /0001-07	21/01/2012	21/03/2015	61.371,15	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de processamento de dados, Apuração Especial de Base do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ, conforme estabelecido no convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e o Ministério	VI-GEN TE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2013								
CT	**Modalidade de Contratação**	**Favorecido**	**CNPJ**	**Data da Assinatu-ra**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**	**Sta-tus**
							do Turismo, em 1º de fevereiro de 2012, publicado no DOU em 13 de fevereiro de 2012, respeitadas as disposições contidas nas Instruções Normativas 19 e 20 da SRF e às demandas COTEC nºs 0055 e 0056/2012.	
005/2013	Pregão Eletrônico nº 03/2010	MIRANDA TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	24.929.614 /0001-10	29/03/2013	08/05/2014	983.333,30	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, adquiridas preferencialmente de empresas de bandeira nacional, para atender às necessidades de deslocamentos dos servidores e colaboradores eventuais do Ministério do Turismo, quando em viagem a serviço, através do posto de atendimento da Contratada ou de PTA - Prepaid Ticket Advice.	VI-GEN TE
006/2013	Dispensa de Licitação nº 028/2013	FGV - Fundação Getúlio Vargas	33.641.663 /0001-44	01/04/2013	30/01/2014	1.687.000,00	Prestação de serviços pela Contratada para realização de estudo técnico denominado "Índice de Competitividade do Turismo Nacional", por meio de investigação em campo, em 65 destinos turísticos (municípios), com a finalidade de gerar indicadores sobre o desenvolvimento do setor de turismo nas diferentes dimensões e variáveis do estudo.	VI-GEN TE
007/2013	Pregão Eletrônico nº 01/2013	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA	00.097.626 /0001-68	04/04/2013	31/12/2013	130.206,73	Fornecimento por empresa distribuidora, administradora, ou do comércio varejista de combustíveis, de: Item 01) diesel, Item 02) etanol e Item 03) gasolina comum; para abastecimento dos Veículos Oficiais e do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Ministério do Turismo, por demanda, conforme quantidades e especificações descritas no Edital e seus Anexos, a ser prestado para o Contratante.	EN-CER RA-DO
008/2013	Inexigibilida-de de Licitação nº 001/2013	REED EHXIBITIONS ALCÂNTARA MACHADO	02.162.646 /0001-09	23/04/2013	22/08/2013	51.307,00	Prestação de serviço, pela Contratada, de locação de espaço com 50 m² no World Travel Market Latin America 2013, a realizar-se no Transamérica Expo Center, Avenida Dr. Mário Villas Boas Rodrigues, nº 387, Santo Amaro, São Paulo, de 23 a 25 de abril de 2013, para fins de participação do Ministério do Turismo.	EN-CER RA-DO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2013								
CT	**Modalidade de Contratação**	**Favorecido**	**CNPJ**	**Data da Assinatu-ra**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**	**Sta-tus**
009/2013	Pregão Eletrônico nº 04/2013	LR10 PRODUCOES E LOGISTICA LTDA – ME	12.523.311 /0001-14	14/05/2013	31/05/2013	59.379,80	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, contemplando as atividades correlacionadas e de suporte à organização e execução do Encontro Nacional do Turismo, nos dias 15 e 16 de maio de 2013, por demanda, conforme Edital e seus Anexos.	EN-CER RA-DO
010/2013	Pregão Eletrônico nº 03/2013	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA	00.710.799 /0001-00	28/05/2013	27/05/2014	1.775.000,00	Cessão de direito de uso de licenças de softwares da plataforma Microsoft, na modalidade Enterprise Agreement Subriscription (EAS) anual, com os benefícios do Software Assurance (SA), para as estações de trabalho e para os equipamentos servidores, em atendimento às necessidades do Ministério do Turismo e da Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo, conforme especificações contidas no Termo de Referência anexo I do Edital.	VI-GEN TE
011/2013	Pregão Eletrônico nº 02/2013	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EMBRATEL	33.530.486 /0001-29	28/05/2013	27/05/2014	133.798,05	Prestação de serviços de telecomunicações com fornecimento de circuito de comunicação de dados ponto a ponto e de acesso dedicado à Internet em alta disponibilidade para o Ministério do Turismo e a Embratur, por item, conforme descrito no Edital e em seus anexos.	VI-GEN TE
012/2013	Pregão Eletrônico nº 02/2013	CTBC MULTIMIDIA DATA NET S/A	04.622.116 /0001-13	28/05/2013	27/05/2014	165.100,00	Prestação de serviços de telecomunicações com fornecimento de circuito de comunicação de dados ponto a ponto e de acesso dedicado à Internet em alta disponibilidade para o Ministério do Turismo e a Embratur, por item, conforme descrito no Edital e em seus anexos.	VI-GEN TE
013/2013	Dispensa de Licitação nº 100/2013	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS	43.942.358 /0001-46	21/06/2013	18/12/2013	3.960.554,00	Realização de estudo técnico denominado *"Caracterização, Dimensionamento da Demanda Turística e Estudo de Impactos Econômicos e Sociais da Copa das Confederações*".	EN-CER RA-DO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2013								
CT	**Modalidade de Contratação**	**Favorecido**	**CNPJ**	**Data da Assinatu-ra**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**	**Sta-tus**
014/2013	Inexigibilida-de de Licitação nº 002/2013	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	00.360.305 /0001-04	29/05/2013	28/05/2015	697.000.000,0 0	Prestação de serviços pela Contratada, consistentes na operacionalização de Projetos de Infraestrutura Turística apoiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, enquadrados na Ação "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", gerida pelo Contratante, lastreados com recursos consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferência obrigatória, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pela Contratante.	VI-GEN TE
16/2013	Pregão Eletrônico nº 05/2013	LAICOM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	00.850.172 /0001-54	12/07/2013	11/07/2014	59.945,00	Prestação de serviços continuados de manutenção de veículos automotores, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, compreendendo mecânica e elétrica, lanternagem e pintura, balanceamento de roda e alinhamento de direção, assistência de socorro mecânico, capotaria e tapeçaria, troca de óleo e lubrificante, reparo e troca de pneu/roda (borracharia), ar condicionado, substituição de vidro e película de controle solar, serviço acessório de som veicular, e serviços de manutenção/revisão de veículos cobertos pela garantia de fábrica nas oficinas das empresas concessionárias do (s) fabricante (s) dos veículos, nas viaturas de propriedade do Ministério do Turismo, conforme especificações descritas no Edital e seus Anexos.	VI-GEN TE
17/2013	Inexigibilida-de de Licitação nº 003/2013	ASSOCIAÇÃO PETRAS DE PROMOÇÃO E DEFESA DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA	14.524.145 /0001-04	19/07/2013	16/10/2013	1.433.528,46	Locação de espaço com 3.323m² na Expocatólica, a realizar-se no Riocentro – Av. Senador Allende, 6555 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ, destinada para a promoção dos 19 estados participantes e estande do Ministério do Turismo (incluindo a montagem).	EN-CER RA-DO
018/2013	Dispensa de Licitação nº 114/2013	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS - COPPETEC	72.060.999 /0001-75	24/07/2013	19/01/2014	646.400,00	“Pesquisa de Movimentação de Turistas, nacionais e internacionais, visitantes da jornada mundial da juventude 2013".	EN-CER RA-DO

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2013								
CT	**Modalidade de Contratação**	**Favorecido**	**CNPJ**	**Data da Assinatu-ra**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**	**Sta-tus**
019/2013	Pregão Eletrônico nº 08/2013	POSITIVO INFORMÁTICA S/A	81.243.735 /0001-48	24/07/2013	23/07/2016	649.988,20	Aquisição de 340 microcomputadores	VI-GEN TE
020/2013	Inexigibilida-de de Licitação nº 006/2013	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS - ABAV	27.287.283 /0001-50	30/08/2013	27/11/2013	5.500.000,00	Prestação de serviço de locação de espaço com 10.000m² no 41º Congresso Brasileiro de Agências de Viagem - Ferira das Américas - ABAV 2013, a realizar-se no Anhembi Parque, entre os dias 04 a 08 de setembro de 2013, para fins de participação do Ministério do Turismo, dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal.	EN-CER RA-DO
021/2013	Pregão Eletrônico nº 013/2013	MAPFRE SEGUROS	61.074.175 /0001-38	13/09/2013	12/09/2014	5.270,00	Contratação de empresa para fornecimento de Seguro Total, para os veículos da frota oficial do Ministério do Turismo, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.	VI-GEN TE
022/2013	Inexigibilida-de de Licitação nº 007/2013	MARTA ROSSI E SILVA ZORZANELLO FEIRAS E EMPREENDIMENTOS LTDA – EPP	92.081.926 /0001-77	06/11/2013	05/12/2013	100.000,00	Locação de espaço com 108 m² com a prestação de serviço de montagem e desmontagem do estande institucional, pela Contratada, no "25º Festival do Turismo de Gramado", a realizar-se no Centro de Feiras e Eventos Serra Park, localizado na Viação Férrea, nº 100, Bairro Três Pinheiros – Gramado – RS, de 07 a 10 de novembro de 2013, para fins de participação do Ministério do Turismo.	EN-CER RA-DO
023/2013	Concorrência Técnica e Preço	PETROCCHI CONSULTORIA LTDA	04.813.197 /0001-39	13/12/2013	12/01/2015	1.366.400,00	Contratação de consultoria especializada para desenvolver a atividade "Diagnóstico e Plano Estratégico de Marketing Turístico do Brasil,	VI-GEN TE
024/2013	Dispensa de Licitação nº 161/2013	ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	34.028.316 /0007-07	10/12/2013	09/12/2014	800.000,00	Prestação de Serviços de Correios e Telégrafos	VI-GEN TE
025/2013	Inexigibilida-de de Licitação nº 008/2013	ACECO TI S.A.	43.209.436 /0001-06	31/12/2013	30/12/2014	3.560.100,00	Contratação de empresa para fornecimento de um ambiente seguro e de alta disponibilidade para a infraestrutura central de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo – Sala-cofre, em atendimento às necessidades do Ministério do	VI-GEN TE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2013								
CT	**Modalidade de Contratação**	**Favorecido**	**CNPJ**	**Data da Assinatu-ra**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**	**Sta-tus**
							Turismo, conforme especificações contidas no Projeto Básico.	
026/2013	Pregão Eletrônico nº 07/2013	CLARO S/A	40.432.544 /0001-47	31/12/2013	30/12/2014	1.005.385,30	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, com fornecimento de aparelho em regime de comodato, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.	VI-GEN TE
027/2013	Pregão Eletrônico nº 07/2013	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A – EMBRATEL	33.530.486 /0001-29	31/12/2013	30/12/2014	188.246,80	Prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP, para comunicação de voz e dados, por demanda, conforme condições e especificações presentes no edital e seus anexos, para o perfil de tráfego estimado.	VI-GEN TE
028/2013	Dispensa de Licitação nº 196/2013	FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	43.942.358 /0001-46	18/12/2013	17/08/2015	3.960.554,00	Prestação de serviços pela Contratada para realização de pesquisa sobre a "Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil, receptivo e emissivo, e sobre a contagem do fluxo turístico aéreo receptivo e emissivo no Brasil, para o ano de 2014".	VI-GEN TE
029/2013	Dispensa de Licitação nº 197/2013	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV	33.641.663 /0001-44	16/12/2013	15/12/2015	1.941.000,00	Prestação de serviços pela Contratada para realização de estudo técnico especializados em "Pesquisas de Sondagens de Expectativas Empresariais e do Consumidor do Setor de Turismo", por meio de Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo – PACET, Boletim de Desenvolvimento Econômico do Turismo – BDET e Sondagem de Expectativa do Consumidor – Intenção de Viagem.	VI-GEN TE
030/2013	Pregão Eletrônico nº 15/2013	BRASAL COMBUSTÍVEIS LTDA	00.097.626 /0001-68	02/01/2014	31/12/2014	120.877,00	Fornecimento por empresa distribuidora, administradora, ou do comércio varejista de combustíveis, de: Item 01) diesel, Item 02) etanol e Item 03) gasolina comum; para abastecimento dos Veículos Oficiais e do Grupo Gerador de Energia Elétrica Emergencial do Ministério do Turismo, por demanda.	VI-GEN TE

CONTRATOS CELEBRADOS EM 2013								
CT	**Modalidade de Contratação**	**Favorecido**	**CNPJ**	**Data da Assinatu-ra**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**	**Sta-tus**
031/2013	Concorrência Técnica e Preço	PETROCCHI CONSULTORIA LTDA e MOVING CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	04.813.197 /0001-39	30/12/2013	29/09/2014	1.160.000,00	Contratação de Instituição Especializada para Elaboração de Plano para a Região Turística: Serras Gaúcha e Catarinense.", prevista na Matriz de Investimento do Programa. - Contrato nº 2229/OC-BR – BID	VI-GEN TE
032/2013	Pregão Eletrônico nº 17/2013	NCT INFORMÁTICA LTDA.	03.017.428 /0001-35	30/12/2013	29/12/2016	313.750,00	Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamento de firewall do tipo Appliance incluindo a atualização tecnológica, suporte técnico e garantia para atender as necessidades do MTur, conforme condições e especificações técnicas descritas no Edital e seus anexos.	VI-GEN TE
034/2013	Adesão à Ata de Registro de Preços nº 18/2013 - MI	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	02.277.205 /0001-44	31/12/2013	30/12/2014	1.704.288,00	Contratação de Atualização e Licenciamento de Antivírus e Software de Backup, para a versão comercial mais recente à época do fornecimento, incluindo suporte técnico e direito de atualização de versão durante o período de vigência do contrato, conforme condições e especificações técnicas na Ata de Registro de Preços resultante do Pregão Eletrônico SRP nº 026/2013 e seus Anexos.	VI-GEN TE
036/2013	Concorrência Técnica e Preço	THR, ASESORES EM TURISMO HOTELARIA y RECREACION S/A	Registro Mercantil nº A-58081381	30/12/2013	29/09/2014	998.941,50	Seleção para contratação de empresa para "Elaboração de Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo Regional da Rota das Emoções.	VI-GEN TE

AQUISIÇÕES CELEBRADAS EM 2013 QUE NÃO GERARAM CONTRATOS				
TC/ATA	**Favorecido**	**CNPJ**	**Valor Contratado**	**Objeto**
Termo de Compromisso 001/2013	Imprensa Nacional	04.196.645/0001-00	250.000,00	Prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União.
Ata de Registro de Preços nº 01/2013	DIAMOND - PROMOÇÕES E EVENTOS	01.393.179/0001-57	80.149,00	Registro de Preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos, envolvendo as atividades correlacionadas e de

AQUISIÇÕES CELEBRADAS EM 2013 QUE NÃO GERARAM CONTRATOS				
TC/ATA	**Favorecido**	**CNPJ**	**Valor Contratado**	**Objeto**
				suporte para organização e execução das Reuniões Ordinárias do Conselho Nacional de Turismo conforme condições e especificações constantes do Edital e em seus Anexos.
Ata de Registro de Preços nº 02/2013	POLY COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP	04.522.053/0001-23	74.042,70	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.
Ata de Registro de Preços nº 03/2013	TEXPEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E SERVICOS LTDA – EPP	03.485.146/0001-62	10.869,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.
Ata de Registro de Preços nº 04/2013	RT COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME	10.336.598/0001-48	8.085,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.
Ata de Registro de Preços nº 05/2013	INFORGERAIS EIRELI - ME	18.387.009/0001-62	9.871,50	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.
Ata de Registro de Preços nº 06/2013	CNHS INFORMATICA LTDA - ME	11.932.777/0001-00	21.525,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.
Ata de Registro de Preços nº 07/2013	WJ GRAFICA EDITORA E PAPELARIA LTDA - ME	00.694.534/0001-65	48.047,90	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.
Ata de Registro de Preços nº 08/2013	TAVI PAPELARIA MATERIAIS DE ESCRITORIO E INFORMATICA LTDA - ME	92.067.073/0001-19	2.859,60	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.
Ata de Registro de Preços nº 09/2013	STILOPLAST INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP	00.455.659/0001-32	46.630,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, conforme condições e especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2013 Além dos Contratos que foram celebrados em 2013, vigeram, nesse período, os seguintes:				
Favorecido	**CNPJ**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**
Unique Rent a Car Locadora de Veículos Ltda Epp.	06.320.095/0001-07	31/01/2013	3.359.516,16	O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, para transporte de pessoal, documentos e pequenas cargas, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia) para atender às necessidades do Ministério do Turismo em âmbito nacional, de forma continuada, por item.
AGNELO PACHECO CRIAÇÃO E PROPAGANDA LTDA	54.779.343/0001-25	06/03/2013	25.000.000,00	Prestação de serviço de publicidade do contratante compreendidos: estudo, concepção, criação, execução interna, supervisão de execução externa e distribuição de campanhas e peças publicitárias.
GREY 141 GROUP BRASIL COMUNIÇÃO LTDA	01.621.063/0003-90	06/03/2013	25.000.000,00	Prestação de serviço de publicidade do contratante compreendidos: estudo, concepção, criação, execução interna, supervisão de execução externa e distribuição de campanhas e peças publicitárias.
Laicom Comércio e Serviços Ltda.	00.850.172/0001-54	01/04/2013	66.099,00	Prestação de serviços de manutenção de veículos automotores e assistência de socorro mecânico, elétrica e lanternagem em geral, borracharia, serviço de guincho, vidraçaria, capotaria, tapeçaria e pintura, com fornecimento de peças originais dos fabricantes dos veículos e de materiais necessários ao seu perfeito funcionamento, nas viaturas de propriedade deste Ministério
Antônio Venâncio da Silva Empr. Imobiliários Ltda.	00.320.523/0001-15	14/01/2014	931.367,56	Locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, localizado no SCN - Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco "A", Edifício Super Center Venâncio 3000, 10º e 12º Andar, em Brasília/DF, descritos e caracterizados na Escritura Pública expedida pelo Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.
Americel S.A.	01.685.903/0001-16	30/12/2013	241.578,51	Serviço de Telefone Móvel Pessoal – SMP, de acordo com as especificações constantes do Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preços no 029/2007 realizado pelo Ministério da Fazenda.
BOLSONI TECNOLOGIA E TURISMO LTDA.	00.315.828/0001-39	25/08/2013	1.021.800,00	Contratação de empresa especializada para desenvolver a criação, implantação e atualização do Portal do Ministério do Turismo na internet para atender as necessidades do Contratante.
Antônio Venâncio da Silva Empr. Imobiliários Ltda.	00.320.523/0001-15	28/12/2013	746.307,98	Locação de imóvel de propriedade da LOCADORA, localizado no SCN - Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco "A", Edifício Super Center Venâncio 3000, 11º Andar, em Brasília/DF, descritos e caracterizados na Escritura Pública expedida pelo Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal.
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	34.028.316/0007-07	09/12/2013	750.000,00	Prestação de Serviços de Correios e Telégrafos.

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2013 Além dos Contratos que foram celebrados em 2013, vigeram, nesse período, os seguintes:				
Favorecido	**CNPJ**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**
Tellus S/A Informática e Telecomunicações	24.935.454/0001-12	28/12/2014	4.602.280,32	Prestação, pela Contratada, de serviços de planejamento, implantação, operação e gestão dos serviços de teleatendimento receptivo e ativo nas formas de atendimento eletrônico e humano na modalidade Contact Center aos usuários e ao público em geral do Contratante, dotada das instalações físicas, infraestrutura de engenharia de redes locais de computadores e rede interna (elétrica e cabeamento estruturado), adequações ambientais, engenharia de telecomunicações (equipamentos da plataforma de comunicação de voz e integração CTI - Computer Telephony Integration), mobiliário, recursos para operação (logística e materiais administrativos) e recursos humanos.
GVT - Global Village Telecom Ltda.	03.420.926/0011-04	14/05/2014	2.639.996,28	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel), na modalidade Local e Nacional, a ser executado de forma contínua, visando atender às demandas do Contratante, em conformidade com o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 037/2008-MP e a Proposta Técnica da Contratada, que se constituem em partes integrantes deste Contrato, independentemente da transcrição.
Eulete Rezente de Lacerda	143.755.081-91	12/04/2014	94.082,68	Locação de imóveis de propriedade da LOCADORA, localizado no SOF / SUL, Quadra 04, Conjunto A, Lotes 05 e 07, em Brasília/DF.
Visão Administração e Serviços Profissionais Ltda.	01.708.458/0001-62	27/07/2014	2.177.722,44	Prestação de serviços de apoio às atividades administrativas, de copeiras, garçons, recepcionistas, office-boy/contínuo e encarregado geral, com fornecimento de material, por demanda, a serem executados de forma contínua no âmbito do Ministério do Turismo.
SITRAN - Empresa de Segurança Ltda.	02.005.031/0001-60	30/09/2014	1.489.097,04	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio às atividades administrativas de vigilância armada e desarmada, por demanda, a serem executadas de forma contínua, no âmbito do Ministério do Turismo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão nº 07/2009 e seus Anexos.
OS Informatica Ltda.	01.567.165/0001-02	28/12/2013	568.180,48	Manutenção e suporte, com fornecimento de componentes/peças de reposição, suprimentos e papel e a gestão de toda impressão eletrônica de documentos gerados, conectadas ou não na rede.
HEWLETT - PACKARD BRASIL LTDA.	61.797.924/0007-40	25/12/2013	24.000,00	Aquisição de 4 “Notebooks”.
Liga Engenharia Indústria e Comércio Ltda	26.972.885/0001-84	21/06/2014	206.898,12	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de ar condicionado dos Blocos “U” do Ministério do Turismo, localizada na Esplanada dos Ministérios, bloco U, 2º e 3º andares, em Brasília/DF, consoante especificações descritas no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 018/ANA/2009 e seu respectivo Anexo II.

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2013 Além dos Contratos que foram celebrados em 2013, vigeram, nesse período, os seguintes:				
Favorecido	**CNPJ**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**
EUREXPRESS Travel Viagens e Turismo Ltda.	03.600.863/0001-98	28/03/2013	2.950.000,00	Fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, adquiridas preferencialmente de empresas de bandeira nacional, para atender às necessidades de deslocamentos dos servidores e colaboradores eventuais do Ministério do Turismo, quando em viagem a serviço, através do posto de atendimento da Contratada ou de PTA - Prepaid Ticket Advice.
Engemil - Eng., Empr., Manut. E Instalações Ltda.	04.768.702.0001-70	08/06/2014	747.638,75	Execução dos serviços eventuais de instalação, conservação e recuperação de pisos, revestimentos, paredes, tetos e impermeabilização, assim como serviços de adequação física das instalações civis, com o fornecimento de materiais e aplicados de acordo com a demanda da Contratante, observadas as condições e especificações estabelecidas neste Contrato e seus anexos.
PH Serviços e Administração Ltda.	06.090.065/0001-51	12/07/2014	2.643.760,80	Prestação de serviços de Secretariado, por demanda, de forma contínua, objetivando suprir as necessidades do Ministério do Turismo, em Brasília/DF, conforme condições e especificações constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2010 e seus Anexos.
LDC - Linha Direta Comunicação S/S	00.635.197/0001-35	26/09/2014	240.000,00	Contratação de empresa especializada em Clipping de Vídeo para a prestação dos serviços de fornecimento de assinatura de um Banco de Dados atualizado diariamente, contendo imagens, som e textos, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.
CTIS - Informática Ltda.	01.644.731/0001-32	01/12/2014	8.578.219,10	Prestação de serviços de Assessoria Técnica e Sustentação de Produtos e serviços de Tecnologia da Informação (TI) do Ministério do Turismo.
ABNT	33.402.892/0001-06	16/12/2013	250.000,00	Sessão do direito de disponibilizar no portal institucional do MTur o acesso as normas Brasileiras Públicas no âmbito do Comitê Brasileiro de Turismo e Mercosul
Panacopy	37.165.529/0001-75	09/05/2014	679.500,00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de cópias e impressão monocromáticas e policromáticas, plastificação, encadernação e acabamento, incluindo fornecimento de mão de obra, para operação dos equipamentos, e de todos os insumos necessários à execução dos serviços, inclusive papel e transparências, mediante a instalação de Centrais Reprográficas.
INTERATIVA-DEDETIZAÇÃO	05.058.935/0001-42	15/05/2014	663.004,08	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e asseio, incluindo-se o fornecimento de todo o material de consumo e demais equipamentos necessários, de forma contínua à execução adequada dos serviços, no âmbito do Ministério do Turismo, por demanda.
5 Estrelas	03.557.312/0001-99	30/06/2014	654.000,00	Prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e local de mobiliário, bagagem e bens pessoais de servidores transferidos e de seus dependentes, bem como de mobiliário em geral, cargas, documentos e demais objetos de propriedade ou de interesse do Ministério do Turismo, em todo o território nacional.

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2013 Além dos Contratos que foram celebrados em 2013, vigeram, nesse período, os seguintes:				
Favorecido	**CNPJ**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**
FSB Comunicação e Planejamento Estratégico	03.585.183/0004-95	07/12/2014	8.125.000,00	Prestação dos serviços de Comunicação Institucional e de Relações Públicas, para prestar serviços de consultoria, análise, planejamento estratégico, assessoria de comunicações e relações públicas de acordo com as condições e especificações constantes deste Instrumento e do Projeto Básico - Anexo I, do Edital de Concorrência nº 01/2011.
CEB Distribuição S.A.	07.522.669/0001-92	07/09/2014	264.000,00	Regular, exclusivamente, segundo estrutura da tarifa de Baixa Tensão, o fornecimento de energia elétrica ao Contratante, pela Contratada, necessária ao funcionamento de sua instalação localizada (s) em diversos pontos do Distrito Federal, sob sua responsabilidade, com exceção da Iluminação Pública.
Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A – EMBRATEL	33.530.486/0001-29	17/10/2013	487,20	Serviços de Telefonia Fixa Comutável (STFC) - Internacional (Fixo para Fixo) - Adesão MPOG.
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	00.360.305/0001-04	30/04/2014	8.000.000,00	Prestação de serviços pela Contratada, na operacionalização dos Programas e das Ações geridos pelo Contratante, lastreados com recursos de investimentos, consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferências voluntárias, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pelo Contratante.
Banco do Brasil	00.000.000/0001-91	22/08/2014	21,90	Regulamentar a prestação, pelo BANCO, dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos na forma da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 30 de abril de 2008, com as alterações introduzidas pela Instrução Normativa SLTI/MP nº 03, de 15 de outubro de 2009, bem como viabilizar o acesso do MTur aos saldos, extratos e movimentação dos recursos das referidas CONTAS.
FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	03.470.727/0016-07	14/03/2015	245.237,50	Fornecimento ao Contratante, pela Contratada, de 5 (cinco) veículos
PELTIER COMERCIO IND. LTDA	62.743.539/0001-98	09/02/2013	20.913,90	Serviços de infraestrutura de rede de fibra ótica, para conectar, sob demanda, os órgãos públicos com a rede de computadores do governo Federal denominada Infovia Brasília, abrangendo o fornecimento de materiais, instalação e certificação de infraestrutura de fibras.
BR DISPLAYS LTDA - ME	42.941.690/0001-23	26/03/2014	637.147,04	Prestação de serviço de confecção de Placas, Plaquetas, Lacres e Caixas de Papelão para atender as necessidades do Contratante, em âmbito nacional, de forma continuada e por demanda, referentes à Classificação de Meios de Hospedagem.
Prisma Sys Informática Comércio e Representações Ltda	38.068.664/0001-65	02/05/2014	9.000,00	Aquisição de 02 (duas) licenças de *software* de consulta, extração de dados e relatórios do SIAFI que possibilite facilitar o planejamento e a análise de execução orçamentária e financeira, atendendo a

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2013 Além dos Contratos que foram celebrados em 2013, vigeram, nesse período, os seguintes:				
Favorecido	**CNPJ**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**
				demanda dos setores que promovem a administração financeira do Contratante, além de prover a transparência e otimização das ações orçamentárias.
3R LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TURISMO LTDA -ME	10.660.342/0001-91	21/05/2014	1.108.707,84	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, sendo Motorista Executivo e Motorista de Carro Leve, objetivando suprir as necessidades da Contratante, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
WR COMERCIAL DE ALIMENTOS E SERVIÇOS LTDA.	06.091.637/0001-17	11/06/2014	207.479,04	Prestação de serviços de Atividades Complementares, por demanda, de forma contínua, Carregador, objetivando suprir as necessidades da Contratante, relativas ao desenvolvimento de suas atividades, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
Servix Informática Ltda	01.134.191/0001-47	12/09/2013	1.131.000,00	Fornecimento de solução de virtualização de servidores, armazenamento e backup, envolvendo equipamentos e software de infra- estrutura de tecnologia da informação, serviços de instalação, implementação, configuração, treinamento e suporte técnico.
NCT INFORMÁTICA LTDA.	03.017.428/0001-35	14/08/2015	284.000,00	Firewall - contratação de Solução de Segurança de Redes, composta de equipamento do tipo Appliance e Gerenciamento Centralizado, incluindo serviços de instalação, transferência de tecnologia, suporte, assistência técnica, manutenção e garantia
INSTITUTO BLAISE PASCAL	07.787.415/0001-04	31/07/2014	6.698,00	Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços, por Agente de Integração, para fins de execução do estágio no âmbito do Contratante, com a atribuição de intermediar, junto às instituições de ensino médio e superior, a celebração de Termo de Compromisso com estudantes interessados em estágios.
ALLIANZ SEGUROS S/A	61.573.796/0001-66	12/08/2013	6.993,15	Fornecimento de seguro total para os veículos da frota oficial do contratante, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistro, roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.
C M FERREIRA RAMOS – EPP	06.050.372/0001-09	02/09/2014	54.517,80	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do Contratante na Região Norte (Item 01), conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2013 Além dos Contratos que foram celebrados em 2013, vigeram, nesse período, os seguintes:				
Favorecido	**CNPJ**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**
TATIANNY LOCKS VITORETI - ME	10.858.502/0001-01	02/09/2014	483.909,50	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do Contratante nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, respectivamente, referente aos Itens: 02, 04 e 05, conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
VIP SERVICE CLUB	02.605.452/0001-22	02/02/2014	51.900,00	Prestação de serviços de locação de veículos, para transporte de pessoal, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do Contratante na região Centro-Oeste (Item 03), conforme especificações e demais elementos, constantes do Edital e seus anexos.
ALGAR Tecnologia e Consultoria S.A	21.246.699/0031-60	27/09/2014	1.786.569,60	Prestação de serviços de hospedagem externa de equipamentos servidores, ativos de rede e sistemas nas modalidades Colocation Gerenciado e hosting, com monitoramento, gerenciamento e segurança física e lógica para a execução de aplicativos de missão crítica do Ministério do Turismo.
SIDECARD COMERCIO E SERVICOS DE CARTOES LTDA - ME	11.072.134/0001-34	24/09/2013	66.612,00	O presente contrato tem por objeto a prestação de serviço de confecção e emissão de Crachás de Identificação de Guia de turismo para atender às necessidades do Contratante em âmbito nacional, de forma continuada e por demanda.
Associação Brasileira de Agentes de Viagem – ABAV	27.287.283/0001-50	19/01/2013	168.120,00	Prestação de serviço, pela Contratada, de locação de espaço com 100m² e mezanino de 264m² no 40º Congresso Brasileiro de Agências de Viagem – Feira das Américas – ABAV 2012, a realizar-se no Riocentro – Av. Salvador Allende, 6555, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, de 24 a 26 de outubro de 2012, para fins de participação do Ministério do Turismo.
SAMIO BANDEIRA ME	14.860.358/0001-07	16/10/2014	42.800,00	Prestação de serviços no fornecimento e entrega diária de jornais e revistas, bem como o fornecimento das senhas de acesso online de todos os periódicos que disponibilizem esse serviço, conforme quantidade e especificações descritas no Edital e seus Anexos, a ser prestado para o Contratante.
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	33.683.111/0001-07	27/11/2013	33.417,00	Prestação de serviços de emissão de certificados digitais para servidores e-CPF (A3), dentro das especificações e normas da ICP-Brasil, em todas as unidades da federação.
Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	33.683.111/0001-07	27/12/2014	261.600,00	Prestação, pela Contratada à Contratante, de Serviços de Tecnologia da Informação e de Gerenciamento de Conexões à INFOVIA BRASÍLIA, necessários à consecução de suas atividades-fim.

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2013 Além dos Contratos que foram celebrados em 2013, vigeram, nesse período, os seguintes:				
Favorecido	**CNPJ**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**
ROSSI & ZORZANELLO LTDA - EPP	92.081.926/0001-77	21/02/2013	9.456,00	Viabilizar a participação do Ministério do Turismo no "24º Festival do Turismo de Gramado", a ser realizado no Centro de Feiras e Eventos Serra Park, localizado na Viação Férrea, no- 100, Bairro Três Pinheiros - Gramado/RS, no período de 22 a 25 de novembro de 2012, mediante a locação de espaço com 104m², com a prestação de serviço de montagem e desmontagem de estande institucional, disponibilização de recepcionistas, equipamentos e estrutura de funcionamento pela Contratada.
CY PRODUCOES E EVENTOS - EIRELI - EPP	08.856.095/0001-51	04/12/2013	99.426,07	Prestação de serviços de agenciamento de hospedagem, organização de eventos e serviços correlatos, na região nordeste, compreendendo o planejamento operacional, organização, execução e acompanhamento.
CAVIGLIA & CIA LTDA	61.633.095/0001-75	27/05/2013	889.336,08	Contratação de empresa especializada na fabricação e instalação de arquivos deslizantes mecânicos e subsistemas de segurança da infraestrutura correlatos
HBL Carimbos	72.649.361/0001-74	20/12/2013	23.204,00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de fornecimento de carimbos, por demanda, para atender as necessidades do Ministério do Turismo, em Brasília-DF.
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.	09.168.704/0001-42	06/12/2014	300.000,00	Distribuição, pela Contratada, da publicidade legal de interesse do Contratante nos Jornais de Circulação Nacional, excluindo-se a distribuição de publicidade legal feita nos órgãos ou veículos de divulgação oficiais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	43.942.358/0001-46	16/07/2014	3.281.369,00	Realização de pesquisa econômica estrutural sobre a caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil – receptivo e emissivo e contagem do fluxo turístico emissivo e receptivo, terrestre e aéreo no Brasil, para o ano de 2013.
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV	33.641.663/0001-44	12/12/2013	917.000,00	Serviços técnicos especializados para a continuidade das Pesquisas econômica conjuntural de Sondagens de Expectativas Empresariais e do Consumidor do Setor de Turismo, já realizados pelo Ministério do Turismo.
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.	09.168.704/0001-42	27/12/2014	162.360,00	Aquisição de 11 (onze) assinaturas do produto denominado MÍDIA IMPRESSA.
UNITECH RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	32.578.387/0001-54	27/06/2017	122.100,00	Fornecimento de soluções automatizadas de backup e cartuchos de fita magnética Ultrium padrão LTO-5, compreendendo serviços de treinamento, instalação, configuração, migração de dados e suporte técnico on-site durante o período de garantia de 60 (sessenta) meses.
TELMA DA SILVA LORGA - ME.	33.514.001/0001-03	15/07/2013	4.927,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo nas condições e especificações constantes no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 005/2012.

CONTRATAÇÕES/AQUISIÇÕES VIGENTES EM 2013 Além dos Contratos que foram celebrados em 2013, vigeram, nesse período, os seguintes:				
Favorecido	**CNPJ**	**Vigência**	**Valor Contratado**	**Objeto**
J2 COMÉRCIO DE UTILIDADES LTDA.	13.816.522/0001-08	15/07/2013	26.269,60	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo nas condições e especificações constantes no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 005/2012.
CNHS INFORMÁTICA LTDA.	11.932.777/0001-00	15/07/2013	15.790,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo nas condições e especificações constantes no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 005/2012.
A.I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REFORMAS EM GERAL LTDA-ME.	01.615.228/0001-59	15/07/2013	36.476,50	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo nas condições e especificações constantes no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 005/2012.
KLX COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA-EPP	13.753.287/0001-72	15/07/2013	5.486,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo nas condições e especificações constantes no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 005/2012.
ELI ARMARINHO LTDA-ME	04.926.832/0001-94	15/07/2013	5.840,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo nas condições e especificações constantes no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 005/2012.
STILOPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	00.455.659/0001-32	15/07/2013	42.780,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo nas condições e especificações constantes no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 005/2012.
ARCO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE PAPELARIA LTDA	12.473.601/0001-09	15/07/2013	1.536,00	Registro de Preços para eventual aquisição de Materiais de Consumo, para atender as necessidades do Ministério do Turismo nas condições e especificações constantes no Anexo I do Pregão Eletrônico nº 005/2012.
CPD Consultoria Planejamento e Desenvolvimento de Sistemas	00.395.228/0001-28	01/08/2013	418.500,00	Aquisição de 06 (seis) servidores de rede: servidor PowerEdge R910, por meio de adesão a Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico nº 61/2011 - TRT 23ª Região.
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	33.683.111/0001-07	21/03/2015	61.371,15	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de processamento de dados, Apuração Especial de Base do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e do Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ, conforme estabelecido no convênio firmado entre a Secretaria da Receita Federal e o Ministério do Turismo, em 1º de fevereiro de 2012, publicado no DOU em 13 de fevereiro de 2012, respeitadas as disposições contidas nas Instruções Normativas 19 e 20 da SRF e às demandas COTEC nºs 0055 e 0056/2012.

DISPENSAS DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013				
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Valor**
001	F. Bueno Presentes – ME	Aquisição de Gravador DVD/DC Externo	73.014.185/0001-67	99,49
002	Esplanada Gráfica Editora e Serviços Ltda.	Cartões de visita	05.129.961/0001-14	6.310,00
003	REINALDO GALVÃO	Serviço de chaveiro	12.221.915/0001-06	6.875,00
004	SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA	TV por assinatura	72.820.822/0027-69	3.121,80
005	José Pereira de Souza Molduras – ME	Molduras e pôsteres	13.288.921/0001-43	7.995,00
007	GASBRAX DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE GASES LTDA – ME	Aquisição de gás de cozinha, botijão de 13 quilos, para o exercício de 2013, por demanda	05.136.725/0001-25	6.348,80
008	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB	CAESB - Fornecimento de água para o Depósito SOF-SUL	00.082.024/0001-37	1.500,00
009	J&R PISOS E DECORAÇÕES LTDA-ME	Contratação de manutenção de persianas	11.519.864/0001-30	7.489,72
010	DF-COM - Comércio e Indústria de Contêineres LTDA.	Locação de 2 coletores de lixo	10.258.928/0001-24	2.352,00
012	Terfiltros - Comércio Varejista de filtros LTDA – ME Policarbon - Indústria de filtros e bebedouros	Velas (filtros) para bebedouro	02.341.945/0001-00 12.302.694/0001-09	323,56
013	IMPRENSA NACIONAL	Renovação de assinatura D.O.U. Seções 1, 2 e 3.	05.457.283/0002-08	6.851,60
014	OI S/A	Telefone privativo do Ministro	76.535.764/0326-90	1.000,00
015	WL DIGITAL LTDA – EPP	Serviço de locação de equipamentos audiovisuais, compreendendo os serviços de locação de 5 (cinco) TV's de LED, 3 (três) caixas de som amplificadas, notebook, distribuidor de vídeo e cabeamento a serem utilizados no estande do Ministério do Turismo durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, a realizar-se entre os dias 28 a 30 de janeiro do corrente ano, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.	05.428.632/0001-74	4.350,00
016	Calis Café	Compra de salgados variados	04.496.529/0001-07	2.151,00
018	Puríssima Água Mineral Ltda.	Aquisição de 960 garrafões de água 20 litros	72.602.303/0001-95	3.964,80
019	INFO MASTER INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de fita de dados	03.831.158/0001-00	7.986,78
020	Calis Café	Coffee break	04.496.529/0001-07	920,00
021	GELSO ANTONIO LORENZI – EPP	Recarga de extintores	01.778.924/0001-86	1.337,90
022	G.A.R.C. Comercial de alimentos Ltda. – EPP	Água com gás	08.174.783/0001-31	1.605,00
023	IMPRENSA NACIONAL	Renovação de assinatura DOU - GM	04.196.645/0001-00	489,40
026	R & M Suprimentos Ltda.	Aquisição de software CoreldRAW	14.043.883/0001-21	3.363,00
027	APOIO PRODUÇÕES E TELEMARKETING LTDA	Assinatura LAG	04.214.501/0001-21	5.900,00
028	FGV	FGV - Índice de competitividade	33.641.663/0001-44	1.687.000,00

DISPENSAS DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013				
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Valor**
030	Prime Treinamentos e Cursos Ltda.	Curso Prático de Averbação de Tempo de Serviço e de Contribuição na Administração Pública	12.246.059/0001-43	1.950,00
031	SUPERAUTO DF DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA	Revisão de 10.000 e 20.000 km dos veículos - marca Ford	11.973.800/0001-05	4.505,00
032	F. Bueno Presentes – ME	Aquisição de quadro branco - Assessoria Parlamentar	73.014.185/0001-67	198,45
033	BORTOLAI LIVROS LTDA-ME.	Livro	09.096.717/0003-15	150,00
034	ATLANTIS COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Lixeiras para coleta seletiva	10.596.399/001-79	7.072,77
035	ONE CURSOS – Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda.	Curso Qualidade de Vida no Trabalho na Administração Pública	06.012.731/0001-33	2.290,00
038	Associação Brasileira de Orçamento Público	Curso Prático de Processo Administrativo Disciplinar	00.398.099/0001-21	1.400,00
039	C&L Informática e Conectividade Ltda. – ME	Aquisição de televisão	03.873.947/0001-03	977,98
040	RA CATERING	Comissaria Brasília	17.314.329/0020-92	5.000,00
041	Associação Brasileira de Pavimentação	Curso de Drenagem Rodoviária	33.995.812/0001-73	2.500,00
042	RCP BRASIL INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA	Aquisição de Placa de Vídeo	08.262.273/0001-13	123,99
043	Restaurante São Luís Ltda.	Comissaria Aérea São Luís/Maranhão	06.272.801/0001-92	3.000,00
044	LDM Comércio de Equipamentos LTDA – EPP	Aquisição de escada trepadeira	13.389.967/0001-59	3.375,00
046	JAM-JURIDICA Editoração e Eventos Ltda.	Inscrição de Servidor no curso Processo nos Tribunais de Contas	00.803.368/0001-98	2.390,00
047	ONE cursos	IX Semana da Administração Financeira e Orçamentária	06.012.731/0001-33	300,00
048	Associação Brasileira de Orçamento Público	IV Curso sobre Elaboração de Indicadores de Desempenho Organizacional	00.398.099/0001-21	5.760,00
049	Orzil Consultoria Ltda – EPP	Curso "Como Responder Diligências e Notificações dos Órgãos de Controle"	08.942.423/0001-32	7.904,00
050	IMPRENSA NACIONAL	Assinatura DOU - ASPAR	04.196.645/0001-00	489,40
051	Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP)	Curso de SIOP	00.398.099/0001-21	500,00
053	AGM Turismo	Serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais	24.929.614/0001-10	2.950.000,00
055	Orzil Consultoria LTDA	Curso de Operacionalização do SICONV(III)	08.942.423/0001-32	6.540,00
056	Premier Treinamentos e Comercio Varejista de Equipamentos e Suprimentos de Informática LTDA – ME	Curso de SCDP	17.102.185/0001-48	2.150,00
057	VENEZA LAVANDERIA	Lavagem de carpete	01.344.250/0001-01	3.464,00
058	COMERCIAL MARTINS DE SERVICOS TECNICOS LTDA – ME	Conserto e recuperação de aparelhos forno micro-ondas.	04.763.149/0001-83	345,00
059	MARIA DAS MERCÊS TORRES PARENTE	Contratação de serviços especializados para a produção e organização de conteúdo do caderno de lançamento da segunda fase do programa de regionalização.	059.571.921-04	7.800,00

DISPENSAS DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013				
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Valor**
060	Associação Brasileira de Orçamento Público	Curso de elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência	00.398.099/0001/21	4.200,00
062	Logusti treinamento em informática	Curso de Excel Completo	13.325.851/0001-56	7.995,00
063	Bortolai Livros LTDA – ME	Aquisição de dicionário	09.096.717/0003-15	249,20
064	Orzil Consultoria Ltda. – EPP	Curso Jurisprudência de Convênios - Visão do TCU	08.942.423/0001-32	6.240,00
065	Aprimora Treinamentos LTDA – EPP	Curso de Responsabilização perante o Tribunal de Contas	09.588.954/0001-31	6.360,00
066	Orzil Consultoria LTDA	Curso de Operacionalização de SICONV (III)	08.942.423/0001-32	6.540,00
067	BLUE PARTS LICITAÇÕES LTDA.	Aquisição de cabo HDMI	16.403.724/0001-16	41,50
068	ABELHA EVENTOS LTDA	Degravação	10.469.957/0001-35	1.113,59
070	RH Cursos e Treinamentos LTDA	Curso de Redação Oficial	08.703.044/0001-90	3.700,00
071	ABOP	Curso de Gestão e Prestação de Contas de Convênios	00.398.099/0001-21	3.600,00
073	LR LIBER ENCADERNADORA LTDA - ME	Encadernação de processos da CONJUR	12.452.761/0001-63	8.000,00
074	LONG SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO LTDA.	Serviços de dedetização e desratização	33.462.441/0001-64	2.860,00
075	Orzil Consultoria LTDA	Curso de Elaboração e Análise de Projetos de Convênios	08.942.423/0001-32	6.240,00
076	COMERCIAL MARTINS DE SERVICOS TECNICOS LTDA – ME	Conserto e recuperação de cafeteira	04.763.149/0001-83	585,00
077	NADJA MARINA PIRES – EPP	Aquisição de 1 TV LCD 32"	12.130.958/0001-86	969,98
078	AUTOMATIZA	500 Crachás para MTur	02.621.285/0001-03	6.560,00
080	L. H. FOTOS E PRODUCOES LTDA – ME	Crachás e bottons evento CGRG	03.430.244/0001-00	3.415,00
081	ASA CÓPIAS COPIADORA LTDA	Cartão cerimonial	02.593.933/0001-65	380,00
082	V. O. NAPOLI – ME	Projetor multimídia	17.503.545/0001-13	1.959,99
083	Orzil Consultoria LTDA	Curso - Entendendo a Nova Licitação de Convênios	08.942.423/0001-32	2.180,00
084	Orzil Consultoria LTDA	Curso de SICONV avançado	08.942.423/0001-32	2.180,00
085	Orzil Consultoria LTDA	Curso de Elaboração e Análise de Projetos de Convênios	08.942.423/0001-32	4.160,00
086	Fórum Cultural Organização de Eventos LTDA	Fórum de Gestão Pública	13.317.281/0001-52	1.980,00
087	TACTICAL COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA – ME	HD Externo 500GB	05.537.126/0001-13	188,47
089	Escola de Administração Fazendária	Curso de Libras	02.317.176/0001-05	370,00
091	Cunha & Codale Eventos Ltda. – ME	Evento – Dia das Mães	10.812.312/0001-53	3.900,40
093	INFO MASTER INFORMÁTICA LTDA	GPS	03.831.158/0001-00	7.986,78
094	Athalaia Gráfica e Editora LTDA.	Cartilhas - Indicadores do Turismo Brasileiro	02.717.866/0001-43	4.890,00
095	Aprimora Treinamentos LTDA	Curso – Pregão: Jurisprudência do TCU e Operações no Sistema ComprasNet	09.588.954/0001-31	1.590,00
096	Escola de Negócios Conexões Educação Empresarial LTDA	Workshop Gestão de Riscos	07.774.090/0001-17	4.360,00

DISPENSAS DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013				
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Valor**
097	Figueiredo Consultoria e Capacitação LTDA – ME	Curso de Orçamentação de Obras de Construção Pesada	12.939.675/0001-80	1.100,00
098	Escola de Negócios Conexxões Educação Empresarial LTDA	Curso de Indicadores de Desempenho e Métricas em Tecnologia da Informação – Como medir o Desempenho de TI	07.774.090/0001-17	2.180,00
099	FGV	Estudo de proposição de políticas públicas para a aceleração de investimentos privados em grandes empreendimentos de turismo	33.641.663/0001-44	3.960.000,00
100	FIPE	Pesquisa de Caracterização, Dimensionamento da demanda turística e Estudo de Impactos Econômicos e Sociais da Copa das Confederações	33.641.663/0001-44	1.684.656,25
101	DESENVOLVE CONSULTORIA LTDA – ME	Contratação de Moderador	06.137.587/0001-61	7.500,00
102	Orzil Consultoria LTDA.	Curso de Operacionalização de SICONV(I)	08.942.423/0001-32	2.080,00
103	Karen Graziele Furlan Basso	Elaboração de documento técnico conceitual para nortear os projetos do "Programa Turismo Responsável".	034.037.669-42	7.866,00
105	Orzil Consultoria LTDA.	Curso de Operacionalização de SICONV(II)	08.942.423/0001-32	2.080,00
106	Comissaria Rio	Comissaria Aérea Rio de Janeiro - Galeão	42.454.330/0001-05	1.589,07
107	Comissaria Aérea Rio de Janeiro – COMRIO	Comissaria Aérea RJ - Santos Dumont	42.454.330/0002-88	671,48
108	PRIME IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Aquisição escada 2 e 3 degraus	14.491.610/0001-40	1.049,00
109	Master House Treinamentos e Soluções LTDA - ME.	Formação Analista de Governança - ITIL e COBIT Fundamentos)	14.687.773/0001-00	1.450,00
111	NAÇÃO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA-ME MOREIRA LIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	Aquisição de tampas de vaso sanitário, porta papel higiênico e sifão sanfonado	17.231.781/0001-28 03.719.002/0001-23	2.608,96
112	BLG LICITAÇÕES LTDA – ME	Aquisição de 4 frigobares	03.114.397/0001-30	3.392,94
113	MARIO ROBERTO FRANCA – ME	Aquisição de 2.000 caixas de arquivo morto	17.386.306/0001-20	2.260,00
114	FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE PROJETOS, PESQUISAS E ESTUDOS TECNOLÓGICOS – COOPETEC	Pesquisa de Turistas "Jornada Mundial da Juventude"	72.060.999/0001-75	646.400,00
115	Assoc Brasil de Rec Humanos-Seccional Distrito Federal	Renovação de Filiação Institucional Junto à ABRH-DF	03.659.059/0001-84	2.300,00
116	Orzil Consultoria LTDA	Curso "Fiscalização e Acompanhamento de Convênios	08.942.423/0001-32	7.904,00
117	S. FRANCO DE SOUZA INNFORMÁTICA – ME BMX DISTRIBUIDORA DE TECNOLOGIA EIRELI – ME COMÉRCIAL PI DE PAPÉIS E INFORMÁTICA EIRELI – EPP	Aquisição de memorias portáteis (pen drive) e canetas	11.014.473/0001-64 16.963.825/0001-41 05.493.704/0001-67	2.775,00
118	Prime Soluções em Aprendizagem LTDA ME	Palestra de COACHING como Ferramenta de Qualidade de Vida	14.718.955/0001-93	1.950,00
121	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR-NIC.BR.	Renovação Domínio Viaja Mais	05.506.560/0001-36	30,00
122	Bachiana Polis Produções Ltda.	Seminário de Ouvidorias Públicas	03.662.199/0001-01	3.395,00
123	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	Seguro Total - Fusion e Focus	61.198.164/0001-60	2.766,52

DISPENSAS DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013				
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Valor**
124	MARIA APARECIDA MOREIRA LIMA EIRELI – ME NK COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA – ME	Aquisição de 3 quadros brancos - CGPOF/SE/Almoxarifado	17.311.006/0001-82 15.673.240/0001-24	432,99
126	ZANETTI & ESTABILLE LTDA NADJA MARINA PIRES - EPP	Aquisição de HD's e Placas de Vídeos	13.457.058/0001-00 12.130.958/0001-86	3.737,00
127	Artecor Gráfica e Editora LTDA – ME	Formulários - Despacho	38.013.991/0001-10	170,00
128	MENNO - GRAFICA E INFORMATICA LTDA - EPP	Aquisição de etiquetas brancas tamanho A4	47.699.350/0001-51	300,00
129	Fundação Getúlio Vargas – FGV	Curso de Oratória	33.641.663/0001-44	1.120,00
130	DIGITAL DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME	Aquisição de 2.500 unidades de caixa arquivo de papelão.	03.452.072/0001-68	3.575,00
131	N.P EVENTOS E SERVICOS LTDA	Assinatura anual da ferramenta denominada Banco de Preços.	07.797.967/0001-95	7.990,00
132	Orzil Consultoria	Curso de Aspectos Polêmicos da lei 8.666	08.942.423/0001-32	4.160,00
133	SANTA RITA COMERCIAL LTDA	Água com gás	01.907.181/0001-05	997,00
135	ONE Cursos	Curso de Retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na contratação de bens e serviços	06.012.731/0001-33	1.980,00
136	Instituto Beatriz Schwab	Palestra Motivacional	07.518.982/0001-57	3.500,00
137	Orzil Consultoria	Curso de Análise de Prestação de Contas de Convênios	08.942.423/0001-32	6.240,00
138	COMERCIAL NOSSO LAR EIRELI – EPP	Aquisição de bandeira de todos os estados brasileiros	18.266.878/0001-39	489,78
139	HBL CARIMBOS	Aquisição de 50 prismas	72.649.361/0001-74	925,00
140	Escola de Negócios Conexxões Educação Empresarial LTDA	Curso: O Novo Plano de Contas do Setor Público	07.774.090/0001-17	2.180,00
141	Allianz Seguros S/A	Seguro Total - 15 veículos	61.573.796/0001-66	2.500,00
142	Escola Nacional de Administração Fazendária - ESAF	Curso: SIAFI Operacional	02.317.176/0001-05	1.300,00
143	BORTOLAI LIVROS LTDA – ME SARAIVA E SICILIANO S/A	Aquisição de livros	09.096.717/0003-15 61.365.284/0132-73	604,92
145	Agência Brasil de Eventos e Negócios LTDA	Curso de Profissionalização de Gestores de RH	14.969.482/0001-05	800,00
146	RH Cursos e Treinamentos LTDA.	Curso de Redação Oficial - por motivo de inclusão de novos servidores no curso (Janaína Casagrande e Vânia Linhares Santos)	08.703.044/0001-90	7.990,00
147	Escola de Negócios Conexxões Educação Empresarial LTDA.	Fórum de Gestão de Competências e Gestão de Desempenho	07.774.090/0001-17	4.960,00
150	J. BILL COMÉRCIO	Aquisição de lâmpadas	74.648.593/0001-33	742,50
151	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos Ltda.	Curso de Capacitação – Gestão e Fiscalização de Contratos - Bernadete Fernandes Guedes de Souza Leitão	00.714.403/0001-00	2.790,00
152	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos Ltda.	Curso de Capacitação – Gestão e Fiscalização de Contratos - Bernadete Fernandes Guedes de Souza Leitão e Nilvana Ribeiro Soares	00.714.403/0001-00	5.580,00

DISPENSAS DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013				
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Valor**
156	MILARE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA.	Aquisição de livros	05.312.757/0001-34	119,00
157	Orzil Consultoria.	Curso de Elaboração e Análise de Projetos de Convênios	08.942.423/0001-32	2.080,00
158	ADEGA INFORMATICA E ELETROELETRONICA LTDA – ME	Aquisição de travas de segurança para notebook	11.546.904/0001-33	358,98
159	One Cursos	Curso Prático de Licitações e Contratos	06.012.731/0001-33	7.998,00
160	LM Corporate Eventos Ltda. – ME	Palestra para Secretárias	05.221.611/0001-83	3.435,11
161	ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Contratação de serviços e produtos dos Correios	34.028.316/0007-07	800.000,00
165	Fundação Universidade de Brasília	Seminário Latino-Americano de Políticas Públicas de Turismo	00.038.174/0001-43	450,00
166	ERX Brasil	Curso de Concursos Públicos	15.169.965/0001-80	7.998,00
167	Cabral Consultoria	Curso de Elaboração de Relatórios, Pareceres e Notas Técnicas	03.412.636/0001-39	7.350,00
168	Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos Ltda.	Curso de Planejamento, Organização e Coordenação de Eventos	00.714.403/0001-00	6.360,00
169	Júnior Equipamentos e Serviços Ltda.	Conserto de 03 cafeteiras elétricas	02.456.650/0001-71	721,00
170	Fábio Nunes Cabral – EPP	Curso de Elaboração de Relatórios, Pareceres e Notas Técnicas	03.412.636/0001-39	7.350,00
171	CEF	Laudo de Avaliação CEF - Antônio Venâncio	00.360.305/0001-04	7.500,00
172	BR DISPLAYS LTDA – ME	Aquisição de prismas	42.941.690/0001-23	788,90
173	Fernanda Sampaio Rocha – ME	Confecção de crachás - Guia de Turismo	09.510.510/0001-83	6.282,00
174	RAFAEL DA SILVA SOUZA INFORMÁTICA – ME TROVO COMERCIAL ELÉTRICA LTDA – ME PARADA OBRIGATÓRIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE ELETRÔNICOS LTDA – ME MARIA HELENA GUERIERI – ME DEZIO IT INFORMÁTICA LTDA – EPP D & F COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME CLEBER HENRIQUE MACHADO - ALARMES - ME	Materiais para instalações lógicas e elétricas (salas comissões disciplinares)	14.013.278/0001-08 16.500.873/0001-01 13.446.995/0001-60 05.664.425/0001-19 17.744.796/0001-90 05.868.520/0001-34 13.829.665/0001-54	3.587,72
175	MAXETRON – Serviços de Tecnologia e Informações Ltda.	Renovação de assinatura Maxpress	66.052.242/0001-37	7.999,00
176	CVI Cursos e Treinamentos Empresariais Ltda. – ME	Seminário de Obras Públicas	08.513.498/0001-06	4.940,00
179	SERPRO – SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Aquisição de certificado SSL	33.683.111/0002-80	764,80
180	CIG COMÉRCIO DE EMBALAGENS	Aquisição de rolo de plástico bolha	80.047.087/0001-91	315,36
181	Associação Brasileira de Orçamento Público	Curso sobre Gestão e Prestação de Contas de Convênios	00.398.099/0001-21	7.200,00
182	Orzil Consultoria Ltda. – EPP	Curso de Elaboração e Análise de Termos de Cooperação, de Parceria e de Convênio	08.942.423/0001-32	4.160,00
183	Cristiane de Souza Lendengue – ME	Aquisição de forno micro-ondas e frigobar	07.586.061/0001-21	4.395,24

DISPENSAS DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013				
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Valor**
	CJC Comercial de Materiais de Limpeza LTDA ME		13.597.348/0001-50	
184	Fábio Nunes Cabral – EPP	Curso de SIAFI Operacional	03.412.636/0001-39	7.990,00
185	Capital das Chaves	Porta Blindex	12.221.915/0001-06	7.650,00
186	HENRIX ARQUITETURA LTDA	Contratação de serviço de arquitetura e layout	13.922.149/0001-70	14.000,00
187	Fabio Nunes Cabral – EPP	Curso de elaboração de projeto básico e termo de referência	03.412.636/0001-39	7.500,00
188	Amana-Key Desenvolvimento e Educação Ltda.	Curso: APG - Programa de Gestão Avançada	67.129.833/0001-28	7.950,00
189	COMERCIAL MARTINS DE SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA-ME	Substitui a Dispensa nº 177/2013 - Conserto de bens patrimoniais	04.763.149/0001-83	1.035,00
192	WORKS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	Confecção de 29 (vinte e nove) troféus, em acrílico, para a premiação que ocorrerá em evento destinado à entrega do Relatório Brasil - 2013	08.947.505/0001-70	4.060,00
194	Orzil Consultoria Ltda.	Curso “Fiscalização e Acompanhamento de Convênios”	08.942.423/0001-32	4.160,00
195	DIAMOND PROMOÇÕES E EVNTOS LTDA - EPP	Contratação de empresa de eventos para premiação Índice de Competitividade 2013	01.393.179/0001-57	7.300,00
196	FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas	Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional no Brasil, receptivo e emissivo, e sobre a contagem do fluxo turístico aéreo receptivo e emissivo no Brasil, para o ano de 2014	43.942.358/0001-46	3.960.554,00
197	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV	Prestação de serviços pela Contratada para realização de estudo técnico denominado "Caracterização e Dimensionamento do Turismo Internacional do Brasil, receptivo e emissivo, e sobre a contagem do fluxo turístico aéreo receptivo e emissivo no Brasil".	43.942.358/0001-46	3.960.554,00
198	PNEULÂNDIA COMERCIAL LTDA	Compra de pneus	01.536.085/0002-70	2.897,96
199	V. O. NAPOLI – ME	Aquisição de suportes de TV's	17.503.545/0001-13	364,98
200	ERICA RAKIELLY FERREIRA LEITE-ME	Produção de camisetas	11.328.014/0001-55	945,00
201	IOE – Instituto de Oratória Emocional Ltda – ME	Curso de Oratória - Sérgio Flores de Albuquerque	04.821.623/0001-86	4.200,00
203	Instituto Publix para o Desenvolvimento da Gestão Pública	Curso Gestão para Resultados na Administração Pública - Antônio João da Silva, Daniela de Oliveira dos Santos Jensen e Ítalo Oliveira Mendes	04.907.402/0001-25	7.110,00
204	Orzil Consultoria Ltda – EPP	Curso de SICONV - Orlando Biano Gomes, Carlos Frederico de Vasconcelos Vilar, Thays de Nazaré de Almeida Leda e Rosires do Socorro Boas	08.942.423/0001-32	7.904,00
207	ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Locação de imóvel de propriedade da **LOCADORA**, localizado no SCN – Setor Comercial Norte, Quadra 06, Conjunto A, Bloco “A”, 10º, 11º e 12º Pavimentos, Edifício Super Center Venâncio 3000	00.320.523/0001-15	2.969.660,00
208	LEISTUNG COMÉRCIO E SERVIÇOS DE SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	Manutenção de Nobreak	00.306.524/0001-05	3.756,90

DISPENSAS DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013				
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Valor**
209	CENOFISCO Centro de Capacitação Profissional Ltda. – EPP	Curso "Apuração, Expedição e Averbação de Natureza Jurídica e Finalidades do Tempo de Serviço Público"	07.799.454/0001-13	1.500,00

INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013						
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Processo**	**Requerente**	**Valor Contratado**
001/2013	REED EHXIBITIONS ALCÂNTARA MACHADO	Prestação de serviço, pela Contratada, de locação de espaço com 50 m² no World Travel Market Latin America 2013, a realizar-se no Transamérica Expo Center, Avenida Dr. Mário Villas Boas Rodrigues, nº 387, Santo Amaro, São Paulo, de 23 a 25 de abril de 2013, para fins de participação do Ministério do Turismo.	02.162.646/0001-09	72031.000983/2013-51	Coordenação -Geral de Eventos - CGEV	51.307,00
002/2013	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF	Prestação de serviços pela Contratada, consistentes na operacionalização de Projetos de Infraestrutura Turística apoiados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, enquadrados na Ação "Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística", gerida pelo Contratante, lastreados com recursos consignados no Orçamento Geral da União, a título de transferência obrigatória, na forma do disposto em instrumentos a serem editados pela Contratante.	00.360.305/0001-04	72030.000249/2013-00	Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo - SNPDTur	697.000.000,00
003/2013	ASSOCIAÇÃO PETRAS DE PROMOÇÃO E DEFESA DA IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA	Locação de espaço com 3.323m² na Expocatólica, a realizar-se no Riocentro – Av. Senador Allende, 6555 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ, destinada para a promoção dos 19 estados participantes e estande do Ministério do Turismo (incluindo a montagem).	14.524.145/0001-04	72031.003036/2013-11	Coordenação -Geral de Eventos - CGEV	1.433.528,46
04/2013	Imprensa Nacional	Prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União	04.196.645/0001-00	72030.000336/2013-59	Coordenadora-Geral de Recursos Logísticos - CGRL	250.000,00

INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÕES CELEBRADAS EM 2013						
Nº	**Favorecido**	**Objeto**	**CNPJ**	**Processo**	**Requerente**	**Valor Contratado**
006/2013	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE VIAGENS - ABAV	Prestação de serviço de locação de espaço com 10.000m² no 41º Congresso Brasileiro de Agências de Viagem - Ferira das Américas - ABAV 2013, a realizar-se no Anhembi Parque, entre os dias 04 a 08 de setembro de 2013, para fins de participação do Ministério do Turismo, dos 26 Estados brasileiros e do Distrito Federal.	27.287.283/0001-50	72031.001612/2013-96	Coordenação -Geral de Eventos - CGEV	5.500.000,00
007/2013	MARTA ROSSI E SILVA ZORZANELLO FEIRAS E EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP	Locação de espaço com 108 m² com a prestação de serviço de montagem e desmontagem do estande institucional, pela Contratada, no "25º Festival do Turismo de Gramado", a realizar-se no Centro de Feiras e Eventos Serra Park, localizado na Viação Férrea, nº 100, Bairro Três Pinheiros – Gramado – RS, de 07 a 10 de novembro de 2013, para fins de participação do Ministério do Turismo.	92.081.926/0001-77	72031.006575/2013-11	Coordenação -Geral de Eventos - CGEV	100.000,00
008/2013	ACECO TI S.A.	Contratação de empresa para fornecimento de um ambiente seguro e de alta disponibilidade para a infraestrutura central de Tecnologia da Informação do Ministério do Turismo – Sala-cofre, em atendimento às necessidades do Ministério do Turismo, conforme especificações contidas no Projeto Básico.	43.209.436/0001-06	72045.000280/2013-73	Coordenação -Geral de Tecnologia da Informação – CGTI	3.560.100,00